

# diaphora

REVISTA DA SOCIEDADE DE  
PSICOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL

Janeiro/Junho 2020  
Porto Alegre

ISSN 2238-9709

ISSN 1806-1133

**Diaphora** | Porto Alegre, v. 9 (1) | jan/jun 2020

## EXPEDIENTE

Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul  
Diretoria (Gestão 2018/2020)

### **PRESIDENTE**

Mariana Steiger Ungaretti

### **VICE-PRESIDENTE**

Angela Flores Becker

### **DIRETORA ADMINISTRATIVA**

Morgana Mengue Saft Tarragó

### **DIRETORA CIENTÍFICA**

Pâmela Soares Bratkowski

### **DIRETOR FINANCEIRO**

Diorge Mariano

### **DIRETORA SOCIOCULTURAL**

Lisnéia Fabiani Bock

### **SUPLENTE**

Rita Lima Krás

Natalia Ambros

### **CONSELHO CONSULTIVO DELIBERATIVO E FISCAL - CCDF**

#### **PRESIDENTE**

Maria Aparecida Brígido

#### **MEMBROS**

Carla Durgante

Graziele Martini Bronzatti

Ligia Arcoverde Basegio

Maiga Sabo Sandri

Marilda Peres

Mazlowa Heck

Raquel Dickel

Sarah Bressan

Endereço: Rua Felipe Néri, 414, 2º Andar. Bairro Auxiliadora.  
CEP: 90440-150. Porto Alegre, RS/Brasil

DIAPHORA

REVISTA DA SOCIEDADE DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

### **EDITORA**

Magda Mello

### **COMISSÃO EDITORIAL**

Henrique Borba Bittencourt

Susana Joaquim Rodrigues

### **PROJETO GRÁFICO**

Grau Soluções Gráficas

### **DIAGRAMAÇÃO E EDIÇÃO**

marcon.brasil Comunicação Direta - (51) 3221.7878

### **CONSELHO EDITORIAL**

Adriane Roso – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Ana Maria Jacó-Vilela – Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Ana Mercês Bahia Bock - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Angela Helena Marin – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Anita Guazzelli Bernardes - Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

Barbara Souza Conte - Sigmund Freud Associação Psicanalítica (SIG)

Carolina Neumann de Barros Falcão Dockhorn - Doutora - PUC-RS e SIG-POA

Claire Lazzaretti - Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Cleber Gibbon Ratto - Unilassalle/IPA

Cristina Queirós – Universidade do Porto (UP-Portugal)

Danichi Hausen Mizoguchi - Universidade Federal Fluminense (UFF)

Denise Costa Hausen- Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre (CEPdePA)

Eliane Seidl - Universidade de Brasília (UnB)

Fabián Rueda – Universidade São Francisco (USF)

Julieta Quayle – Universidade de São Paulo (USP)

João Carlos Alchieri - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Leonardo Lemos de Souza - Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)

Lúcia Novaes- Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Marco Aurélio M. Prado – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Mayte Raya Amazarray – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA).

Rosana Cecchini de Castro – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Sílvia Coutinho Areosa – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Sílvia H. Koller - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Sueli Souza dos Santos – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de Araújo - Universidade de Brasília (UnB)

Valdiney Gouveia - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Zuleika Leonora Schmidt Costa - Doutora- UNICNEC (Osório RS)

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D539 Diaphora: Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul / Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul. v. 9, n.1 (jan./jul. 2020). – Porto Alegre: SPRGS, 1975-

Semestral

ISSN 2238-9709 (versão online)

ISSN 1806-1133 (versão impressa)

1. Psicologia – Periódicos. I. Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul.

CDU 159.9(05)

Bibliotecária responsável: Ginamara de Oliveira Lima CRB 10/1204

## ÍNDICE

<b>Editorial</b> .....	7
------------------------	---

**SEÇÃO 1: Artigos**

<b>O desenho como dispositivo de intervenção: Lilo e Stitch no divã</b> .....	11
Cristina Adriana Rodrigues Kern e Thiago Ribeiro	
<b>O Planejamento da velhice na perspectiva de estudantes universitários</b> .....	18
Patrícia Garcia e Cássia Ferrazza Alves	
<b>Prática psicológica em territórios sanitários: (re)vendo a ação clínica</b> .....	25
Jéssica de Almeida Félix e Ana Maria de Santana	
<b>Representações maternas acerca do bebê imaginário no contexto da gestação de alto risco</b> .....	33
Karen Fraga de Azevedo e Aline Groff Vivian	
<b>Psicoterapia <i>on-line</i>: uma revisão de literatura</b> .....	41
Henrique Borba Bittencourt, Caroline Cassal Rodrigues, Gabriel Licoski dos Santos, Jaqueline Batista da Silva, Laura Gonçalves de Quadros, Lucas Santos Mallmann, Pâmela Soares Bratkowski e Renata Isabel Fedrizzi	
<b>Reflexões psicanalíticas à utilização da dança livre como recurso psicoterapêutico</b> .....	47
Raphael Edson Dutra e Maíra Bonafé Sei	
<b>A fenomenologia de Edmund Husserl como método para a psicologia</b> .....	52
Ariço Chaves Nantes	
<b>O dispositivo em Michel Foucault: uma revisão de literatura a partir dos estudos de gênero e sexualidade</b> .....	58
Maycon Douglas Silva Ribeiro e Gilson Gomes Coelho	
<b>Comunicação de más notícias: um olhar da Psicologia</b> .....	66
Malena Batecini Gobbi	
<b>Relações que protegem: efeitos do programa de qualidade de interação escolar</b> .....	70
Thais Cristina Gutstein Nazar, Graciane Barboza da Silva, Beatriz Fatima Rigo, Jaqueline Giraldo e Heloísa Santolin da Silva	

**SEÇÃO 2: Ensaios**

<b>A razão/desrazão no alienista: um ensaio em literatura e psicanálise</b> .....	77
Camila Backes dos Santos e Lisiane Machado de Oliveira Menegotto	
<b>Sobre o conceito de loucura: das psicoses à experiência social</b> .....	84
Sílvia Camargo	



## EDITORIAL

A Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul lança mais uma edição de sua revista Diaphora. Este número traz dez artigos inéditos de psicologia em diferentes abordagens. Acrescenta dois ensaios propostos por estudiosos de assuntos específicos oriundos de suas teses doutorais. Em plena pandemia relacionada ao novo corona vírus, a Revista da Sociedade de Psicologia segue ativa nas suas edições, e muito mais, recebendo artigos provenientes da comunidade científica e acadêmica da América Latina. Informamos aos nossos leitores a colocação do DOI nos próximos exemplares, elevando-a a um patamar mais qualificado para nossos autores.

Na seção Artigos apresentamos *O desenho como dispositivo de intervenção: Lilo e Stitch no divã* no qual os autores realizam um estudo bibliográfico, do ponto de vista da psicanálise, que tem por objetivo apresentar a possibilidade do uso do desenho animado como uma ferramenta a mais no trabalho do psicólogo, com crianças, no contexto escolar. Para tanto, apresenta algumas semelhanças entre o mundo fantástico dos contos e do desenho animado, sobretudo no que diz respeito à utilidade de ambos enquanto dispositivos para o trabalho com crianças. No artigo, é analisado o filme Lilo e Stitch, sob o prisma da psicanálise, destacando elementos que possam auxiliar no trabalho do psicólogo com crianças, no contexto escolar.

Já o artigo *O Planejamento da velhice na perspectiva de estudantes universitários* tem como objetivo compreender o planejamento da velhice nas famílias contemporâneas a partir da percepção de estudantes universitários, haja vista o crescimento da população idosa, tornando-se uma população majoritária no Brasil nos próximos anos. A partir da análise, foi possível identificar que a temática do envelhecimento e a velhice vem rodeados de tabus e medos, perpetuados pela sociedade. De forma quase simbiótica à velhice, a finitude tem sido associada, o que induz o sentimento de

negação tanto dos avós e pais, quanto dos próprios estudantes universitários ao perceberem o envelhecimento.

Em *Prática psicológica em territórios sanitários: (re)viendo a ação clínica* as autoras ampliam o horizonte compreensivo acerca da atuação de psicólogos em territórios sanitários do Agreste de Pernambuco, em saúde mental. Na compreensão dos dados narrativos recorreu-se a hermenêutica gadameriana enquanto postura epistemológica de investigação. À guisa de consideração, a prática psicológica em territórios sanitários do Agreste de Pernambuco precisa transcender uma visão fragmentada da atenção prestada ao usuário, na maioria das vezes, exercida no modo de uma clínica desatenta a dimensões existenciais do enfermo. Os colaboradores do estudo foram profissionais psicólogos com atuação na saúde pública. Seguindo o caminho das constelações acerca do cuidado em saúde, o estudo realça possibilidades compreensivas à luz da Fenomenologia Existencial.

No artigo *Representações maternas acerca do bebê imaginário no contexto da gestação de alto risco* as autoras identificam que durante a gravidez as mulheres vão construindo uma imagem mental dos filhos, dando-lhes características físicas e de personalidade, tal elaboração de um bebê imaginário contribui para a construção do vínculo mãe-bebê e do papel social da mulher, como mãe. Sendo assim, o objetivo deste estudo foi investigar as representações maternas implicadas no processo de construção do bebê imaginário no contexto da gestação de alto risco. Participaram do estudo 10 gestantes, entre o primeiro e o terceiro trimestre gestacional, com idades entre 24 e 36 anos, com escolaridade e nível socioeconômico variados, internadas em um hospital da região metropolitana de Porto Alegre devido a complicações na gestação.

Em *Psicoterapia on-line: uma revisão de literatura* os autores destacam a terapia on-line como

---

recurso de abordagem psicoterapêutica dos tempos atuais em decorrência da crise provocada pela Covid-19, tendo em vista os efeitos na saúde mental e na forma de fazer psicologia. Os resultados encontrados apontam para a semelhança da efetividade do tratamento *on-line* quando comparado ao modelo clássico. Levantam a existência de peculiaridades do *setting* terapêutico, suas vantagens e marcam a importância deste tipo de atendimento, tendo em vista as mudanças nas formas de se relacionar em tempos de pandemia.

No estudo *Reflexões psicanalíticas à utilização da dança livre como recurso psicoterapêutico* aborda-se um relato de experiência sobre a utilização da dança livre como instrumento em *setting* psicoterapêutico. Trata-se de um estudo descritivo, de natureza qualitativa, cujo tratamento dos dados deu-se pelo aporte psicanalítico winnicottiano. Concluiu-se que o movimento e dança podem ser recursos interessantes para promover o gesto, pois a linguagem gestual pode ser incluída dentro do espaço potencial e produzir criações que auxiliam na associação de conteúdos inconscientes, promovendo, em meio ao brincar, a manifestação do verdadeiro *self* e do gesto espontâneo.

No artigo intitulado *A fenomenologia de Edmund Husserl como método para a psicologia* aborda um dos movimentos filosóficos importantes ocorrido no século XX, o qual desde os seus primórdios, guardou relações de proximidade com a recém-criada psicologia. A fenomenologia de Edmund Husserl é uma proposta metodológica que oferece bases para uma nova abordagem do conhecimento. A gnosiologia surge como uma crítica ao paradigma científico que se mostrava incapaz de responder às demandas do conhecimento. A perspectiva fenomenológica se distancia dos métodos positivistas tradicionais por observar o fenômeno sem a realização de um recorte. Entre os principais conceitos abordados por Husserl em sua proposta fenomenológica destacaremos os termos intencionalidade e redução, importantes conceitos que podem ser aplicados a investigação psicológica.

Na pesquisa denominada *O dispositivo em Michel Foucault: uma revisão de literatura a partir dos estudos de gênero e sexualidade* os autores nos mostram que os dispositivos se apresentam com o caráter de domínio dos corpos, da conduta e

da vida humana. Neles estão presentes: discursos, práticas e saberes. O gênero e a sexualidade são construídos e empreendidos por vários símbolos sociais e culturais. A psicologia como possível dispositivo deve cuidar para não assegurar a vida, bem como quaisquer práticas do sujeito. Este artigo pretende apresentar, discutir e relacionar o conceito de dispositivo do filósofo francês Michel Foucault às categorias de gênero e sexualidade. E por último, refletir sobre como a psicologia no Brasil responde as questões de gênero e sexualidade.

Em *Comunicação de Más Notícias: um olhar da Psicologia* a autora considera a comunicação como uma ferramenta essencial nos cuidados paliativos, tecendo um estudo teórico o qual teve por objetivo descrever a comunicação de más notícias no cenário dos cuidados paliativos, contextualizar os modelos de comunicação de más notícias e dimensões da comunicação, bem como levantar dificuldades percebidas pelos profissionais. Tratou de identificar intervenções psicológicas e treinamentos para comunicação de más notícias, através de uma revisão de literatura. Nesse sentido, a qualificação do profissional de saúde através da realização de treinamentos é fundamental. No que se refere aos sentimentos do paciente e de sua família, ressalta a importância da atuação do psicólogo no processo da comunicação de más notícias.

Esta pesquisa quantitativa encerra a seção artigos e traz *Relações que protegem: efeitos do programa de qualidade de interação escolar*. O trabalho teve por objetivo apresentar os efeitos de um programa de intervenção para qualidade da interação escolar. A relação professor-aluno como variável presente no contexto escolar desperta questionamentos quanto a sua influência sobre o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos alunos. Trata-se de um estudo de ordem predominantemente quantitativo, e por assim ser os resultados foram avaliados em termos de comparação de frequências antes e após a intervenção.

A seguir a Diaphora apresenta a seção Ensaios, os quais os autores partem de seus estudos de teses doutorais e nos mostram parcialmente seus trabalhos, instigando os leitores a acompanhar seus questionamentos de trajeto.

No ensaio *A razão/desrazão no alienista: um ensaio em literatura e psicanálise* as autoras pro-

---

põem-se a discutir a ficção como um importante dispositivo/analizador que lança perguntas fundamentais ao campo da psicanálise. Através da análise do conto “O alienista”, de Machado de Assis, problematiza as classificações dos ditos transtornos mentais – o DSM – e a consequente fábrica de fármacos, como uma forma de redução e submissão do sujeito aos saberes ditos científicos. O trabalho tem como objetivo estabelecer uma relação entre características do personagem e o conceito de fita moebiana para a psicanálise, que nos permitiu também estabelecer o que seria uma “vertigem de completude”. O conto é uma obra que atravessa os tempos e produz inquietações sobre o que se acredita como certeza no campo da cientificidade.

Este estudo intitulado *Sobre o conceito de loucura: das psicoses à experiência social* aborda o conceito de loucura em um diálogo da psicanálise com outros campos do saber, em especial a antipsiquiatria britânica e o pós-estruturalismo de Michel Foucault. A forma de apresentação é o ensaio, na tradição da dialética adorniana. O problema central proposto é a diferenciação subjacente entre as noções de psicose e loucura tomando

como referência as obras de Freud e Lacan, em um procedimento de comparação com outros modelos teóricos e epistemológicos. Apresenta-se um privilégio ao conceito de esquizofrenia e sua centralidade em debates sobre psicoses no pensamento contemporâneo. O estudo é exclusivamente teórico, comparando conceitos e autores e o objetivo é propiciar um olhar crítico, nos moldes da tradição frankfurtiana, quanto à relação entre psicoses e sociedade, sugerindo-se a relevância do conceito de experiência social.

É inegável a qualidade das produções desta edição da Diaphora!

Desejamos que o nosso leitor ou leitora aprecie as variadas produções aqui presentes. E que, no decorrer da leitura possa iluminar-se de ideias ao sentir-se provocados a pensar criticamente o fazer em psicologia nas suas práticas.

Boa leitura a todos!

*Dra. Magda Medianeira de Mello*

*Editora*



## O desenho como dispositivo de intervenção: Lilo e Stitch no divã

*The cartoon as intervention device: Lilo and Stitch in the couch*

**Cristina Adriana Rodrigues Kern<sup>1</sup> e Thiago Ribeiro<sup>2</sup>**

**Resumo:** A psicanálise, enquanto teoria e método de investigação, tem possibilitado a ampliação da compreensão dos fenômenos que ocorrem em diversas áreas do conhecimento, tal como na literatura e no cinema. O uso dos contos de fadas, a partir da perspectiva psicanalítica tem se mostrado útil no trabalho com crianças. Este artigo trata de um estudo bibliográfico, que tem por objetivo apresentar a possibilidade do uso do desenho animado como uma ferramenta a mais no trabalho do psicólogo, com crianças, no contexto escolar. Para tanto, apresenta algumas semelhanças entre o mundo fantástico dos contos e do desenho animado, sobretudo no que diz respeito à utilidade de ambos enquanto dispositivos para o trabalho com crianças. Em seguida, é analisado o filme Lilo e Stitch, sob o prisma da psicanálise, destacando elementos que possam auxiliar no trabalho do psicólogo com crianças, no contexto escolar. Conclui-se que o desenho animado, assim como os contos, pode ser um recurso promotor de saúde no desenvolvimento infantil é uma ferramenta adicional ao trabalho do psicólogo na educação infantil. Sugerem-se mais estudos, especialmente empíricos, tanto para o uso dos contos, como para o uso do desenho animado, no trabalho com crianças, pelo psicólogo escolar.

Palavras-Chaves: Psicanálise; Contos de Fadas; Desenho Animado; Escola.

**Abstract:** Psychoanalysis as theory and research method has enabled the expansion of the understanding of the phenomena that occur in various areas of knowledge, as in literature and film. The use of fairy tales from the psychoanalytic perspective has proven useful in working with children. This article is a bibliographical study, which aims to present the possibility of the use of the cartoon, as one more tool in the psychologist's work with children in the school context. It presents some similarities between the fantastic world of tales and cartoons, especially with regard to the use of both as devices to work with children. Then the movie Lilo and Stitch is analyzed from the perspective of psychoanalysis, highlighting elements that can assist in the psychologist's work with children in the school context. It is concluded that the cartoon, as well as short stories, can be a health promoter feature in child development and an additional tool to the psychologist's work in early childhood education. Suggest - if further studies, especially empirical, both for the use of stories, as for the use of the cartoon, in working with children, the school psychologist.

Keywords: Psychoanalysis; Fairy Tales; Cartoon; School.

<sup>1</sup> Professora do Curso de Psicologia da UNESC. Mestre em Psicologia Clínica (UNISINOS). E-mail: cristinak@unesc.net

<sup>2</sup> Residente em Saúde Coletiva pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. E-mail: psicologia.thiagoribeiro@gmail.com

---

## Introdução

A psicanálise, enquanto teoria (conjunto de conhecimentos sistematizados sobre o funcionamento da vida psíquica) e método de investigação (busca do significado oculto daquilo que é manifesto por meio de ações, palavras ou produções imaginárias, como os sonhos, os delírios, os atos falhos) (Laplanche & Pontalis, 2001), tem possibilitado a ampliação da compreensão dos fenômenos que ocorrem em diversas áreas do conhecimento, tal como no cinema e na literatura. A perspectiva psicanalítica tem contribuído para o entendimento das vivências emocionais mais arcaicas, que em todos os tempos, encontram formas de expressão nos mediadores culturais, que são os mitos, a literatura, o teatro, as pinturas e as artes em geral (Castro, 2009).

Melanie Klein também descobriu no brincar uma forma de diálogo com aspectos inconscientes da criança e, a partir disso, desenvolveu um novo método de psicanálise infantil através da brincadeira, do jogo e do desenho, proporcionando meios técnicos “que se adaptam às mentes das crianças.” (Klein, 1970, p. 191). Dessa forma, a ludoterapia foi compreendida como um substituto da associação livre do adulto e, portanto, um facilitador das projeções, advindas do inconsciente, um canal para a expressão dos sentimentos, representação das relações, desejos, fantasias, agressividade e ansiedades das crianças.

Uma das contribuições recentes da psicanálise, direcionada ao universo infantil, ocorreu no âmbito da literatura. Os contos de fadas foram compreendidos pela psicanálise e utilizados como mediadores em psicoterapias (Bettelheim, 1979; Hisada, 1996; Gutfreind, 2003; Sunderland, 2005; Castro, 2009). O sentido da ampliação ao uso dos contos ao terreno psicanalítico está em aproveitar a sua magia e personificação das angústias humanas: ao longo dos tempos, eles vêm sendo usados por todos os povos para lidar com suas conflitivas emocionais (Castro, 2009). Bruno Bettelheim (2009) teve a contribuição de destacar o potencial dos contos enquanto um auxiliar na resolução de conflitos infantis que a criança vivencia nas etapas de desenvolvimento, os quais, muitas vezes não são compreendidos ou são incapazes de serem verbalizados pela criança.

A perspectiva de trabalho com contos se dá na medida em que permitem que a criança elabore as vivências emocionais num mundo simbólico e fictício, através dos mecanismos de identificação e de projeção. A identificação se trata do “processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro” e, diante desse processo, a personalidade vai “se constituindo e se diferenciando por uma série de identificações” (Laplanche & Pontalis, 2001, p.226). A criança recebe das histórias uma possibilidade de resolução para suas inquietações, curiosidades e conflitos (Lima, 2010), isso se dá por meio da identificação com os personagens, pois enxerga, sob novas formas, problemas antigos e situações de sua própria vida. A partir da projeção, a criança pode expulsar de si e localizar no outro, seja pessoa ou objeto, qualidades, sentimentos, desejos e mesmo objetos, que desconhece ou recusa em si. Além disso, ela pode assimilar-se a pessoas estranhas ou assimilar a si mesma, pessoas, seres animados ou inanimados, como por exemplo, quando ela ouve história ou assiste histórias e “se projeta neste ou naquele herói” (Laplanche & Pontalis, 2001, p.374). Assim, a distância temporal e espacial também é um facilitador, pois a criança se vê afastada e vê de longe, seu conflito, que é o mesmo do personagem e não apenas dela (Castro, 2009).

Recentemente, observam-se publicações sobre o uso dos contos de fadas, a partir de uma perspectiva psicanalítica, voltado ao contexto escolar

(Castro, 2009; Maia & Goulart, 2014). Maia e Goulart (2014) realizaram um trabalho com contos (Peter Pan e Pinóquio) em um grupo de crianças com 5 a 6 anos de idade, em uma escola de educação infantil. A partir do contato com os contos, as crianças recriaram as histórias segundo suas vivências e desenvolveram trabalhos que as auxiliaram nos seguintes aspectos: deram rosto aos conflitos inerentes aos seus estágios de desenvolvimento, deram visibilidade às ambivalências, os contos auxiliaram para se autocontrolarem, para a expressividade emocional (por meio de discussão dos sentimentos dos personagens), para a percepção sobre as consequências de suas ações, as crianças tiveram maior concentração nas atividades, favorecendo o seguimento das atividades propostas e realizaram “ensaios” para se prepararem para as cenas da vida real.

O contato com as histórias imaginadas por outros, seja escutando, lendo, assistindo a filmes, à televisão ou ainda indo ao teatro, ajuda a pensar a nossa existência sob pontos de vista diferentes e “habitar essas vidas de fantasia é uma forma de refletir sobre destinos possíveis e cotejá-los com o nosso”. (Corso & Corso, 2006, p.20). Essa ideia é fundamental em psicanálise, enquanto instrumental teórico que vem permitindo a compreensão das formas de expressão do universo infantil, desde a brincadeira livre, a escolha de uma criança por determinada história infantil ou, ainda, o interesse da criança por determinados desenhos animados. Todo esse universo pode ser entendido quando há alguém para escutar o imaginário da criança que, por meio de objetos do mundo externo, encontra uma forma mais fácil de expressar (Corso & Corso, 2006).

Há pouca publicação acerca do uso de desenhos ou filmes como recursos de intervenção do psicólogo no contexto escolar. Contudo, podemos pensar mais sobre essa possibilidade, visto que: “Às vezes, uma história ilustra temores de que padecemos, outras, encarna ideais ou desejos que nutrimos, em certas ocasiões, ilumina cantos obscuros do nosso ser”. (Bulhões, 2010, p.77). Partindo dessa perspectiva, Umpierre, Gurski e Chaves (2012, p.4) desenvolveram um trabalho baseado em filmes, voltado ao público adolescente em uma escola, que fundamentou-se “no cinema como um disparador de questões, de emoções, de ideias e, especialmente, de *experiência*”. Os autores buscaram “resgatar a dimensão potente do cinema enquanto transmissor da experiência, e não como mais um meio pelo qual um saber único e absoluto é partilhado” e, desse modo, foi pensada a experiência do cinema como potencial para “construir junto com os adolescentes um espaço que funcione em um outro tempo e de um outro modo que não o tempo disciplinado da vida escolar” (Umpierre, Gurski & Chaves, 2012, p.4).

(...) sublinhamos que acreditamos em certa diferença do *tempo* das imagens do cinema e do *tempo* das imagens do aparelho televisão. Apostamos que o trabalho com a imagem através da narrativa fílmica vai na direção da potencialidade do cinema enquanto uma ferramenta que, através de imagens, não transmite vivência pura; o cinema sempre busca narrar uma história, e nesta narrativa podemos trabalhar com algo que convoque os adolescentes, que os provoquem a falar e pensar sobre si, mesmo quando tratam do filme (Umpierre, Gurski & Chaves, 2012, p.4).

Os autores desenvolveram, portanto, um trabalho inovador através da “utilização de filmes relacionados ao que se problematiza na passagem

---

adolescente, buscando criar um espaço de escuta/intervenção com sujeitos que, além de terem acesso limitado aos bens culturais, muitas vezes, carecem de espaços para falar de si e de suas angústias” (Umpierre, Gurski & Chaves, 2012, p.4). Propuseram, então, realizar a inserção de filmes na escola realmente como um Outro:

(...) um outro lugar de transmissão, um outro modo de transmissão da experiência. Pela via de narrativas que tratam da diversidade da vida — com seus impasses e possibilidades — e que produzem múltiplos discursos, torna-se possível provocar a imaginação, o devaneio, além de reflexões éticas sobre a vida. Busca-se, portanto, fazer uso do cinema como ferramenta para pensar as diversas cenas familiares, sociais, amorosas e escolares que habitam a realidade psíquica de um adolescente. (Umpierre, Gurski & Chaves, 2012, p.4).

Partindo do pressuposto de que a literatura infantil (contos de fadas) já vem mostrando ser um importante recurso auxiliar na escuta e trabalho com a criança, inicialmente na clínica e, recentemente no contexto escolar, este artigo buscou apresentar a possibilidade do uso do desenho animado como uma ferramenta a mais no trabalho do psicólogo com crianças, no contexto da educação infantil. Conforme as atribuições propostas pelo Conselho Federal de Psicologia (1992), o psicólogo no contexto escolar pode colaborar, dentre outros aspectos, nas relações interpessoais, nos processos intrapessoais, e desenvolver atividades de prevenção, identificação e resolução de problemas psicossociais (CFP, 2008). Desse modo, o objetivo do uso do desenho animado é dispor de mais uma forma de acesso e comunicação com as crianças, e na direção de realizar atividade de prevenção, assim como identificação e resolução de dificuldades. Diante essa realidade, esse trabalho apresenta algumas semelhanças entre o mundo fantástico dos contos e do desenho animado, especialmente no que diz respeito à utilidade de ambos enquanto dispositivos para o trabalho com crianças.

## Método

O procedimento metodológico para construção desse trabalho partiu da pesquisa bibliográfica acerca do uso da literatura infantil (contos de fadas) como importante recurso auxiliar na escuta e trabalho com a criança. Em seguida, realizou-se uma comparação entre os contos de fadas e o desenho animado, destacando elementos que mostram a viabilidade do uso do desenho animado como dispositivo auxiliar para o psicólogo, no contexto da educação infantil, para a escuta e trabalho com as crianças.

Finalmente, realizou-se a leitura do filme Lilo e Stitch (Sanders, 2002) sob o prisma da psicanálise, destacando elementos que possam auxiliar no trabalho do psicólogo com crianças, no contexto escolar. Assim sendo, apresenta-se uma análise dos personagens, das relações entre eles e de modificações psíquicas importantes que ocorrem ao longo da convivência entre os mesmos.

Foram utilizados artigos da base de dados Scielo, Pepsic e livros impressos.

## Os contos de fadas e o desenho animado como dispositivos de intervenção com a criança

Diana e Mário Corso vêm, há mais de uma década, dedicando-se à análise dos contos infantis. Em seu livro intitulado “Fadas no Divã – Psicanálise nas Histórias Infantis” os autores se debruçam sobre temas como: agressividade, rejeição, rivalidades, medo do abandono, limites e ambivalência do amor dos pais, entre outros (Corso & Corso, 2006). Os autores afirmam que “muitos analistas, psicólogos e pedagogos reconhecem que existe um aspecto lúdico significativo envolvido nas histórias, mas elas são muito mais do que isso, as crianças usam as histórias como sistemas para organizar sua vida e seus impasses.” (Corso & Corso, 2011, p.20). Seus trabalhos vêm denotando o potencial extremamente fértil que a teoria psicanalítica possui para “colocar no divã” a literatura infantil:

A psicanálise sente-se à vontade no terreno das narrativas, (...) uma vida é uma história, e o que contamos dela é sempre algum tipo de ficção. A história de uma pessoa pode ser rica em aventuras, reflexões, frustrações ou mesmo pode ser insignificante, mas sempre será uma trama, da qual parcialmente escrevemos o roteiro (Corso & Corso, 2006, p. 20).

Após estudarem a infância no primeiro livro, em seu segundo livro “A Psicanálise na Terra do Nunca” os autores se dedicam à análise psicanalítica ao terreno dos desenhos animados e séries de T.V. e fazem a seguinte observação:

Convém notar a forte presença da televisão nestas famílias de desenhos animados e séries de que nos ocupamos. Isso era esperado, pois é consoante com o aprofundamento desse meio de comunicação na vida das crianças e dos jovens: agora, sem dúvida, a televisão é um membro da família. (Corso & Corso, 2011, p. 378).

Os autores ampliam a leitura sobre os simbolismos subjacentes aos personagens e tramas, desde os recentes Shrek, Os Incríveis e Simpsons, aos já consolidados Mary Poppins, História sem fim e Rei Leão, atingindo, ainda, os clássicos Frankenstein e O apanhador no campo de centeio. Ocupam-se de problemáticas típicas à Psicologia e à Psicanálise, tais como: a família, a maternidade e à paternidade.

A obra inicia com um capítulo intitulado “A família Amorosa”, abordando a valorização de novas configurações familiares. O valor agora está no laço familiar em si, ele que deve ser preservado, acima de tudo. Desse modo, abrange o tema de que o amor entre os seus membros pode não ser o melhor, nem o ideal, mas deve ser verdadeiro e incorruptível. Independente da situação ou de como sejam, por exemplo, A família Addams, o afeto existe apesar de serem, aparentemente, disfuncionais e estranhos (Corso & Corso, 2011). Neste novo modelo de família, a mulher aparece em melhor papel, graças às suas conquistas sociais e políticas, tanto quanto para os filhos que agora depositam as expectativas de inteligência, bom senso e equilíbrio, valores antes pertencentes à imagem idealizada do pai (Corso & Corso, 2011).

Dentre os filmes infantis de animação examinados pelos autores, Os Incríveis e Shrek trazem, dentre outros elementos, o humor, através do qual

---

se revela uma visão crítica e cômica das situações, bem como a possibilidade de rir de si mesmo:

Agora, o humor mistura-se com as costumeiras doses de magia, animais fantásticos e personagens clássicos da ficção infantil. São os antigos cenários, com seus reis, rainhas, monstros e ajudantes mágicos, convocados para continuar ajudando a elaborar os impasses subjetivos das crianças. Elas se tornaram mais complicadas, portanto, os contos de fada também (Corso & Corso, 2011, p.1150).

Shrek assemelha-se ao conto de fadas tradicional, visto que a trama acontece em um mundo mágico e no final todas as coisas se resolvem. Além disso, revela uma jornada de crescimento do personagem, que como ajudante mágico o burro “falante”, e tudo culmina na formação de uma família unida (Corso & Corso, 2011). Contudo, os autores defendem a hipótese de que estamos diante de algo inovador: “contos de fadas intimistas”, um esqueleto de conto de fadas, recheado com conteúdos contemporâneos, em que a vida interior dos personagens, assim como seus medos e desejos, encontram representação (Corso & Corso, 2011).

Também são tratados os desenhos animados voltados para a adolescência, tal como em “Rei Leão”, abrangendo a maneira como as crianças veem a adolescência como um período de autonomia, porém sem peso da responsabilidade da vida adulta. A partir do desenho, as crianças podem enriquecer seu imaginário a respeito da adolescência, a qual temem, mas a cobiçam (Corso & Corso, 2011).

O senso comum nos leva a crer que:

somos aquele que está acordado, que o eixo do nosso ser, o nosso verdadeiro eu, encontra-se assentado na realidade, e não está contaminado por esse caldo múltiplo de fantasias que nos atravessam o tempo todo. Mas, gostemos ou não, somos o resultado, o somatório, do desperto com o sonhador, até porque nem sempre é possível delinear uma rígida separação entre os dois, tampouco é possível, nem necessário, definir qual é o mais importante. Na prática, somos casados com a realidade, mas só pensamos em nossa amante: a fantasia (Corso & Corso, 2011, p.46).

Essa nova abrangência da psicanálise apresentada pelos autores ao terreno dos desenhos animados parece bastante inspiradora, na medida em que nos mostra que a “ficção<sup>3</sup> não é apenas uma forma de diversão, é também o veículo através do qual se estabelece um cânone imaginário utilizado para elaborar algum aspecto da nossa subjetividade ou realidade social” (Corso & Corso, 2011, p.24). Além disso, os autores referem que “as histórias que nos contam, as que vemos em filmes, assim como as que acompanham um brinquedo, (...) também são elementos que se usam para brincar”. (Corso &

Corso, 2011, p.1150). Nessa direção, eles destacam que o elemento central entre os contos, desenhos ou o próprio brincar da criança está em serem subsídios para que as crianças representem seu mundo interno:

Acreditamos que é possível brincar com os animais de um zoológico de plástico genérico da mesma forma do que com os bichos que são personagens de filmes, como Madagascar, Procurando Nemo ou O Rei Leão. Usam-se os elementos da história oferecida conforme a vontade ou a adequação para aquela que se está imaginando para brincar: por exemplo, se forem necessários um rei, uma princesa, um pai, podem-se utilizar os brinquedos que já têm esse papel no filme, no programa de televisão, no conto de fadas; se precisarmos de um vilão, por que não lançar mão do boneco de uma personagem maligna? (Corso & Corso, 2011, p.1150).

Mediante esse panorama, observamos os contos, enquanto “instrumentos lúdicos e transicionais” e que “auxiliam na comunicação de vivências afetivas importantes” (Castro, 2009, p.217) e, a partir dessa e de outras características do universo ficcional, nossa proposta é de que, considerando a presença do psicólogo enquanto mediador, certos desenhos animados possam ser utilizados como dispositivos na direção referida anteriormente por Castro (2009), um auxiliar para que sejam comunicadas vivências afetivas importantes.

Nessa direção, a criança pode se sentir compreendida e, inclusive, aliviada de seus sofrimentos, na medida em que as histórias ou desenhos animados se apresentam como um dispositivo auxiliar a reconhecer o material psíquico como sendo seu. Dessa forma, nas figuras de monstros, bruxas, abandonos, etc. a criança sente que “isso fala de algo que conheço bem, mas nunca tinha pensado” (Castro, 2009, p.219). Assim sendo, ocorre que, ao ser dado um nome a um conhecido não pensado, se torna um alento, pois ele pode ser reconhecido e pensado, abrindo caminho para cadeias associativas (Castro, 2009).

Ainda essa autora, refere que os enredos das histórias produzem uma série de mecanismos psicológicos que são calcados principalmente nas identificações, projeções, introjeções, sublimações e busca da solução dos conflitos. As histórias permitem ver a vida por outro modo, dão suporte para novos aprendizados, como por exemplo, em uma história com dragões e monstros os quais engolem pessoas, a criança pode tomar contato com sua agressividade, voracidade, sadismo oral (Castro, 2009).

As identificações e projeções que a criança faz através dos dispositivos do mundo fantástico são facilitadas pela ausência de tempo, local, nomes próprios, as idades não são especificadas, podendo assim, a criança transitar livremente entre os personagens (Lima, 2010). As categorias dominantes na linguagem simbólica não são o espaço e o tempo, mas intensidade e a associação (Lima, 2010). Dentro disso, Bettelheim (Lima, 2010) diz se tratar de metáforas de processos do inconsciente, que surgem como cenários através das inúmeras posições identificatórias e projetivas para os desejos, medos e fantasias, oferecendo à criança, recursos para lidar com os mesmos no seu imaginário.

---

<sup>3</sup> “Arte de imaginar; Coisas imaginárias” (Michaelis, 2008, p.388)

---

A criança pequena vivencia diversas frustrações ao longo do seu processo de desenvolvimento psicológico, entre elas: desmame, controle esfinteriano, castração, decepção edípica, necessidade de sair da infância, entre outros. Dispositivos como os contos e os desenhos animados podem oferecer à criança um recurso externo para representar suas dificuldades. Os contos tratam de temas da oralidade, analidade, conflitiva edípica e apresentam uma série de oportunidades de localização externa, daquilo que perturba a criança internamente. Outra característica do mundo das histórias é de apresentar-se como um estímulo de perseverança, pois, independentemente do nível de intensidade dos problemas que os personagens apresentam, ao mesmo tempo, proporciona à criança um meio de idealização de um futuro (Bettelheim, 1980).

Nesse sentido, a criança tem a possibilidade de focar no herói, o qual vivencia inúmeras adversidades, mas de alguma forma consegue triunfar: “relançamos na fantasia o que nos aflige, mas, em sua versão ficcional, o problema encontra alguma saída.” (Corso & Corso, 2006, p.164). Portanto, a criança pode temer as frustrações, mas se suas fantasias tiverem alguma forma de representação, será possível elaborá-las. Logo, o mundo da fantasia presente nos desenhos e contos pode ajudar tanto no alívio de algum sofrimento, quanto auxiliar no transcorrer das etapas do desenvolvimento infantil (Lima, 2010).

Nesse contexto, o uso de histórias, de formas diversas, “pode auxiliar a criança em elaborações naturais, cotidianas, até mesmo sem necessidades de intervenções terapêuticas” (Bulhões, 2010, p.77). Esse aspecto é um dos fatores que mantém os contos tão vivos, ainda hoje, no cotidiano das crianças. Outro aspecto que auxiliou na manutenção de sua imensa popularidade, foi a transposição dos contos de fadas para o cinema. Walt Disney produziu filmes no formato de desenho animado que encantam as crianças até hoje. A utilização dos desenhos animados como veículo de conto de fadas é chamada por Miranda como “mística disneyana” (Rosa, 2007, p.25). “O apreço de Disney pelos contos de fadas estava relacionado às boas memórias que ele tinha da infância, marcadas pelo momento que sua mãe parava suas tarefas para contar-lhe histórias do gênero”. (Rosa, 2007, p.25). Ele optou por produzir a sua história favorita de infância, Branca de Neve e os Sete Anões e, considerada a loucura de Disney, o filme entrou em cartaz após quatro anos de produção, em 1937. Branca de Neve foi um sucesso imediato, gerando uma série de outros filmes de contos de fadas, ou baseado neles, como: Pinóquio (1940), Fantasia (1940), Dumbo (1941), Bambi (1942), Cinderela (1950), Alice no País das Maravilhas (1951), Peter Pan (1953), A Dama e o Vagabundo (1955), A Bela Adormecida (1959), 101 Dálmatas (1961), entre outros (Rosa, 2007).

### **Lilo e Stitch no divã**

Disney produziu desenhos animados com imensa repercussão entre as crianças, dentre eles, Lilo e Stitch, realizado em 2002 dirigido por Dean DeBlois e Chris Sanders e apontado como um dos novos clássicos da Disney. O desenho nasceu do convite ao artista Chris Sanders para criar a ideia de um filme e então decidiu aproveitar o personagem “Stitch”, criado em 1985 para um livro infantil que acabou não sendo produzido. O ambiente isolado onde Stitch criava o caos era originalmente o Kansas rural. Sanders resolveu mudar para o Havai nunca antes usado em um filme da Disney, e o novo cenário ajudou a definir a trama melhor. O codiretor de *Mulan*, Dean DeBlois, foi chamado para colaborar com Sanders no roteiro e direção. A equipe visitou a ilha de Kauai para buscar referências artísticas e conceituais, como a noção havaiana de família, “Ohana”. (Wikipédia, 2005). O filme fez tanto sucesso,

que o Disney Channel realizou uma série com os personagens de 2003 a 2006 e inspirou o retorno dos personagens em continuações em vídeo: *Stitch! O Filme* (2003), *Lilo e Stitch: A Série* (2003 a 2006), *Lilo e Stitch 2: Stitch has a glitch* (2005), *Leroy e Stitch* (2006), *Stitch!* (2008 a 2009) (Wikipédia, 2015).

Esse desenho animado já foi explorado e publicado em dois artigos na área de Psicologia (Henriques & Gomes, 2005; Moreira & Silva, 2009). O primeiro artigo utilizou o enredo do desenho para ilustrar a temática da transmissão psíquica transgeracional e dos mitos familiares (Henriques & Gomes, 2005). O segundo estudo analisou os personagens do desenho na perspectiva analítico-comportamental e discutiu a influência sobre os comportamentos das crianças que o assistem, bem como o papel fundamental dos pais como mediadores (Moreira & Silva, 2009).

O presente trabalho, por sua vez, apresenta uma leitura psicanalítica dos personagens, das relações entre eles e de modificações psíquicas importantes que ocorrem ao longo da convivência entre os mesmos. Os personagens principais do desenho são Lilo e Stitch, conforme o próprio título já revela, mas a irmã de Lilo também tem um papel muito importante. Lilo é uma criança havaiana de cinco anos, que vive sob a guarda da irmã (Nani) desde a morte de seus pais. Ela é uma menina solidária, como mostra, por exemplo, seu costume de fazer sanduíche de pasta de amendoim, diariamente, para peixes e nadar até o alto-mar para alimentá-los. Por vezes, mostra-se impulsiva, tal como, ao ser chamada de louca por outra criança, avançou, mordeu e bateu nela. Suas atitudes parecem advir do seu contexto histórico-vivencial: possui uma história traumática, marcada pela perda precoce dos pais, o que, certamente não passa em branco na vivência e conduta de uma criança. Além disso, Nani, a adulta responsável por cuidar dela, está também sob o efeito do trauma da perda dos pais, além de ter que assumir uma responsabilidade afetiva e financeira, em plena adolescência.

Nani também age impulsivamente em algumas ocasiões, como no momento quando se assusta porque Lilo sumiu do local onde havia ficado de buscá-la e, na corrida para casa, dá um chute num carro que se atravessa à sua frente e que, por azar, é o carro do assistente social que está acompanhando o caso delas. Outro exemplo de sua impulsividade ocorre quando, ao chegar em casa, Lilo está trancada, escutando Elvis e diz para a irmã deixá-la “sozinha para morrer”. Em seguida, Nani diz que se ela não abrir, vai colocá-la no liquidificador e pôr a mistura na empada.

Houve um momento importante do desenho em que ambas puderam, após gritaria e ofensas, se acalmar e verbalizar suas angústias. Lilo refere: ‘Somos uma família quebrada’ ao que Nani nega inicialmente e depois confirma que são diferentes. Em seguida elas conversam e Nani diz que não devia ter gritado, ao que Lilo responde que é sua função de irmã. Nos diálogos que foram acontecendo nessa cena, apareceram questões significativas sobre o sentimento de perdas, sobre as formas como podem se manifestar essa dor, da necessidade de escutar e lidar com a tristeza, do que fazer mediante essa nova situação e qual o papel de cada uma nessa nova configuração familiar.

Nessa perspectiva, aparecem aspectos interessantes para trabalhar com as crianças que assistem ao desenho. Dentre eles, o tema da composição da família, de que não existe um modelo único (pai, mãe e filhos), nem um modelo que seja melhor ou pior, mas sim, diferente. Desse modo, abre a oportunidade para as crianças lidarem com possíveis dificuldades em relação à sua condição familiar (Moreira & Silva, 2009).

Outro aspecto demonstrado no desenho é a realidade de que, por vezes, os cuidadores se atrapalham. Contudo, a possibilidade de que consigam

---

retomar o acontecido e reorganizar a situação é de grande importância para o psiquismo infantil.

Um pouco depois da conversa referida, Lilo pergunta: Você gosta de mim? Sim, responde a irmã, e a pega no colo. Então Lilo conta que mordeu e bateu em uma criança e que as pessoas olham de forma diferente para ela. Após sair do quarto, Nani fica escutando o que a irmã diz e ouve-a pedir “um amigo que não fuja”. A partir disso, Nani decide ir a uma instituição para adotar um cachorro, momento em que aparece Stitch em suas vidas. Ele é um ser alienígena condenado ao exílio em um planeta-prisão e conseguiu escapar da polícia interplanetária. Durante a fuga, caiu acidentalmente na Terra e, desde então, para escapar dos outros alienígenas que vieram lhe capturar, ele se faz passar por um cachorro para ser adotado por Lilo.

Stitch inicia a história quase que invariavelmente agredindo, fugindo e gritando. Sua trajetória vai se reorganizando, à medida que tem, por parte de Lilo, uma forma de maternagem: ela o acompanha em suas travessuras e tiranias, nomeando seus sentimentos, auxiliando-o a colocar em palavras suas ações destrutivas. Nesse ponto o desenho apresenta uma questão muito importante. Lilo, apesar do efeito de uma história traumática, demonstra que foi substancialmente preenchida, narcisizada por seus pais. Aqui se entende o termo narcisizada, a partir do processo de narcisismo transvazante do cuidador (estatisticamente a mãe) à criança (Bleichmar, 1994). Esse processo foi proposto por Bleichmar (1994) e é denominado transvazante porque o narcisismo não se restringe ao cuidador, ele transvaza e abrange o outro ser, conferindo-lhe um lugar, uma existência como alteridade. A autora ressalta que a criança precisa ser fantasmaticável, pois ser pensada pelo outro é condição da vida em sua persistência. Além disso, ser amado e ser pensado implicam “um não apoderamento do corpo por parte do outro: o próprio corpo só chega a ser próprio porque alguém generosamente cedeu uma propriedade sobre uma parte de si mesmo que se torna alheia transvaza” (Bleichmar, 1994, p.4). A partir disso, ela consegue se colocar no lugar de Stitch e demonstra essa empatia em vários momentos em que ele aprontou, tal como o momento em que, depois de seguidos episódios de tirania, ela desenha seu “nível alto de maldade para a sua idade”. Ela também leu o conto do Patinho feio para Stich, história escolhida por ele, num momento em que já estava começando a acontecer uma complexização em seu psiquismo:

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (Umpierre, Gurski & Chaves, 2012, p. 3).

Com demonstrações de afeto, paciência e conversa, Lilo consegue oferecer um novo destino a Stitch que, por seu turno, vem a lhe preencher um

espaço de companheirismo de que tanto precisava. Ao mesmo tempo, apesar da grande necessidade que ela tem de um amigo “que não fuja”, a personagem representa uma condição psíquica extremamente elaborada, no sentido de que seu amor não é egoísta: no episódio em que Stitch decide ir embora para, tal como a história do Patinho feio, encontrar sua própria família, Lilo o deixa à vontade para decidir por si.

Quanto à Stitch, “criatura abominável”, conforme as autoridades de seu planeta o denominaram, havia sido fadado a ser separado do convívio em sociedade e ser exilado. A história de sua criação propôs um ser que “foi feito para destruir” e, realmente, no princípio é o que ele realmente faz. Em psicanálise, seus atos poderiam ser entendidos como escape da pulsão agressiva, talvez por falha no recalçamento originário, pois a satisfação pulsional se dá de forma direta (atos) (Bleichmar, 1994). Stitch, em sua “configuração inicial” no desenho, não seria considerado um neurótico: “O sujeito que pensa não é o mesmo sujeito que age; são momentos diferentes. Para pensarmos sobre as coisas e disso gerar significação sobre o que vimos e o que nos acontece — e aí se trata de registro simbólico — precisamos de uma suspensão ao ato”. (Umpierre, Gurski & Chaves, 2012, p.3).

Mas, no mundo das crianças, quem representaria Stitch? No que tange à sua apresentação inicial no desenho, ele poderia ser um representante, seja na escola ou dentro de sua própria família, daquela criança que, muitas vezes, é deixada de lado, incompreendida, aquela que não tem jeito. Contudo, felizmente, nessa história, a criança encontra alguém que lhe propicia um olhar e intervenções empáticas. Apesar das diferenças, Stitch foi acolhido, aceito e amado e, com a convivência, reorganizou profundamente seu mundo interno. Ao final do desenho, a criatura alienígena já não se identifica mais com o patinho feio, se reconhece como pertencente a um lugar, e repete as palavras de Lilo: “O hana significa família e família significa nunca abandonar ou esquecer”. Assim, o amor dos pais de Lilo, que lhe transmitiram essa mensagem, agora reverbera em Stitch.

O desenho oportuniza a expressão dos sentimentos das crianças espectadoras, a partir dos aspectos apresentados pelos personagens e da relação entre eles e, pode-se pensar na relevância dessa história para as crianças adotadas, pois realça que, mais forte do que os laços consanguíneos são os laços de afeto. Essa abordagem a respeito de crianças adotadas vai ao encontro do que observaram Moreira e Silva (2009) em seu trabalho sobre o mesmo filme.

## Considerações finais

O presente estudo se propôs a apresentar a possibilidade do uso do desenho animado, como uma ferramenta a mais no trabalho do psicólogo, com crianças, no contexto escolar. Para tanto, foi feita uma pesquisa bibliográfica visando examinar as semelhanças dos contos e do desenho animado, notadamente no que concerne à utilidade de ambos enquanto dispositivos para o trabalho do psicólogo com crianças. O estudo também analisou o filme Lilo e Stitch, destacando elementos que foram compreendidos enquanto auxiliares no trabalho do psicólogo em educação infantil.

A revisão bibliográfica realizada neste trabalho apresentou uma vasta quantidade de trabalhos sobre o uso do conto de fadas, em sua maioria no âmbito da clínica e alguns trabalhos esporádicos na área de psicologia escolar. De qualquer forma, pôde-se constatar a presença de elementos comuns e contributivos para intervenção com a criança, quais sejam: o potencial simbólico

e salutar dos contos no psiquismo infantil. O mundo das histórias é um dos recursos de que as crianças dispõem para ilustrar o mapa imaginário que indica seu lugar, na família e no mundo (Corso & Corso, 2006), bem como, apresentam possibilidades de soluções criativas para enfrentar problemas, mostrando que novas formas de pensar, ser e agir são possíveis (Castro, 2009).

A literatura trata que, de um modo geral, os personagens das histórias ou dos desenhos, demonstram sentimentos tais como inseguranças, desejos, angústias, medos e cada um de nós pode se identificar com algum aspecto deles. Esses sentimentos, suscitados ao longo do desenvolvimento infantil, são percebidos de forma muito solitária pela criança. Ao escutarem (ou assistirem) as histórias, as crianças podem sentir que não estão totalmente sozinhas nessas vivências, pois se identificam com seu conteúdo. Além dos temas de sofrimento e solidão, há as questões relativas à complexidade da alma humana, além de conflitos como: a dificuldade relativa ao crescimento; o medo da morte (das crianças e dos pais); mágoas pelas seduções fracassadas; e o sofrimento decorrente do fato de ter que escolher um amor fora de casa (Corso & Corso, 2006).

Contudo, percebe-se que esse dispositivo funciona como modalidade de recurso com efeitos terapêuticos, se for considerado o papel fundamental de acolhimento da expressão das crianças, seja mediante a escuta de um conto, seja a partir das manifestações acerca de um desenho animado. Nesses casos, a presença do adulto é essencial, tanto como um organizador dos materiais os quais a criança deverá ter acesso (leituras, filmes, desenhos animados), como acerca das suas expressões, inquietações, curiosidades, acerca dos conteúdos apresentados a ela. A maioria das escolas tem tratado “a arte da narrativa – as canções, o drama, a ficção, o teatro, seja lá o que for – mais como uma “decoração” do que como uma necessidade, como algo com que enfeitar o lazer, ou, às vezes, até como moralmente exemplar” (Corso & Corso, 2011, p.19). Quanto a esse aspecto, tanto o uso de contos de fadas em salas de aula com crianças, quanto os desenhos animados, perdem a função, na perspectiva aqui apresentada, se forem afastados das possibilidades de subjetivação.

Quanto ao desenho Lilo e Stitch, apresenta questões que realmente sensibilizaram as crianças, o que seu imenso sucesso e repercussão comprovaram ao longo de anos após seu lançamento. No olhar da psicanálise, apresenta referências importantes ao psiquismo infantil, tais como: os efeitos da narcisização à criança, a importância do ambiente familiar tolerante e afetivo, o potencial de reorganização psíquica mediante os cuidados do outro, a esperança de encontrar um lugar que ofereça escuta e acolhimento.

Sugere-se, ainda, que sejam “colocados no divã”, tal como já deram início os psicanalistas Corso & Corso (2001), outros desenhos infantis que tenham potencial de benefícios no trabalho do psicólogo com crianças. Uma referência para a análise seria o desenho *The Emperor’s New Groove* (A nova Onda do Imperador), que traz como personagens principais o Imperador Kuzco e o Camponês Pacha. O enredo mostra a construção de um vínculo genuíno, pautado pelo respeito, amizade e ética, valores até então ausentes na vida do jovem Kuzco, que pode ser considerado um bom exemplo de patologia do narcisismo, cuja etiologia pode ser vista mediante a relação com sua cuidadora principal (a bruxa Yzma).

Sugere-se que o uso do desenho ou conto possam ser utilizados como ferramentas para trabalhar com os próprios professores nas escolas, no sentido de informá-los acerca da compreensão psicanalítica das personagens, das relações entre eles e dos efeitos psíquicos gerados em quem assiste ou escuta as histórias.

Sugerem-se mais estudos, sobretudo empíricos, sobre o uso deste dispositivo, o qual já vem sendo usado por psicólogos escolares e acadêmicos em estágio, mas que não publicam suas experiências.

## Referências

- Bettelheim, B. (2009). *A psicanálise dos contos de fadas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bleichmar, S. (1994). *A fundação do inconsciente: destinos de pulsão, destinos do sujeito*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bulhões, L. B. D. (2010). *Experiências maternas frente à continência dos medos infantis*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista. Recuperado de [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97571/bulhoes\\_lbd\\_me\\_assis.pdf?sequence=1](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97571/bulhoes_lbd_me_assis.pdf?sequence=1)
- Castro, M.G., et al. (2009). *Crianças e adolescentes em psicoterapia: abordagem psicanalítica*. Porto Alegre: Artmed.
- Conselho federal de psicologia, (CFP). Disponível em [http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr\\_prof\\_psicologo.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf)
- Corso, D., & Corso, M. (2006). *Fadas no divã: psicanálise nas histórias infantis*. Porto Alegre: Artmed.
- Corso, D., & Corso, M. (2011). *A psicanálise na Terra do Nunca: ensaios sobre a fantasia*. Porto Alegre: Penso.
- Fromm, E. (1962). *A linguagem esquecida: Uma introdução ao entendimento dos sonhos*, contos de fadas e mitos Rio de Janeiro: Zahar.
- Henriques, M. I. G., & Gomes, I. C. (2005) Mito familiar e transmissão psíquica: uma reflexão temática de forma lúdica. *Psychê*, 9(16), 183-196.
- Klein, M. (1970). *Contribuições à psicanálise*. São Paulo: Mestre Jou.
- Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. (2001). *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lilo & stitch. (2019, 30 de Abril). In Wikipédia: a enciclopédia livre. Recuperado de: [http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lilo\\_%26\\_Stitch&oldid=41872904](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lilo_%26_Stitch&oldid=41872904)
- Lima, R. B. (2010). *O dispositivo conto de fadas na clínica com crianças que apresentam déficit de simbolização*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Recuperado de <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2907/RobertaLimaPsicologia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Maia, D. S., & Goulart, M. B. (2014) De Peter Pan a Pinóquio: O desenvolvimento da habilidade de autocontrole e a convivência escolar. *Revista Electrónica De Investigación Y Docencia (REID)*, (11), 147-164.
- Michaelis (2008). *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Melhoramentos.
- Moreira, L. S., & Silva, A. B. D. (2009) Lilo e Stitch: Ensinando o “mau” comportamento. *Revista Psicologia da CEMP (Instituto de estudos do comportamento)*. 2 (1), 55-64.
- Rosa, L. G. (2007) *Dos contos de fadas aos desenhos animados: a comunicação através do processo cíclico das narrativas*. Dissertação (Mestrado em comunicação) Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUCRS. Recuperado de <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/4630/1/395119.pdf>
- Sanders, C. (Director). (2002). *Lilo & stitch*. [DVD] EUA: Estúdios Disney.
- Umpierre, A. Gurski, R., & Chaves, T. (2012) *Cine na escola: um dispositivo para a construção de experiências ou a arte de assinar o que se vê*. Disponível em <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/lepsi/n9/a39n9.pdf>

## O Planejamento da velhice na perspectiva de estudantes universitários

*Oldness planning from university students perspective*

**Patrícia Garcia<sup>1</sup> e Cássia Ferrazza Alves<sup>2</sup>**

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo compreender o planejamento da velhice nas famílias contemporâneas a partir da percepção de estudantes universitários, haja vista o crescimento da população idosa, tornando-se uma população majoritária no Brasil nos próximos anos. Foi realizado um estudo qualitativo, através de dois grupos focais, com 10 estudantes universitários de uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada do interior do Rio Grande do Sul. Os dados foram analisados através de análise temática. A partir da análise, foi possível identificar que a temática do envelhecimento e a velhice vem rodeada de tabus e medos, perpetuados pela sociedade. De forma quase simbiótica à velhice, a finitude tem sido associada, o que induz o sentimento de negação tanto dos avós e pais, quanto dos próprios estudantes universitários ao perceberem o envelhecimento. Desse modo, verificou-se dificuldade de falar abertamente e planejar a velhice na família dos jovens investigados.

Palavras-chave: Planejamento da velhice; Idosos; Estudantes universitários.

**Abstract:** The present article has the goal to understand the planning of oldness in contemporary families by the perception of university students, given the grown of old population, becoming a majoritary population in Brasil over the next years. A qualitative study has been performed, through two focus groups, with 10 (ten) university students of a private Higher Education Institute from the interior of Rio Grande do Sul. The data were analysed by thematic analysis. By the analysis, it was identified that the theme of aging e oldness comes surrounded by taboos and fears, perpetuated by the society. In an almost symbiotic way, oldness has been associated to finitude, which induces the feeling of denial by both grandparents and parents, as well as from the university students themselves, when perceiving the oldness. This way, it has been verified a difficulty of speaking openly and planning the old age in the family of the students.

Keywords: Oldness planning; Seniors; University students.

### Introdução

O processo de envelhecimento é algo que se fazia presente nas mais remotas histórias da humanidade, contendo, desde então, conflitos e inquietudes a respeito. Nesse sentido, "o envelhecimento (processo), a velhice (fase da vida) e o velho ou idoso (resultado final) constituem um conjunto

cujos componentes estão intimamente relacionados" (Papaléo Netto, 2017, p.119). Pode-se pensar que esse processo (envelhecimento) é marcado por fases, como infância, adolescência, idade adulta, maturidade e velhice, sendo então a velhice o último marcador. Desta forma, o envelhecimento é um processo fisiológico natural e a velhice é a fase final da vida, a qual está tendo a expectativa de vida aumentada graças aos avanços da medicina e

<sup>1</sup> Psicóloga pela FSG Centro Universitário; Rua Independência, 645/408, Farroupilha; e-mail: ppatriciagarcia@hotmail.com .

<sup>2</sup> Psicóloga, Doutora em Psicologia/UFRGS, Docente da FSG Centro Universitário; Rua Alfredo Chaves, 1208/1411; Caxias do Sul, e-mail: cassiaferrazza@gmail.com .

---

das condições de vida do ser humano. Por conseguinte, com passos largos, a população mundial idosa e brasileira vem crescendo, sendo que há estimativas para os próximos anos de se tornar uma população majoritária no Brasil (Miranda, Mendes & Silva, 2016).

Em 1970, com a revolução industrial, o Brasil teve seu perfil demográfico transformado radicalmente. Devido à entrada da mulher no mercado de trabalho, na época fomentada pelo baixo custo dos salários, as mulheres deixaram seu papel exclusivo de cuidadoras do lar e de seus familiares, consideradas como de cuidadoras “oficiais”, para ajudar no sustento da família e serem provedoras da casa (Camarano & Kanso, 2017; Miranda, Mendes & Silva, 2016). Mudança essa que afeta diretamente as famílias na sua capacidade de ofertarem o cuidado para o idoso (Camarano & Kanso, 2017).

Assim, ao longo dos anos, modificações importantes ocorreram corroborando para essa mudança demográfica expressiva. As taxas de fertilidade caíram e, em contrapartida, a expectativa de vida aumentou, alterando não somente a densidade demográfica, mas também as novas configurações familiares, novos papéis e, com isso, novos desafios. Logo com a chegada da velhice, há papéis que mudam, em especial, com a aposentadoria, a saída dos filhos de casa, a presença de netos, entre outros fatores que modificam a dinâmica familiar e as relações hierárquicas. A partir dessas mudanças, por vezes, há uma necessidade de um novo arranjo e redefinições de papéis (Reis & Monteiro, 2016).

Desse modo, torna-se oportuno abordar sobre a temática da família e do envelhecimento, podendo levantar como problema de pesquisa: Como tem sido o planejamento da velhice nas famílias contemporâneas? A fim de poder compreender essas modificações ao decorrer do tempo, a produção científica foi ganhando força e aumentando de forma gradativa, suas teorias e paradigmas. Embora seja necessário seu estudo, ainda é um tema recente na literatura brasileira.

Ao abordar o tema do planejamento da velhice, verificam-se questões relacionadas às condições financeiras e de saúde como um dos principais limitadores da autonomia na velhice (Faller, Teston & Marcon, 2015; Brito, Belloni, Castro, Camargo & Giacomozzi, 2018). Além disso, mudanças nas questões previdenciárias também influenciam neste aspecto (Brasil, 2015). A dependência da família tem sido considerada algo indesejável para muitos idosos e, diante de alguma doença, é necessário contar com a ajuda de um cuidador, o qual geralmente é familiar (Brito et al., 2018). Muitas vezes, essa dependência parece ser aprendida na medida em que a própria família representa o idoso como alguém que precisa de cuidados, amparo e atenção (Araújo, Castro & Santos, 2018). Desse modo, verifica-se que não é somente o indivíduo que precisa refletir sobre a velhice, mas todo o contexto familiar, que possui representações sociais sobre a velhice, influenciando na qualidade do envelhecer (Araújo, Castro & Santos, 2018; Faller, Teston & Marcon., 2015).

Para compreender este aspecto, Moscovici (1961 citado por Morera, Padilha, Silva & Sapag, 2015) na sua tese de doutorado *La psychanalyse, son image et son public*, criou a Teoria das Representações Sociais (TRS), o qual compreendeu os fenômenos coletivos por meio das normas e regras que conduzem o pensamento social e fazem com que as representações se movimentem no meio de diferentes conceitos e percepções (Morera et al., 2015). Assim, a TRS está intimamente relacionada com as trocas simbólicas desenvolvidas nos ambientes sociais e nas relações interpessoais, influenciando na construção do conhecimento que é partilhado.

Nessa perspectiva, a população idosa vivencia com tensão essa nova fase, tendo dificuldades de estabelecer o seu novo papel e seu novo lugar na sociedade. Ao investigar as representações sociais da velhice, no geral, verificam-se aspectos ligados à inatividade e inutilidade dos idosos (Brito et al., 2018; Faller, Teston & Marcon, 2015), ao declínio físico e a aparição de doenças (Araújo, Castro & Santos, 2018; Brito et al., 2018; Mendes et al., 2018), a comparação do idoso à criança (Brito et al., 2018; Mendes et al., 2018), o desejo por autonomia e, por isso, a manutenção de atividades (Araújo, Castro & Santos, 2018; Brito et al., 2018).

Logo, ao abordar a temática do planejamento da velhice, é necessário levar em conta que a maior parte dos idosos talvez não possua condições econômicas adequadas para vivenciar esta fase da vida, considerando que a condição econômica é um dos pilares do envelhecimento ativo e um importante aspecto para muitos idosos ao investigar a percepção de envelhecimento (Brito et al., 2018; Faller, Teston & Marcon, 2015). Por isso, torna-se imprescindível a existência de políticas públicas voltadas para a população idosa (Brito et al., 2018), bem como a capacitação de profissionais para trabalhar com esta população (Faller, Teston & Marcon, 2015). Cachioni e Aguilar (2008) afirmam que o papel da universidade perante a sociedade não é só de formar o estudante em seu curso, mas dar subsídios para que esses sujeitos possam ter o conhecimento científico e empático, modificando a imagem do idoso no contexto social. Contudo, ao investigar as representações sociais dos universitários sobre a velhice, ainda se identificam concepções calcadas em um modelo biomédico, relacionando à velhice ao declínio físico e à aproximação do cuidado do idoso ao efetuado às crianças (Mendes et al., 2018).

Assim, este estudo tem como objetivo compreender o planejamento da velhice nas famílias contemporâneas a partir da percepção de estudantes universitários. Optou-se por investigar a percepção dos estudantes universitários de uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada, tendo em vista que são sujeitos em processo de formação e contínuo aprendizado, inseridos assim criticamente na sociedade. Possivelmente, por serem jovens adultos, estima-se que os mesmos têm ou terão algum familiar nessa fase da vida (velhice), além de trabalhar em algum momento com essa população, tendo em vista as perspectivas já mencionadas.

## Método

A presente pesquisa configura-se em um estudo exploratório, de abordagem qualitativa, realizado através de grupo focal.

A seleção dos participantes para a pesquisa foi realizada de forma intencional, convidados através de redes sociais (*Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*) e por e-mail, sendo divididos em três grupos focais de um encontro. O convite foi estendido a estudantes de qualquer graduação, contudo, participaram somente estudantes da psicologia. Foram realizados grupos focais composto por um encontro, de aproximadamente duas horas. 13 universitários demonstraram interesse em participar dos grupos, sendo que somente 11 universitários participaram, sendo todos estudantes de psicologia. Contudo, pelo fato de um grupo focal ser composto somente por uma pessoa, desconfigurando a compreensão de grupo, os dados foram analisados a partir dos 10 universitários participantes dos dois grupos focais.

A coleta de dados foi realizada através de questionário sociodemográfico e de perguntas ao grupo focal. Os grupos ocorreram em uma sala de aula da Instituição de Ensino Superior (IES) privada. O questionário sociodemográfico

teve por objetivo conhecer os participantes em termos de sexo, faixa etária, nível socioeconômico. As perguntas do grupo focal, construídas com base na literatura, levaram em consideração os seguintes temas: percepção sobre o envelhecimento, a qual buscou compreender como esses universitários interpretam esse processo; o conhecimento sobre o tema do planejamento da aposentadoria, verificando assim se existe algum plano para o envelhecimento (Costa & Bifano, 2017).

Os dados foram analisados através da análise temática, realizado em seis etapas (Braun & Clarke, 2006). Através da identificação, análise e descrição de padrões ou temas, este método permitiu apresentar e organizar os dados de uma forma sintética, tendo o seu início com a transcrição dos dados, leitura e releitura dos dados e apontamento de ideias iniciais. A partir desse momento, foi possível gerar códigos iniciais, onde foram codificados os dados relacionados a cada código, sendo posteriormente agrupados em códigos iminentes, reunindo todos os dados relevantes para cada tema potencial. Contendo esses temas, foi realizada uma revisão dos mesmos, em que foi formado um “mapa” temático da análise. Com o “mapa” temático, foi realizada uma nova análise para aprimorar as especificidades de cada tema e, por último, foram selecionados exemplos a partir dos fragmentos dos grupos focais. Após a leitura do conteúdo das mensagens emergiram as duas categorias temáticas: A construção do envelhecimento contemporâneo na percepção de estudantes universitários e o planejamento da velhice é igual ao planejar a finitude?

Quanto aos procedimentos éticos, o projeto foi encaminhado ao Comitê

de Ética em Pesquisa da Sociedade Educacional Ltda./FSG, conforme resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016), tendo sido aprovado (protocolo CAAE18002619.9.0000.5668). Após a aprovação, os participantes foram recrutados através do diretório acadêmico do curso de psicologia e pelas mídias sociais. Os grupos focais foram realizados pela primeira autora, a partir da concordância do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os grupos focais foram gravados através de gravador de voz e posteriormente transcritos.

No TCLE, constaram os objetivos da pesquisa, explicando que não era obrigatória a colaboração, bem como não haveria ganhos financeiros com a mesma e também não acarretaria custos ao participante. Também, a qualquer momento, o participante poderia desistir de participar do grupo sem qualquer prejuízo. Os participantes que demonstraram interesse receberam o retorno dos resultados através de uma oficina. Os questionários e seus dados foram armazenados com a pesquisadora responsável por um período mínimo de cinco anos e serão destruídos após este período.

## Resultados e Discussão

Dos 10 participantes do estudo, oito eram do sexo feminino e dois do sexo masculino, com idades entre 23 e 35 anos ( $M = 26,75$ ;  $DP = 3,74$ ). Nenhum dos participantes possuía filhos e a maioria era solteiro, sendo apenas um universitário com união estável. Mais informações sobre as características sociodemográficas encontram-se na Tabela 1.

**Tabela 1. Informações sociodemográficas**

Partic.	Nível socioeconômico da família	Familiar que motivou a participação no grupo	Idade do familiar que motivou a participação no grupo	Grau de instrução dos pais	Familiar(es) idoso(s)	Idade do(s) familiar(es) idoso(s)
P 1.	Não soube informar	Mãe	53 anos	Ensino médio incompleto	Avó materna	72 anos
P 2.	RS 7.000,00	Mãe Pai	50 anos 47 anos	Ensino superior em andamento Ensino superior incompleto	Avós maternos	70 anos
P 3.	RS 15.000,00	Mãe Pai	57 anos 60 anos	Ensino superior completo Ensino médio completo	Avó	81 anos
P 4.	RS 2.000,00	Mãe	50 anos	Ensino fundam. completo	Avó	76 anos
P 5.	RS 2.500,00 a RS 3.000,00	Mãe	58 anos	Ensino médio completo	Avô	76 anos
P 6.	RS 5.000,00	Mãe Pai	55 anos 53 anos	Ensino superior completo Ensino fundam. incompleto	Avós	Não soube informar
P7.	RS 4.000,00	Mãe Pai	53 anos 58 anos	Ensino médio incompleto Ensino médio completo	Avó materna	Não soube informar
P 8.	RS 2.000,00	Mãe Pai	56 anos 65 anos	Ensino fundam. incompleto Ensino fundam. incompleto	Avó	83 anos
P 9.	RS 2.500,00	Mãe	60 anos	Ensino fundam. incompleto	Madrinha	89 anos

---

## A construção do envelhecimento contemporâneo na percepção de estudantes universitários

Esta categoria representa as unidades de significado nas quais os universitários revelam as suas percepções e concepções de quem é esse idoso, o não saber nomear, a questão geracional e como o contexto influencia o processo. Os grupos consideram uma pessoa idosa a partir dos 60 anos, sendo ampliado para os 70 anos atualmente na percepção dos universitários. Esses números, segundo os universitários, podem mudar daqui alguns anos, pois depende de vários fatores e acreditam ser muito subjetivo.

“Eu também acredito que seja subjetivo, depende muito de como é a saúde física e mental da pessoa” (Part. 3).

A percepção de que não existe uma concepção única ou definitiva da velhice, mas sim concepções incertas, opostas e variadas, podendo considerar que, ao se tratar de idade, levamos em conta a idade cronológica, a psicológica e a social. Ou seja, a idade cronológica está ligada à biologia do sujeito, a psicológica é subjetiva e a social leva em conta a percepção da atuação para com os papéis esperados para sua idade (Papaléo Netto, 2017). Deste modo, em termos da biologia do sujeito, é possível discorrer acerca do corpo, que assume um importante papel no envelhecimento, uma vez que é nele que ocorrem as principais mudanças, seja na aparência ou na sua fisiologia (Esteves & Fernandez, 2017).

“Cara quando tu perguntou, eu fiquei pensando que é tu estar mais vulnerável, mais suscetível a doenças, devido à idade enfim. Tá mais limitado[...]” (Part. 8).

“Eu acho que a gente começa a perceber uma pessoa idosa, quando fisicamente ela começa a dar sinais disso. Como se fossem falhas do corpo, então ela começa ficar doente, começa a ir no médico, começa a aparecer os cabelos brancos, começa a ter [...]” (Part. 2).

Esse corpo, desde as práticas ascéticas da antiguidade, é objeto de procedimentos e intervenções, que tinham como base o acesso à alma. Hoje, nas sociedades contemporâneas continuam os procedimentos e intervenções numa escala muito maior e invasiva, talvez com o objetivo de evitar, retardar ou tirar qualquer evidência do envelhecimento (Tavares & Silva, 2019). Ao mesmo tempo, este corpo é o elo da relação entre o indivíduo e o grupo, que perpassa trocas simbólicas, normas e representações culturais de cada sociedade que se dá na construção deste corpo (Esteves & Fernandez, 2017).

Essa cultura de exaltar o que é jovem, o que é belo e, com isso, a negação do velho foi percebida pelos universitários. Ao serem questionados sobre o que é ser idoso e ao pedir que definissem a velhice, os universitários ficaram em silêncio por alguns minutos.

“Tem definições que a gente nunca para pensar” (Part. 1).

“Eu fico pensando aqui, essa dificuldade de falar uma palavra [...]Então a gente não se vê nesse lugar, que nem eu, eu até vejo os outros,mas eu não sei dizer outra palavra a não ser experiência. Onde é que eu tô nesse lugar? De futuramente idosa?” (Part. 3).

Segundo Ferrigno (2016), essa dificuldade está relacionada ao fato de se envelhecer em uma sociedade que valoriza a juventude e seus padrões de beleza. Assim, induz ao não pensar e, com isso, não conseguindo se imaginar nesse lugar, pode-se verificar uma possível recusa do envelhecimento. Logo, a cultura não estimula as pessoas a olharem para os fenômenos que fazem parte da existência e com os quais precisam de uma forma ou de outra nos deparar, como o envelhecimento e sua última etapa, a velhice. Por isso, aprendem a evitar e negar essas questões desde cedo (Tavares & Silva, 2019). Desse modo, é possível identificar que a concepção de velhice tem sido relacionada à realidade que cada indivíduo vivencia, ocorrendo a partir de diferentes fatores, tais como, físico, biológico, psicológico, cultural (Faller, Teston & Marcon, 2015).

“Então a pessoa é ativa, a gente não vê ela como idosa, quando ela começa a ficar menos ativa a gente vai vendo que ela tá idosa” (Part. 2).

“A questão física também é algo que me remete a ser idoso, a debilidade assim. E a atividade eu acho que como o colega falou, ser menos ativo me remete a ser idoso” (Part. 6).

Resulta, desse modo, em um desejo de envelhecer bem e ter a garantia da qualidade de vida, ainda que seja necessário mostrar-se produtivo e ativo (Dourado, Oliveira & Menezes, 2015). No entanto, percebe-se que esse ideal de velhice ativa é disseminado responsabilizando o sujeito, como se essa velhice fosse somente uma questão de escolhas, boas ou más. Questões como aspectos socioculturais, financeiros, de acesso a serviços básicos, os quais são aspectos coletivos que impactam diretamente nessa construção do ser idoso não podem ser esquecidos, uma vez que são considerados pilares para o envelhecimento ativo (Kreuz, 2018).

“[...] tirando a idade que obviamente ela chega pra todo o mundo né! Mas a idade tu nem tem como evitar, mas a escolha de vida tu tem como” (Part. 9).

“Faz lembrar a música do Chaves: “se você é jovem ainda, jovem ainda velhas não serás”, essa música traz a juventude não morre a menos que tu deixa ela morrer” (Part. 7).

Por outro lado, os universitários revelaram perceber a influência do contexto e do ambiente sobre o papel e a imagem do ser idoso e de como viver essa fase e outras, ao decorrer das décadas.

---

“Eu vejo até pela época que meus avós viveram, tipo meu avô paterno nasceu em 1912[...]. A mulher dele nasceu em 1916 [...] Então naquela época lá, o que aconteceu ela saiu de casa obrigada a se casar né. Teve que ter “dez mil filhos”, ela queria estudar, ela queria ser artista e tal e não pôde [...] No tempo da minha avó materna, já foi um pouco diferente, porque ela nasceu em trinta e poucos [...] ela também saiu jovem de casa, para casar mas por escolha dela. Teve seus filhos, não teve tantos, teve 4 filhos [...] Foi uma mulher empreendedora, cuidava da casa ao mesmo tempo que trabalhava [...] mudou muito, vejo que mudou a forma de como o mundo move agora (Part. 3).

Desta forma, entende-se que a sociedade, em todas suas expressões dinâmicas, impacta e influencia os indivíduos coletivamente e subjetivamente. É nesse intercâmbio constante entre subjetivo e o mundo social que a sociedade e, sobretudo o sujeito, se constitui (Morera, Padilha, & Sapag, 2015). Com isso, representações sociais relacionadas ao idoso relativas à inutilidade, inatividade e de perda de autonomia tem influenciado no modo de se perceber a velhice (Brito et al., 2018; Faller, Teston & Marcon, 2015). Neste sentido, o fato da velhice ser ainda associada à idade, parece influenciar na percepção de idosos sobre como é sentir-se velho (Faller, Teston & Marcon, 2015).

Assim, conforme envelhecem, os papéis sociais esperados e impostos pela sociedade vão se modificando, principalmente no âmbito da família, em que se altera o lugar de cada integrante inserido nela. Essa modificação nas configurações familiares leva a reorganização dos papéis, tendo como resultado transformações sociais, como, por exemplo, a maior longevidade, o menor número de filhos e a saída da mulher para o mercado de trabalho (Scremin & Bottoli, 2016). Corroborando com os autores, os participantes, em sua maioria, relataram que seus avós foram responsáveis pela sua educação, enquanto os seus pais trabalhavam.

“O meu avô materno, até porque para os meus pais trabalharem eu ficava bastante com ele [...] Mas muita coisa que eu faço hoje, o jeito como eu me comporto é porque eu aprendi com ele” (Part.7).

“Ela (falecida mãe da mãe) cuidava de mim no caso [...] Então a minha mãe ia trabalhar e quem cuidava de mim era ela” (Part. 4).

Deste modo, a presença dos avós parece ter influência nas crenças e na formação da personalidade dos estudantes universitários. Essa questão transgeracional é passada pelo sujeito detentor dessa herança que se divide entre o fim de si próprio e a continuação de ser uma conexão de intersubjetivação familiar, a qual está submetido. Desta forma, a questão transgeracional ou transmissão psíquica geracional remete à inserção do sujeito naquilo que é simbólico, ou seja, as palavras que ele aprende, estruturando a subjetividade e desenvolvendo psicologicamente tudo aquilo que é herdado (Louzeiro & Lima, 2017).

## O planejamento da velhice é igual a planejar a finitude?

Esta categoria representa as unidades de significado nas quais os participantes revelam um ideal de velhice e suas percepções quanto ao planejamento da velhice. Nestes temas, ao abordar o planejamento emergem associações a doenças, aposentadoria, situação financeira e finitude da vida.

“[...] na casa do meu avô, ele tá com 76 anos a minha mãe começou a pensar [...] bom vamos começar a pagar o seu plano funerário, pra quando chegar a hora tá tudo certinho! E entre nós (eu e ela) tudo certo, tudo bem termina o dele, começa a pagar o da minha mãe termina o dela, começa a pagar o meu. Era esse o raciocínio, mas quando a gente apresentou a ideia pra ele, mostrou a cartinha e tudo ele se invocou!” (Part. 5).

“Na minha família, por parte de mãe, eu percebo o cuidado com a saúde. Como todos tem em torno de 55, 56 anos ainda não chegaram aos 60, eles já começam a dizer: ah eu tô cuidando da minha saúde agora, física pra depois ter uma boa velhice” (Part.6).

Velhice e finitude são culturalmente associadas, sendo assuntos, muitas vezes, velados, evitados, negados, sendo considerados tabus. Essa associação deve-se em razão às perdas acumuladas ao longo dos anos e acentuadas nessa fase, aos anos que avançam e, a última instância, à frente que é a morte (Faller, Teston & Marcon, 2016).

No que tange ao planejamento da velhice de seus familiares, a maioria dos participantes não tem um planejamento propriamente dito, nem que seja em termos de discussão sobre o envelhecer. Todos alegaram ser um assunto delicado e, muitas vezes, um tabu na família.

“[...] O que a gente tem feito é cuidar mais da alimentação, mas nós nunca falamos pra velhice!” (Part. 8).

“Nenhum planejamento, de nada” (Part. 4).

O fato de não haver um planejamento propriamente dito, ou melhor, ser um planejamento velado e/ou negado, pode ser compreendido como uma defesa, pois as atitudes e falas do outro para com esse tema, sinalizam para o sujeito que ele envelheceu ou está envelhecendo (Tavares & Silva, 2019). Possivelmente, as representações sociais ligadas à velhice de ser uma fase de finitude influenciam neste não planejamento, uma vez que o idoso ainda pode continuar trabalhando e desenvolvendo novos projetos de vida (Faller, Teston & Marcon, 2015). Desta forma, ficou evidente que talvez seja a primeira geração a viver por tanto tempo com as gerações anteriores e a primeira a começar a falar nessas temáticas. Sendo então uma realidade nova, os universitários só começaram a pensar e tiveram acesso a informação científica sobre o envelhecimento e a velhice através do curso de psicologia.

---

“Eu fui ver o isso dentro da faculdade, fora disso muito pouco. Assim do que eu tive de contato com processo do envelhecimento que eu fui começando a entender, e ter alguns insights foi em função do curso de psicologia” (Part. 2).

O curso de Psicologia possui, na maior parte das instituições, a disciplina de psicologia do envelhecimento, a qual tem por objetivo compreender a heterogeneidade do processo do envelhecimento humano e suas relações, proporcionando subsídios para reflexões de seus estudantes, perante o sujeito, suas relações e o processo que está vivenciando (Neri, 2017). Essa formação, voltada para uma concepção crítica sobre a velhice, compreendendo-a para além das mudanças físicas, torna-se imprescindível na formação de novos profissionais da saúde (Mendes et al., 2018).

Levando em consideração toda a evolução científica, bem como as transformações sociais, uma regra social ainda inserida é que o papel de cuidadora é da mulher, como do homem ser o provedor. Apesar das novas configurações familiares e os novos papéis, esse conceito ainda está latente em nossa sociedade.

“Isso é o que gente fala, bah mano a gente vai ter que cuidar do pai e da mãe! Já vai te preparando tu é o mais novo é tu que vai ficar em casa! Ai ele responde: mas tu é a mulher, é tu que fica!” (Part. 2).

Embora a mulher esteja cada vez mais no mercado de trabalho, ainda se espera que assuma as funções de cuidadora, em especial dos idosos. Vale ressaltar que essa função de cuidadora familiar foi construída historicamente e está fundamentada nos valores culturais e sociais da primeira metade do século passado, no qual as mulheres assumiam o papel domiciliar (Colussi, Pichler, & Grochot, 2019).

Uma preocupação latente trazida pelos participantes com as novas configurações familiares refere-se ao fato de que, atualmente, não possuem mão de obra suficiente e/ou não gostariam de exercer tal papel de cuidador.

“É muito engraçado essa questão de associar: tu vai ter um filho e teu filho tem que te cuidar né!” (Part. 8).

“É eu ia dizer a mesma coisa, porque eu também sou filho único. Então eu também tenho esse pensamento, vou estabilizar financeiramente” (Part. 9).

Embora os participantes tenham associado que desejam filhos não para serem cuidados pelos mesmos, verifica-se que muitos filhos que cuidam de seus pais, esperam ser cuidados por seus filhos (Aires et al., 2019). Além disso, ficou evidente entre os universitários que a maioria tem sentimentos positivos de responsabilidade filial, ou seja, querem cuidar por dever e obrigação, aspecto que tem sido associado na realidade brasileira, embora sejam identificadas dificuldades vivenciadas por filhos cuidadores (Aires et al., 2019).

## Considerações finais

A pesquisa permitiu compreender, através da percepção dos estudantes universitários, que o planejamento da velhice nas famílias contemporâneas ainda é um assunto em evolução. Cercado de tabus e medos, a velhice é vista pelos universitários como modificações biológicas e fisiológicas, com destaque para alterações na aparência externa, como a presença de cabelos brancos e rugas e o acometimento de doenças, provindas da idade, culminando na finitude.

Desta forma, vale considerar, desde cedo, abordar a morte/finitude como condição natural, inerente à vida humana. Para tanto, é necessário oferecer informação sobre ela e estimular discussões que levem à conscientização sobre sua naturalidade e inevitabilidade. Esse medo que cerca a finitude e associação quase simbiótica com a velhice, induz o sentimento de negação tanto dos avós e pais, bem como dos próprios estudantes universitários ao perceberem o envelhecimento.

Anula-se, assim, qualquer possibilidade de falar abertamente e planejar tal velhice. Deste modo, destaca-se a importância do papel da universidade para modificar a imagem do idoso no contexto atual, para todos os cursos e para a sociedade em geral. Percebe-se como limitação do presente trabalho, o interesse de somente um curso de graduação, o que limitou as percepções e contribuições acerca do tema.

Neste sentido, destaca-se a relevância deste estudo, pois, ao analisar a percepção dos universitários sobre o próprio envelhecimento e de seus pais, maiores informações são viabilizadas para a literatura científica, no intuito de identificar como estes vêem o envelhecimento e desmistificar os estereótipos inerentes a este processo. Também desperta e contribui para o conhecimento e aprimoramento das questões relacionadas ao indivíduo que está envelhecendo, buscando desenvolver pesquisas que compreendam a percepção do envelhecimento. Deste modo, fica o desejo de um diálogo mais aberto sobre a velhice em toda a sua complexidade, de forma ampla e com as suas singularidades, incluindo neste diálogo as diversas faixas etárias. Afinal, quem somos nós senão os velhos de amanhã?

## Referências

- Aires, M., Pizzol, F., Bierhals, C., Mocellin, D., Fuhrmann, A. C., Santos, N., Day, C., & Paskulin, L. (2019). Responsabilidade filial no cuidado aos pais idosos: estudo misto. *Acta Paulista de Enfermagem*, 32(6), 691-699. doi:https://dx.doi.org/10.1590/1982-0194201900095
- Araújo, L., Castro, J., & Santos, J. (2018). A família e sua relação com o idoso: um estudo de representações sociais. *Psicologia em Pesquisa*, 12(2), 14-23. doi: https://dx.doi.org/10.24879/2018001200200130
- Brasil (2015). *Aposentadoria: sancionada fórmula 85/95 para aposentadoria por tempo de contribuição*. Recuperado em: <http://www.previdencia.gov.br/2015/11/aposentadoria-sancionada-formula-8595-de-aposentadoria/>.
- Brito, A., Belloni, E., Castro, A., Camargo, B., & Giacomozzi, A. (2018). Representações sociais do cuidado e da velhice no Brasil e Itália. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 34, 1-11. doi: https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3455
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.
- Cachioni, M., & Aguiar, L. E. (2008). Crenças em relação à velhice entre alunos da graduação, funcionários e coordenadores-professores envolvidos com as demandas da velhice em universidades brasileiras. *Revista Kairós*, 11(2), 95-119.

- 
- Camarano, A. A., & Kanso, S. (2017). Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. In de Freitas, E. V. & Py, L. (Ed.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. (pp. 209-233). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Colussi, E. L., Pichler, N. A., & Grochot, L. (2019). Percepções de idosos e familiares sobre envelhecimento. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 22(1), 1-8. doi:10.1590/1981-22562019022.180157.
- Costa, E.O., & Bifano, A.C.S. (2017). A análise institucional como instrumento para compreender a reinstitucionalização de idosos na família contemporânea: um estudo de caso. *Sociedade em Debate*, 23(2), 305-330.
- Dourado, M. B., Oliveira, A. L. B. de & Menezes, T. M. de O. (2015). Percepção dos graduandos de enfermagem sobre o seu envelhecimento. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 68 (2), 278-283. doi: 10.1590/0034-7167.2015680213i.
- Esteves, D. B., & Fernandez, J. C. A. (2017). Velhice, corpo e saúde. *Revista Kairós-Gerontologia*, 20(4), 383-401. doi: 10.23925/2176-901X.2017v20i4p383-401.
- Faller, L., Teston, E., & Marcon, S. (2015). A velhice na percepção de idosos de diferentes nacionalidades. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 24(1), 128-137. doi:https://dx.doi.org/10.1590/0104-07072015002170013
- Ferrigno, J. C. (2016). A Psicologia das derradeiras fases da vida. *Mais 60 - Estudos sobre Envelhecimento*, 27(66), 68-83.
- Louzeiro, C. F. A. & Lima, A. B. R. (2017). Família e envelhecimento: um estudo sobre as relações entre avós e netos. *Revista Ceuma Perspectivas*, 30(1), 132-149. doi:https://doi.org/10.24863/rccp.v30i2.108
- Kreuz, G. (2018). EnvelheSER: Processo individual e coletivo. *Revista portal de divulgação*, 55, 49-53. Disponível em: <https://revistalongeviver.com.br/index.php/revistaportal/article/viewFile/697/767>
- Mendes, J., Massi, G., Willig, M., Ziesemer, N., Silva, A., & Carvalho, T. (2018). Representações sociais da velhice e do cuidado enunciadas por acadêmicos de fonoaudiologia e de enfermagem. *Distúrbios da Comunicação*, 30(2), 402-410. doi:https://doi.org/10.23925/2176-2724.2018v30i2p-402-410
- Miranda, G. M. D., Mendes, A. Da C. G., & da Silva, A. L. A. (2016). O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 19(3), 507-519. doi: 10.1590/1809-98232016019.150140.
- Morera, J. A. C., Padilha, M. I., da Silva, D. G. V., & Sapag, J. (2015). Aspectos teóricos e metodológicos das representações sociais. *Texto & Contexto Enfermagem*, 24(4), 1157-1165. doi: 10.1590/0104-0707201500003440014.
- Neri, A. L. (2017). Teorias psicológicas do envelhecimento/ Percurso histórico e teorias atuais. In de Freitas, E. V. & Py, L. (Ed.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. (pp. 152-179). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Papaléo Netto, M. (2017). Estudo da velhice/ Histórico, definição do campo e termos básicos. In de Freitas, E. V. & Py, L. (Ed.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. (pp. 103-125). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan
- Reis, C., & Monteiro, C. (2016). Velhice na contemporaneidade: uma análise psicossocial. *Revista Uningá*, 50, 71-76.
- Scremin, A. L. X. & Bottoli, C. (2016). Avós e netos: o exercício de uma parentalidade. *Barbarói*, 48(1), 234-252. doi: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i48.5486>
- Tavares, L. N., & Silva, L. C. da, (2019). A velhice e a exterioridade: o olhar do outro na velhice, uma compreensão existencial. *Revista Kairós-Gerontologia*, 22(1), 405-419. doi: 10.23925/2176-901X.2019v22i1p405-419.

## Prática psicológica em territórios sanitários: (re)viendo a ação clínica

*Psychological practice in sanitary territories: (re)seeing the clinical action*

**Jéssica de Almeida Félix<sup>1</sup> e Ana Maria de Santana<sup>2</sup>**

**Resumo:** Este estudo versa sobre a prática do psicólogo no Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF). O objetivo foi de ampliar o horizonte compreensivo acerca da atuação de psicólogos em territórios sanitários do Agreste de Pernambuco, em saúde mental. A metodologia eleita veio da Pesquisa Qualitativa ao lume dos indicativos formais da Fenomenologia Hermenêutica. Os colaboradores do estudo foram profissionais psicólogos com atuação na saúde pública. Os recursos metodológicos para a obtenção dos dados foram: a Entrevista Narrativa e o Diário de Campo da pesquisadora. Na compreensão dos dados narrativos recorreu-se a hermenêutica gadameriana enquanto postura epistemológica de investigação. À guisa de consideração, a prática psicológica em territórios sanitários do Agreste de Pernambuco precisa transcender uma visão fragmentada da atenção prestada ao usuário, na maioria das vezes, exercida no modo de uma clínica desatenta a dimensões existenciais do enfermo. No matriciamento, empecilhos impedem o alcance de metas. Há exigência de atendimentos individualizados, devido à falta de esclarecimentos do saber-ofício do psicólogo na Atenção Básica. Seguindo o caminho das constelações acerca do cuidado em saúde, o estudo realça possibilidades compreensivas à luz da Fenomenologia Existencial.

Palavras-chave: Saúde pública; Matriciamento; Psicologia; Fenomenologia existencial.

**Abstract:** This study deals with the practice of the psychologist at the Family Health Support Center (NASF). The objective was to broaden the comprehensive horizon about the performance of psychologists in health territories of Agreste de Pernambuco, in mental health. The chosen methodology came from Qualitative Research to the light of the formal indications of Hermeneutic Phenomenology. The study collaborators were professional psychologists working in public health. The methodological resources for obtaining the data were: the Narrative Interview and Field Diary of the research. In understanding the narrative data, Gadamerian hermeneutics was used as an epistemological posture of investigation. By way of consideration, psychological practice in sanitary territories in Agreste de Pernambuco needs to transcend a fragmented view of the attention given to the user, most of the time, exercised in the manner of a clinic inattentive to the patient's existential dimensions. In matriculation, obstacles prevent the achievement of goals. There is a requirement for individualized care, due to the lack of clarification on the psychologist's know-how in Primary Care. Following the path of constellations about health care, the study highlights comprehensive possibilities in the light of Existential Phenomenology.

Keywords: Public health; Matriculation; Psychology; Existential phenomenology.

<sup>1</sup> Mestra em Saúde Mental (Universidade de Pernambuco/UPE); Sanitarista (Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco (ESPPE); Psicóloga (UPE). E-mail: jessicaalmeida.jec@gmail.com .

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia Clínica; Mestra e Especialista em Psicologia Clínica (UNICAP). Psicóloga (UFPE). Professora Adjunta do Curso de Psicologia da UPE atuando na Graduação e no *Stricto Sensu*. Pesquisadora do Laboratório de Pesquisa em Ação Clínica e Saúde - LACS/UPE. Membro do GT- Práticas Psicológicas em Instituições: atenção, desconstrução, invenção da ANPEPP. Psicóloga da Secretaria de Saúde do Recife. E-mail: ana.santana@upe.br .

---

## Introdução

O Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) foi criado com o objetivo de fortalecer as ações de saúde na comunidade. Nesse intento, procura realizar procedimentos que auxiliam a efetivação da Atenção Básica voltada para o comunitário e sua família. Inserido no NASF, o psicólogo encontra numerosos desafios, entre eles, a falta de esclarecimento sobre o saber-ofício em saúde mental junto à comunitários. Sendo assim, importa saber - como a prática psicológica vem sendo realizada no NASF? Quais os desafios junto às demandas comunitárias relacionadas ao sofrimento em cidadania? Na experiência clínica das pesquisadoras, tais questões levam a deduzir que no campo da formação clínica e nas práticas de atenção em saúde, o psicólogo não se encontra tão bem esclarecido para atuações que ultrapassam a sua fronteira disciplinar, o que motiva a busca de investigação sobre a práxis psicológica em territórios sanitários.

O NASF não é porta de entrada para a Atenção Básica, avistada como mais um apoio especializado às equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF). A Atenção Básica diz de um conjunto de ações que podem ser realizadas individualmente ou coletiva, nos primeiros níveis de atenção do sistema de saúde, voltada para a prevenção de agravos, tratamento e reabilitação (PNAB). No fazer das práticas multiprofissionais do NASF, encontra-se a assessoria das equipes do ESF, buscando ampliar ações e articulando a rede de saúde no território sanitário. O trabalho é processual, criado com atores sociais envolvidos na promoção do cuidado, são eles: equipe técnica do ESF, comunitários e organizações sociais da comunidade. As ações no NASF, dizem de um atendimento compartilhado em domicílio, junto a comunidades, individualmente ou em intervenções clínicas grupais e de educação em saúde. O apoio matricial em clínica ampliada e o *Projeto Terapêutico Singular* são dispositivos importantes que dão lume ao trabalho dos que formam o NASF, executando diretrizes das políticas do Ministério da Saúde.

Um grande obstáculo no exercício profissional dos integrantes do NASF são os modos de atuação embasados nos princípios da biomedicina, vigente e hegemônica, em que a lógica da atenção diz de uma clínica que naturaliza, indiscriminadamente, demandas de cunho sócio-político. Parafraseando Pelizzoli (2011) o termo biomedicina assinala o naturalismo vigente nas práticas de saúde, em especial, diante do sofrimento no campo sanitário. Importante realçar que a população assistida, assim como os técnicos dos serviços, esperam do psicólogo que atenda individualmente nos modos de uma clínica consultorial, como estratégia de atenção ao sofrimento de comunitários, tal como é realizado nos ambulatórios de saúde. No âmbito das intervenções do NASF, as demandas requerem procedimentos transdisciplinares na modalidade grupal ou individual (Brasil, 2009).

Perrella (2015) comunica que nas atuações do NASF encontram-se dificuldades em trabalhar de maneira articulada com as equipes, percebe a predominância de práticas que pouco contribuem para a promoção do cuidado com os usuários e familiares em ações cotidianas de saúde. Klein e D'Oliveira (2017) afirmam sobre dilemas entre o que é exigido nas tarefas e o que é possível de ser realizado no cotidiano em relação a organização e divisão de tarefas para o matriciamento. Concomitante, Leite, Andrade e Bosi (2013) destacam a grande ocorrência de demandas em saúde mental, sendo assim, é preciso rever a atuação do agente de saúde mental nesse âmbito, dentre eles, o psicólogo no campo do NASF, vez que encontram-se desafios em trabalhar a interdisciplinaridade na Atenção Básica. A formação em Psicologia para a atuação intersetorial e interdisciplinar nesse campo, não

vem acompanhando as práticas que procuram, cada vez mais, novos modos de responder às demandas de saúde nos territórios.

Ferreira Neto (2010) diz que as ações dos psicólogos no NASF revelam a tendência de reproduzir o modelo centrado no atendimento individual, sem valorizar a criação e a dinâmica necessárias no campo da saúde. Compreende que predomina a lógica do atendimento clínico de natureza consultorial. Nessa esteira compreensiva, na prática psicológica são vistas dificuldades significativas em relação a sua integração com os demais saberes e práticas na elaboração do projeto terapêutico singular do cliente assistido, no exercício de uma clínica ampliada relevante em contextos de saúde. A ação nessa área tem particularidades, uma delas é de uma abordagem clínica construída pelos atores envolvidos, incluindo profissionais, organizações sociais e comunitários. Nesse sentido, é necessário refletir criticamente, as políticas que vem servindo de norte às atuações indo além de procedimentos e métodos de um saber-fazer nesse campo.

Nos últimos anos, nas instituições sanitárias ou em comunidades, a atuação do psicólogo em saúde tem se mostrado através de várias modalidades. Estudos recentes estão pondo em reflexão a ação clínica neste fazer, afirmam sobre um modo de ouvir com solicitude aquele que busca atenção comunicando um sofrimento (Braga, Mosqueira e Morato, 2012). Acompanhando as autoras, as intervenções em instituição precisariam ver a inserção e a interação dos sujeitos em seus grupos, o que pode sinalizar dimensões existenciais na lida diária de ser-no-mundo-com outros. Entendemos que atuar neste campo, requer um olhar à práxis, podendo transcender ao solicitado pela gestão dos serviços e da formação profissional, vez que ainda elegem uma clínica de natureza consultorial no âmbito sanitário. Sobre este fato, Ferreira Neto, informa:

A progressiva e permanente transformação do SUS e a prática requerida aos psicólogos nesse setor permitiram significativos avanços no desenvolvimento de uma atuação mais pertinente e resolutiva por parte dos psicólogos; entretanto, como mostra parte da literatura recente, ainda há muito a ser revisto. Temos um cenário que aponta a importância da ampliação das ações no trabalho dos psicólogos na saúde mental, ampliando não somente a clínica, mas também as intervenções extraclínicas (2010, p. 401).

Caldas e Macedo (2011) salientam que o psicólogo antes de intervir precisaria conhecer o cotidiano dos coletivos nos espaços da comunidade, compartilhando com os usuários do serviço possibilidades de atendimento, sendo estes protagonistas na atenção. Em contrapartida, a instituição poderá acolher o fazer deste profissional, rompendo com as práticas hegemônicas do cuidado em saúde, saindo do modelo biomédico pautado na patologia e categorizações, adentrando em dimensões políticas, culturais e sociais das demandas que assinalam sofrimento. Por essa compreensão, o lume dos pressupostos fenomenológicos existenciais do pensamento heideggeriano podem servir como possibilidade para ampliar horizontes compreensivos da prática psicológica no NASF, dessa vez, realçando a experiência clínica como espelho axial que permite refletir diversas faces do fazer psicológico junto às demandas que a ele recorrem.

Este estudo ao eleger como objeto de investigação a práxis psicológica no NASF procura contribuir para esclarecer sobre a ação do psicólogo nesse contexto. A procura pelo atendimento psicológico, seja espontânea, ou por encaminhamentos, vem crescendo gradativamente, muitas são as queixas trazidas, daí ser significativo compreender a prática do psicólogo no NASF, o que leva a problematizar o imaginário da população e dos técnicos da saúde sobre a prática psicológica. Esta pesquisa elege a Fenomenologia Hermen-

---

nêutica Existencial como via à compreensão do que se mostra no âmbito da prática psicológica no NASF. Nesse propósito, recorre aos indicativos formais heideggerianos acerca da existência humana que contribuem para pensar a racionalidade moderna no campo da saúde, em especial, na intervenção de psicólogos.

O fazer do psicólogo na saúde pública é permeado por demandas complexas de atores sociais em situação de crise, daí ser preciso ir além dos modelos de atenção configurados, tradicionais deste campo. Dessa feita, o objetivo deste artigo é o de ampliar possibilidades compreensivas acerca da prática psicológica no Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), situado no Agreste de Pernambuco.

### **Método: experiência clínica como meio de investigação da prática psicológica em saúde.**

Lançar o olhar sobre a experiência de psicólogos no NASF implica compreender a ação clínica a partir de suas atuações. Desse modo, importa revisitar noções acerca da experiência humana, como diz Benjamin (1994), ela é a matéria prima das narrativas. O narrador é levado a novas traduções de sua vivência, entrançada na experiência coletiva da qual está inserido.

O caminho metodológico para compreender a prática de psicólogos foi a *Entrevista Narrativa* citada em Flick (2009) e o *Diário de Bordo* de Aun (2005), trazendo à luz as experiências clínicas vividas por psicólogos em territórios sanitários. O cenário da investigação foi o Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF do Município de Venturosa, Agreste de Pernambuco. A metodologia eleita se insere nas abordagens qualitativas de pesquisa tendo como lume os pressupostos da fenomenologia heideggeriana. Trata-se de uma investigação que procurou compreender a experiência clínica de psicólogos como horizonte a ser alcançado (Santana, 2017). O estudo fenomenológico tem como pressuposto a ideia de homem e mundo numa co-pertinência originária. Logo, o pesquisador é o próprio instrumento metodológico da pesquisa, quando comunica a sua compreensão. Os sujeitos colaboradores foram psicólogos que trabalham no contexto do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) ou já atuaram no campo da saúde pública. A *Entrevista Narrativa* viabilizou o sentido atribuído pelo entrevistado a sua prática clínica. Um procedimento de produção de dados, considerado como método de pesquisa qualitativa não estruturado (Flick, 2009).

Compreendendo método como caminho a ser trilhado na busca do que se investiga, este estudo recorreu ao *Diário de Bordo* como instrumento que favorece a comunicação da experiência de psicólogos clínicos no NASF. Trata-se de um registro em que nele se encontram as lembranças do vivido e do que foi sentido nas situações convivas (Aun, 2005). Encontra-se no *Diário de Bordo* o dizer, revelando marcas da experiência, compartilhadas pela escrita, possibilidade de elaboração de sentidos em narrativa. Os diários dizem das afetações na clínica, da abertura frente ao que se mostra, da atitude frente ao inesperado (Prado e Caldas, 2015). Como lembra Braga et al. “A cartografia clínica parte da escuta psicológica visando tanto à investigação, quanto à intervenção: busca compreender o cenário social, criar modos de atuação possíveis e pesquisar a própria intervenção em ação” (2012, p.560).

A Análise das narrativas recorreu a Hermenêutica Filosófica de Gadamer, no que realça sobre a *Fusão de Horizontes*, enquanto possibilidade que designa a experiência de mundo. Gadamer (1999) sinaliza o sentido de compreensão enquanto hermenêutica em Heidegger, diz da dimensão ontológica do homem

enquanto existencial que lhe constitui, ou seja, ser-homem é *ser-compreensão*, como realça Heidegger (2012). Nesse sentido, compreensão não é da ordem de um comportamento subjetivo frente a um objeto dado, mas pertence à abertura existencial ao ser daquilo que é compreendido. Portanto, a hermenêutica não visa impor uma forma de pensar ou de pesquisar, antes determinada por modelos de investigação, hermenêutica em Gadamer revela horizontes compreensivos, a partir de um diálogo entre interlocutores.

Inspirado na Perspectiva Fenomenológica Existencial, este estudo sinaliza a seguir o desfecho dos encontros com os colaboradores. As narrativas permitiram ver dificuldades e sugestões que auxiliam, de certo, a reinvenção do saber-fazer em territórios sanitários, luz para um novo modo de olhar a prática psicológica. É relevante noticiar que essa pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética da Universidade de Pernambuco – UPE sob o número do CAAE 85826618.7.0000.5207 e parecer 2.577.184. Passamos, agora, a dialogar com as contribuições dadas ao estudo, uma discussão necessária.

### **Discussão: entre(vistas) acerca da fenomenologia da ação clínica de psicólogos em territórios sanitários**

As entrevistas narrativas com as psicólogas Sakura e Hinata, nomes fictícios, lançaram luz à compreensão sobre a prática psicológica no território sanitário. Dimensões significativas foram também reveladas no *Diário de Bordo* da pesquisadora, quando realizava a pesquisa no cotidiano das tarefas do Núcleo de Apoio a Saúde da Família.

#### **Sakura: Primeiras impressões**

**Sakura:** A minha experiência no SUS é desafiadora, primeiro porque a gente sai de uma lógica de pensar clínica [...] a clínica “fechada”, de consultório ambulatorial, de elite [...] a tradicional clínica psicológica. No meu caso, foi um desafio pensar [...] [a clínica] fora das quatro paredes. Saber que é preciso [para todos] [...] não é somente para as pessoas que tem uma condição de pagar [...] Cuidar da saúde em termos de uma prática psicológica, de uma psicoterapia, é caro [...] muito caro.

Sakura sinaliza as dificuldades em conceber uma psicologia que possa transcender modelos tradicionalmente instituídos. Em sua narrativa, é perceptível que além das resistências profissionais para superar obstáculos, ocorre a falta de conhecimento sobre o fazer do psicólogo em comunidade pela população e por colegas de trabalho. Sair do modelo da clínica tradicional é um desafio para todos os envolvidos, já sinalizado no *Diário de Bordo* da pesquisadora:

**Pesquisadora** – Hoje, houve incerteza no que devíamos fazer. Crescente demanda para atendimento individual, mesmo com a possibilidade de haver grupos. Dificuldades em inserir os sujeitos, empecilhos para a marcação com outros profissionais psicólogos [...] Sair do pensar de um fazer tradicional tem sido difícil. Percebo como é gigante atuar neste ambiente e as diversas possibilidades de ação e de contextos que o psicólogo está inserido, como em um tear de compreensões sigo estudando para entender qual meu “papel” neste ambiente.

É desafiante pensar numa clínica que se mostra na desinstitucionalização de práticas e saberes. Franco Rotelli (1991) questiona os modos como acon-

---

tecem o *desinstitucionalizar* no cotidiano das práticas. Reflete os mecanismos que possam reinventar os serviços de saúde, ou seja, as instituições que sugerem novas práticas devem estar à altura dos *novos objetos* de cuidado em saúde mental, auxiliando a pensar os manicômios, para que a mudança não seja somente de lugares. O autor informa que devemos ter atenção para não reduzir desinstitucionalização a saída do hospital psiquiátrico, nas palavras dele: “Devemos trabalhar no sentido desinstitucionalizar as relações familiares, os âmbitos sociais, os lugares de trabalho, os serviços sanitários, os serviços sociais e as instituições de controle social” (Rotelli, 1991, p. 04). Outro ponto realçado por Rotelli são as relações de poder e a transformação ocorrida pela desinstitucionalização, é preciso refletir e pôr em diálogo os modos como elas ocorrem. A ESF por envolver a população numa atenção que produz novos modos de cuidado é um norte às vias de transformação das realidades na saúde (1991). Nessa esteira, Sakura realça:

Então[...] já entrando na questão do NASF[...] o NASF *entra* com apoio matricial específico[...] O psicólogo entra com o olhar na questão da saúde mental daquelas pessoas, a gente não só *escuta* o contexto *conturbado*, o contexto difícil[...] a gente presencia[...] a gente vê[...] Muitas vezes você chega numa situação [diz] [...] *“poxa isso poderia ser eu”*, também tem essa questão[...] sou profissional do SUS e também sou usuária[...] então[...] me vejo em muitas situações dessas. Assim[...] é um constante *provocar-se*, a gente se sente na situação. Empatia ocorre mesmo, naturalmente.

Sakura comenta sobre a afetividade vivida que lhe afeta, de uma clínica cartográfica que remete a quem se permite afetar, elaborando sentidos ao vivido, pondo em reflexão o instituído que a determina nas práticas, abrindo-se aos fenômenos que surgem nas relações, como diz Rolnick (1989). Escutar o que advém da palavra que comunica o vivido do mundo é difícil, no entanto, é possível enunciá-la a partir da experiência com o usuário.

Este diálogo remete ao que Rogers diz sobre empatia – palavra usada por ele para indicar uma relação que acolhe e compreende o outro, sendo sensível ao que lhe afeta na experiência do mundo, como diz: “[...]quando o terapeuta é sensível aos sentimentos e às significações pessoais que o cliente vivencia a cada momento, quando pode apreendê-los ‘de dentro’ tal como o paciente os vê [...]” (1985, p. 72).

Após as considerações iniciais sobre o fazer psicológico, Sakura informa a compreensão elaborada de matriciamento em sua prática clínica no NASF:

**Sakura:** É desafiador você ir[...] no caso do NASF, tentar matricular a equipe do *Estratégia de Saúde da Família*. Os profissionais não sabem que o psicólogo pode atuar fora do consultório[...] Quando eu chegava para fazer matriciamento[...] para fazer estudo de caso, eles me cobravam atendimento ambulatorial [e dizia] [...] *“você vai ficar aqui e não vai atender não?”*.

Entendemos que ela realça o que já encontramos em nossa prática – matriciamento recorrendo a uma visão prévia que antecede a práxis. O matriciamento parece passar pela previsibilidade de uma lente que determina o saber-fazer. Sakura aponta para o desconhecimento do saber-fazer do psicólogo no âmbito da saúde pública. Em relação a isso, Medeiros faz uma crítica sobre o modo como está acontecendo o matriciamento. As equipes, além de não compartilharem o trabalho, a operacionalização dos encontros para tal fim, não ocorre – “Nem mesmo que o entendimento acerca da prática de matriciamento como lógica de articulação da rede seja unívoco ou conduza ao sucesso da estratégia de gestão em rede” (2015, p. 1168). Fato evidenciado na comunicação de Sakura que diz:

A prática do psicólogo no matriciamento em saúde mental, não é difundida. O psicólogo é tido como aquele profissional que faz psicoterapia[...] assim[...] é como se a gente não tivesse nada mais a contribuir[...] Na verdade, isso é uma ignorância das pessoas que não entendem[...] porque o NASF também é recente, né! [...] o NASF é de 2008 e a psicologia no Brasil é recente né[...] ela [psicologia] é uma profissão recente[...] cinquenta e poucos anos [...], enquanto que outros profissionais aí [...] medicina, enfermagem [...] são profissões milenares [...] sei lá [...] de muito e muito tempo.

Com isso, Sakura mostra que a formação acadêmica não contempla a prática de matriciamento do psicólogo no SUS, nem a população conhece. Nesse sentido, Galindo e Francisco (2013) contribuem quando pontuam esforços para analisar a psicologia de forma que responda a questões da saúde ligadas ao fortalecimento do SUS, ultrapassando as limitações, considerando o social, superando a ideia do individual e aproximando as questões políticas, já que o SUS é constituído a partir de mobilizações políticas. Sobre isso, ela expõe a necessidade de conhecer as Políticas Públicas, não para fixá-las enquanto determinantes de ações, mas para vislumbrar compreensões na atuação clínica. Além disso, aponta algo no cotidiano dos serviços de saúde – a ligação entre as questões emocionais e a medicalização compulsiva. O NASF como apoio poderia dar suporte às instituições, orientar e contribuir com o cuidado, porém vem enfrentando dificuldades.

**Sakura:** Porque a gente fica muito ligado[...] os profissionais como um todo[...] e as políticas na verdade de saúde[...] a gente ainda não saiu das Políticas Assistencialistas: estou com uma dor tomo remédio, estou com insônia[...] ansiolítico, estou triste um antidepressivo. Mas não tem aquele olhar do que está causando a insônia[...] o que vem sentindo ultimamente. Um olhar mais de causa ao invés de só olhar a sintomatologia do paciente. Eu via muito isso e a gente vê também um alto índice de automedicação e muitos clínicos (médicos) passando ansiolíticos[...] receitando[...] quando se sabe que tem que ser um profissional neurologista ou psiquiatra[...] mas a gente sabe das dificuldades e não dá para ter todos esses profissionais. São profissionais caros para os municípios[...] na verdade os municípios teriam condição suficiente[...] mas a gente vê questões políticas no SUS.

**Sakura:** Por ser um Sistema de Gestão Pública tem a questão das complicações e todos os desvios[...] a política influencia muito na questão saúde e não tem como tirar a política[...] Porque a política é do humano[...] eu estou aqui falando com você, estou fazendo política! A gente tá em uma troca, então[...] é complicado, mas quando a gente vê que faz uma coisa, nem que seja uma coisa pequena[...] é como se tudo se renovasse. Valesse à pena o esforço. É trabalho de formiguinha, mas compensa e vale à pena.

Acima, Sakura contribui ao estudo quando refere um dos grandes desafios da atuação profissional, aponta a resistência das equipes em acolher as intervenções dos profissionais que trabalham nessa área e o pouco conhecimento sobre as diversas nuances da prática psicológica nas instituições de saúde. Destaca em sua narrativa: “A prática do psicólogo, na questão do matriciamento em saúde mental não é difundida, o psicólogo é tido como aquele profissional que faz psicoterapia [...] é como se a gente não tivesse nada mais a contribuir”. O NASF é um dispositivo novo que ainda gera dúvidas com relação às suas funções, vale salientar que as lentes das Políticas Públicas, apesar de relevantes, assim como outras advindas da formação profissional, não dão conta do que vem se mostrando como demanda à atenção ao sofrimento comunicado nas práticas. É necessário reinventar.

Entendemos que o matriciamento contribui para o cuidado no contexto da saúde, abrindo possibilidades para a escuta do que chega como queixa ou demanda, intervindo junto com a ESF nos casos solicitados, sem que com isso exerça o que não lhe cabe, a exemplo, fazer psicoterapia individual ou de grupo. Sakura: “[...] o importante do NASF é justamente esse olhar “diferenciado”. O psicólogo com seu olhar diferenciado sobre o processo saúde e doença [...] e sobre a possibilidade de intervenção”.

A narrativa de Sakura informa que as afetações provocadas pela atuação psicológica no contexto comunitário, favorecem a todos. Quando atuamos, afetamos e somos afetados, essa é a nossa condição existencial de pertencer ao mundo, desse modo, somos originariamente abertura para o diálogo *com-outro* que se mostra acessível na experiência clínica. Nesse sentido, o fazer psicológico vem sendo compreendido no dizer de Sakura:

**Sakura:** E falando mais da prática psicológica, é um constante afetar-se[...] eu sou muito afetada, os contextos que eu vejo[...] às vezes eu saio com a sensação que eu fui mais ajudada que “ajudei”[...] eu com aquela postura de suposto saber[...] chego lá no contexto e vejo uma família totalmente desestruturada e “nossa essa poderia ser a minha” e em muitos casos é. E no final recebo um “obrigado”, aí isso me mata. Obrigada? Como obrigada? Meu Deus do céu!. Assim é desafiador e no mais é recompensador[...] no meu caso, eu saio daquele lugar de suposto saber, compartilho a minha experiência que eu acho mínima, (amparo do encontro humano que na fusão de horizontes conduz a novas interpretações do vivido como ser-no-mundo) eu acho tão pequeno para o que eu recebo[...] mas vejo que surte efeito também em mim[...] porque quando eu saio dali não sou mais a mesma pessoa. É você poder transformar um pouco, sair dessa clínica elitizada, né?.

Ela refere a algo que faz parte do cotidiano dos profissionais de saúde, o lugar atribuído a eles – o suposto saber. Seríamos capazes de ter respostas ou soluções para as demandas de usuários? O trabalho do psicólogo não possui compromisso com demandas das pessoas, porém é uma realidade que se mostra constante nos serviços de saúde. Poder sair desse emaranhado de construções do imaginário social, refletindo sobre a atuação clínica psicológica, contribui para estarmos atentas para pensar o modo como nós psicólogos estamos indo ao campo da saúde.

Outra questão colocada no estudo é a chamada “clínica elitizada”. Ir ao psicólogo, para muitos ainda é difícil. Um dos obstáculos seria a condição financeira que impossibilita o pagamento do serviço psicológico. Contudo, avista-se mudança com a implantação de práticas psicológicas em territórios, inseridas na saúde pública. Na opinião de Sakura, é possível “[...]promover cuidados em saúde mental, mesmo que mínimo para as pessoas que necessitam”. Nesse sentido, refere à relevância do psicólogo trabalhar em equipes, fazendo o diferencial ao trazer ações pelo olhar que viabiliza dimensões existenciais nas questões de saúde mental em campos públicos.

**Sakura:** Mas eu acho super importante o NASF e o profissional de psicologia no NASF, na equipe NASF faz toda a diferença! Porque eu passei quando fiz Residência por equipes que tinham psicólogos e equipes que não tinham, não querendo dizer que o serviço só funciona com ele[...] mas o psicólogo traz um olhar mais sensível às questões de saúde mental.

**Pesquisadora:** *No seu olhar existe “o papel do psicólogo no NASF” isso é possível?*

**Sakura:** Sim teria um papel. O psicólogo no NASF traz um olhar diferenciado para as questões de saúde mental e ele também troca com o outro à

medida que coloco o meu olhar e escuto o outro, amplio a minha possibilidade de atuação. Para também não ficar só fechada, só na questão “a é uma família problemática” estar em troca [de saberes] com o nutricionista, na questão do atendimento multiprofissional[...] do olhar também. O papel do psicólogo é justamente chamar a atenção para as questões emocionais[...] as questões de saúde mental [...] mesmo ‘daquela família’, quase sempre deixam passar, porque “a não, vamos olhar para a dor” “vamos olhar ali para [...]” está com um corte [exemplo] [...] aí a gente chama, mas porque ela se corta tanto? [...] porque ela só aparece com esses arranhões? [...] é assim eu não falo [somente] de coisas tão olho no olho como a pessoas que se corta [...]

**Pesquisadora:** *O que poderia ser feito para ampliar a prática psicológica no NASF?*

**Sakura:** [...]primeiro tem que vencer as barreiras políticas e por incrível que pareça às barreiras profissionais.

Sakura realça o *Projeto Terapêutico Singular* como área privilegiada de atuação em psicologia, vez que é pouco elaborado na realidade dos serviços. Algumas equipes preferem seguir procedimentos ambulatoriais como modo de resposta ao que é cobrado institucionalmente, dificultando a realização do matriciamento.

**Sakura:** O PTS às vezes é até extinto[...] As pessoas falam muito no PTS mais só na teoria[...] quando a gente vai ver o PTS do paciente se resume a entregar medicamento[...] aos hipertensos e diabéticos[...] e olhe quando fazem o PTS do hipertenso e diabéticos né! Isso é indicador de monitoramento, indicador de dinheiro para o município. As linhas de cuidado, as políticas de saúde que dentro delas atravessam a linha de cuidado[...] já é do SUS é o modelo do SUS[...] regionalizado que procura concentrar os equipamentos fora dos grandes centros urbanos da capital e faz o percurso que o usuário iria percorrer para ter a sua saúde atendida integralmente efetivando o cuidado “[...]”.

Nesse caminho,

**Sakura:** Eu acho que um dos maiores entraves para prática psicológica, não só para a prática psicológica, mas para a prática do NASF enquanto unidade matriciadora é a questão política[...]porque o que dá visibilidade política é o atendimento ambulatorial, é você atender pessoas e deixar as pessoas felizes no caso do psicólogo[...]parece até brincadeira, mas é verdade!

Revido a psicologia em contextos de saúde, Sakura contribui quando sinaliza a falta de conhecimento acerca da atuação clínica psicológica “pelo desconhecimento, porque sofrimento não se tira de ninguém, o sofrimento é do humano, mas como colocar na cabeça principalmente dos profissionais, que querem que a gente atenda as pessoas e ela saia sorrindo”.

As demandas da ESF, os procedimentos realizados a partir de uma clínica assistencialista e pouca difusão do trabalho no âmbito da promoção em saúde são fatores que interferem no modo como são realizados os encaminhamentos para as intervenções. Nas palavras de Sakura: “A Estratégia de Saúde da Família tem que dar conta de 80% dos problemas de saúde e talvez por desconhecimento disso e pela supremacia da clínica assistencialista, por que o modelo de saúde ainda é um modelo assistencialista[...]. a promoção e a prevenção da saúde são pouco difundidas”. Nesse sentido, urge a necessidade de novos horizontes em práticas voltadas às demandas comunitárias em saúde.

Importa ainda rever o que Sakura assinala sobre o consumo desenfreado de medicalização psiquiátrica, os ansiolíticos e antidepressivos funcionando

---

como *pílula mágica*, passados sem a devida avaliação, fato que poderia ser evitado com as orientações no matriciamento em saúde.

**Sakura:** [...]até mesmo uma pessoa que faz uso de medicação, poderia ter evitado esse uso[...] até mesmo pelo desconhecimento. Um luto[...] a pessoa tá chorando por um luto, quando eu falo de luto não é só o de pessoas que morreram[...] está em uma fase fechando um ciclo da vida isso são pequenos lutos que a gente vivencia e sofre por isso[...] é preciso o sofrimento nessa situação também para elaborar um sentido novo para a vida dela e por desconhecimento do profissional às vezes ele encaminha para um psiquiatra e se o psiquiatra não tiver esse olhar ampliado[...] tem psiquiatras que tem esse olhar ampliado, mas tem psiquiatras que não, que vai prescrever logo um antidepressivo ou um ansiolítico e depois de três meses a pessoa está dependente “por que eu vou largar essa pílula do prazer, essa pílula que me deixa feliz?”

Ela Sinaliza a importância da medicação quando avaliada e prescrita adequadamente. As pessoas tornam-se viciadas encobrendo o que se revela na existência em sofrimento. A realização do apoio matricial as Equipe de Saúde da Família para a boa condução dos casos, mais uma vez é vista.

**Sakura:** Aí, nesse caso em específico, não estou falando dos casos que realmente necessita, porque tem aqueles casos que realmente necessitam, mas nesse caso específico[...] a pessoa vai sair de um condicionamento, de uma situação de sofrimento e vai se atrelar ao medicamento que é uma dupla dependência, ao mesmo tempo que fogia dos sintomas[...] da tristeza, insônia[...] da crise que estava vivendo vai se refugiar no medicamento, mas o que está em baixo na base que está causando[...]vai continuar ali encoberto e provocando, né.

O olhar sobre a experiência de Sakura em nosso diálogo, mostrou a importância da ação psicológica no âmbito transdisciplinar, revelando o NASF como espaço significativo, requerendo do profissional uma visão ampliada que transcenda aos modelos de atendimento, previamente instituídos, trabalhando com a educação em saúde e se reinventando como profissional.

## Hinata – Sobre a teoria e a prática do território

Iniciamos, agora, o diálogo com Hinata, que começa narrando sobre as incertezas vividas na formação profissional relacionadas às expectativas para o trabalho:

Quando saí da faculdade e entrei em um universo que não é tão teórico, a gente se depara com uma prática que de alguma forma diverge da teoria[...] tão estudada e tão agraciada e esperada, na verdade é um pouco triste, querendo ou não frustrante no primeiro momento pra gente. A gente espera de alguma forma fazer um trabalho que realmente venha a trazer melhorias para o sujeito e não consegue porque a realidade não permite[...] os meios não permitem!

Além das dificuldades nas tarefas clínicas, no imaginário das pessoas encontra-se a concepção de que o psicólogo somente atua em clínica individual na modalidade de psicoterapia, isto dificulta o fazer psicológico no NASF.

**Hinata:** Nós que somos profissionais é que sabemos a diferença (da atuação). No imaginário das pessoas é como se o psicólogo só fosse clínico né! Aquele psicoterapeuta que vai te analisar, que vai trabalhar aquele teu

problema e vai querer escutar [...] em várias sessões e que vai ter um trabalho [...] continuado e não é isso, na verdade não é isso, não há uma continuidade, a uma quebra e talvez o sujeito depois precise buscar um acompanhamento, mas que naquele primeiro momento a gente serve para dar auxílio aquela queixa, aquele momento de fragilidade mesmo do sujeito.

Na comunicação sobre a prática psicológica, o diálogo trouxe em suas considerações um outro norte às reflexões sobre *ser psicólogo*, além das limitações decorrentes de uma infra-estrutura precária para os procedimentos grupais.

**Hinata:** O ambiente, por exemplo, a infra-estrutura, os materiais que deveriam de alguma forma ajudar como: lápis, papel, um ambiente propício para escuta. Outra coisa que a gente se depara e é frustrante é a equipe com quem trabalhamos. Às vezes a relação com essa equipe não é o que a gente espera, espera ter uma relação harmoniosa, em que as divergências sejam trabalhadas e discutidas, mas muitas vezes as pessoas querem agir levando em consideração apenas a sua profissão e a sua função dentro do estabelecimento[...] muitas vezes as pessoas não pensam que talvez a troca de idéias, a troca de saberes vai ajudar naquela intervenção com o sujeito[...] a muito isso[...] discussão um querendo ser melhor que o outro, tem isso né[...] isso dificulta muito o trabalho

**Pesquisadora:** *Então quais seriam as principais dificuldades encontradas para o trabalho do psicólogo no SUS/NASF?*

**Hinata:** O principal é realmente a falta de infra-estrutura, o mau funcionamento que na saúde pública é uma coisa defasada, precisaria investimento maior e a gente não tem isso, tem que trabalhar da forma que dá[...] como se tivesse que criar maneiras de trabalhar e não deveria ser assim[...] a gente deveria ter possibilidades para estar criando, inovando[...] e a gente não tem isso[...] tem que procurar um meio uma solução para um problema lá dentro e tentar de alguma forma que nosso trabalho dê certo.

Sem dúvida, o campo de atuação em saúde pública é repleto de aprendizado e desafios. As atividades em equipe contribuem com respostas condizentes às situações clínicas de saúde. É possível trabalhar integrado na equipe multiprofissional? Na opinião de Hinata: “Sim! Acredito que sim, agora é aquela coisa, depende da equipe, não só depende de mim. Na realidade quando a gente fala de “multi” são várias pessoas”. Nesse sentido, evidencia a relevância de oportunizar momentos para o grupo partilhar contribuições, seja no matriciamento ou nas Equipes de Saúde da Família.

**Hinata:** [...] Mas se existe um trabalho realmente em equipe[...] Por exemplo, o que a gente sempre sugere quando está trabalhando em equipe multidisciplinar é que haja reuniões, encontros, debates e eu acho que isso é importante também[...] pessoas que se propõe a participar do trabalho do outro. Ajudar, porque se não houver isso não vai funcionar.

## Considerações Finais

O estudo assinala a complexidade de *ser psicólogo* na práxis em saúde pública. A incerteza sobre o fazer, a crescente demanda em saúde mental e os modos de atendimentos orientados pelas políticas de gestão em saúde para a atuação do psicólogo, são algumas das dificuldades trazidas pelo estudo. No desenrolar das comunicações desafios foram realçados – “sair de uma lógica de pensar clínica[...] a clínica “fechada”, de consultório ambulatorial, de elite[...] a tradicional clínica psicológica [...] pensar fora das quatro paredes” (Sakura).

Entendemos que é a partir do *fazer-saber* em comunidade, que podem se abrir às possibilidades de novas atuações sem uma lógica compromissada com atuações tradicionais em saúde.

Caminhando, pela iluminação das narrativas. Vemos um sentido preacente da ocupação profissional de psicólogos, de uma atuação reduzida ao atendimento individual em psicoterapia. Moffat (1986) diz ser ela proveniente da importação de modelos de atuação enraizada na cultura pequeno-burguesa européia, na qual, originalmente, esses modelos foram pensados.

A experiência clínica de psicologia no NASF, mostrou barreiras a serem refletidas no que se refere à promoção do cuidado diante de sujeitos em sofrimento em saúde pública. Sugerimos como estratégias de atenção para o cuidado no âmbito do NASF, no Agreste de Pernambuco, encontros sistemáticos entre técnicos e comunitários, tendo em vista que só ocorrem uma vez ao mês, não suficiente para diálogos e trocas necessárias.

Oficinas de formação continuada relacionadas ao trabalho do NASF, podem contribuir com as demandas dos profissionais envolvidos, vez que possibilita problematizar as atuações em campo sanitário, realçando dialogia, vínculos e agentes multiplicadores de transformação social na Atenção Básica em saúde mental. Quando realizadas permitem a escuta dos profissionais, estudo de práticas; encontro com gestores e comunitários na resolução dos problemas de saúde da comunidade.

Seguindo o caminho das constelações comunicadas neste estudo, realçamos possibilidades compreensivas sob a luz dos pressupostos da Fenomenologia Existencial. Barreto (2017, p. 327) comunica que as “atividades de cuidar fazem parte das atividades humanas e das tarefas consideradas próprias dos profissionais de saúde e educação. A prática psicológica se apresenta em diversas modalidades”. Cuidado diz:

[...] escutar o clamor da voz da consciência para voltar a si na decisão da autenticidade; como também é des-cuidar-se e retomar modos de ser já definidos e convocados pelos rituais que ocupam o viver os dias e que correspondem ao que nos é familiar e repetimos sem dar por isso. Nesse caminhar no mundo das ocupações, importa chamar atenção para os outros Dasein com os quais con-vivemos. Ocupar-se de outrem deve apresentar-se como um assistir solícito na construção de sentido, abrindo possibilidades para poder-ser (Barreto, 2017, p. 330).

Na ação clínica, enquanto *ação preocupada* que considera o homem em suas relações com-outros-no-mundo, a atenção psicológica abre possibilidades hermenêuticas sobre a existência. A autora, recorrendo ao pensamento heideggeriano, esclarece que a “ação clínica se revela como ação *pré-ocupada*, atenta para o modo como o paciente vive, tanto o *cuidado de si* como a procura de outro modo de *estar-uns-com-os-outros*, destinando-se e encaminhando sua história” (Barreto, 2017, p. 331).

Desta feita, importa redimensionar a clínica em Núcleos de Apoio à Saúde da Família, tendo um olhar que possa transcender a concepção de matriciamento, quase sempre fundamentada no vitalismo e no assistencialismo vigentes em saúde pública. É preciso revisitar dimensões existenciais como luz à abertura do cuidado que já somos. O caminho trilhado neste estudo põe a vista a complexidade do horizonte compreensivo acerca da prática psicológica em território sanitário.

## Referências

- Aun, H. A. (2005). *Trágico avesso do mundo: Narrativas de uma prática psicológica numa instituição para adolescentes infratores*. São Paulo: s.n., 136 p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Barreto, C. (2017). O Tempo do cuidado na análise existencial de Heidegger e suas ressonâncias na ação clínica. In: *Intencionalidade e cuidado*. Herança e repercussão da fenomenologia. V Congresso Luso-Brasileiro de Fenomenologia – III Jornadas Ibéricas de Fenomenologia. Organização Bernhard Sylla Irene Borges-Duarte. Edição do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho. Edições Húmus, p. 223-337
- Benjamin, W. (1994). O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In W. Benjamin. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. (pp. 195 – 221). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Braga, T. B. M, Mosqueira, S. M. & Morato, H. T. P. (2012). Cartografia clínica em plantão psicológico: investigação interventiva num projeto de atenção psicológica em distrito policial. *Temas psicol. [online]*. 20(2), pp. 555-570. ISSN 1413-389X. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2012.2-20>.
- Brasil, Ministério da Saúde. (2009). *Diretrizes do Naf – Núcleo de Apoio à Saúde da Família*. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola / – Brasília: Ministério da Saúde, 160 p.
- Caldas, M. T. & Macedo, S. (2011). Uma análise crítica sobre técnicas de pesquisa fenomenológica utilizadas em Psicologia Clínica. *Rev. NUFEN [online]*. 3(1), pp. 3-16. ISSN 2175-2591.
- Ferreira Neto, J. (2010). A atuação do psicólogo no SUS: análise de alguns impasses. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(2), pp. 390-403. Conselho Federal de Psicologia Brasília, Brasil.
- Flick, U. (2009). *Introdução a pesquisa qualitativa*. (3. ed). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Gadamer, H. G. (1986-1999). *Verdade e método I*. (3.ed), F. P. Meurer, trad. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Galindo, W. C. M & Francisco, A. L. (2013). Psicologia e saúde coletiva: notas para debate. In C. Barreto, H. Morato & M. Caldas(orgs), *Prática psicológica na perspectiva fenomenológica*(pp.504-521) Curitiba: Juruá.
- Heidegger, M. (1927-2012). *Ser e tempo*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Klein, A. P & D’oliveira, A. F. (2017). O “cabo de força” da assistência: concepção e prática de psicólogos sobre o Apoio Matricial no Núcleo de Apoio à Saúde da Família. *Cad. Saúde Pública*; 33(1): e00158815
- Leite, D. C, Andrade, A. B & Bosi, M. L. M. (2013). A inserção da Psicologia nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família. *Physis [online]*. 23(4), 1167-1187. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312013000400008>.
- Medeiros, R. H. A. (2015). Uma noção de matriciamento que merece ser resgatada para o encontro colaborativo entre equipes de saúde e serviços no SUS. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 25(4), 1165-1184. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312015000400007>
- Moffat, A. (1986). *Psicoterapia do Oprimido: ideologia e técnica da psiquiatria popular*. Trad. Paulo Esmanhoto. São Paulo: Cortez.
- Pelizzoli, M & Nunes, J. (2011). O fenômeno da saúde – o cuidado a luz da hermenêutica filosófica. In: M. Pelizzoli(org). *Saúde em um novo paradigma alternativas ao modelo da doença*. Editora Universitária UFPE. Recife.
- Perrella, A. C. (2015). A experiência da Psicologia no NASF: capturas, embates e invenções. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil. *Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 8 (2), jul - dez, p. 443 – 452
- Prado, R. A & Caldas, M. T. (2015). Fenomenologia e Narrativa: Percurso Metodológico de Uma Pesquisa em Psicologia Clínica. *Revista Hermenêutica Filosófica*, Psicologias Abril Vol. 1.

- 
- Rogers, C. (1985). *Tornar-se pessoa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Rotelli, F. (1991). *Jornal CRP – 06*. Conselho Regional De Psicologia. 6ª Região 72 - Ano 11 - Julho/Agosto. Entrevista e Texto: Sueli Zola. Tradutora durante entrevista: Fernanda Nicácio. p. 04 e 05.
- Rolnik, S. (1989). *Cartografia Sentimental - Transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Santana, A. M. (2017). *Contribuições da Fenomenologia Existencial à prática psicológica em saúde*. Ana Maria de Santana; Orientadora: Carmem Lúcia Brito Tavares Barreto. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE. 2017.

## Representações maternas acerca do bebê imaginário no contexto da gestação de alto risco

*Maternal representations about the imaginary baby  
in the context of high risk pregnancy*

**Karen Fraga de Azevedo<sup>1</sup> e Aline Groff Vivian<sup>2</sup>**

**Resumo:** A gestação é um período de mudanças físicas, sociais e emocionais. Trata-se de um evento fisiológico, o qual a maioria das mulheres vivencia sem intercorrências, entretanto uma parcela da população pode ter uma evolução desfavorável, sendo classificadas então como gestantes de alto risco. Além disso, durante a gravidez as mulheres vão construindo uma imagem mental dos filhos, dando-lhes características físicas e de personalidade, tal elaboração de um bebê imaginário contribui para a construção do vínculo mãe-bebê e do papel social da mulher, como mãe. Sendo assim, o objetivo deste estudo foi investigar as representações maternas implicadas no processo de construção do bebê imaginário no contexto da gestação de alto risco. Participaram do estudo 10 gestantes, entre o primeiro e o terceiro trimestre gestacional, com idades entre 24 e 36 anos, com escolaridade e nível socioeconômico variados, internadas em um hospital da região metropolitana de Porto Alegre devido a complicações na gestação. A análise de conteúdo qualitativa evidenciou os principais sentimentos em resposta à gravidez, as percepções das características dos filhos e também a preparação das gestantes para a chegada do bebê. Constatou-se que a representação do bebê imaginário é uma etapa fundamental da construção da identidade materna, além deste processo preparar a mulher para o encontro com o bebê real, sendo capaz de suprir suas demandas tanto física quanto afetivamente e permitir a inclusão do filho no núcleo familiar.

Palavras-chave: Bebê imaginário; Gestação de alto risco; Relação mãe-criança.

**Abstract:** Pregnancy is a period of physical, social, and emotional changes. And because it is a physiological event, most women go through this moment without interurrences, however a portion of the population may have an unfavorable evolution, being classified as high risk pregnant women. During pregnancy, women construct a mental image of their children, giving them physical and personality characteristics, such construction of an imaginary baby contributes to the construction of the mother-baby bond and to the construction of the social role of the woman as mother. Therefore, the objective of this study was to investigate the maternal representations involved in the process of imaginary baby construction in the context of high risk gestation. The study included 10 pregnant women, between the first and third gestational trimesters, admitted to a hospital in the metropolitan region of Porto Alegre due to complications during pregnancy. The analysis of qualitative content evidenced the main feelings in response to pregnancy, the perceptions of the characteristics of the children and also the preparation of the pregnant women about the arrival of the baby. From this study it was verified that the representation of the imaginary baby is a fundamental step of the construction of the maternal identity, besides this process prepare the woman for the encounter with the real baby, being able to supply their demands both physically and affectively, besides allow inclusion of the child in the family nucleus.

Keywords: Imaginary baby; Pregnancy, High-Risk; Mother child-relations.

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia. ULBRA. Canoas/RS. E-mail: karen.fapsico@gmail.com .

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia. Professora no curso de Psicologia e Medicina da ULBRA/Canoas-RS. E-mail: alinegroffvivan@gmail.com .

---

## Introdução

A gestação é um momento de intensas transformações físicas, psíquicas e sociais. As mudanças físicas são ocasionadas pelas mudanças no corpo, enquanto as mudanças sociais englobam a alteração dos papéis desempenhados pela mulher que se torna mãe. Já as mudanças emocionais ocorrem para preparar a gestante para proporcionar o amparo e os cuidados que atendam às necessidades do bebê (Ferreira, Elias & Correa, 2018). Com as mudanças corporais ocasionadas pelo desenvolvimento do feto, a construção mental de uma imagem que representa o bebê vai se formando, com a atribuição de características físicas e de personalidade (Stern, 1997).

Por se tratar de um processo fisiológico, a evolução da gravidez na maioria dos casos ocorre sem intercorrências, entretanto algumas gestantes podem se deparar com características específicas que impliquem em uma evolução desfavorável, apresentando por exemplo alterações na pressão arterial (pré-eclâmpsia) ou alterações nos níveis glicêmicos (diabetes gestacional), sendo classificadas então, como gestantes de alto risco (Silva et. al, 2013). Para reduzir os riscos, a hospitalização surge como alternativa assistencial tanto para a gestante quanto para o bebê, porém com essa possibilidade emergem sentimentos que permeiam o processo de gestar, tornando esse momento um período de estresse e tensões (Oliveira, Madeira & Penna, 2011).

A hospitalização coloca a mulher em uma posição de passividade, pois além da falta de controle sobre o próprio corpo, como não conseguir controlar processos fisiológicos ou hormonais, o processo de ausentar-se da sua rotina exige uma readaptação também na sua identidade da mulher (Oliveira, Madeira & Penna, 2011). Os cuidados recebidos pela equipe médica e assistencial são fatores que podem contribuir de forma positiva para vivência deste momento. A maneira de comunicar as notícias referentes ao bebê, o acolhimento dos profissionais de saúde e a participação da mulher no entendimento a respeito de exames e procedimentos estabelece uma relação de confiança que reduz a ansiedade frente os riscos da gestação, minimizando sentimentos negativos. Estes cuidados influenciam no vínculo mãe-bebê, fazendo com que este se desenvolva de maneira mais plena, uma vez que os investimentos psíquicos relacionados à doença podem ser redirecionados à criança (Pio & Capel, 2015).

A gestação pode ser dividida em três etapas, onde cada trimestre apresenta suas particularidades. O primeiro trimestre é marcado por alterações hormonais e fisiológicas, além de desconfortos físicos como vômitos, enjôos, alterações no ciclo do sono e também por sentimentos ambíguos relacionados à aceitação da gravidez (Esteves, Sonogo, Vivian, Lopes & Piccinini, 2013). Para Stern (1997), nesta etapa a dedicação emocional ainda é reduzida pelas fantasias maternas sobre a possibilidade de perder o bebê. Com a chegada do segundo trimestre e as percepções dos movimentos fetais inicia-se a construção imaginária do bebê, em que características físicas e psicológicas vão personificando o bebê que está por vir (Esteves et al. 2013). Estas representações são importantes para que a gestante consiga investir libidinalmente neste sujeito, e para que consiga suprir suas necessidades ao nascer (Stern, 1997). No último trimestre, o bebê passa a ser percebido como um ser real, neste momento o foco que antes era um bebê imaginado passa a ser a organização do espaço físico concreto do bebê, como o quarto, a escolha do nome e também a reorganização da família para receber este novo indivíduo (Esteves et al. 2013).

Os sentimentos que permeiam a gestação, desde a confirmação da gravidez até o momento do parto influenciam diretamente na preparação

para a maternagem do bebê. Neste período as histórias de vida e a relações anteriores ficam mais afloradas, permitindo que os desejos inconscientes do casal sejam projetados no filho, iniciando a caracterização do ser existente no útero (Budzyn, Wendland & Levandowski, 2017). Tal preparação inicia-se já no planejamento do filho, incluindo ideias também relacionadas ao papel a ser desempenhado pelos genitores, além do lugar que a criança ocupará na família. Com o avançar das semanas gestacionais e o desenvolvimento do feto as representações acerca do bebê vão formando um ser com características próprias aos quais os pais fortalecem o laço afetivo. Na última etapa do pré-natal o direcionamento das idealizações se volta para as necessidades do bebê após o nascimento, aumentando assim a vinculação dos pais com a criança que está para chegar (Thun-Hohenstein, Weienroither, Schrewer, Seim & Weienroither, 2008).

Um estudo realizado com 16 gestantes de Minas Gerais evidenciou a ambivalência de sentimentos apresentados pelas gestantes de alto risco, onde mesmo que as mães apresentassem felicidade e satisfação com a gravidez, também relatavam sentimentos de medo e ansiedade frente aos perigos da gestação, sendo estes os reais ou os imaginários (Oliveira, Madeira e Penna, 2011). Outro estudo realizado com 10 gestantes do Rio de Janeiro demonstrou que a condição de risco não impede que a gestação seja vivenciada com satisfação, todavia sentimentos de medo, tristeza e preocupação foram mencionados, além de alterações no comportamento, tornando as mulheres mais sensíveis e chorosas (Silva et. al, 2013).

Em contexto internacional, um estudo longitudinal norte americano realizado em 2010, entrevistou 164 gestantes investigando as representações maternas que tais mulheres tinham a respeito de seus bebês durante a gestação e posteriormente verificou a capacidade destas de entender e suprir as necessidades de seus filhos. O mesmo concluiu que as mães que mais imaginavam características dos filhos, ou que procuravam interpretar os movimentos fetais, foram mais sensíveis quanto à identificação das necessidades apresentadas pelas crianças no seu primeiro ano de vida. As idealizações acerca do bebê imaginário e as emoções despertadas por meio destas representações se mostraram fundamentais no desenvolvimento do vínculo mãe-bebê, assim como a importância do movimento por parte da mulher de imaginar o filho no período pré-natal percebendo o ser que se forma no útero como alguém com necessidades próprias a serem supridas, elencando características únicas, que influenciaram na maternagem no período pós-natal (Dayton, Levendosky, Davidson & Bogat, 2010).

De acordo com Esteves, Sonogo, Vivian, Lopes e Piccinini (2013), é a partir dos movimentos fetais que uma identidade é dirigida ao bebê, com base nos comportamentos intra uterinos sentidos que vai se concretizando a imagem mental de uma nova vida. Contudo ao final da gestação, os sentimentos vão se direcionando para as ansiedades relacionadas com o parto e com a apreensão de conseguir suprir todas as demandas do bebê que está prestes a nascer. Esta redução de investimento na criança idealizada ocorre para que a mulher aceite o filho real que chegará, e que poderá frustrar muitas expectativas geradas ao longo do processo gravídico (Stern, 1997).

Durante a gravidez, a mente materna representa três bebês diferentes: o bebê fantasmático, o bebê imaginário e o bebê real. A criança fantasmática é o fruto dos desejos mais inconscientes, relacionados com as representações narcísicas maternas, onde a mulher simboliza o filho baseado nas suas vivências da infância com sua própria mãe. O bebê imaginário é construído ao longo da gestação e carrega os desejos e projeções da mãe, e também do pai, de

---

forma mais consciente, onde são atribuídos aspectos desejados como o sexo, temperamento, cor do olho, tipo de cabelo, entre outras. Por fim, a criança real é o bebê propriamente dito, um sujeito com sua própria subjetividade que exige uma adaptação dos pais, com o que foi representado durante a gestação (Bossi & Ardans, 2015).

É no segundo trimestre de gestação que a possibilidade de representar o bebê subjetivamente se intensifica, as características físicas imaginadas irão personificando a criança que está por vir. Os exames de ultrassonografia possibilitam concretizar o filho, e assim reconhecer aspectos reais sobre o bebê, como o sexo, tamanho e peso, tornando mais real o corpo imaginado (Souza & Pedrosa, 2011). A partir da descoberta do sexo, muitos simbolismos são acionados, ele possibilita nomear o bebê e deixá-lo mais pertencente àquela família. A escolha do nome muitas vezes reflete as expectativas que os pais depositam na criança (Piccinini, Gomes, Moreira & Lopes, 2004). Os recursos proporcionados pelo exame de imagem do bebê ao mesmo tempo em que fortalecem a vinculação com o filho esperado também evidenciam traços do filho real, contextualizando o bebê imaginário em espaço e tempo, e permitindo a preparação dos pais do lugar desta criança no mundo, como preparar as roupas, o quarto e os utensílios para o bebê (Grigoletti, 2005).

As características físicas e de personalidade atribuídas ao bebê imaginário geralmente estão relacionadas com o jeito de ser dos pais ou de parentes próximos ao qual a gestante demonstre afeto. Assim as semelhanças inserem a criança na família, onde a mulher vai reconhecendo o filho como um sujeito com um corpo separado de si e carregado com suas próprias necessidades (Ferrari, Piccinini & Lopes, 2007). A literatura aponta a importância das representações maternas serem múltiplas e mutantes, pois assim, proporcionam diversas possibilidades de representações e de aceitação do bebê real. Devido a isso é possível perceber ambivalências a respeito das representações do bebê, do seu lugar no mundo e da execução do papel materno (Flech & Piccinini, 2013).

As expectativas da mãe a respeito do bebê têm em sua base representações do mundo interno da mesma, onde os desejos edípicos infantis acompanhados dos movimentos fetais da criança vão desenhando um corpo simbolizado. As representações do bebê imaginário ocorrem principalmente pela maneira como a criança se movimenta no útero, somadas às características de personalidade do casal que são projetadas no filho (Ferrari, Piccinini & Lopes, 2007). Tais simbolizações acerca do bebê imaginário permitem mais que a expressão dos desejos e das expectativas maternas no filho, elas são a base para a relação de afeto e da conexão emocional que permitirá a mãe entender e cuidar o seu bebê, constituindo na gestação um período de tornar-se mãe e de construção das estratégias de suprir as carências do filho logo após seu nascimento (Borsa, 2007).

No terceiro trimestre gestacional, os sentimentos ambivalentes ficam aflorados, o desejo de conhecer o bebê real se intensifica, mas o medo e ansiedades direcionados às fantasias de como cuidar do filho e como desempenhar a maternidade permeiam o pensamento das gestantes. Neste momento a importância da rede de apoio familiar e as representações sociais investidas nos papéis atribuídos à gestante são fatores contribuintes para manutenção da qualidade de vida na gestação (Rezende & Souza, 2012). É comum que as representações nos últimos meses de gravidez sejam direcionadas para os sentimentos relacionados com o desempenho materno, tais como a sensibilidade em atender os desejos do filho e as experiências com a criança real

que nascerá, preparando assim a mulher para desempenhar o papel de mãe (Thun-Hohenstein, Weienroither, Schrewer, Seim & Weienroither, 2008).

É também no final do ciclo gravídico que se inicia a criação de um espaço físico e o planejamento de todos os itens materiais que irão suprir as demandas da criança, como por exemplo, o enxoval do bebê. Para que a construção deste lugar concreto ocorra é necessário que anteriormente a mulher já tenha internalizado uma representação do filho imaginário. Desta forma é através da disponibilidade emocional da mãe que recursos internos são fornecidos para a constituição de um bebê imaginário que se aproxima do bebê real, ao qual é inteiramente dependente de si própria (Esteves et al, 2013). Assim a abertura de um espaço psíquico e da construção de uma relação permeada de expectativas pelo bebê imaginário auxilia na concepção de um lugar para a criança na família, possibilitando a mãe ocupar-se com questões desde a rotina da criança até a oportunidade de cuidados maternos e os recursos necessários para fazê-lo (Ribeiro, Gabriel, Lopes & Vivian, 2017).

Sendo assim, o objetivo deste estudo foi compreender as representações maternas acerca do bebê imaginário no contexto da gestação de alto risco, investigando quais as percepções e os sentimentos relacionados à gravidez estas mulheres apresentam, além de entender como ocorre a preparação para a chegada deste filho.

## Método

Foi realizado um estudo qualitativo, de caráter exploratório e descritivo. Participaram deste estudo dez gestantes, residentes da região Metropolitana de Porto Alegre, com idades entre 24 a 36 anos ( $M = 30,7$  anos;  $DP = 3,4$  anos), entre a sexta e a trigésima quinta semana de gravidez, sendo que destas 3 (30%) encontravam-se no primeiro trimestre gestacional, 3 (30%) no segundo trimestre e 4 (40%) no último trimestre da gestação, internadas em um hospital universitário, no município de Canoas/RS. Entre as participantes 3 (30%) relataram ter planejado a gravidez, enquanto 7 (70%) não planejaram. Em termos de escolaridade, as gestantes variavam entre o ensino fundamental incompleto (30%), ensino médio incompleto (30%) e ensino médio completo (40%). O nível sócio econômico variou entre um salário mínimo 1 (10%), dois salários mínimos 8 (80%) e três salários mínimos 1 (10%). Todas as participantes encontravam-se internadas na enfermaria de gestantes de alto risco da unidade hospitalar pelo Sistema Único de Saúde. Os motivos de internação variaram entre 3 (30%) pré-eclâmpsia, 2 (20%) corioamniorrexe prematura (bolsa rota), 1 (10%) abuso de substância, 2 (20%) em patologias anteriores e 2 (20%) problemas acarretados na gestação. A amostra foi selecionada dentre os participantes de um projeto maior intitulado "O bebê e seu mundo: Projeto Interdisciplinar de Promoção da Saúde Materno-Infantil e Atenção à Primeira Infância", realizado pelo Grupo de Pós-graduação em Saúde da Universidade Luterana do Brasil.

A seguir, a tabela 1 exhibe a caracterização sociodemográfica das participantes, classificando-as quanto à idade das entrevistadas, semanas gestacionais, planejamento da gravidez, escolaridade, renda e o motivo da internação.

**Tabela 1- Caracterização sociodemográfica dos participantes**

Identificação	Idade	Semanas gestacional	Planejamento da gravidez	Escolaridade	Renda (salários mínimos)	Motivo da Internação
G1	34	25	Não planejado	Fundamental incompleto	2 Salários	Corioamniorrexe prematura
G2	31	35	Não planejado	Fundamental incompleto	2 Salários	Disfunção nos rins
G3	29	31	Não planejado	Fundamental incompleto	2 Salários	Pré-eclampsia
G4	36	33	Não planejado	Médio incompleto	2 Salários	Abuso de substância
G5	31	6	Não planejado	Médio incompleto	2 Salários	Diabetes Melitus
G6	31	10	Planejado	Médio completo	3 Salários	Trombose Cerebral
G7	32	25	Não planejado	Médio completo	2 Salários	Pré-eclampsia
G8	24	9	Não planejado	Médio incompleto	2 Salários	Bexiga neurogênica
G9	27	26	Planejado	Médio completo	1 Salário	Corioamniorrexe prematura
G10	32	34	Planejado	Médio completo	2 Salários	Pré-eclampsia

Fonte: Dados da Pesquisa

A coleta de dados ocorreu no período de 2018/1 a 2018/2, realizada nas dependências de um hospital universitário da cidade de Canoas, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Cada gestante respondeu a entrevista semi estruturada (IRMAG, adaptada para a versão brasileira em 2017). A entrevista possui 41 questões, englobando sete domínios, sendo eles: A estrutura da narrativa da gestante; O desejo da maternidade na história da mulher e do casal, e as relações com o papel materno; Emoções em torno do anúncio da gestação; Emoções e mudanças ao longo da gestação na vida da mulher, do casal e da família; As percepções, emoções, fantasias e o espaço da criança imaginária; Perspectivas temporais e futuras; e por fim as Perspectivas históricas relativas ao passado da mãe. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Além disto, foi preenchida uma ficha para investigação de dados sócio demográficos.

A partir da coleta de dados, foram elaboradas três categorias para avaliação através da análise de conteúdo de Bardin (2011). As informações obtidas referem-se aos Sentimentos acerca da gestação de alto risco; Percepção das características do bebê; e Preparação para a chegada do bebê. Tais categorias foram analisadas a partir das falas das participantes e discutidas com base na literatura. A sistematização dos relatos ocorreu através de um autor que classificou separadamente os relatos em cada categoria. Para os casos de discordância, usou-se um segundo juiz.

O estudo foi realizado seguindo as normas e diretrizes estabelecidas pela resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, ao qual regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Luterana do Brasil, sob parecer nº 2.448.176.

### **Resultados: sentimentos maternos acerca da gestação de alto risco**

Os sentimentos mais presentes nas entrevistas relacionavam-se à confirmação da gravidez e aos medos vivenciados, desencadeados pelo contexto

de alto risco em que as gestantes se encontravam. Também foram destacadas as percepções das mulheres sobre o bebê no útero.

Os sentimentos revelados pelas participantes sobre a confirmação da gravidez, em sua maioria foram de ambivalência, principalmente nos casos de gestação não planejada. “Ah, foi uma mistura! Primeiro um susto de pensar ‘será que eu vou conseguir começar de novo depois de 14 anos?’, mas fiquei feliz.” (G1, 34 anos, 25 S.); “Eu não esperava naquele momento, né?! Eu fiquei em estado de choque até acreditar... Foi uma emoção meio misturada. Eu ria, eu chorava, foi de alegria, de tristeza, foi uma mistura”. (G5, 31 anos, 6 S.). Já as mães que esperavam engravidar mencionaram sentimentos de realização, entretanto em algumas é possível perceber juntamente apreensão: “fiquei toda boba né! Tanto eu quanto meu marido, era uma coisa que a gente tanto queria que daí quando a gente viu mesmo que era verdade a gente ficou realizado, era uma coisa muito, mas muito esperada” (G6, 31 anos, 10 S.); “Eu sempre quis ter, mas eu tinha medo até em função dos meus problemas. Mas aí parei de tomar as pílulas e acabou acontecendo, então eu estou feliz e eu espero que dê certo!” (G8, 24 anos, 9 S.); “Foi uma mistura de sentimento! Difícil de explicar, uma felicidade mas um medo ao mesmo tempo” (G10, 32 anos, 34 S.).

O medo foi uma emoção presente em quase todos os relatos analisados. O fator relacionado ao alto risco da gestação foi evidenciado por muitas participantes, estes incluíam o medo de perder o bebê: “Ah eu tinha medo deles não sobreviverem né. Quando eu pensava assim, eu até disse para o meu marido porque que Deus quis me dar dois e agora ele quer vir me levar os dois. Aí era o meu motivo de choro”. (G1, 34 anos, 25 S.); “Eu tenho medo de acontecer alguma coisa com meu bebê, comigo devido aos problemas de saúde”. (G3, 29 anos, 31 S.). Uma das mulheres relatou o medo, através de sonhos: “sonhei que eu tava perdendo ele, que ele não estava bem, essas coisas assim... Medo que não corresse tudo bem no final da gravidez”. (G2, 31 anos, 25 S.). Assim como medos relacionados à saúde do bebê: “Pelo fato de eu estar aqui internada cuidando da diabetes, que ele não nasça com diabetes” (G5, 31 anos, 6 S.); “Eu fico com medo que ela tem alguma má-formaçãozinha porque o líquido ajuda a formar o pulmão, a bexiguinha” (G9, 27 anos, 26 S.). O medo

também se apresentou como forma de preocupação e ansiedade por algumas gestantes: “É que tu sente mais preocupação, dá tipo um medo assim, uma angústia” (G6, 31 anos, 10 S.); “só agora com a pré-eclâmpsia que eu fiquei bastante ansiosa no início” (G7, 32 anos, 25 S.).

A percepção dos movimentos do bebê no útero foi associada à felicidade e emoção “quando eu senti a primeira vez ela mexer foi uma emoção, chorei até!”. (G4, 36 anos, 33 S.); “senti um tremorzinho [...] é uma sensação muito boa, muito bom tu saber que tá gerando uma parte de ti”. (G5, 31 anos, 6 S.). Tal evento gerou ansiedade nas mães “ficava ali contando semana por semana, aí ficava vai começar a mexer, vai começar a mexer”. (G1, 34 anos, 25 S.). Os movimentos do bebê também marcam a existência real de um ser em desenvolvimento dentro do útero “Eu fiz um teste de farmácia, fiz exame de sangue e não acreditei. Fui acreditar quando minha barriga foi crescendo, quando eu fui começando a sentir ele” (G10, 32 anos, 34 S.).

O desejo relacionado à mudança corporal e na evidência do corpo grávido também se fez presente nos relatos: “fiquei ansiosa que aparecesse a barriga mesmo, sabe? Mas apareceu lá pelo sexto mês só” (G6, 31 anos, 10 S.); “meu esposo não nota ainda a barriga, ele disse que é só gordura. Mas eu noto que tá diferente” (G8, 24 anos, 9 S.).

Apesar do medo e da ansiedade ser os sentimentos mais presentes frente à gestação de alto risco, todas as mulheres relataram sentimentos positivos e evidenciaram disponibilidade psíquica para representar o bebê imaginário, demonstrando assim a construção de uma relação afetiva com seus filhos. Ainda que o contexto seja da gestação de alto risco percebeu-se sentimentos positivos em relação à diade mãe-bebê.

## Percepção das características do bebê

As entrevistadas apresentaram expectativas a respeito da fisionomia dos bebês, de acordo com semelhanças físicas e comparações consigo próprias e com o pai da criança: “Daí eu falo será que esse vai nascer com os olhos da mãe? Porque meu olho é claro, né” (G2, 31 anos, 25 S.); “às vezes eu imagino ela mulatinha, assim com cabelo cacheadinho... às vezes eu imagino ela mais sarazinha” (G4, 36 anos, 33 S.); “Eu queria que ele nascesse com olho verde que nem o pai dele, que ele tem o cabelo preto que nem o meu” (G5, 31 anos, 6 S.); “Tem que ter cabelo crespo, bocudinha[...] só não pode ter o meu nariz” (G3, 29 anos, 31 S.); “Eu imagino ele bem parecido com o pai, bem forte fisicamente, mas com o meu gênio, bem forte” (G10, 32 anos, 34 S.).

As gestantes também se basearam nos exames de ultrassonografia para relatar as suas percepções sobre os filhos: “Quando eu fiz a morfológica então, que dá pra ver bem detalhada. Os lábios, o olho, os dedinhos... Pelas ecografias eles são perfeitinhas” (G1, 34 anos, 25 S.). “Eu acho que ele é bem parecido com o pai pelo o que eu vi, porque ele tem a boquinha grande” (G10, 32 anos, 34 S.); “Tá bem grande, com 47 cm, tá com peso gestacional de 37 semanas e eu tô com 35, recém... Eu imagino que ele vai ser bem grande”. (G2, 31 anos, 25 S.); “Hoje eu vi ela na eco, com a boca que nem a do B. bem carnuda, achei que vai sair com a boca parecida com a dele” (G4, 36 anos, 33 S.); “cara do pai... Na primeira ecografia a cabeça era parecida com a dele já... o formato” (G7, 32 anos, 25 S.); “até comentei com a moça da eco, eu disse assim ai ela é muito narigudinha”. (G3, 29 anos, 31 S.).

Destacaram-se também as impressões relacionadas ao temperamento dos bebês, as mães se basearam na experiência atual do feto na barriga,

atribuindo aos filhos aspectos de personalidade: “Ele é bem agitado na barriga, agora só quando ele nascer e crescer pra ‘mim’ ver. Eu acho que ele vai ter personalidade bem forte” (G2, 31 anos, 25 S.); “Eles ainda não são agitados, eles não são tão saracoteador, eles são mais comportadinhos” (G1, 34 anos, 25 S.); “Ah eu acho que ela vai ser bem agitadinha, pelo quanto que ela se mexe” (G7, 32 anos, 25 S.); “Temperamento, com certeza vai ter temperamento forte[...] e pelo jeito que chuta né, parece que vai saltar da barriga” (G3, 29 anos, 31 S.); “ela é mais preguiçosa, aqui na barriga ela se mexe, mas não muito” (G4, 36 anos, 33 S.).

Algumas mães realizaram comparações com familiares para descrever características do bebê e utilizavam aspectos da personalidade de outros filhos como forma de comparação: “Ah, se puxar pelas irmãs vão ser esquentadinhos” (G1, 34 anos, 25 S.); “parecida com a minha filha, bem parecida com ela [...] de gênio e personalidade mais forte” (G6, 31 anos, 10 S.); “eu acredito que ele vai ter uma personalidade forte, porque a minha menina ela sabe o que ela quer” (G8, 24 anos, 9 S.); “Eu acho que vai ser calminha igual o mano dela” (G9, 27 anos, 26 S.). Outra participante utilizou uma característica que elenca para família, como desejo para o seu bebê: “Todas as mulheres da minha família são guerreiras e dinâmicas, são fortes, não deixam a peteca cair. Independente se for menina ou menino eu gostaria que fosse assim” (G5, 31 anos, 6 S.), ou mencionaram características que não desejavam: “eu queria que não tivesse o gênio das avós, minha mãe era muito geniosa, minha sogra também é”. (G6, 31 anos, 10 S.).

Algumas entrevistadas desejavam características para os bebês que acreditavam serem comuns as famílias suas e de seus parceiros. Outro fator carregado de representações foi relacionado à escolha do nome.

## Preparação para a chegada do bebê

A preparação para a chegada do bebê foi mencionada pelas gestantes tanto na perspectiva de espaço físico e pertencentes pessoais, como o quarto e roupas. Quanto a concepção dos cuidados após o nascimento, e o desenvolvimento do papel de mães, e o enfoque nas necessidades que os filhos poderiam apresentar se mostram presentes nos discursos das gestantes.

Os preparativos do ambiente que acolherá o bebê, seja o quarto, enxoval ou itens de espera deste, mostraram-se diferentes entre as mães de acordo com o trimestre gestacional em que se encontravam. As mulheres no primeiro trimestre gestacional relataram não ter organizado ainda um espaço para os filhos “Não, não comprei nada ainda [...] porque ele ainda é um grãozinho de ervilha” (G5, 31 anos, 6 S.); “a gente até tá planejando, a gente primeiro quer saber [o sexo], porque a gente vai fazer totalmente diferente do que a gente fez com a A.” (G6, 31 anos, 10 S.). Ao longo do segundo trimestre, percebeu-se a iniciativa da construção do enxoval do bebê: “Eu tinha comprado os bebês conforto, tinha ganho umas roupinhas usadas, mas eu ia fazer chá de fralda dia 22. Os berços eu já tinha encomendado[...]. Aí eu ia fazer o chá de fralda para ver o que que eu ganhar e o que iria faltar” (G1, 34 anos, 25 S.); “O básico já preparei, eu não fiz o quarto porque vou esperar ela nascer” (G9, 27 anos, 26 S.). Já ao final da gestação, com a chegada do último trimestre, o espaço para receber o bebê se mostra composto: “já tenho quase tudo! só falta a cômoda, eu tenho umas amizades maravilhosas graças a Deus, me ajudaram bastante” (G4, 36 anos, 33 S.); “Já tem tudo [...] a finada bisa deu todo enxovalzinho dele, a minha sogra também. A minha comadre me deu o berço, a minha irmã me deu o carrinho” (G10, 32 anos, 34 S.).

O chá de fraldas foi relatado como um marco para a preparação dos itens que vão receber e aconchegar o bebê na família. As mães planejavam organizar-se a partir dos presentes que o filho receberia para então terminar de compor seus pertences. “Eu não tinha preparado nada [...] só tava ganhando as coisinhas, não tinha feito nem o chá de fraldas ainda” (G2, 31 anos, 25 S.); “vamos esperar pra ver o que vou ganhar no chá, aí eu compro tudo o que precisar, o que faltar pra ela” (G3, 29 anos, 31 S.).

Outro ponto que se destacou nos discursos das entrevistadas foi o planejamento da organização familiar para cuidar do bebê que estava chegando. A avó materna foi citada como o maior suporte para as mães, como exemplifica a seguinte fala: “qualquer coisa minha mãe vai estar junto, que eu sou mãe de primeira viagem, mas minha mãe que vai me auxiliar” (G4, 36 anos, 33 S.). O pai da criança também foi mencionado como importante no suporte aos cuidados do bebê: “o pai dele disse que vai pegar 20 dias pra ficar em casa” (G2, 31 anos, 25 S.).

As gestantes ainda falaram sobre as necessidades de adaptação do filho ao novo ambiente, fora da barriga, que ambos precisarão enfrentar: “tem que acostumar desde os primeiros dias, tenho que acostumar ela e eu juntas” (G9, 27 anos, 26 S.). Além das estratégias de organização do espaço do filho no mundo: “Eu acho que tem que ter um cuidado. Não colocar a criança para dormir no meio do barulho, ajeitar um cantinho, colocar uma musiquinha baixinha” (G8, 24 anos, 9 S.); “eu penso em todos os cuidados do bebê porque ele é de dezembro, daí aquele calorão” (G6, 31 anos, 10 S.). Assim como a administração da rotina: “ajudar um pouquinho no ritmo do sono vai bem né? Vai que eles dormem de dia e ficam acordados de noite?” (G1, 34 anos, 25 S.); “dar o banho no horário certo pra ela ter aquele soninho, eu sempre faço o banho de noite pra dormir a noite inteira, tentar acostumar a dormir a noite inteira, não fica acordando toda hora pra mamar” (G3, 29 anos, 31 S.). As entrevistadas relataram ainda sobre as necessidades que acreditam que os filhos irão apresentar, mencionando demandas afetivas de cuidado e proteção, além da conexão do vínculo mãe-bebê, ressaltando a importância da disponibilidade para a dependência completa do bebê consigo.

## Discussão

A partir dos resultados das entrevistas semiestruturadas, foi possível conhecer em profundidade cada participante, bem como compreender o significado da gestação para cada mulher. A análise dos dados foi realizada baseada nas categorias: sentimentos maternos frente à gestação de alto risco, percepção das características do bebê e a preparação para a chegada do bebê, discutidos à luz da literatura sobre o tema.

A gestação é um processo associado a mudanças físicas, sociais e emocionais, despertando assim muitos sentimentos na mulher. A maneira como a gestante vivencia este momento é crucial para o estabelecimento do vínculo com o bebê e também para a construção da maternagem. As participantes evidenciaram sentimentos de ambivalência frente à notícia da gravidez, diferindo no tempo de aceitação de acordo com ter planejado ou não o filho. As gestantes que haviam idealizado o filho se mostravam mais disponíveis emocionalmente com a confirmação da gravidez, evidenciando sentimentos de realização pessoal. Stern (1997) aponta que a concepção de um filho se inicia anteriormente, partindo das fantasias existentes desde as brincadeiras de boneca por parte da mãe na infância. Além disso, estudos revelam que a alteração no papel social ocupado pela mulher após a gravidez a coloca em

uma posição privilegiada e valorizada, percebido nos discursos das gestantes, porém esse novo lugar ocupado pela mulher pode causar estranhamento e medo perante as responsabilidades que são esperadas socialmente (Piccinini, Gomes, Nardi & Lopes, 2008; Cruz & Mosmann, 2015).

Os sentimentos relacionados à gravidez de alto risco mais relatados eram de medo, receio e preocupações. As entrevistadas direcionavam tais sentimentos tanto ao processo de gestar quanto se mostravam temerosas frente às complicações enfrentadas, corroborando o estudo de Oliveira, Madeira & Penna (2011) que também identificou tais sentimentos. Silva et. al (2013), afirmaram que a gestação de alto risco é uma experiência estressante, reforçando a fragilidade do momento vivenciado e ocasionando em instabilidade emocional. Porém mesmo revelando-se apreensivas quanto a sua saúde e a do feto, sentimentos positivos de felicidade e completude puderam ser observados, não impedindo que a gestação fosse vivenciada com satisfação, principalmente quando as mães puderam perceber os primeiros movimentos fetais, fortalecendo a certeza da existência de uma nova vida crescendo dentro de si. Estudos confirmam que no período pré-natal a construção do vínculo mãe-bebê se intensifica após as primeiras movimentações do bebê serem sentidas. A personificação do feto inicia-se no segundo trimestre quando é possível observar o aumento do ventre e os sinais do bebê no útero, neste momento as representações quanto temperamento e personalidade começam a se delinear (Borsa, 2007; Esteves et.al, 2013).

Em relação às mudanças corporais, as entrevistadas relataram sentimentos de ansiedade por ver a barriga crescer e intensa satisfação com o novo corpo. As mulheres também evidenciaram felicidade por estarem usando roupas mais largas que o habitual, concordando com estudos de Piccinini, Gomes, Nardi e Lopes (2008), pelo crescimento da barriga representar um símbolo da maternidade. Entretanto as gestantes entrevistadas não relataram desconfortos em relação ao corpo adquirido com a gravidez, tampouco sentiram-se menos atraentes devido ao ganho de peso e aumento do abdômen, sendo que apenas uma mãe referiu baixa autoestima devido a manchas no rosto adquiridas ao longo da gestação, podendo tal fato estar associado às fantasias inconscientes advindas da culpa por não conduzir a gestação de maneira saudável, aceitando com passividade todas as transformações ocorridas consigo.

A segunda categoria estudada diz respeito às representações maternas acerca do bebê imaginário, em que as entrevistadas relacionaram o temperamento dos bebês de acordo com os movimentos fetais e também relacionando com sua própria personalidade e com a do pai do bebê, possibilitando a constituição de uma identidade do feto durante a gestação, permitindo assim a construção da idealização que leva ao encontro do bebê real. As participantes que se encontravam no segundo e terceiro trimestre gestacional demonstraram maiores caracterizações do filho, tornando este ser pertencente à família. As mães também imaginaram traços psíquicos e cognitivos nos filhos, fruto de desejos conscientes e inconscientes que seus bebês fossem de determinado jeito. A literatura aponta que este movimento de caracterizar o bebê imaginário à semelhança da sua família é uma maneira de incorporar os filhos ao seu meio. Estas idealizações conscientes são típicas da fase que abriga a construção do bebê imaginário, lhe atribuindo uma subjetividade que permite perceber o filho como alguém separado de si, porém dependente integralmente dos seus cuidados, fortalecendo assim o vínculo materno com a criança esperada (Bossi & Ardans, 2015; Piccinini, Gomes, Moreira & Lopes, 2004).

Os exames de ultrassonografia influenciaram as participantes quanto à percepção das características físicas dos filhos. Sabendo que os exames de

---

imagem fornecem traços reais do bebê, tais como o sexo, percebeu-se que a ecografia se apresenta como um marco, tornando possível batizar o filho com um nome repleto de significados e contextualizar o bebê no espaço e tempo, como comprovado em estudos anteriores realizados por Souza e Pedrosa (2011), que constataram que a partir do ultrassom a gestante consegue concretizar o bebê identificando o peso, tamanho, sexo, entre outras características. Grigoletti (2005), ainda salienta que este movimento é de extrema importância para que os pais consigam preparar o espaço que esta criança ocupará no mundo fora do útero. Assim como Dayton, Levendosky, Davidson e Bogat (2010) salientam a importância da vivência desta etapa, uma vez que os investimentos psíquicos realizados no período pré parto são fatores decisórios na disponibilidade materna despendida ao bebê no período pós-parto.

A literatura aponta que no terceiro trimestre gestacional ocorre um desinvestimento gradativo da gestante no bebê imaginário para a recepção do bebê real, onde o foco das mulheres passa a ser o parto e a constituição da identidade materna (Stern, 1997). Contudo, mesmo as gestantes que se encontravam próximo ao final da gravidez demonstraram ainda investimento no bebê imaginário idealizado, porém também conseguiram se mostrar disponíveis para necessidades do bebê real, como cólicas, dificuldades de adaptações e necessidade de outras pessoas para auxiliar em cuidados, assim como no estudo de Fleck e Piccinini (2013) que discute a importância deste papel imaginativo ser múltiplo e mutante, possibilitando a aceitação e vinculação com o bebê real.

As entrevistadas que já eram mães utilizaram aspectos da personalidade dos filhos anteriores como essência para pensar as características do feto. A maioria das mães elencou aspectos que consideraram positivos dos irmãos mais velhos para projetar em seus bebês, assim como algumas mães relataram experiências que tiveram anteriormente como base para cuidar do bebê imaginário após o nascimento. Vivian, Lopes, Geara e Piccinini (2013), salientam que mesmo cada gestação sendo um evento único, a experiência prévia ligada às sensações já sentidas faz com que as gestantes tenham maior tranquilidade para vivenciar este momento.

Nos relatos também foi possível identificar os movimentos que as entrevistadas realizavam para conceber um espaço para o bebê, tanto fisicamente quanto inseri-los no seio familiar. Segundo Esteves et. al (2013), para conseguir incluir e providenciar a organização de um espaço para receber a criança, a gestante necessita ter o filho representado no seu psiquismo, internalizando a ideia de alguém que após o nascimento será totalmente dependente da mãe e que contará com sua disponibilidade emocional integralmente. Assim, Ribeiro, Gabriel, Lopes e Vivian (2017), discutem que esta relação de afeto facilita o vínculo, pois envolve expectativas de interação e envolvimento com o bebê propiciando uma maior sustentação das demandas físicas e emocionais da criança de forma continente. Desta forma, o relacionamento primário da díade mãe-bebê abre espaço para a mulher pensar em todos os níveis de organização exigidos para a chegada do filho. As entrevistadas que se encontravam no terceiro trimestre ou próximo disto, relataram já estarem preparadas quanto ao quarto, roupinhas e enxoval para os bebês. As gestantes também já demonstravam preocupações com a rotina de sono e banho dos filhos, além de pensar figuras de referência para auxiliar nos cuidados das crianças.

Quanto ao auxílio nos cuidados dos filhos, duas figuras se destacaram, sendo elas a avó materna (mãe da gestante) e o pai do bebê. Algumas gestantes estenderam à avó paterna a ajuda nas responsabilidades. Stern (1997) aponta que a posição de cuidador ocupada pelo genitor aumenta

o vínculo conjugal do casal, além do apoio emocional prestado à gestante que constituiu uma função importante atribuída ao pai, resguardando assim a tríade da entrada de outras pessoas. Já o vínculo com a família de origem, especificamente com a sua própria mãe, se apresenta como uma rede de apoio que possibilita que a mulher maternar seu bebê amparada por sua figura de referência. A literatura ainda revela que a maternidade é uma possibilidade de a mulher realinhar seus interesses maternos, voltando-se mais para sua mãe enquanto mãe e não enquanto mulher, podendo reorganizar fantasias inconscientes que retornam no período da gravidez (Stern, 1997; Ribeiro, Gabriel, Lopes & Vivian, 2017).

## Considerações Finais

Os aspectos abordados no presente estudo relacionaram-se para além de como as gestantes de alto risco representam mentalmente seus bebês, mas também em como tais idealizações são significativas para a construção de uma relação afetiva da díade mãe-bebê, proporcionando a base do vínculo que se estenderá para os cuidados do filho real após o nascimento. Assim, a gestação se mostrou como um período no qual os investimentos libidinais da mulher se voltam para a construção de um bebê imaginado, carregado de suas representações conscientes, como aspectos físicos e de temperamento, mas também de desejos e fantasias narcísicas inconscientes. Tal idealização se faz fundamental para que a mulher consiga interpretar e suprir as necessidades do filho após o nascimento, tomando-o como um objeto privilegiado. O processo de imaginar precisa suportar as discrepâncias que o filho real apresenta, precisando que ao final da gravidez as representações abram espaço para o imprevisível.

Com base nos estudos anteriores acredita-se que a constituição do bebê imaginário se inicia anteriormente à gravidez e se estende ao longo de todo processo, mesmo que cada trimestre gestacional apresente suas particularidades. No presente estudo foi possível identificar que o bebê representado é mais que o somatório de características físicas e de personalidade, mas sim um reflexo dos desejos que vão personificando o feto como um ser único e lhe integrando ao seio familiar, tornando-a assim pertencente e passível de reconhecimento pela mãe como seu.

Aponta-se que a existência da relação materno-fetal se mostra bastante intensa nas gestantes que imaginavam seus bebês, investindo-os com expectativas e sentimentos. Entretanto o movimento de representar mentalmente o filho é apenas uma das maneiras de avaliar a proximidade do vínculo da gestante com o feto, não podendo ser afirmado que as entrevistadas que apresentavam relatos mais enxutos não estavam se preparando para a chegada do bebê. Ainda salienta-se que, mesmo com os relatos de sentimentos referentes ao medo em decorrência da gestação de alto risco, as entrevistadas evidenciaram representações maternas condizentes com os estudos anteriormente investigados, mesmo naqueles em que a amostra era de gestantes que não apresentaram complicações na gravidez.

Como limitação da investigação, ressalta-se que um estudo com maior número de participantes poderia fornecer dados adicionais e maiores conhecimentos a respeito das representações maternas no contexto da gestação de alto risco. Para maior visão sobre o assunto, seria importante também a apresentação de mais aspectos avaliados e considerados, como por exemplo, a vivência única da maternidade por cada mulher.

---

## Referências

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Borsa, J. C. (2007). Considerações acerca da relação mãe-bebê da gestação ao puerpério. *Revista Contemporânea – Psicanálise e Transdisciplinaridade*, 2(2), 310-321. Recuperado de: <http://www.revistacontemporanea.org.br/revistacontemporaneaanterior/site/wp-content/artigos/artigo89.pdf>.
- Bossi, T. J. & Ardabs, O. (2015). O bebê imaginado e a constituição das identidades materna, paterna e do bebê. *Interação em psicologia*, 19(3), 386-394. Recuperado de: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/34491/29507>.
- Budzyn, C. S., Wendland, J. & Levandowski, D. C. (2017). Representações de gestantes adolescentes do sul do Brasil sobre o bebê. *Revista de psicologia IMED*, 9(1), 69-86. Recuperado de: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/1627/1307>.
- Cruz, Q. S. & Mosmann, C. P. (2015). Da conjugalidade à parentalidade: vivência no contexto da gestação planejada. *Aletheia* 47-48, 22-34. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n47-48/n47-48a03.pdf>.
- Dayton, C. J., Levendosky, A. A., Davidson, W. S., & Bogat, G. A. (2010). The child as held in the mind of the mother: The influence of prenatal maternal representations on parenting behaviors. *Infant Mental Health Journal*, 31(2), 220-241. Recuperado de: [http://digitalcommons.wayne.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1044&context=soc\\_work\\_pubs](http://digitalcommons.wayne.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1044&context=soc_work_pubs).
- Esteves, C. M., Sonogo, J. C., Vivian, A. G., Lopes, R. C. S. & Piccinini, C. A. (2013). A gestação do Segundo filho: sentimentos e expectativas da mãe. *Revista psicologia*, 44(4), 542-551. Recuperado de: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5631452.pdf>.
- Ferrari, A. G., Piccinini, C. A. & Lopes, R. S. (2007). O bebê imaginado na gestação: aspectos teóricos e empíricos. *Psicologia em Estudo*, 12(2), 305-313. Recuperado de: <https://www.scielo.br/pdf/pe/v12n2/v12n2a11.pdf>.
- Ferreira, R. M., Elias, F. J. M., Correa, A. A. M. (2018). Das representações mentais na gestação as frustrações pós parto: um campo para a psicanálise. *Revista saúde e meio ambiente – RESMA*, 7(2), 10-18. Recuperado de: [https://periodicos.ufms.br/index.php/sameamb/article/view/5700/pdf\\_47](https://periodicos.ufms.br/index.php/sameamb/article/view/5700/pdf_47).
- Flech, A. & Piccinini, C. A. (2013). O bebê imaginário e o bebê real no contexto da prematuridade: do nascimento ao 3º mês após a alta. *Aletheia*, 40, 14-30. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n40/n40a03.pdf>.
- Grigoletti, L. V. S. (2005). A influência da ultra-sonografia na representação do filho imaginário – filho real. *Revista Psicologia*, 36(2), 149-157. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/download/1384/1084/>.
- Oliveira, V. J., Madeira, A. M. F. & Penna, C. M. M. (2011). Vivenciando a gravidez de alto risco entre a luz e a escuridão. *Revista Rene*, 12(1), 49-56. Recuperado de: <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/4119/3210>.
- Piccinini, C. A., Gomes, A. G., Moreira, L. E. & Lopes, R. S. (2004). Expectativas e sentimentos da gestante em relação ao seu bebê. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(3), 223-232. Recuperado de: <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v20n3/a03v20n3.pdf>.
- Piccinini, C. A., Gomes, A. G., Nardi, T. & Lopes, R. S. (2008). Gestação e a constituição da maternidade. *Psicologia em Estudo*, 13(1), 63-72. Recuperado de: <https://www.scielo.br/pdf/pe/v13n1/v13n1a07.pdf>.
- Pio, D. A. & Capel, M. S. (2015). Os significados do cuidado na gestação. *Revista psicologia e saúde*, 7(1), 74-81. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpsaude/v7n1/v7n1a10.pdf>.
- Rezende, C. L. & Souza, J. C. (2012). Qualidade de vida em gestantes de alto risco de um centro de atendimento à mulher. *Revista Psicólogo InFormação*, 16(16), 45-69. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoinfo/v16n16/v16n16a03.pdf>.
- Ribeiro, F. S., Gabriel, M. R., Lopes, R. C. S. & Vivian, A. G. (2017). Abrindo espaço para um segundo bebê: impacto na constelação da maternidade. *Psicologia Clínica*, 29(2), 155-172. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v29n2/02.pdf>.
- Silva, M. R. C., Vieira, B. D. G., Alves, V. H., Rodrigues, D. P., Vargas, G. S. & Sá, A. M. P. (2013). A percepção da gestante de alto risco acerca do processo de hospitalização. *Revista de Enfermagem da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, 21(2), 792-797. Recuperado de: <https://pdfs.semanticscholar.org/fa73/59f45ad2ae2f4fe74f2ac0d47a720c9ac932.pdf>.
- Souza, E. J. C. & Pedroso, J. S. (2011). O papel do exame ultrassonográfico na representação do bebê imaginário em primigestas. *Revista mal-estar e subjetividade*, 11(4), 1491-1520. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v11n4/08.pdf>.
- Stern, D. N. (1997). *A constelação da maternidade: o panorama da psicoterapia pais/bebês*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Thun-Hohenstein, L., Wienerroither, C., Schreuer, M., Seim, G. & Wienerroither, H. (2008). Antenatal mental representations about the child and mother–infant interaction at three months post partum. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 17, 9–19. Recuperado de: [https://www.researchgate.net/publication/5661508\\_Antenatal\\_mental\\_representations\\_about\\_the\\_child\\_and\\_mother-infant\\_interaction\\_at\\_three\\_months\\_post\\_partum](https://www.researchgate.net/publication/5661508_Antenatal_mental_representations_about_the_child_and_mother-infant_interaction_at_three_months_post_partum).
- Vivian, A. G., Lopes, R. C. S., Geara, G. B. & Piccinini, A. C. (2013). Eu fico comparando: expectativas maternas quanto ao segundo filho na gestação. *Revista estudos de psicologia*, 30(1), 75-87. Recuperado de: <https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v30n1/09.pdf>.

## Psicoterapia *on-line*: uma revisão de literatura

### *Online psychotherapy: a literature review*

**Henrique Borba Bittencourt<sup>1</sup>, Caroline Cassal Rodrigues<sup>2</sup>, Gabriel Licoski dos Santos<sup>3</sup>, Jaqueline Batista da Silva<sup>4</sup>, Laura Gonçalves de Quadros<sup>5</sup>, Lucas Santos Mallmann<sup>6</sup>, Pâmela Soares Bratkowski<sup>7</sup> e Renata Isabel Fedrizzi<sup>8</sup>**

**Resumo:** O presente artigo teve por objetivo realizar uma revisão narrativa da literatura a fim de compreender os conceitos envolvidos no processo terapêutico *on-line*. Tal pesquisa se mostra importante devido ao grande destaque que a temática ganhou nos tempos atuais em decorrência da crise provocada pela Covid-19, tendo em vista os efeitos na saúde mental e na forma de fazer psicologia. Os resultados encontrados apontam para a semelhança da efetividade do tratamento *on-line* quando comparado ao modelo clássico, a existência de peculiaridades do setting terapêutico, suas vantagens e ainda, sua importância tendo em vista as mudanças nas formas de se relacionar. Além disso, é destacada a relativa escassez de trabalhos sobre a temática, sendo importante o incentivo à produção destes.

Palavras-chave: Psicoterapia *On-line*; Terapia *On-line*; atendimentos psicológicos pela internet.

**Abstract:** This article aims at conducting a literature narrative review in order to understand the concepts involved in the online therapeutic process. This research is important because of the great prominence that this subject has gained in the current times as a result of the crisis caused by Covid-19, given the effects on mental health and the way of doing psychology. The results found point to the similarity of the effectiveness of online treatment when compared to the classic model, the existence of peculiarities of the therapeutic setting, its advantages and also its importance given the changes in the forms of relationship. In addition to the lack of works on this subject, it's important to encourage their development.

Keywords: Online Psychotherapy; E-Therapy; Psychological care over the internet.

<sup>1</sup> Estudante de Psicologia no Centro Universitário Cenecista de Osório. Coordenador da comissão de pesquisa da Liga de Estudantes e RecémFormados da SPRGS (L.E.R.). E-mail: iqueb2@hotmail.com .

<sup>2</sup> Estudante de Psicologia na Faculdade Cesuca, Coordenadora da comissão de comunicação da Liga de Estudantes e RecémFormados da SPRGS (L.E.R.). E-mail: carol.cassalrodrigues@gmail.com .

<sup>3</sup> Estudante de Psicologia no Centro Universitário Cenecista de Osório. Ligante da comissão de comunicação da Liga de Estudantes e RecémFormados da SPRGS (L.E.R.). E-mail: biellicoski@gmail.com .

<sup>4</sup> Estudante de Psicologia na Faculdade Anhanguera. Coordenadora da comissão administrativa da Liga de Estudantes e RecémFormados da SPRGS (L.E.R.). E-mail: jackbatistsilva@gmail.com .

<sup>5</sup> Estudante de Psicologia na Faculdade Anhanguera. Coordenadora da comissão de extensão da Liga de Estudantes e RecémFormados da SPRGS (L.E.R.). E-mail: lauraexecute@gmail.com .

<sup>6</sup> Estudante de Psicologia na Faculdade Anhanguera. Ligante da comissão de comunicação da Liga de Estudantes e RecémFormados da SPRGS (L.E.R.). E-mail: lucassantosmallmann@gmail.com .

<sup>7</sup> Psicóloga formada pela UNISINOS. Psicanalista em formação pela Sigmund Freud Associação Psicanalítica (Sig), Membro efetivo e diretora científica da SPRGS. E-mail: pamelasoaresb@gmail.com .

<sup>8</sup> Psicóloga formada pela PUCRS. Psicanalista em formação pela Sig. Membro efetivo da SPRGS. E-mail: renataisabelfedrizzi@gmail.com .

---

## Introdução

O presente artigo foi proposto a partir da realização do evento “Atendimento *on-line* e exercício da psicologia: um diálogo necessário sobre novas resoluções”, organizado pela Liga de Estudantes e Recém-formados (L.E.R.). As discussões do evento suscitaram questionamentos e investigações sobre o tema pelos membros da L.E.R., que buscaram respostas para tais indagações por meio de pesquisas.

Enquanto se realizavam os primeiros estudos sobre o tema por parte dos autores, a pandemia do coronavírus eclodiu no mundo, dando ainda mais relevância à temática proposta, visto as novas questões e inquietações sobre atendimentos psicológicos *on-line*. Além disso, o formato deste trabalho precisou ser repensado frente à necessidade de abarcar as mudanças que estavam ocorrendo rapidamente para os psicólogos.

O ano de 2020 pode ser considerado um marco para a psicologia no que diz respeito aos atendimentos *on-line*. Isto porque, até então, os profissionais ainda estavam se apropriando da Resolução CFP nº 11/2018 do Conselho Federal de Psicologia (2018), que visa a ampliação das possibilidades de serviços oferecidos por meio de tecnologias de informação e comunicação (TICs), e viram-se diante da necessidade de trabalhar preferencialmente desta forma devido à pandemia de Covid-19.

Os psicólogos, assim como o restante da população, foram surpreendidos pelo novo coronavírus, que teve seus primeiros casos confirmados no final de 2019 na China (Organização Pan-Americana de Saúde & Organização Mundial da Saúde 2020). Em pouco tempo, a doença se disseminou pelo mundo, evoluindo de uma epidemia para uma pandemia, instaurando um panorama de emergência de saúde pública internacional (Organização Pan-Americana de Saúde & Organização Mundial da Saúde 2020) e mudando a rotina de milhões de pessoas nos esforços para o seu controle. O primeiro caso registrado em terras brasileiras ocorreu no dia 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo, e passados 99 dias foram registrados cerca de 555.383 casos confirmados e 31.199 óbitos por infecção pelo vírus (Organização Pan-Americana de Saúde & Organização Mundial da Saúde, 2020).

Devido à rápida propagação do vírus, as pessoas foram orientadas a manter o distanciamento social, e apenas os serviços considerados essenciais à população continuaram abertos. Em consonância com essa situação, o CFP orientou a categoria e publicou a Resolução CFP nº 04/2020, flexibilizando alguns dispositivos da Resolução CFP nº 11/2018 com o objetivo de manter o atendimento à população em isolamento (Conselho Federal de Psicologia, 2020a). A partir dessa regulamentação, os psicólogos puderam manter os serviços prestados por meio das TICs desde que fizessem seu cadastro na plataforma e-Psi e observassem as exigências do Código de Ética Profissional estabelecido pela Resolução CFP nº 10/2005 (Conselho Federal de Psicologia, 2005a).

Segundo Fabiane Konowaluk (como citado por Conselho Federal de Psicologia, 2020b), tesoureira do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS), o serviço de cadastro para atendimento *on-line* chegou ao registro de mais de 30 mil acessos em um dia, provocando um colapso na plataforma de cadastro. Diante desse cenário, o CFP autorizou que os psicólogos atuassem antes mesmo de receberem o parecer do respectivo Conselho Regional de Psicologia (CRP) (Conselho Federal de Psicologia, 2020b).

Embora os atendimentos psicológicos *on-line* ainda sejam uma prática recente, diante do momento em que a sociedade se encontra, novas formas

de atuação do psicólogo nesse âmbito se fazem necessárias, sendo cada vez mais objeto de estudo e de novas orientações para que o exercício da profissão prossiga de forma ética. Por este motivo, os membros da L.E.R. decidiram escrever este artigo e contribuir com reflexões e informações sobre esta modalidade de atendimento.

## Método

A metodologia utilizada para o artigo foi o de revisão narrativa de literatura, visto que este é um método que permite ao autor realizar a análise e interpretação de um tema de forma ampla sob o ponto de vista teórico e contextual (Rother, 2007, Elias et al., 2012, Brizola e Fantin, 2016). Este método de estudo, segundo Rother (2007), baseia-se na análise da literatura publicada em livros e artigos de revistas.

Para a realização deste estudo foram utilizados autores que se enquadram no tema proposto, além da realização de buscas nas bases de dados Lilacs, Pepsic, Scielo e Pubmed, com as palavras chaves “psicoterapia *on-line* (online *psychotherapy*)” e “terapia *on-line* (online *therapy*)” ou “atendimento psicológico *on-line*”. Com base nesta busca, foi possível identificar que ainda há poucos estudos sobre o tema no âmbito nacional, visto que, depois de utilizados como critérios a exclusão de artigos com mais de cinco anos e que não dissertem sobre atendimento psicológico *on-line*, bem como dos repetidos, chegou-se a apenas 52 artigos, o que fomentou o desejo de produzir um estudo sobre o tema.

Devido ao escasso material encontrado em língua portuguesa, utilizou-se também para construção desta pesquisa, informações presentes em livros, resoluções e materiais de divulgação do CFP. Além disto, também foi utilizada literatura complementar indicada por meio das leituras dos artigos. Cabe ressaltar que, depois das buscas, foram utilizados basicamente autores que apresentassem considerações consistentes para o presente estudo e que discorressem sobre os tópicos escolhidos.

## Resultados e discussão

Os resultados e discussão apresentados a seguir foram divididos em tópicos conforme os objetivos deste artigo, são eles: pós-modernidade de psicoterapia, presença física e virtual, atendimento *on-line* e a história, setting e contrato síncrono e assíncrono.

### Pós-modernidade e psicoterapia

A pós-modernidade teve seu advento no final do século XIX e início do século XX, com o impacto do desenvolvimento tecnológico sobre o saber, o intenso processo de globalização e a instauração do cenário cibernético (Dockhorn & Macedo, 2008). Com essas mudanças, a interação social avançou progressivamente, passando pela tipografia e o telégrafo (Neto, 2020) e, atualmente, sendo conduzida por meio de uma rede de informações vasta e dinâmica, a internet (Witt & Rostirola, 2020). Dessa maneira, um evento que ocorre, por exemplo, na China, em poucos segundos vira notícia no mundo e afeta direta ou indiretamente a todos.

Segundo Neto (2020), a extinção das antigas barreiras geográficas e o fato de um mesmo evento afetar todos os indivíduos do mundo como se fosse

---

uma vizinhança remete à ideia de “aldeia global”, desenvolvida por Marshall McLuhan. Ainda de acordo com Neto (2020), essa fluída dinâmica global e de interconexões das esferas econômicas, sociais e culturais, principalmente mediadas pelas TICs, diz respeito ao processo de globalização.

Nessa linearidade de pensamento, Ceroni (2017) refere que as TICs encurtam as distâncias e otimizam o tempo, inclusive no *setting* terapêutico, proporcionando uma atuação do psicólogo para além do espaço físico. Pensando nisso, o uso das tecnologias no atual cenário mundial proporciona aos psicólogos a possibilidade de repensarem sobre suas atuações, visto que a internet se tornou uma importante ferramenta para conectar as pessoas.

Dessa forma, cabe aos Conselhos de Psicologia e aos psicólogos adaptarem suas interações enquanto atores sociais diante de um número cada vez mais significativo de pessoas que se comunicam virtualmente e até mesmo participam de atividades que ocorrem no espaço virtual. Torna-se necessário rever como a escuta do sujeito globalizado, alinhada com um olhar para o corpo tecnológico proposto por Ceroni (2017), constituiu-se e ainda vem se desenvolvendo em meio aos desafios presentes no território *on-line*.

Ainda segundo a autora, o sujeito contemporâneo se encontra conectado quase que integralmente ao meio virtual e, desta forma, consegue se fazer presente mesmo a longas distâncias. Isto porque, o que define a qualidade das relações é a capacidade que o sujeito tem para desenvolver seus vínculos com os outros e adaptar-se, o que está para além dos limitadores de um sinal de Wi-Fi ou de um acesso ao digital (Ceroni, 2017).

### Presença física e virtual

A partir do avanço das tecnologias, que permitiram ao humano interagir tanto física quanto virtualmente, muitos conceitos foram se tornando obsoletos, ao passo que foram sendo desenvolvidas e atualizadas as noções de escrita, identidade e distância. Dentre essas mudanças, pode-se pensar que o conceito de corpo também adquiriu um novo olhar no mundo contemporâneo, visto as transformações na interação e diferenças entre as formas de se estar presente (Rosa, Santos & Faleiros, 2016). O corpo dessa nova sociedade que se apresenta, chamada de rede, é mais complexo, constituído por meio de um compilado de dados pessoais que não se opõe ao real, porém, interliga as sensações do ciberespaço e facilita a comunicação e experimentação dos outros “eus” e outras maneiras de ser no mundo. A partir disso, dá-se lugar a outras representações de emoção e descobertas deste “eu” (Baldanza, 2006).

Os significados atribuídos ao virtual e ao real são amplamente discutidos por Pierre Lévy (1996) em seu livro “O que é virtual”. Segundo o autor, os campos que compreendem o real e o virtual apresentam potenciais diferentes, mas ambos possuem a capacidade de se atualizarem através do tempo. Lévy também refere que a palavra real vem do latim medieval *realis*, que procede de *res* (coisa), pertencente à classificação do senso comum, do indivíduo referente à presença, portanto, para ele, existente de fato, tal como o computador, a cadeira e a casa.

De acordo com o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (Ferreira, 1999), virtual vem do latim *virtus*, que significa força e potência, aquilo que existe como elemento que se desloca entre o potencial e o objetivo da transmissão de informação, necessitando de interconexão para atualizar-se, inovando o conceito de estar presente, não se opondo ao real, mas divergindo do atual. Em virtude das novas configurações das relações através de TICs,

nas quais o comparecimento físico deixa de ser critério para estabelecer a existência, a cultura é transformada, e restabelecem-se novas formas de interação, que não estão diretamente ligadas ao conceito de tempo, mas de transmissão de comunicação (Rosa, Santos & Faleiros, 2016).

A unidade tempo, em seu processo de virtualização, dispensa a necessidade de lugar e proporciona novos modos de criação, sendo esse processo chamado de *cibercultura*. O modelo tridimensional de virtualidade de Pierre Lévy (1996) destaca a relação entre o senso comum, o filosófico e o tecnológico como complementares para a realidade presente em cada ato. Para Galvão (2016), a parte mais significativa da obra de Lévy consiste nas simulações da realidade externa. Nesta imersão virtual, o indivíduo tem total controle deste ambiente, o que para muitos tratamentos psicológicos têm-se mostrado eficazes. Um exemplo é com relação aos casos de fobia social, em que, nestes tratamentos, o psicólogo controla a intensidade da exposição ao ambiente ansiogênico, a fim de dessensibilizar o paciente por meio desta prática.

### Atendimento *on-line* e a história

Em uma gama de países como Austrália, Estados Unidos, China e Reino Unido o uso das tecnologias de informação e comunicação em psicoterapia já é uma prática amplamente aceita e difundida. Contudo, mesmo nestes países, seu início foi marcado por receios e questionamentos. Inicialmente, acreditava-se que esta prática poderia levar a um empobrecimento na relação terapêutica, dificuldades a respeito da confidencialidade das relações, problemas relacionados a questões legais e ao treino de psicólogos versados em tal modalidade. Apesar desse estranhamento inicial, com a difusão do alcance das TICs, emergiu a necessidade da elaboração de estudos a respeito desta forma de fazer psicoterapia (Rodrigues & Tavares, 2016).

Nesse contexto, foram desenvolvidas, principalmente em âmbito internacional, diversas pesquisas sobre a eficácia da psicoterapia *on-line*. Surgiram, assim, uma série de estudos que comprovam que os efeitos desta modalidade são muito similares aos alcançados nos atendimentos realizados em consultórios, seja na redução de sintomas ou na formação do vínculo terapêutico. Tais conclusões são baseadas em estudos sobre o tratamento de pacientes com Transtornos Depressivos (Josephine, Josefina, Phillip, David & Harald, 2017), Transtorno do Estresse Pós-Traumático (Simblett, Birch, Matcham, Yaguez & Morris, 2017), Transtornos Alimentares (Loucas et al., 2014), Transtorno de Ansiedade Generalizada (Richards, Richardson, Timulak & McElvaney, 2015) e ainda pesquisas a respeito da efetividade geral do atendimento *on-line* (Barak, Hen, Boniel-Nissim & Shapira, 2008).

Além disso, esta modalidade apresenta algumas vantagens em relação ao modelo tradicional de psicoterapia. Alguns exemplos são a ampliação da rede de acesso ao serviço, a diminuição dos custos com espaço e maior receptividade de alguns pacientes. (Proudfoot et al., 2011). O anonimato, por exemplo, pode vir a auxiliar no atendimento com pacientes introvertidos, com transtorno de ansiedade e ainda com disforia da imagem corporal. Nesse sentido, o uso de técnicas de psicoterapia *on-line* tem se mostrado efetivo e até mais adequado para determinados transtornos e contextos (Rodrigues & Tavares, 2016).

No entanto, no âmbito nacional, tal prática ainda não se encontra tão difundida em termos de pesquisa e disponibilidade. Podemos destacar na construção histórica das normativas desta temática as resoluções do CFP entre os anos de 2000 a 2018. É importante ressaltar que estas são de caráter

---

substitutivo e não cumulativo, ou seja, uma revogou a outra no ato de sua implantação.

As Resoluções do CFP nº 003/2000, 012/2005 e 011/2012 permitiam o atendimento psicoterapêutico apenas em caráter experimental tendo em vista a escassez de produções, sobre a quantidade de pesquisas nacionais que comprovam sua efetividade, em suas determinadas épocas. (Conselho Federal de Psicologia, 2000, 2005b, 2012). Com essa necessidade em mente, pesquisas foram desenvolvidas ao longo do tempo com o foco em tal finalidade. Como exemplo, tem-se o estudo de Pieta (2014), em que foram realizados atendimentos *on-line* síncronos com vinte e quatro pacientes randomizados, encontrando-se resultados favoráveis quanto à formação da relação terapêutica e a efetividade do tratamento *on-line*.

Nesse contexto, a Resolução nº 11/2018 (Conselho Federal de Psicologia, 2018) trouxe algumas alterações, dentre as quais cabe destacar: o número de sessões máxima não mais se encontra delimitado; o atendimento psicoterapêutico agora é permitido – visto que previamente só ocorria em caráter experimental –; a exigência de cadastro de um site passou a ser do próprio indivíduo; o atendimento de crianças e adolescentes pode ocorrer mediante consentimento expresso de ao menos um dos seus responsáveis legais; e fica vedado o atendimento à pessoa em situação de violação de direito ou violência, devendo esse tipo de serviço ser prestado presencialmente.

Devido à pandemia do coronavírus, além de os psicólogos poderem iniciar os atendimentos *on-line* antes de receberem a aprovação dos Conselhos Regionais de Psicologia devido à suspensão dos Artigos 3 e 4 da Resolução CFP nº 11/2018, também foram suspensos os Artigos 6, 7 e 8 com a Resolução nº 04/2020. Sendo assim, ficam permitidos os atendimentos a pessoas e grupos em situações de risco, emergência, desastre e violação de direito até que sobrevenha uma nova Resolução (Conselho Federal de Psicologia, 2020a).

## Setting e contrato

Pensando na prática terapêutica, o *setting* é um espaço que se apresenta para propiciar a estruturação simbólica de um tratamento e é nele que se integram as condições técnicas básicas para a intervenção do psicólogo (Barros, 2013). Green (2008) define este termo proposto por Winnicott como o conjunto de elementos que compõem um ambiente estruturante. Posto isto, faz parte da definição de *setting* a fixação do contrato de trabalho, incluindo pagamentos, horários e combinações que nortearão a relação entre psicólogo e paciente.

O contrato, que faz parte dessa função estruturante na formação do *setting*, cria um alicerce, que permite observar as manifestações do inconsciente, resistências e reações de transferência e contratransferência (Lucion & Knijnik, 2015). Algumas noções básicas de contrato foram apresentadas por Freud em dois de seus escritos: Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise (Freud, 1912-1996) e Sobre o início do tratamento (1913-1996), nos quais ele ressalta pontos importantes sobre a constituição deste. Freud (1913-1996) compara o tratamento com o jogo de xadrez, no qual as aberturas e os finais são limitadas às regras, mas no percurso do jogo é permitido uma infinita variedade de jogadas que desafiam qualquer descrição deste tipo. Ele ainda descreve que o que assegura o tratamento não é apenas o que envolve o *setting*, mas, sim, a posição simbólica ocupada pelo psicólogo.

Na modalidade *on-line*, o *setting* também se faz presente, mas com

algumas particularidades específicas. O atendimento passa a ocorrer por intermédio de dispositivos tecnológicos, como computadores e aparelhos telefônicos. Dessa forma, é através da viabilidade do espaço de escuta que se torna possível preservar esse espaço. Fink (2007/2017) reflete sobre os fenômenos imaginários possíveis nesta prática realizada por meio do telefone. O paciente tem liberdade para identificar o psicólogo com suas próprias imagens visuais, como uma tela de projeção em branco, baseadas na forma de falar, tom da voz e entonação. Se para o autor é pela fala que ocorre um tratamento, é muito importante que psicólogo e paciente sejam capazes de ouvir um ao outro. Posto isso, mesmo nas sessões que ocorrem por algum dispositivo, é possível seguir ocorrendo a interpretação das associações do paciente.

Nóbrega (2015) afirma que, se forem seguidos princípios teóricos e técnicos básicos, como a proposta de um *setting* consistente e ético, torna-se viável pensar em uma flexibilidade da definição de processo psicoterapêutico. A constituição de um tratamento é atravessada por um ambiente em rápida evolução, no qual novas tecnologias e a cultura devem ser consideradas.

Ao encontro dessas ideias, Silva, Siegmund e Brendmeier (2015) apontam que o tratamento *on-line* está ganhando espaço para possibilitar um novo formato de acesso aos pacientes, mais sintonizado com a contemporaneidade e não para desconsiderar o trabalho presencial do psicólogo. O atual momento em que vivemos demanda que possam ser ampliados os horizontes e, com isso, refletir sobre esses novos recursos de atendimento, tendo em vista uma elasticidade da técnica, em outras palavras, para além do interior dos consultórios.

Um estudo recente levantou dados a partir das impressões de psicólogos sobre seus atendimentos realizados *on-line*. Nesta pesquisa, ficou evidente que o tema precisa ser mais estudado e que existem diferenças nas modalidades de atendimento realizado no consultório e virtual. Ainda assim, é consenso entre os participantes que o atendimento *on-line* cresce e faz-se cada vez mais presente como mais uma forma de prestação de serviço do psicólogo (Magalhães, Bazoni & Pereira 2019).

Ainda no trabalho citado, a relação de vínculo foi abordada e foi apontado que os pacientes atendidos *on-line* se envolvem no processo da mesma maneira que os atendidos de maneira presencial. Com base nisso, a pesquisa ressaltou que o sucesso de um processo terapêutico não está ligado ao aparelho tecnológico que media os atendimentos, mas, sim, à habilidade do psicólogo e à implicação e motivação do paciente no seu tratamento (Magalhães, Bazoni & Pereira, 2019).

## Síncrono e assíncrono

Os atendimentos psicológicos *on-line* podem ser realizados de duas maneiras. A primeira, no modelo síncrono, ou seja, uma comunicação imediata entre o psicólogo e o paciente, por meio de chats, áudios ou vídeos. Sendo assim, mediado pelas TICs, esse modelo tem uma interação instantânea, o que demanda um período de tempo contínuo entre as duas partes ao mesmo tempo (Siegmund, Jazen, Gomes & Gauer, 2015).

Segundo Suler (2004), o modelo síncrono proporciona uma comunicação simultânea, auxiliando na espontaneidade da experiência e aproximando o *on-line* do presencial. No meio *on-line*, podem ocorrer interrupções no diálogo por intermédio de uma falha de conexão, um congelamento de imagem ou uma falha no áudio. Se a troca for realizada por meio de mensagens, o

---

tempo de digitação diminui o ritmo de conversa. No entanto, os erros, falhas e exclusões podem ser atribuídos como informações dessa comunicação.

O atendimento psicológico *on-line* síncrono apresenta questões que podem ser vantajosas, como: o agendamento das sessões por um tempo definido e limitado, permitindo uma relação de compromisso entre psicólogo e paciente; a alternativa de um sentimento de presença ao estarem conectados simultaneamente; as pausas na conversa e a ausência na sessão são dados importantes para o processo terapêutico. Contudo, as desvantagens são: a dificuldade de agendar a sessão na existência de diferenças no fuso horário; um curto espaço de tempo para refletir e formular uma resposta; e a possibilidade do paciente vincular a terapia como uma consulta e não como um processo terapêutico (Suler, 2004).

A segunda maneira de atendimento psicológico *on-line* é a assíncrona. Nesta, a comunicação ocorre com um lapso de tempo, ou seja, o psicólogo e o paciente não estão simultaneamente conectados, o que não descarta a existência do vínculo. Por exemplo, na troca de e-mails, existe uma troca de informações, uma elaboração desse conteúdo e um retorno sobre o mesmo. Um ponto importante a ser destacado é que alguns pacientes preferem esse modelo de atendimento pela flexibilidade de tempo para ler e responder a esses e-mails (Siegmond et al., 2015).

De acordo com Suler (2004), o modelo assíncrono engloba a comunicação com um espaço de tempo entre uma conexão e outra, alongando, assim, a interação entre o psicólogo e o paciente, sem uma definição de limite de tempo. Todavia, a compreensão de compromisso pode ficar alterada ou confusa, pois as fronteiras de tempo ficam subjetivas e com a falsa sensação de poder responder a qualquer momento ou em qualquer lugar, mesmo que o paciente dedique um momento específico para ler ou escutar a mensagem.

Os ajustes necessários para estabelecer o compromisso terapêutico não anulam a possibilidade do paciente se conectar com o psicólogo em um espaço de tempo fluído que transcorre o processo terapêutico. Existem também sistemas de comunicação síncronos que podem ser utilizados de maneira assíncrona, como fóruns que podem permanecer por um longo período abertos para interações (Suler, 2004).

O atendimento psicológico *on-line* assíncrono destaca temas que podemos considerar vantajosos, tais como: a flexibilidade para agendamento de atendimentos em fuso horário diferente, a versatilidade de responder quando tiver disponibilidade, a existência de uma área de reflexão elaborada do psicólogo e do paciente, além da questão sobre a impulsividade que pode ser trabalhada. No âmbito da desvantagem, temos pontos como: a dificuldade de estabelecer os limites profissionais de atendimento em relação a tempo e frequência, uma ausência de espontaneidade entre ambos e o sentimento de presença reduzido diante da não simultaneidade de encontros nos atendimentos (Suler, 2004).

### Considerações finais

A partir das pesquisas realizadas, foi possível constatar que, apesar de o atendimento *on-line* ser regulamentado como uma prática possível de exercício da psicologia, poucos psicólogos aderiam e tinham conhecimento sobre essa modalidade antes da pandemia de Covid-19. Sendo assim, mesmo com o fato de os cadastros para atendimento *on-line* terem aumentado devido à orientação do Conselho Federal de Psicologia visando evitar atendimentos

presenciais, ainda se faz necessário refletir sobre o tema para que se ampliem as possibilidades de atuação dos psicólogos.

Nesse sentido, com a globalização e o advento das tecnologias, como foi exposto no decorrer do texto, as pessoas passaram a interagir e comunicar-se por meio de novos formatos, fazendo-se, assim, necessário que os psicólogos também acompanhassem as mudanças e oferecessem outras possibilidades de escuta do sofrimento psíquico. Isso se dá principalmente diante do momento atual que vivemos, no qual antigas percepções precisaram ser reeditadas rapidamente e as relações têm sido atualizadas para o contexto *on-line* em vista da orientação de distanciamento físico.

Pôde-se também perceber que, apesar de serem formas distintas, os efeitos alcançados no atendimento *on-line* são muito similares à modalidade presencial, visto que existe a possibilidade de ser estabelecido um contrato e uma estruturação de *setting*, com base em uma escuta ética, que assegure a eficácia do processo seja por interação síncrona ou assíncrona. Para isso, faz-se necessário a constante atualização das normativas que regem a profissão e que validam a utilização das tecnologias de informação e comunicação.

### Referências

- Baldanza, R. F. (2006). Comunicação no ciberespaço: reflexões sobre a relação do corpo na interação e sociabilidade em espaço virtual. In *XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Brasília, DF.
- Barak, A., Hen, L., Boniel-Nissim, M. & Shapira, N. A. (2008). A comprehensive review and a meta-analysis of the effectiveness of internet-based psychotherapeutic interventions. *Journal of Technology in Human Services*, 26(2-4), 109-160. doi: 10.1080/15228830802094429
- Barros, G. (2013). O Setting analítico na clínica cotidiana. *Estudos de Psicanálise*, (40), 71-78. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-34372013000200008&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372013000200008&lng=pt&tlng=pt)
- Brizola, J.; Fantin, N. (2016) Revisão da Literatura e Revisão Sistemática da Literatura. *Revista de Educação do Vale dos Arinos*, 3(2). Recuperado de <https://periodicos.unemat.br/index.php/relva/article/view/1738/1630>.
- Ceroni, M. L. V. (2017). Atendimento psicoterápico online e seus desdobramentos na relação mente e corpo. *Revista Latino-americana de Psicologia Corporal*, 4(6), 99-110. Recuperado de <https://psicorporal.emnuvens.com.br/rlapc/article/view/55/95>
- Conselho Federal de Psicologia (2000). *Resolução CFP nº 03/2000. Regulamenta o atendimento psicoterapêutico mediado por computador*. Brasília, DF. Recuperado de [https://sites.usp.br/psicoterapiaonline/wp-content/uploads/sites/543/2019/06/legislacao40\\_03\\_2000.pdf](https://sites.usp.br/psicoterapiaonline/wp-content/uploads/sites/543/2019/06/legislacao40_03_2000.pdf)
- Conselho Federal de Psicologia (2005a). *Resolução CFP nº 10/2005. Aprova o Código de Ética profissional do psicólogo*. Brasília, DF. Recuperado de <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia (2005b). *Resolução CFP nº 12/2005. Regulamenta o atendimento psicoterapêutico e outros serviços psicológicos mediados por computador e revoga a Resolução CFP nº 03/2000*. Recuperado de [https://sites.usp.br/psicoterapiaonline/wp-content/uploads/sites/543/2019/06/Resolucao\\_CFP\\_012-2005.pdf](https://sites.usp.br/psicoterapiaonline/wp-content/uploads/sites/543/2019/06/Resolucao_CFP_012-2005.pdf)
- Conselho Federal de Psicologia (2012). *Resolução CFP nº 11/2012. Regulamenta os serviços psicológicos realizados por meios tecnológicos de comunicação a distância, o atendimento psicoterapêutico em caráter experimental e revoga a Resolução CFP nº 12/2005*. Recuperado de [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Resolucao\\_CFP\\_nx\\_011-12.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Resolucao_CFP_nx_011-12.pdf)
- Conselho Federal de Psicologia (2018). *Resolução CFP nº 11/2018. Regulamenta a prestação de serviços psicológicos por meio de Tecnologias*

- da Informação e Comunicação e revoga a Resolução CFP nº 11/2012. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/05/RESOLUCAO-C3%87%87-C3%830-N%C2%BA-11-DE-11-DE-MAIO-DE-2018.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia (2020a). *Resolução CFP nº 04/2020. Regulamenta serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologias da Informação e Comunicação durante a pandemia do COVID-19*. Recuperado de <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-4-2020-dispoe-sobre-regulamentacao-de-servicos-psicologicos-prestados-por-meio-de-tecnologia-da-informacao-e-da-comunicacao-durante-a-pandemia-do-covid-19>
- Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (2020b). *Terapias online e por telefone são alternativas durante isolamento social*. Recuperado de: <http://www.crprs.org.br/noticias/terapias-online-e-por-telefone-sao-alternativas-durante-isolamento-social>
- Dockhorn, C. N. B. F. & Macedo, M. (2008). A complexidade dos tempos atuais: reflexões psicanalíticas. *Revista Argumento Psicologia*, 54(26), 217-224. Recuperado de <https://biblat.unam.mx/hevila/Psicologiaargumento/2008/vol26/no54/4.pdf>
- Elias, C., Silva, L., Martins, M., Ramos, N., Souza, M. & Hipólito, R. (2012). Quando chega o fim?: uma revisão narrativa sobre terminalidade do período escolar para alunos deficientes mentais. SMAD. *Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas*, 8(1), 48-53. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-69762012000100008&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762012000100008&lng=pt&tlng=pt).
- Ferreira, A. B. H. (1999). *Novo Aurélio Século XXI: O dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Fink, B. (2017). Análise por telefone (variações na situação psicanalítica). In B. Fink, *Fundamentos da Técnica Psicanalítica: uma Abordagem Lacaniana para Praticantes* (pp. 317-345) (C. Luchetta, B. A. Berger, trad.). São Paulo: Blucher; Karnac. (Obra original publicada em 2007).
- Freud, S. (1912-1996). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 12, pp. 123-133). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1913-1996). Sobre o início do tratamento. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 12, pp. 137-161). Rio de Janeiro: Imago.
- Galvão, C. L. (2016). Os sentidos do termo virtual em Pierre Lévy. *Logeion: Filosofia da Informação*, 3(1), 108-120. doi: 10.21728/logeion.2016v3n1.p108-120
- Green, A. (2008). *Orientações para uma psicanálise contemporânea* (pp.53-64). São Paulo: Imago.
- Josephine, K., Josefine, L., Philipp, D., David, E. & Harald, B. (2017). Internet- and mobile-based depression interventions for people with diagnosed depression: a systematic review and meta-analysis. *Journal of Affective Disorders*, 223, 28-40. *Affective Disorders*. 223. doi: 10.1016/j.jad.2017.07.02
- Lévy, P. (1996). *O que é virtual?* (Neves, P. trad.). São Paulo: Editora 34.
- Loucas, C. E., Fairburn, C. G., Whittington, C., Pennant, M. E., Stockton, S. & Kendall, T. (2014). E-therapy in the treatment and prevention of eating disorders: A systematic review and meta-analysis. *Behaviour Research and Therapy*, 63, 122-131. doi: 10.1016/j.brat.2014.09.011.
- Lucion, N. & Knijnik, L. (2015). O Contrato. In: C. L. Eizirik, R. W. de Aguiar & S. S. Schestatsky (Org.), *Psicoterapia de Orientação Analítica: Fundamentos Teóricos e Clínicos* (3. ed, pp.212-223). Porto Alegre: Artmed.
- Magalhães, L. T., Bazoni, A. C. & Pereira, F. N. (2019). Impressões de psicólogos clínicos acerca da orientação psicológica online. *Revista Brasileira de Psicoterapia*, 21(1), 53-69. doi: 10.5935/2318-0404.20190009
- Neto, F. S. (2020). "O Brasil acima de tudo, Deus acima de todos": igreja, política e globalização. *Vox Faífa: Revista de Teologia da Faculdade Fasseb*, 10(1), 1-12. Recuperado de <http://www.faifa.edu.br/revista/index.php/voxfaiife/article/view/147/159>
- Nóbrega, S. B. (2015). *Psicanálise on-line: finalmente saindo do armário?* *Estudos de Psicanálise*, (44), 145-150. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0100-34372015000200016&script=sci\\_abstract&tlng=en](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0100-34372015000200016&script=sci_abstract&tlng=en)
- Organização Pan-Americana de Saúde & Organização Mundial da Saúde (2020). *Folha Informativa – COVID-19 (Doença Causada Pelo Novo Coronavírus)*. Recuperado de [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875)
- Pieta, M. A. M. (2014) *Psicoterapia pela internet: A relação terapêutica* (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/144025>
- Proudfoot, J., Klein, B., Barak, A., Carlbring, P., Cuijpers, P., Lange, A., Ritterband, L. & Andersson, G. (2011). Establishing guidelines for executing and reporting internet intervention research. *Cognitive Behaviour Therapy*, 40(2), 82-97. doi: 10.1080/16506073.2011.573807
- Richards, D., Richardson, T., Timulak, L. & McElvaney, J. (2015). The efficacy of internet-delivered treatment for generalized anxiety disorder: A systematic review and meta-analysis. *Internet Interventions*, 2(3), 272-282. doi: 10.1016/j.invent.2015.07.003
- Rodrigues, C. G. & Tavares, M. de A. (2016). Psicoterapia online: Demanda crescente e sugestões para regulamentação. *Psicologia em Estudo*, 21(4), 735-744. doi: 10.4025/psicoestud.v21i4.29658
- Rosa, G. A. M. Santos, B. R. D. & Faleiros, V. D. P. (2016). Opacidade de las fronteras entre real y virtual en la perspectiva de los usuarios del Facebook. *Psicologia USP*, 27(2), 263-272. doi: 10.1590/0103-656420130026
- Rother, Edna Terezinha. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20 (2), v-vi. doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001
- Siegmund, G. Jazen, M. R., Gomes, W. B. & Gauer, G. (2015). Aspectos éticos das intervenções psicológicas on-line no Brasil: Situação atual e desafios. *Psicologia em Estudo*, 20(3), 437-447. doi: 10.4025/psicoestud.v20i3.28478
- Silva, J. A. M. da, Siegmund, G. & Bredemeier, J. (2015). Crisis interventions in online psychological counseling. *Trends in Psychiatry and Psychotherapy*, 37(4), 171-182. doi: 10.1590/2237-6089-2014-0026
- Simblett, S. Birch, J. Matcham, F., Yaguez, L. & Morris, R. (2017). A systematic review and meta-analysis of e-mental health interventions to treat symptoms of posttraumatic stress. *JMIR Mental Health*, 4(2), e14. doi: 10.2196/mental.5558
- Suler, J. R. (2004). Psychotherapy in cyberspace: A 5-dimensional model of online and computer-mediated psychotherapy. *CyberPsychology and Behavior*, 3(2), 151-159. doi: 10.1089/109493100315996
- Witt, D. T. & Rostirola, S. C. M. (2020). Conectivismo pedagógico: novas formas de ensinar e aprender no século XXI. *Revista Thema*, 16(4), 1012-1025. doi:10.15536/thema.V16.2019.1012-1025.1583

## Reflexões psicanalíticas à utilização da dança livre como recurso psicoterapêutico

*Psychoanalytical reflections to the use of free  
dance as a psychotherapeutic resource*

**Raphael Edson Dutra<sup>1</sup> e Maíra Bonafé Sei<sup>2</sup>**

**Resumo:** O presente trabalho objetiva apresentar um relato de experiência sobre a utilização da dança livre como instrumento em *setting* psicoterapêutico. Trata-se de um estudo descritivo, de natureza qualitativa, cujo tratamento dos dados deu-se pelo aporte psicanalítico winnicottiano. A experiência foi realizada com 25 estudantes de graduação em uma oficina de dança e psicanálise ministrada em um evento de prevenção à saúde mental dos discentes. Concluiu-se que o movimento e dança podem ser recursos interessantes para promover o gesto, pois a linguagem gestual pode ser incluída dentro do espaço potencial e produzir criações que auxiliam na associação de conteúdos inconscientes, promovendo, em meio ao brincar, a manifestação do verdadeiro *self* e do gesto espontâneo.

Palavras-chave: Dança; Psicoterapia; Psicanálise.

**Abstract:** This paper aims to present an experience report about the use of free dance as an instrument in psychotherapeutic setting. This is a descriptive study of a qualitative nature, whose treatment of data was given by the Winnicottian psychoanalytic input. The experiment was conducted with 25 undergraduate students in a dance and psychoanalysis workshop held at a student Mental Health prevention event. It is concluded that movement and dance can be interesting resources to promote gesture, because sign language can be included within the potential space and produce creations that help in the association of unconscious contents, promoting, through play, the manifestation of the true self and spontaneous gesture.

Keywords: Dance; Psychotherapy; Psychoanalysis.

### Introdução

A partir da história da humanidade, notamos que os seres humanos, via de regra, se relacionam com o espaço-tempo de suas realidades por meio de

recursos intermediários que os auxiliam na busca de significados e na construção de sentidos aos fenômenos que os cercam. Neste contexto, estabelecem relações com os objetos, externos e internos, produzindo efeitos na realidade objetiva que, em certa forma, transcrevem também suas vivências individuais.

<sup>1</sup> Psicólogo, Bacharelado em Psicologia e formação de Psicólogo (2015); Mestre em Psicologia (Universidade Estadual de Londrina – 2019) – Ênfase em processos clínicos e Psicanálise; Psicólogo Clínico no contexto particular desde 2016. E-mail: raphaeledson15@gmail.com .

<sup>2</sup> Psicóloga, Bacharelada em Psicologia e formação de psicólogo (USP-2002); Mestrado (2004), Doutorado (2009) e Pós-Doutorado (2017) em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP); Docente do curso de Psicologia e Programa de pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: mairabonafe@gmail.com .

---

Dentre os recursos utilizados pelos sujeitos para a produção de sentidos, destacamos a dança. Como afirma Ossona (1988), antes de subir aos palcos e entreter o público, a dança “foi o primeiro transbordamento emotivo, manifestação desordenada dos tremores, afetos, iras e recusas” (p. 42).

Para Ossona (1988), antes que a dança fosse submetida para sua forma teatralizada e aos espetáculos, enquanto o gesto era sistematizado e reorganizado, o corpo movia-se pela espontaneidade atraída pelo ritmo. Neste primitivo estado da dança, os gestos expressavam a necessidade direta dos povos que, por meio da imitação dos elementos naturais e dos animais, sujeitavam a natureza e as divindades aos próprios desejos do grupo (Ossona, 1988). Com o decorrer das eras, a dança foi educada para se adaptar às organizações e necessidades humanas, no que se referiam ao “conjuro mágico, rito, cerimônia, celebração popular e por fim simples diversão” (Ossona, 1988, p.42).

De qualquer modo, a história da dança, brevemente apresentada, mostra-nos a utilização de recursos corporais gestuais como parte do arsenal disponível para a comunicação individual e social dos seres humanos. Por meio dos gestos, as aspirações singulares e coletivas personificam-se e registram na tradição os modos de sentir e viver de cada época.

Atualmente, a dança possui diversas formas que se subdividem em modalidades de movimento e, em cada modo de dançar, se encontra a representação e historicidade dos momentos a partir dos quais foram criadas. Com isso, semelhante ao uso feito pelos povos no decorrer do tempo, a dança, nos dias atuais, também pode servir como recurso expressivo das emoções e aspirações dos indivíduos, sendo encontrada em diferentes contextos, como nas danças religiosas, danças de palco, dança como diversão em festas, dança como atividade física para aprimorar a força muscular e consciência corporal e, alvo principal de nosso interesse, a dança como intervenção terapêutica para o melhoramento da qualidade de vida psíquica, como socialização e autoestima (Marbá, Silva & Guimarães, 2016; Lima & Silva-Neto, 2011).

Em sua face terapêutica, em seu sentido geral, a dança pode auxiliar em processos individuais significativos, como a autopercepção e o convívio com outras pessoas. Porém, acreditamos que, quando devidamente remanejada, a dança pode compor os recursos artísticos disponíveis para a facilitação do processo psicoterapêutico. Entende-se que, com esta atividade, seria possível promover um espaço para a livre manifestação do inconsciente, em forma de linguagem gestual e para a elaboração de conteúdos emocionais conflitivos que venham a surgir a partir do gesto, como mostraram os trabalhos de Valdivia (2010) e Vermes e Incze (2012).

Embora expomos, por meio dos autores citados, a característica expressiva e recursos analíticos que podem estar contidos no movimento, é preciso que se faça uma diferenciação significativa do uso da dança em sua face terapêutica e, especificamente, psicoterapêutica. Como já nos mostraram Dutra e Sei (2018), o dançar em si é terapêutico, pois proporciona sensações corporais prazerosas e bem-estar emocional, porém, a categorização da dança nas intervenções do campo “psi” só seria possível por meio do “manejo técnico adequado para a ressignificação de conteúdos mais profundos, sendo mediado por um profissional habilitado, capaz de encaminhar a transferência emergida” (Dutra & Sei, 2018, p. 34). Em outros termos, a dança só pode ser psicoterapêutica ao passo que é intermediada pela técnica e manejo clínico adequado, e por profissionais das áreas da Psicologia e da Psicanálise. Nestas condições, em nossa perspectiva, a dança pode ser utilizada como instrumento para auxiliar no progresso do processo saúde/doença de pacientes, seja individualmente ou em grupo, como apontou o trabalho de Castanho

(2017). Como nos mostra Lima e Silva-Neto (2011, p.42), “A dança também traz em sua essência a possibilidade de criação. Uma característica bastante necessária dentro do trabalho psicológico”.

Portanto, aqui, objetivamos apresentar um relato de experiência profissional no qual a dança se apresenta como recurso psicoterapêutico. Assim, realizada com estudantes de graduação de diversos cursos das áreas do conhecimento em uma semana de prevenção à saúde mental, a intervenção buscou favorecer a reflexão de caminhos alternativos e criativos para as angústias e ansiedades vivenciadas pelos estudantes no meio acadêmico. Mas, também objetivou habilitar, brevemente, o ego para reconhecer o adoecimento do corpo e do psiquismo que poderia estar transcrito no movimento. O material advindo da experiência foi interpretado a partir do referencial psicanalítico winnicottiano.

## Método

A investigação se organiza como um relato de experiência, configurando-se como um estudo descritivo de natureza qualitativa em Psicanálise. Para Gil (2002), este modelo de estudo se preocupa em descrever as especificidades de determinado fenômeno, individual ou coletivo. Além de reconhecer as possibilidades entre as dimensões, a pesquisa descritiva também pode fomentar uma nova perspectiva sobre determinado problema. Gil (2002) afirma que este tipo de investigação é frequentemente utilizada por “pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática” (p. 42). Em sua face com o âmbito de saúde, de modo geral, o método descritivo tem “por objetivo determinar a distribuição de doenças ou condições relacionadas à saúde, segundo o tempo, o lugar e/ou as características dos indivíduos. Ou seja, responder à pergunta: quando, onde e quem adoecer?” (Lima-Costa & Barreto, 2003, p. 191).

Já a natureza qualitativa do estudo, segundo Minayo (1994), atém-se para questões particulares do fenômeno que não podem ser quantificadas, ou seja, “ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos” (Minayo, 1994, p. 22). Nos estudos de caráter qualitativo, se envolve “a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos” (Godoy, 1995, p. 58).

As pesquisas que se assentam na metodologia da Psicanálise empenham-se em identificar e reconhecer os fenômenos da realidade psíquica a partir da manifestação do inconsciente, pois “do ponto de vista da psicanálise, a realidade psíquica, ou o subjetivo, é o seu objeto de pesquisa, tendo o mesmo valor do objeto de pesquisa das ciências naturais” (Ceccarelli, 2012, p. 141). Neste sentido, pesquisa, intervenção e clínica psicanalítica não se dissociam, pois “o pesquisador está pessoalmente implicado em seu projeto e em que o sucesso terapêutico é função da corrente afetiva e libidinal que liga o analista e seu paciente (transferência e contra-transferência)” (Enriquez, 2005, p. 156). Neste contexto, a psicanálise enquanto ciência se desenvolveu como procedimento para “a investigação de processos psíquicos que de outro modo são dificilmente acessíveis; de um método de tratamento de distúrbios neuróticos, baseado nessa investigação” (Freud, 1923-2011, p. 274). Portanto, “todo o analista pesquisa” (Herrmann, 2004, p. 27).

Visto que a intervenção clínica e a pesquisa em psicanálise não se encontram separadas, no presente relato, a coleta de dados se deu a partir da

---

observação e identificação dos fenômenos inconscientes surgidos na relação transferencial com os integrantes, registrando os conteúdos no a posteriori em anotações e percepções do mediador e relato descritivo da sessão. Como procedimento de análise de dados, adotou-se o tratamento dos dados a partir do aporte teórico psicanalítico de Winnicott.

### Aspectos éticos

Os dados dos fenômenos observados na intervenção profissional que aqui relatamos, seguiram as diretrizes éticas de pesquisas em ciências humanas e sociais dispostas na resolução nº 510 do Conselho Nacional de Saúde, com ênfase nos artigos VII e VIII (Brasil, 2016). Objetivando impedir a identificação dos participantes da intervenção, optamos por não dar enfoque individual às experiências emergidas na atividade, portanto, manteremos o sigilo dos autores dos movimentos e daremos enfoque apenas ao fenômeno. Neste contexto, os dados que, de algum modo, poderiam revelar as identidades dos sujeitos foram retirados e/ou modificados para ocultar sua origem. Com isso, acreditamos manter o contrato estabelecido com o grupo, trazendo aqui apenas fenômenos clínicos que subsidiam, como também ampliam, reflexões psicanalíticas à dinâmica psíquica subjacente ao movimento, e não histórias individuais do âmbito privado.

### Relato de experiência e reflexões psicanalíticas

Inicialmente, acreditamos ser necessária uma breve contextualização das condições nas quais o estudo foi realizado. Como posto, a intervenção acerca da qual nos referimos se organizou como uma oficina de dança e saúde mental realizada em uma semana de prevenção para discentes de cursos de graduação de diversas áreas em uma universidade pública do Sul do Brasil. Os estudantes foram convidados pelos organizadores do evento, sendo necessário ter sido efetuada uma inscrição simples para aqueles que desejassem participar. Em Psicanálise, sabemos que as escolhas, efetivamente, realizam-se primeiramente em instâncias inconscientes. Portanto, acreditamos que nem mesmo a escolha dos participantes pela oficina de dança, no rol de atividades disponíveis, é aleatória, mas sim o início do próprio processo psicoterapêutico impulsionado pelo desejo inconsciente.

No dia programado para a execução da oficina, tivemos o cuidado para nos certificar que o ambiente seria adequado para a atividade, no que se refere ao sigilo do espaço, às acomodações e colchonetes para os participantes. Assim, o grupo formou-se a partir dos inscritos e de outros sujeitos que manifestaram o desejo em participar no dia do evento. Contamos com aproximadamente 25 integrantes de ambos os sexos (masculino e feminino). Fechada a porta, e conseqüentemente a entrada de novos participantes, iniciamos as atividades com as apresentações de cada sujeito, com o intuito de promover, mesmo que de modo simples, o alívio de uma parcela das ansiedades e uma primeira etapa para o reconhecimento e identificação entre os próprios membros para a formação de um grupo terapêutico.

Assim, após o *rapport* inicial e a verbalização do contrato de sigilo e de não julgamento, semelhante ao realizado no *setting* psicanalítico, as atividades foram divididas em três momentos que objetivavam fomentar um ambiente de acolhimento e favorecer a manifestação espontânea do verdadeiro *self*. Com isso, as atividades realizadas, em termos de Winnicott (1975), seriam semelhantes aos jogos organizados que almejam, por recurso da atividade

lúdica, de um brincar, entrar em contato com possibilidades de criações que podem ser vivenciadas na terceira área de vida, o espaço potencial.

Na teoria do brincar e da criatividade, Winnicott (1975) afirma que a criança, no começo, brinca apenas consigo mesma, observada sobre os cuidados do adulto, para em seguida conseguir brincar em grupo. Da capacidade de estar só para o brincar compartilhado, a criança arrasta para dentro de seu espaço potencial, para o jogo, elementos da realidade psíquica e da realidade objetiva. Esta dinâmica dá-se pelo reconhecimento do ambiente como sendo confiável e seguro, circunstâncias essenciais para a atividade do brincar e conseqüentemente para a criação, sendo esta uma das condições para a saúde psíquica e emocional (Winnicott, 1967-1999). Nesta perspectiva, na primeira etapa do jogo com dança, solicitamos que todos os participantes retirassem os calçados. Nós também retiramos e pedimos que todos se sentissem à vontade no espaço, identificando cada aspecto da sala e dos colegas que estavam participando. Com isso, os membros passaram a se cumprimentar e estabelecer um diálogo preliminar entre si. Neste momento, ocorreu um processo inicial de identificação, pois os participantes partilharam os cursos junto aos quais faziam parte, bem como brincaram com o fato de poucos terem aptidões para a dança, com isso riram de si mesmos e com os colegas. Em outros termos, iniciaram uma experiência com o brincar, no sentido winnicottiano, em um espaço compartilhado e seguro.

A aparente simples ação de retirar os sapatos, ao observador externo, poderia ser questionada em termos de relevância, ou mesmo de fundamento consistente para a dinâmica psicoterapêutica. Entretanto, recorrendo brevemente à prática clínica no consultório, notamos que o sentimento de relaxamento e confiabilidade em nossos pacientes se apresenta de diversas formas possíveis. Neste contexto, percebe-se que o ápice do conforto do sujeito em sessão pode ocorrer quando o paciente retira seus calçados e coloca os pés sobre o divã ou sofá. Na oficina, os elementos que se sucederam demonstraram que nossa solicitação, por mais trivial que pudesse parecer, desencadeou dois tipos de dinâmicas psíquicas: 1) O favorecimento da sensação de relaxamento, confiabilidade e de estar à vontade no ambiente; 2) Pode ter corroborado para o “nivelamento” entre os pares de modo a reforçar o sentimento de pertencimento de grupo, ou seja, as pequenas diferenças dariam espaço para a identificação grupal.

Embora nossos esforços, desde o início do encontro, tenham beneficiado a formação de um grupo que poderia brincar e criar juntos em uma zona intermediária de vida, a teoria de Winnicott (1975) nos mostra que primeiro a criança brinca sozinha. Neste sentido, propusemos, ainda na primeira parte da intervenção, uma seqüência de alongamento básico para que os participantes começassem a utilizar o movimento como forma expressiva, “brincando” sozinhos, primeiramente. Nesta etapa, mesmo que estivessem em coletividade, a experiência com o corpo, as sensações dele derivadas, e o movimento foram realizados de modo “individual”. Enquanto tentavam executar o movimento, os integrantes, pela via do humor, relatavam o quanto eram “travados”. O clima bem-humorado deste momento da intervenção seria, aos moldes de Winnicott (1975), uma manifestação do brincar do adulto por meio da escolha das palavras e do senso de humor. Em termos freudianos, o humor se instalaria como um afrouxamento da pressão superegógica contra o ego. Em ambas as concepções, encontramos uma saída saudável e criativa para as angústias e ansiedades dos participantes. Do mesmo modo que o cuidador observa a criança que brinca, o mediador auxiliou individualmente os participantes, com o intuito de evitar qualquer tipo de lesão muscular, como também para fomentar o sentimento de confiabilidade e segurança, pois, como nos indica Winnicott (1975), a criança

---

e adulto só brincam em um ambiente de segurança e quando o mediador se encontra aberto para ser “brincalhão”.

Em seguida, na segunda parte, pedimos que o grupo se dividisse em duplas, sendo essencial que o parceiro ou parceira não fosse do seu ciclo de amizade corriqueiro. Nesta atividade, o grupo foi convidado a auxiliar o colega em exercícios de alongamento que necessitavam do estabelecimento de certo contato e grau de confiança, embora não colocasse, de qualquer forma, a integridade física do sujeito em situação de vulnerabilidade ou insegurança. Nossa intenção, neste aspecto, se assemelha à transição do bebê em brincar só na presença da mãe para o brincar compartilhado em um relacionamento. Neste sentido, em nosso caso, esta dinâmica se deu na passagem da brincadeira solo (alongamento individual) para a brincadeira compartilhada (alongamento em duplas). Com isso acreditamos ter facilitado um ambiente sustentável que estivesse aberto às associações livres que do grupo poderiam derivar.

Ao término dos dois primeiros exercícios, que objetivavam preparar o ambiente para o brincar psicoterapêutico, identificamos que o grupo passou a funcionar efetivamente a partir de uma dinâmica grupal, na qual os elementos de confiança, de relaxamento e de identificação poderiam abrir caminho para a comunicação de aspectos emocionais significativos por meio do movimento e da dança. Estabelecidos os vínculos preliminares, adentramos ao jogo no qual, com maior liberdade, o ambiente iria permitir a manifestação do verdadeiro *self* do gesto espontâneo. Na última etapa do “jogo”, de modo natural, como em um gesto espontâneo coletivo, os integrantes sentaram-se no chão da sala em formato de roda, o que nos lembrou o trabalho de Castanho (2017) e a utilização das danças circulares como recurso de trabalho de grupo.

Após se sentar em roda, o grupo, em nossa perspectiva, teria estabelecido um vínculo grupal significativo, de identificação, ou seja, um ambiente favorável e facilitador para a expressão dos produtos do inconsciente, do verdadeiro *self* por meio do movimento livre. Nesta etapa, de modo similar ao analista que pede a seu paciente que expresse tudo que vier à mente de forma livre e sem julgamentos, solicitamos que cada participante se expressasse livremente por meio de gestos e movimentos escolhidos pelo próprio participante. Diferentemente de dançar/movimentar em frente a estranhos, a identificação e o vínculo de confiança forneceu aos membros um espaço facilitador para brincar e criar. Deste modo, um a um, cada participante, utilizando de recursos próprios e de sua linguagem gestual, associou livremente sobre o conjunto de angústias e ansiedades que vivenciavam, seja no contexto acadêmico ou em sua vida fora da universidade. Dissemos, como mediadores, que o gesto produzido não seria submetido a qualquer julgamento ou avaliação em sua qualidade técnica, pois alguns participantes já tinham vivências em danças diversas, mas nos interessava que o movimento pudesse representar os conteúdos emocionais vivenciados.

Observamos 25 formas diferentes de gestos e movimentos que foram dançados e encenados. Cada a qual a sua maneira, os participantes comunicavam, por meio da linguagem gestual da dança, os conflitos inconscientes subjacentes que estavam vivenciando. Alguns se deitavam no chão em posição fetal, talvez como gesto inconsciente de seu sentimento de insegurança, outros rodopiavam por entre os membros como se estivessem demonstrando confusão em meio as suas incertezas, outros se moviam de um lado do círculo para o outro expressando sua rígida realidade acadêmica em meio a prazos e noites sem dormir. Após a expressão em dança livre, cada participante associou livremente, em formato de fala, sobre o conteúdo que

havia dançado e relatou de que modo o experienciou. Nesta verbalização, muitos compreenderam o processo ansioso no qual estavam inseridos de forma inconsciente, outros refletiram sobre as práticas que os levavam a entrar em extremo estado de angústia. De outro modo, além da identificação do possível estado de adoecimento, os membros relataram que encontraram na atividade com dança livre uma via possível para se expressar livremente. Neste sentido, acreditamos que, em termos técnicos, a utilização da dança no processo psicoterapêutico, neste caso de grupo, pode ser um instrumento expressivo interessante por possibilitar uma experiência criativa do *self* no espaço potencial, pois como nos mostrou Winnicott (1999), o contexto de saúde emocional se dá por meio da criação em um ambiente facilitador. Em seu oposto, pela submissão, o *self* sofreria com o temor da desintegração e destruição de si, o adoecimento (Winnicott, 1960/1983).

Para finalizar, consideramos que a dança livre, como demonstrou nossa experiência, poderia ser uma importante forma de emersão do verdadeiro *self* e para manifestação do gesto espontâneo. Nestes símbolos gestuais, ou fenômenos transicionais, que se relacionam com os conteúdos de ordem inconsciente, os indivíduos poderiam encontrar formas de associar livremente, no sentido psicanalítico do termo, facilitando ao *self* uma experiência criativa no espaço potencial. Sabe-se que o processo psicoterapêutico não se dá em uma única sessão, entretanto ressaltamos sobre os ganhos psíquicos que um único atendimento psicológico pode ressoar na vida emocional dos indivíduos. Porém, em nosso caso, após a finalização das atividades e fechamento do grupo, ressaltamos a importância da continuidade do trabalho em psicoterapia individual e realizamos indicações para aqueles que não estavam em atendimento.

## Considerações finais

A dança encontra-se no rol de atividades artísticas disponíveis desde o surgimento da humanidade. Por meio desta linguagem gestual, a comunicação se dá, na realidade objetiva, pela ordenação dos movimentos e intenções corporais. Em termos de realidade psíquica, a escolha das intenções corporais, tema, sentidos e significados dados em cada símbolo gestual, opera-se mediante a associação livre de conteúdos inconscientes que podem ser representados no gesto. De outro lado, a dança poderia ser incluída no espaço potencial, onde se encontram os fenômenos transicionais. Nesta área, a atividade lúdica na dança seria como o brincar, no âmbito de grupo ou individual, favorecendo a experiência do *self* com o processo criativo e, conseqüentemente, o sentido de viver. Portanto, promoção de saúde mental.

Lembramos que, como demonstramos em nosso relato, é importante que o meio facilite a busca do *self* dos indivíduos no ato criador, autorizando e promovendo meios para que a verdadeira face da personalidade se apresente. Nota-se que, em todo o processo, um dos fatores essenciais para o desenvolvimento do atendimento refere-se ao estabelecimento do vínculo confiável, seguro e de relaxamento para a atividade do brincar. Os desdobramentos psíquicos encontram-se na possibilidade de acesso à terceira área de vivência do *self*, neste meio, processos emocionais podem ser elaborados e integrados.

A dança, neste contexto, atua como um instrumento artístico por meio do qual se pode vivenciar o brincar e o verdadeiro *self*. Porém, seu manejo psicoterapêutico deve ser realizado por profissionais do campo “psis”, pois, embora a dança tenha se apresentado como importante via de acesso à vida emocional, nos interessa a leitura, interpretação e inferências que podem ser

---

produzidas em meio à linguagem inconsciente transcrita na dança. Para tanto, é preciso que o profissional esteja suficientemente habituado com o traquejo da transferência e contratransferência.

## Referências

- Brasil, Ministério da Saúde. (2016). *Resolução nº 510, de 7 de abril de 2001*. Conselho Nacional de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Castanho, P. (2017). Um olhar psicanalítico sobre o uso das danças circulares como instrumento de trabalho com grupos. *VÍNCULO – Revista do NESME*, 14(2), 70–83. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/vinculo/v14n2/v14n2a09.pdf>.
- Ceccarelli, P. R. (2012). Considerações sobre pesquisa em psicanálise. In Melo, P., E. & Júnior, M. D. (Org.). *Psicologia Clínica: diálogos contemporâneos* (pp.137–146). Belo Horizonte: CRV.
- Dutra, R. E. & Sei, M. B. (2018, dezembro). O brincar na aula de ballet clássico de adultos: apontamentos winnicottianos. *Anais do I Congresso do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UEL*, Londrina, PR, Brasil. Recuperado de <http://anais.uel.br/portal/index.php/ppgpsi/article/view/238>.
- Enriquez, E. (2005). Psicanálise e Ciências Sociais. *Revista Ágora*, 3(2), 153–174. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982005000200001>.
- Freud, S. (2011). Psicanálise e teoria da libido. In Freud, S. *Obras completas, psicologia das massas e análise do eu e outros trabalhos* (15, pp. 273–308). São Paulo: Companhia das Letras. (Texto Originalmente publicado em 1923).
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades: Uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57–63. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>.
- Herrmann, F. (2004). Pesquisa Psicanalítica. *Revista Ciência e Cultura*, 56(4), 25–28. Recuperado de <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v56n4/a14v56n4.pdf>.
- Lima, D. M. & Silva-Neto, N. A. Danças brasileiras e psicoterapia: um estudo sobre efeitos terapêuticos. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(1), 41–48. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000100006>.
- Lima-Costa, M. F. & Barreto, S. M. (2003). Tipos de estudos epidemiológicos: conceitos básicos e aplicações na área do envelhecimento. *Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 12(4), 189–201. <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742003000400003>.
- Marbá, F. R., Silva, G. S. & Guimarães, T. B. (2016). Dança na promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida. *Revista Científica do ITPAC*, 9(1), 1–9, 2016. Recuperado de [https://assets.unitpac.com.br/arquivos/Revista/77/Artigo\\_3.pdf](https://assets.unitpac.com.br/arquivos/Revista/77/Artigo_3.pdf).
- Ossona, P. A. (1988). *Educação pela dança*. São Paulo: Summus.
- Valdivia, M. E. (2010). A psychoanalytic perspective of endings in therapy: A dance movement psychotherapy case study. *Body, Movement and Dance in Psychotherapy*, 5(1), 75–87. <https://doi.org/10.1080/17432971003593971>.
- Vermes, K. & Incze, A. (2012). Psychodynamic Movement and Dance Therapy (PMDT) in Hungary. *Body, Movement and Dance in Psychotherapy*, 7(2), 101–113. <https://doi.org/10.1080/17432979.2011.557890>.
- Winnicott, D. (1983). Distorções do ego em termos de falso e verdadeiro self. In Winnicott, D. *O ambiente e os processos de maturação* (pp.128–139). São Paulo: Martins Fontes. (Texto originalmente publicado em 1960).
- Winnicott, D. (1975). *O Brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Editora Imago.
- Winnicott, D. (1999). O Conceito de indivíduo saudável. In Winnicott, D. *Tudo Começa em Casa* (pp.3–22). São Paulo: Martins Fontes. (Texto originalmente publicado em 1967).

## A fenomenologia de Edmund Husserl como método para a psicologia

*Edmund Husserl's phenomenology as a method for psychology*

**Arilço Chaves Nantes<sup>1</sup>**

**Resumo:** Este artigo segue o formato de revisão bibliográfica sobre a temática da fenomenologia de Husserl (1859-1938). Esta nova abordagem apresenta-se como um dos movimentos filosóficos mais importantes do século XX, que desde os seus primórdios guardou relações de proximidade com a recém-criada Psicologia. Husserl se fundamenta em seu mestre Franz Brentano e sugere um novo método de conhecimento destacando fundamentalmente os fenômenos psíquicos. A fenomenologia de Edmund Husserl é uma proposta metodológica que oferece bases para uma nova abordagem do conhecimento. Esta nova gnosiologia surge como uma crítica ao paradigma científico que se mostrava incapaz de responder às demandas do conhecimento. A perspectiva fenomenológica se distancia dos métodos positivistas tradicionais por observar o fenômeno sem a realização de um recorte. Entre os principais conceitos abordados por Husserl em sua proposta fenomenológica destacaremos os termos intencionalidade e redução, importantes conceitos que podem ser aplicados à investigação psicológica.

Palavra-chave: Husserl; Fenomenologia; Psicologia.

**Abstract:** Abstract: This article follows the bibliographic review format on the theme of Husserl's phenomenology (1859-1938). This new approach presents itself as one of the most important philosophical movements of the twentieth century, which has maintained close relations with the newly created psychology since its beginnings. Husserl is based on his master Franz Brentano and suggests a new method of knowledge, fundamentally highlighting psychic phenomena. Edmund Husserl's phenomenology is a methodological proposal that provides the basis for a new approach to knowledge. This new gnoseology emerges as a criticism of the scientific paradigm that proved to be incapable of responding to the demands of knowledge. The phenomenological perspective distances itself from the traditional positivist methods by observing the phenomenon without making a cut. Among the main concepts addressed by Husserl in his phenomenological proposal, we will highlight the terms intentionality and reduction, important concepts that can be applied to psychological investigation.

Keyword: Husserl; Phenomenology; Psychology.

<sup>1</sup> Doutorando em Psicologia pela Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales (UCES) - Buenos Aires/Argentina. Padre. E-mail: arilcosophos@gmail.com .

---

## Introdução

A fenomenologia é um termo derivado da palavra *phainomenon*, o que se mostra a partir de si mesmo, e *logos*, termo utilizado para indicar estudo, ou seja, em sua etimologia, fenomenologia é o estudo ou ciência de um fenômeno que se revela por si mesmo (Ales, 2006).

O contexto histórico da ciência em que surge a fenomenologia, resumidamente pode ser expresso num cenário acentuadamente positivista, que rejeitava a experiência do sujeito, que centrava a atenção no naturalismo que encontrava na dinâmica da causalidade como princípio investigativo.

Husserl defendia a premissa de que a ciência de seu tempo nada poderia dizer sobre os problemas tipicamente humanos por não considerar as formas de subjetividade, que para ele incorria na perda de sentido das ciências para a vida. Sendo assim, era necessário oferecer um novo modo de produzir conhecimento que identificasse e recuperasse o sentido o que torna verdadeiramente o homem humano.

Edmund Husserl (1859-1938) foi o grande precursor da fenomenologia propondo o retorno às coisas mesmas, o encontro da sua essência, a dinâmica relacional da consciência e as vivências do fenômeno como marcas profundas de sua pesquisa.

Pode-se afirmar que a fenomenologia se preocupa com a constituição dos fenômenos, do mundo e uma de suas conclusões é que o conhecimento está na aparência dos fenômenos, e não apenas por trás deles.

Quando se afirma que o conhecimento se encontra na aparência e não apenas para além do fenômeno, conclui-se que há verdade também na própria aparência de um evento, pois as realidades fenomênicas ao mesmo tempo que revelam, ocultam, ou seja, a percepção dos eventos é possível devido a aparência e não apesar dela (Giorgi, 1978).

A fenomenologia apresenta-se como uma crítica e questiona o conhecimento vigente, pois, enquanto ciência do método, engendra em si o desejo de descortinar os fenômenos tal qual ela se apresenta aos sentidos.

De acordo com a afirmação anterior, o grande esforço da fenomenologia reside na tentativa de um retorno às coisas mesmas, apreender o mundo tal qual este sempre se apresenta para nós enquanto fenômeno, pois podemos captar as coisas através de um olhar ingênuo, na expressão do próprio Husserl, olhar e ver e não simplesmente olhar e achar algo.

Husserl percebia que o mundo sensível, as experiências da vida, não podiam ser abarcadas pelas ciências da natureza e que era indispensável apreender o mundo vivido pela experiência, pela descrição do fenômeno que emerge e se revela a consciência (Silva, 2009).

É indispensável mencionar Edmund Husserl ao referir a temática da fenomenologia, pois este grande pensador situa-se nas raízes e fundamentos deste método vigoroso.

Dentre as várias abordagens filosóficas do século XX, a fenomenologia aparece como uma das principais e importantes devido ao fato de que muitos filósofos se valeram do método fenomenológico como fundamento para pensar e elaborar suas obras filosóficas.

A fenomenologia elaborada por Husserl, segundo Lima (2014), foi decisiva para muitos autores, dentre eles, Max Scheler, Heidegger, Sartre, Merleau-Ponty, Lévinas e outros desenvolveram suas filosofias à luz desse

método investigativo, que nas palavras de Heidegger em *Ser e tempo* (1989), referia-se a fenomenologia, como antes de tudo, um conceito de método.

Dentre várias definições ao termo fenomenologia, podemos afirmar que se trata um amplo movimento científico e espiritual, muito variado e ramificado, ainda hoje vivo e atuante, que encontra suas raízes em Edmund Husserl.

Ainda que a fenomenologia tenha tomado rumos diferentes, enquanto paradigma filosófico, ela está intimamente ligada a Edmund Husserl que lhe atribuiu um novo significado criando um movimento que influenciou grande parte da filosofia no século XX (Lima, 2014).

A fenomenologia se ocupa pelos modos aos quais as coisas se manifestam ao homem, com sua forma, estrutura de manifestação, interrogando-se como tal experiência é processada pela consciência.

Um dos importantes objetivos da fenomenologia em Husserl consiste na identificação daquilo que é revelado na sua pureza absoluta, aquilo que aparece em si mesmo enquanto revelado à consciência, pois, para Toledo (2016), retornar às coisas mesmas possibilita a construção do conhecimento a partir de sua realidade, compreendendo melhor o seu sentido.

A proposta Husserliana consiste em dar-se conta de como o fenômeno é percebido pelo observador, que por sua vez deve desconsiderar seus pré-conceitos para enxergar o que se mostra a partir do que se mostra por si mesmo e não a partir de seus pré-conceitos.

Na compreensão de Futura (2018), a fenomenologia é a ousada e difícil tentativa de retornar às coisas mesmas, permitindo que os fenômenos se manifestem a partir de si mesmos, pois somente assim é possível produzir um novo tipo de conhecimento.

### **A fenomenologia de Edmund Husserl: a proposta de um método rigoroso para as ciências humanas.**

A fenomenologia pode ser identificada como um método por ser ela um caminho da crítica do conhecimento e por objetivar alcançar a ciência da essência do conhecimento ou uma doutrina universal das essências (Amatuzzi, 2009).

O desenvolvimento do método fenomenológico de Husserl, ao menos até o início da década de 1920, encaminhava-se para a consolidação da filosofia como ciência fundamental, filosofia primeira, que possibilitasse uma crítica e uma nova proposta sobre a qual se assentava os fundamentos da possibilidade do conhecimento.

Uma das muitas intuições e originalidades de Husserl é retorno aos dados primordiais da experiência, o que implicava voltar às próprias coisas, pois os fenômenos são sempre anteriores às teorias, aos conceitos e possuem natureza própria.

A fenomenologia de Husserl apresenta-se como um método rigoroso que objetiva alcançar o conhecimento das essências mediante um retorno ao ponto de partida inicial, ou seja, retornar às origens, às coisas mesmas, ao fenômeno ao qual se tem acesso imediato.

Nesse método, Husserl apresenta os conceitos de intencionalidade, isto é, toda consciência é consciência de alguma coisa. Em termos husserlianos, a *epoché*, ou suspensão provisória do juízo, permite que o fenômeno seja per-

---

cebido, apreendido e analisado sem ideias pré-concebidas, sem preconceitos ou julgamento de valor e juízo de validade.

O método fenomenológico proposto por Husserl, segundo Maia (2017), pode ser dividido em dois momentos fundamentais: a) um deles é a fase descritiva, onde se concentra toda atenção em recolher os dados acerca do fenômeno observado tal como é apresentado mediante o relato da experiência com base no que pensam e refletem; b) Em seguida emerge a dimensão intersubjetiva onde se alcança conhecimentos generalizáveis e sujeitos à crítica entre pares.

A fenomenologia enquanto método rigoroso para as ciências, propõe que o conhecimento se produz de modo processual e relacional por que a todo instante estamos nos constituindo como sujeitos, elaborando o mundo, logo, nossa consciência e mundo se constituem num só e mesmo ato.

Um dos principais objetivos da fenomenologia enquanto método, conforme Alencar (2015), é a descrição da estrutura total da experiência vivida captando os significados que a experiência tem para os sujeitos que a vivenciam, como tais eventos se apresentam, enfatizando a apreensão e compreensão do mesmo, e não apenas sua explicação pormenorizada.

A fenomenologia enquanto ferramenta de conhecimento intenta observar o fenômeno, a partir dele mesmo, em direção a um sentido, procurando não acrescentar um saber a priori, pois a finalidade da fenomenologia enquanto ciência da descrição de eventos é capturar as vivências, bem como sua relação com o meio (Futura, 2018).

O pesquisador que observa determinado fenômeno, percebe o observável como alguém de fora, mas também como alguém de dentro, pois aquele que observa e descreve comporta-se como representante de um aspecto do sentido do fenômeno.

Pode-se afirmar que o método fenomenológico de Husserl se propõe a uma nova formulação de uma teoria do conhecimento, ou seja, é uma pergunta sobre os modos de como se conhece a realidade, atitude que está implicada no modo como vivemos cotidianamente com a realidade externa onde nos encontramos e tomamos como referência, por isso que a fenomenologia é também um modo de vida.

A fenomenologia como modo de vida, propõe perceber os eventos a partir deles mesmos, pois este retornar às coisas mesmas situa-se entre o discurso especulativo da metafísica e o raciocínio das ciências positivas. Uma vez que ocorre a apreensão do fenômeno a partir de si mesmo, torna-se possível o encontro da essência, emergindo que faz tal fenômeno ser ele mesmo e não outra realidade.

A fenomenologia é um modo de vida presente no cotidiano para Zilles (2007), porque grande parte das vivências humanas não se opera de modo isolado e fora do mundo, mas em relação, em interação, pois as experiências produzem-se no espaço e no tempo, de modo que nossas lembranças, pensamentos, julgamentos, valores e desejos operam num ato relacional.

A fenomenologia como nova teoria do conhecimento em Husserl, inicialmente parte do conceito de atitude natural, ou seja, da crença no mundo da onde vivemos, nos movemos e somos cotidianamente, onde o mundo é a realidade espaço-temporal onde nos encontramos e tomamo-lo como referência principal (Zilles, 2007).

Uma das principais críticas de Husserl à ciência de seu tempo é que

esta não possuía a percepção que os fenômenos partiam do mundo no qual as coisas circundantes estavam disponíveis, livres ainda de qualquer desenvolvimento teórico. Partir, ou retornar aos eventos mesmo é uma expressão recorrente no pensamento de Husserl.

Ao tratar sobre Husserl e sua fenomenologia enquanto método muito poderia ser dito, mas iremos nos deter em apenas dois conceitos importantes que são: redução fenomenológica e intencionalidade.

### **A redução fenomenológica (*epoché*): uma breve introdução ao termo**

A redução fenomenológica em Husserl significa pôr entre parênteses, pôr em suspensos os conhecimentos a priori, valendo-se do recurso da dúvida universal cartesiana, não no sentido de duvidar da existência, mas sim de questionar se o que se apresenta à minha percepção é de fato o que o fenômeno é em si ou algo diferente, por isso, é preciso colocar entre parênteses os próprios conceitos, abster-se qualquer pré-julgamento sobre daquilo que parece estar diante de nós.

A atitude de redução enquanto ferramenta metodológica não significa adotar uma atitude ceticista frente à realidade do mundo, mas possibilita focalizar a atenção nos objetos dos quais temos consciência, para o modo como temos consciência desses mesmos objetos. O objetivo passa a ser os atos da consciência, desvinculado de toda a questão de, se as coisas sobre as quais pensamos existem de fato na realidade fora de nós.

A *epoché* enquanto atitude metodológica não consiste na dúvida radical cartesiana, pois não se está duvidando do mundo, mas sim, tomando uma posição de abstenção de juízo.

Mesmo que Husserl tenha profunda estima por Descartes e elogie seu método, ele sustenta que a fenomenologia parte de um procedimento semelhante, embora, não produza os mesmos resultados, nem tampouco a mesma intenção, pois Descartes partia da dúvida radical para, logo em seguida, de posse de uma justificação, reafirmar toda a realidade da natureza objetiva, ao passo que a redução fenomenológica coloca em parênteses o objeto investigado, mas não concebe o objeto como não existente, apenas assume uma nova perspectiva para que o ser do objeto se torne visível (Cormanichi, 2017).

A atitude fenomenológica de redução implica que não se deve fazer juízo algum sobre o mundo, sobre tudo aquilo que nele se inclui, ainda que nos sejam disponibilizadas as mais convincentes evidências sobre determinado dado, logo, tudo precisa ficar em suspenso, por decidir, e este pôr em suspenso é de certa forma um método redutivo que encaminha para a operacionalização da redução.

Ao se realizar a atitude de *epoché*, reduz-se as vivências à sua essência (*eidós*), uma vez que os objetos ideais, para Futura (2018), não se encontram na mente, nem no mundo platônico das ideias e nem mesmo na inteligência divina.

A importância desta atitude de redução reside no fato de se colocar em suspensão as ideias pré-concebidas sobre o fenômeno no espaço e/ou no tempo, de modo que emergja as variadas formas de como o fenômeno surge no mundo, sem crescer ou eliminar nada.

Este primeiro momento da redução fenomenológica pode ser chamado de redução psicológica, onde coloca-se o fenômeno entre parênteses, pos-

---

sibilitando perceber que tal realidade se apresenta num processo consciente sendo notado de modo múltiplo, diverso.

A redução psicológica tem seu foco na apreensão interior, com a percepção que se mostra no interior do sujeito que analisa o fenômeno, ou seja, realiza-se a redução apenas com a finalidade de considerar a realidade destes dados imanentes presentes na consciência do observador (Nachmanowicz, 2007).

Com a redução psicológica, segundo Lima (2009), produz-se uma espécie de corte entre a região da consciência e a região do mundo onde a suspensão de juízo opera como um momento de recuo e descobre-se, através desse recuo aquém ou além, mas não no mesmo plano do fenômeno, ou seja, há uma separação entre fato e essência.

### **A intencionalidade da consciência em Edmund Husserl: breves conceituações**

A expressão intencionalidade Husserl tomou-a por empréstimo da psicologia descritiva de Franz Brentano, grande influenciador de sua obra que afirmava ser toda consciência, consciência de algo distinto dela mesma, por isso toda vivência é constituída pelo sujeito de forma intencional como uma efetuação consciente através de suas vivências.

Consciência e objeto, não podem ser compreendidos como duas realidades separadas, independentes, mas sim em profunda e contínua relação, articulação, definindo-se respectivamente, não sendo possível a existência de ambos sem a dinâmica relacional (Dartigues, 1992).

A consciência não deve ser compreendida como um lugar físico, psíquico ou espiritual, mas sim como uma realidade de convergências das ações do homem, algo intencional, sempre dirigida à algo, para a transcendência, para as coisas, para as pessoas, para as ações, para tudo o que diz respeito ao humano. É o que afirma (Demarchi, 2013).

A consciência intencional permite ao fenômeno emergir como significação, faz com que se manifestem mediante sua intencionalidade, promovendo também a possibilidade da constituição das coisas (Goto, 2011). A noção de intencionalidade refere-se ao intenso transcender de si mesmo, experiência esta recorrente na vida humana, pois a cada instante temos que nos posicionar frente às coisas, logo a consciência é sempre ativa, confere sentido às coisas e atribui significados no mundo.

Esta intencionalidade, para Holanda (1997), é a característica prática mais fundamental da fenomenologia de Husserl, pois a consciência ativa não ocorre no vazio, está sempre orientada a um objeto, oportunizando à consciência sair de si mesma em direção ao fenômeno, gerando uma correlação entre os atos de consciência e os objetos constituídos por esses atos, pois, consciência e objeto não são duas realidades dicotômicas, mas existem em relação contínua.

A intencionalidade em Husserl é sempre significativa, não reduzida apenas a um caráter físico, mas como uma unidade, sendo composta basicamente por três elementos que são: a) consciência como consciência fenomenológica do real como uma espécie de entrelaçamento das vivências psíquicas na unidade do seu curso; 2) a consciência como percepção interna das vivências psíquicas próprias; 3) a consciência como nome coletivo para a dita classe de atos psíquicos ou vivências intencionais (Campos, 1945).

Sendo assim, a intencionalidade é uma relação dialética, pois existimos no mundo, afetamos e somos continuamente afetados, vivências e pensamentos encaminham-nos a um sentido.

Conforme Husserl (1989), o sentido e o significado processados pela consciência, conferem uma orientação ao objeto, pois a consciência produz equilíbrio entre a eidética e a consciência transcendental instaurando várias realidades, construindo uma relação interacional onde o significado abarca um grande número de vivências.

A intencionalidade significa um direcionamento da consciência em relação ao objeto, pois a consciência é sempre consciência de alguma coisa, objeto é sempre objeto para uma consciência. Sem esta relação consciência e objeto não existiriam, uma vez que, para Brandes, (2017), a consciência visa alguma coisa por que já traz em si seu objeto receptivo, logo, todo querer, todo desejar, todo sentir corresponde a algo querido, a algo desejado e a algo sentido.

A teoria da intencionalidade em Husserl aponta para o fato de que enquanto consciência estamos sempre direcionados para objetos reais, que vivenciamos situações diretas e não meramente representativas, que as vivências ocorrem no presente, que os eventos se fazem presente de modo inédito.

A tese Husserliana da consciência intencional indica que sempre intencionamos algo, pois, conforme Brandes (2017), há no âmago da consciência humana um plêiade de sensações que de *per si* não direcionam para objeto algum, logo, é possível que haja experiências na consciências sem que este mesmo dado possa existir na exterioridade.

O conceito de intencionalidade da consciência, na opinião de Siani, Correa e Las Casas (2016), expressam a não existência de objetos em si mesmos, separados, para posteriormente depois se unirem, ligarem uns aos outros, mas que ambas se encontram em intensa relação de intenção, onde ser na consciência significa existir no mundo.

Franz Brentano (1838-1917), mestre de Husserl, afirmava que os dados da consciência são formados em duas grandes classes que são: as categorias dos fenômenos físicos e os fenômenos mentais, havendo uma destacada relação intencional entre atos mentais e seus objetos (Toledo, 2016).

A intuição brentaniana afirmava que os fenômenos mentais são atos mentais direcionados intencionalmente para os seus objetos, ou fenômenos físicos, mas que os dados da mente podem vir a ser objetos de outros atos mentais, sendo assim, fenômenos mentais e fenômenos físicos se articulam intencionalmente entre si.

Husserl herda de Brentano a noção de intencionalidade como sendo do fenômeno psíquico identificado pelo que os escolásticos da Idade Média chamaram de inexistência intencional, pois, segundo eles, eventos possuem em si algo a título de objeto, mas não da mesma maneira.

Nas representações mentais, como sublinha Brentano (1944), há sempre realidades que existem fora da mente, no mundo real, de modo que no amor há sempre algo do amado, no ódio sempre algo do que é odiado, no desejo há sempre algo do desejado, por isso nos fenômenos sempre há algo intencionalmente voltado ao objeto.

Em Brentano (1944), a intencionalidade é um traço exclusivamente pertencente ao mundo dos eventos psíquicos, ao passo que para os eventos concernentes à realidades físicas, tal premissa não pode ser aplicada, mesmo porque eventos psíquicos se orientam para objetos físicos, mas fenômenos psíquicos são os atos de ver, ouvir, falar, ao passo que eventos físicos representam o modo como são vistos, ouvidos e falados.

---

## O legado da fenomenologia de Edmund Husserl para a pesquisa em psicologia

A fenomenologia em Husserl propõe-se em responder pela pergunta de um método rigoroso em resposta à crise das ciências europeias, que de per si representava também uma crise das subjetividades, bem como uma crise da cultura.

Esta fenomenologia enquanto método propõe um novo modo de ver e situar-se no tempo e espaço, pautando-se num grande esforço de contemplar a vida autêntica que não se encontra fora da consciência, mas dentro da mesma.

A relação entre psicologia e fenomenologia, conforme Futura (2018), é de grande proximidade para Husserl que ao tecer críticas à psicologia enquanto ciência positiva, apontando para uma psicologia fenomenológica, que para ele deve considerar a subjetividade como seu objeto, contradizendo o modelo de ciência vigente que notava a subjetividade como algo negativo ao conhecimento.

Para Husserl, a fenomenologia é adotada como método à psicologia colocando a subjetividade no centro, ou seja, as vivências subjetivas são o objeto principal da ciência psicológica.

No Brasil, Castro e Gomes (2011), afirmam que a utilização da fenomenologia como método para a psicologia teve seu início 1948, quando Nilton Campos apresentou sua tese de doutorado sobre o método fenomenológico. Ainda assim, somente a partir da década de 1970 é que a fenomenologia enquanto método rigoroso é aplicado nas pesquisas em psicologia.

A perspectiva fenomenológica se distancia dos métodos positivistas tradicionais, para Holanda (2002), porque observa o fenômeno sem a realização de um recorte, analisando a experiência, resgatando o vivido, desvelando o significado que os indivíduos atribuem a sua vivência.

Uma investigação fenomenológica, de acordo com Bruns e Holanda (2001), é uma pesquisa de natureza que pretende dar conta do que ocorre mediante o clareamento do fenômeno, não como verificação, mas como compreensão de algo, tomado em sua intencionalidade.

Na pesquisa fenomenológica o pesquisador atua como facilitador do acesso ao vivido, sendo de grande relevância, pois muitas vezes, a pessoa ainda não teve oportunidade de falar sobre suas vivências, sendo que, no diálogo com o pesquisador, este indivíduo acessa conteúdos até então desconhecidos, verbalizando expressões como as seguintes: não havia pensado nisso, antes não tinha notado tal situação!

Na perspectiva fenomenológica a consciência se encontra atrelada ao conceito de intencionalidade, de sentido, de existência, ultrapassando uma mera relação cognitiva de sujeito como uma relação existencial do sujeito com seu mundo, até por que, o existir humano é o modo pelo qual as pessoas se posicionam diante da vida (Giorgi, 1978).

A psicologia de aporte fenomenológico recolheu importantes contribuições de Edmund Husserl, dentre eles, um grande cuidado quanto à descrição dos fenômenos, a atitude redução (*epoché*), e a procura pelas essências. De modo muito sintético e breve, este é um dos legados husserlianos para a psicologia (Giorgi, 2010).

## Considerações finais

A fenomenologia em Husserl propõe um novo olhar, um novo modo de perceber a realidade pautando-se pela premissa inicial de que se deve pôr em suspenso todos *a priori*, banhar-se no esquecimento de todas as interpretações do mundo e ver o que se mostra sem impregnações artificiais.

Husserl e sua proposta fenomenológica pretendem realizar um retorno às coisas mesmas, vê-las a partir delas, por isso propõe um método que inaugura um novo tipo de conhecimento, o conhecimento compreensivo, deixando de lado o conhecimento explicativo-causal-dedutivo e oferecendo o conhecimento fenomenológico-descritivo-compreensivo.

Uma das originalidades de Husserl foi notar que os fenômenos se mostram de múltiplas maneiras e que o mostrar-se depende sempre de um horizonte compreensivo que os acolhe. Husserl compreendeu que a descrição fenomenológica não é mera descrição dos aspectos sensoriais, mas descrição da experiência, da vivência de alguém que pertence a um determinado contexto no qual este fenômeno aparece.

A fenomenologia e sua aplicabilidade na psicologia, nas palavras de Holanda (1997), é antes de tudo uma postura, uma atitude que descortina um gama de possibilidades para que o encontro com o fenômeno se torne pleno, sendo um observador atento que participa mas não interfere, permitindo que o fenômeno se manifeste em sua inteireza e riqueza.

Talvez uma das maiores contribuições de Husserl e sua proposta fenomenológica para a psicologia foi chamar a atenção para o mundo vivido, o cotidiano onde a vida transcorre, pois ele é o palco onde todas as atividades humanas acontecem.

As vivências cotidianas vem anteriormente a qualquer elucubração, existem antes de nós, continuarão após nossa interpretação, por isso, devem ser a base de todo o conhecimento, uma vez que o homem constrói as suas vivências à medida que experimenta o mundo (Gomes, 2015).

A fenomenologia enquanto método aplicado à psicologia é uma modalidade de pesquisa qualitativa que busca compreender o fenômeno interrogado, partindo do mundo-vida dos sujeitos que vivenciam tal fenômeno que será pesquisado, considerando suas próprias experiências para investigar o mundo circundante.

O método fenomenológico pauta-se por uma abordagem descritiva, permitindo que o fenômeno se manifeste a partir de si no intuito de atingir o sentido da experiência, identificando as vivências das pessoas envolvidas no evento, descrevendo de forma compreensiva o relato, atingindo assim a essência ou estruturas das experiências, conforme afirmação de Giorgi (1978).

## Referências

- Alencar, B. R. (2015). *Ser-com no voluntariado: o cuidar na perspectiva da fenomenologia existencial*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), apresentada à Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Área de Concentração: Psicologia). Orientador: Professor Doutor Ewerton Helder Bentes de Castro.
- Ales, B. Â. (2006). *Introdução à fenomenologia*. Bauru, SP: Eduse.
- Amatuzzi, M. M (2009). Pesquisa fenomenológica: uma aproximação teórico humanista. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 26 (1).
- Brandes, L. M. S. (2017). *O conceito de intencionalidade na quinta investigação de Edmund Husserl (1859-1938)*. G. Porta. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

- 
- Brentano, F. (1944). *Psychologie du point de vue Empirique*. Tradução: Maurice de Gandillac. Paris: Aubier.
- Campos, N. O. *Método fenomenológico na psicologia (1945)*. Tese de Concurso apresentado à Cátedra, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro.
- Castro, T. G.; Gomes, W. B. Movimento fenomenológico: controvérsias e perspectivas. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 27(2), 233-240.
- Cormanich, E. L. (2017). *O conceito de psicologia fenomenológica em Husserl*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora. Minas Gerais, Juiz de Fora.
- Dartigues, A. (1992). *O que é a fenomenologia?* Tradução de Maria José J. G. de Almeida. (32. ed.) São Paulo: Editora Moraes.
- Demarchi, L. (2013). *A concepção sobre ser humano para o discente do curso de administração: aproximações com a fenomenologia de Edith Stein*. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Administração e Economia da Universidade Metodista de São Paulo). São Bernardo do Campo, São Paulo.
- Futura. *O método fenomenológico* (2018). Material Didático. Votuporanga, SP.
- Giorgi, A. (1978). *Psicologia como Ciência Humana: uma abordagem de base fenomenológica/ Amedeo Giorgi*. Tradução de Riva S. Schartzman. Belo Horizonte.
- Giorgi, A.; Souza, D. *Método fenomenológico de investigação em psicologia*. Lisboa: Fim de Século, 2010.
- Gomes, K.K.A (2015). *E a vida sofre transformações: compreendendo a vivência de crianças com câncer à luz da psicologia fenomenológico-existencial*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal do Amazonas). UFAM, Manaus.
- Heidegger, M. (1998). *Ser e tempo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2 vols.
- Goto, T.A. (2007). *A (Re) constituição da psicologia fenomenológica em Edmund Husserl/Tommy Akira Goto*. Campinas: PUC-Campinas.
- Holanda, A. F. (1997). Fenomenologia, psicoterapia e psicologia humanista. *Revista Estudos de Psicologia*, 14(2), 33-46 .
- Husserl, E. (1929). *Conferencias de Paris*. Tradutores: Artur Morão e Antônio Fidalgo. Lusofia editora.
- Husserl, E. (1989). *A Ideia da fenomenologia*. Lisboa: Edições 70. Tradução de Artur Mourão. /Fr: L'Idée de la Phénoménologie, cinq leçons. Paris: Presses Universitaires de France, 1970. Tradução de Alexandre Lowit.
- Lima, A.B.M. Org. (2014). *Ensaio sobre fenomenologia: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty*. [online]. Ilhéus, BA: Eeditus.
- Maia, J. F. L. (2017). *Como eu me sinto? Um estudo fenomenológico da experiência de pessoas diagnosticadas com perturbação bipolar*. Dissertação de mestrado em Psicologia. ISPA. Orientador: Prof. Drº. Vítor Amorim Rodrigues. Portugal. Lisboa.
- Nachmanowicz, R. M. (2007). *Fundamentos para uma análise musical fenomenológica*, 144 fls.; il. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Música Orientador, Belo Horizonte. Minas Gerais.
- Siani, S. R.; Correa, D.A. (2016). Las Casas, Alexandre Luzzi. Fenomenologia, método fenomenológico e pesquisa empírica: o instigante universo da construção de conhecimento esquadrihada na experiência de vida. *Revista de Administração da UNIMEP* – Vol.14, n.1, Janeiro/Abril.
- Toledo, P.L. Y. (2016). *A prática do professor de educação infantil e as interfaces com a música: uma leitura em fenomenologia*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Pós- Graduação em Psicologia, Campo Grande/MS.
- Zilles, U. (2007). Fenomenologia e teoria do conhecimento em Husserl. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 13(2): 216-221.

## O dispositivo em Michel Foucault: uma revisão de literatura a partir dos estudos de gênero e sexualidade

*The dispositif in Michel Foucault: a literature review  
based on gender and sexuality studies*

**Maycon Douglas Silva Ribeiro<sup>1</sup> e Gilson Gomes Coelho<sup>2</sup>**

**Resumo:** Os dispositivos se apresentam com o caráter de domínio dos corpos, da conduta e da vida humana. Neles estão presentes: discursos, práticas e saberes. O gênero e a sexualidade são construídos e empreendidos por vários símbolos sociais e culturais. A psicologia como possível dispositivo deve cuidar para não assegurar a vida, bem como quaisquer práticas do sujeito. Este artigo pretende apresentar, discutir e relacionar o conceito de dispositivo do filósofo francês Michel Foucault às categorias de gênero e sexualidade. E por último, refletir sobre como a psicologia no Brasil responde às questões de gênero e sexualidade. Foram analisados artigos científicos na base de dados online: Google Acadêmico, onde limitou-se a busca por temas pertinentes a este trabalho como por exemplo: “dispositivo em Michel Foucault”, “gênero e sexualidade”, “psicologia e dispositivo”, etc. A análise culminou em uma revisão integrativa da literatura que permite colaborações de dados diversos de estudos científicos, teóricos e empíricos agregando várias intenções (Mendes, Silveira & Galvão, 2008). Apenas 15 artigos científicos foram contemplados especialmente por apresentarem os critérios respectivos. Os achados encontram-se disponíveis em tabela neste artigo. Há enorme esforços em torno deste tema, sobretudo em análise pelo conceito de dispositivo em Michel Foucault.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Dispositivo.

**Abstract:** The dispositifs have the character of dominance of bodies, conduct and human life. In them are present: speeches, practices and knowledge. Gender and sexuality are constructed and undertaken by various social and cultural symbols. Psychology as a possible dispositif must take care not to guarantee life, as well as any practices of the subject. This article aims to present, discuss and relate the concept of device by the French philosopher Michel Foucault to the categories of gender and sexuality. Finally, reflect on how psychology in Brazil answers gender and sexuality issues. Scientific articles were analyzed in the online database: Google Scholar, where the search for topics relevant to this work was limited, for example: “dispositif in Michel Foucault”, “gender and sexuality”, “psychology and dispositif”, etc. The analysis culminated in an integrative review of the literature that allows collaborations of diverse data from scientific, theoretical and empirical studies aggregating several intentions (Mendes, Silveira & Galvão, 2008). Only 15 scientific articles were considered especially for presenting the respective criteria. The findings are available in a table in this article. There are enormous efforts around this theme, especially in analyzing the concept of dispositif in Michel Foucault.

Keywords: Gender; Sexuality; Dispositif.

<sup>1</sup> Graduando em Psicologia e participante do Programa Institucional de Iniciação Científica – PROCIENT da Faculdade Católica Dom Orione. E-mail: douglasribeiro018@gmail.com .

<sup>2</sup> Doutorando em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/ Assis) em que é membro do grupo de pesquisa PsiCUqueer - Coletivos, Psicologias e Culturas Queer. Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Psicólogo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/ CPAN). Professor da Faculdade Católica Dom Orione (FACDO). E-mail: gilsonpsico@gmail.com .

---

## Introdução

De acordo com o autor e filósofo francês Michel Foucault (2006), um dispositivo é qualquer prática discursiva e práticas de fazeres no qual estão representadas pelas nossas condutas. Ou seja, aquilo que fazemos e também aquilo que falamos. Para Foucault (2006), na concepção do dispositivo estão todos os aspectos que envolvem a nossa vida desde um processo histórico, cultural, social e material. Sendo assim, o dispositivo igualmente atua (nestes aspectos que envolvem nossa vida) na aceitação e constituição dos sujeitos, das nossas práticas e de como devemos nos organizar socialmente.

O dispositivo detém o poder e o saber sobre os nossos corpos; poder que exerce sobre nós em leis para o nosso funcionamento em/na sociedade. Compreende-se que o poder não está em ninguém ou mesmo se encontra em uma instituição; o poder não é algo que se tome ou que seja arrancado de algum lugar, o poder é uma correlação de forças sobre forças, de ações sobre ações, o poder não é apenas o Estado, Impérios ou Supremacias, portanto, o poder se manifesta de inúmeras formas e se encontra por toda parte (Foucault, 2015). “E esse processo se dá na relação com o outro ou com os outros, razão pela qual o poder é exercido, é ação, ele só existe em ato” (Santos, Lemos, Cardoso & Brito Neto, 2018, p. 57). Já quanto ao “saber” para desempenhá-lo bastaria apenas aprender e ensinar (Ferreirinha & Raitz, 2010).

Como instrumento de nossa análise e revisão é importante não perder de vista as próprias palavras do filósofo Michel Foucault sobre o conceito de dispositivo. É na obra, *a História da sexualidade I, a vontade de saber* que Foucault fala pela primeira vez sobre o dispositivo. Logo, para não perder o sentido intrínseco do conceito de dispositivo de Foucault, se faz importante defini-lo a partir de uma outra obra, *a Microfísica do poder*. É então, que Foucault, define o dispositivo como:

[...] em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo (Foucault, 2006, p. 244).

Os dispositivos se estabelecem na ligação de cada um desses elementos e se reforçam entre si, justificam discursos e práticas a fim de dominar e subjugar o corpo, a prática ou qualquer expressão da espécie humana (Foucault, 2006). Nesta dinâmica, o dispositivo mantém sob controle a vida das pessoas, das populações, da subjetivação dos corpos no decorrer da vida, e estabelece disciplinas aos prazeres (dos corpos), e se ocupa em proteger a espécie humana nas suas diversas configurações da existência: família, educação, relações trabalhistas, etc. (Weinmann, 2006). Cabe ainda dizer, que a heterogeneidade do dispositivo expressa uma dimensão de complexidade; pode envolver desde discursos institucionais, práticas organizacionais, leis, medidas administrativas ou legislativas que estabelecem uma normatização dos comportamentos vivos (Foucault, 2006).

Em última análise do conceito, conforme Foucault (2006) para o dispositivo se tornar real; elementos racionais e organizacionais deverão compor as formações da vida humana. Numa perspectiva reelaborada, o dispositivo é “[...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar,

orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (Agamben, 2009, p. 40). Para Zanello (2018), os dispositivos sempre se ocuparão em produzir a subjetividade e os processos de subjetivação dos sujeitos. Segundo Foucault (2006), o dispositivo exerce, portanto, um papel de dominação.

## Método

A metodologia consiste em uma revisão de literatura integrativa que permite colaborações de dados diversos de estudos científicos, teóricos e empíricos agregando várias intenções (Mendes, Silveira & Galvão, 2008). Tal metodologia sequenciou para a busca dos estudos com foco na pesquisa em periódicos nacionais na plataforma online de base de dados: *Google Acadêmico*, para a discussão de forma integrativa incidindo nas correlações iminentes neste artigo. Foram utilizadas como literaturas de base, as obras: *Microfísica do poder* (2006) e *a História da sexualidade 1: a vontade de saber* (2015), ambas da autoria de Michel Foucault. Ao fomentar tais discussões, pretende-se igualmente, primeiro, contribuir ao propósito de conhecer e atualizar este importante debate que se faz em produções teórico-científicas dadas visivelmente por sua relevância acadêmica. Segundo, possibilitar a construção de novos apontamentos teóricos na mesma temática, refletindo sobre como as categorias de gênero e sexualidade se mostram construídas segundo discussões contemporâneas, e o que pode a psicologia enquanto categoria de análise científica, crítica e ética, na (e para a) quebra de paradigmas em torno desta discussão. E por último, mostrar a eficácia lógica do tão importante conceito que contribui em exame crítico aos respectivos fenômenos sociais e culturais. Considera-se enormes os esforços em torno deste tema, sobretudo em análise pelo conceito do filósofo francês.

## As interfaces de gênero e o dispositivo

Na perspectiva da historiadora norte-americana Joan Scott (1995), o gênero é “(1) um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (p. 86). Ou seja, as maneiras pelas quais as identidades de gênero se constituem estão ligadas a como a sociedade produziu em cada época formas de definir e padronizar as identidades masculino e feminino, isso tem em seu processo a cultura material; os objetos, e as formas decorativas de um espaço ou lugar, bem como a rotina doméstica e todo o trabalho pertinente a ela. E com isso, as relações de poder são formadas ao passo que as diferenças entre essas identidades de gênero são constituídas por cada lugar, determinando assim os papéis do masculino e do feminino. Por exemplo, ao masculino o papel é de “forte”, “dominador”, “provedor”, ao feminino o papel é de “frágil” e de “passividade”, “delicadeza”, etc. (Scott, 1995).

Neste sentido, Scott (1995), pontua que gênero é um entendimento sobre as diferenças entre o masculino e o feminino; que gênero vem a ser um saber que implica na diferenciação desses corpos; e ainda que, gênero; é uma categoria que possibilita verificar diferenças nas “configurações” do masculino e do feminino. Claramente, a autora propõe o uso do gênero de modo irrestrito. Os elementos que constituem o imaginário social a respeito do masculino e do feminino como aponta Scott (1995), são representados por símbolos culturalmente acessíveis, como: doutrinas religiosas, pela educação,

---

pelas políticas ou questões jurídicas que acabam por contestar o binarismo de forma equivocada às noções do masculino e feminino (Torrão Filho, 2005).

Com isso, todavia, as relações de gênero são resultadas de uma construção social em que cada sociedade produz seus próprios modelos e critérios para estabelecer as relações sociais. E para que se possa compreender este fenômeno é preciso atentar-se a ele como um dispositivo do qual institui as relações das identidades de gênero como forças sobre forças (Scott, 1995). Neste sentido, Scott (1995) aponta para Foucault (2006; 2015), ao afirmar que o gênero se mostra como um dispositivo enquanto este apresenta discursos diversos, documentos, subjetividade, e um modelo determinista para a existência humana. Torrão Filho (2005), revela que Joan Scott, em sua perspectiva de gênero faz uma análise histórica e fundamenta o gênero como categoria que envolve questões para além da diferença biológica entre homens e mulheres. Ou seja, o masculino e o feminino estão amplamente estendidos a processos culturais e sociais, e de subjetivação aos quais constroem as nossas particularidades, isto é, o modo como nos identificamos a partir da nossa relação social e dentro de processos culturais; é que irão constituir nossa identidade de gênero. O que se aproxima da perspectiva de Foucault (2006; 2015), quanto ao dispositivo como produtor das subjetividades e dos processos de subjetivação do sujeito social através de um processo discursivo dos amplos dispositivos sociais, como um exemplo já dado; as doutrinas religiosas.

Neste sentido, percebemos que constituir-se enquanto identidades de gênero masculino ou feminino é um processo subjetivo, sobretudo, sociocultural (Louro, 1997/2008). Além disso, os valores culturais tidos como basicamente masculinos e femininos, se tornarão constitutivos e organizarão o perfil do homem e da mulher biologicamente e socialmente, e junto a isso se estabelecem as restrições, proibições e aprovações, um modelo consequentemente repassado ao longo das gerações, influenciando também na sexualidade enquanto aspecto subjetivo do sujeito social (Oliveira, Santos & Alves, 2013).

Em entrevista ao Cadernos Pagu com o título: *Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento*, Berenice afirma que: “[...] ninguém tem ‘gênero’. Fazemos gênero o tempo inteiro, somos fazedores de gênero” (Bento, 2014, p. 479). Para ela, também há a evidência da construção social dos gêneros masculino e o feminino, ela diz que “[...] devemos lutar pela abolição do gênero, esvaziá-lo do seu caráter opressor” (Bento, 2014, p. 483). Quando Berenice reflete sobre a abolição do gênero, propõe que fiquemos com a dimensão fluida; que não possui uma estrutura ou padrão, e suscita o combate às suposições criadas por um determinismo biológico para explicar nossa subjetividade; aquilo que nos é particular e/ou de como nos orientamos respectivamente ao gênero e a sexualidade — sem que haja padrões (Bento, 2014). Corroborando com Bento (2014), de acordo com o pensamento da filósofa estadunidense Judith Butler (2016), o gênero não é estável, é socialmente construído, e por último, para ela o gênero é uma performance. Se pode executar então vários papéis, livremente, pois não há um que seja ou possa ser fixo.

Conforme Santos Filho (2013), “a nossa atual sociedade ainda lida com as condutas sexuais pela ótica do sistema de gênero inteligível, aquele para o qual existe uma sexualidade verdadeira, natural, divina: a heterossexualidade” (Santos Filho, 2013, p. 130). Para autor, a predominância do senso comum, o masculino e feminino carregam aspectos fixos desde o nascimento da pessoa,

e jamais mutáveis a partir da perceptível diferença de sexo biológico: o pênis e a vagina, constituindo assim o desejo e a prática sexual para o sexo e o gênero no qual se diferencia do seu, ou seja, homem e mulher e vice-versa. Para Foucault (2015), tal como antes e ainda hoje, as questões relativas ao gênero e à sexualidade se mostram no centro do controle social, de algum modo essas questões ganham novos contornos na sociedade de forma que se multiplicam novas instâncias discursivas e reguladoras da sexualidade humana, o que incide em novos dispositivos de controle das nossas condutas e práticas.

## **Gênero e violência: um contraponto possível**

Outro apontamento em gênero levanta a violência como uma questão expressiva a partir do contexto de violência contra a mulher praticada pelos homens. Portanto, gênero não está distante de processos de violência, e tem seu histórico desde o passado e com força relevante na contemporaneidade (Saffioti, 2015). A autora e socióloga brasileira Heleieth Saffioti (2015), na sua obra *Gênero patriarcal e violência* (2015), traz uma pesquisa sobre a violência contra as mulheres entre os anos 1990 a 2000. Sendo possível para a autora colher dados de crueldades de homens contra mulheres e discuti-las teoricamente tendo em vista um processo histórico (Saffioti, 2015).

Ainda que avanços legais na instância da lei brasileira tenham sido alcançados, tendo como exemplo a Lei Maria da Penha, não se pode esquecer que a realidade de violência contra as mulheres ainda é muito expressiva. E essa boa parte tem seu agravante ligado às camadas mais pobres onde se inserem as mulheres e também trabalhadoras<sup>3</sup> (Saffioti, 2015).

O fenômeno da violência de gênero pelo qual Saffioti (2015) se dispõe a desvelar seu lugar e prática a partir do patriarcal — uma categoria que estabelece a dominação de homens em função das mulheres. Ou seja, as desigualdades entre homens e mulheres demandam do patriarcal, e se reverbera na sociedade atual não mais como antes, para ela o patriarcal, assim como outros fenômenos sociais, tem ganhado uma nova roupagem, afirmando que “está em permanente transformação” (Saffioti, 2015, p. 48).

Neste sentido, Foucault (2015), considera que o dispositivo também se ocupa de reinventar-se nas relações sociais, ou seja, de reproduzir e produzir novos meios de ditar e assegurar os gestos e os comportamentos humanos. Outra construção social é a de que a figura do gênero feminino deve trazer características que se vinculam ao cuidado, à família e à função da maternidade, ao contrário do gênero masculino, que assume um papel social público de provedor e protetor da família (Giffin, 1994). Saffioti (2015) trabalhou em sua obra a proposta de desnaturalização dos fenômenos sociais construídos em torno da categoria de gênero, e contra a submissão de um sexo ao outro.

Concluindo as interfaces de gênero, torna-se evidente que mesmo havendo diferentes análises acerca da categoria gênero, há um campo de consenso nas discussões propostas, que é a de que o gênero é uma construção social do masculino e do feminino.

## **A sexualidade e o dispositivo**

Cada momento da expressão da sexualidade humana é marcado por

---

<sup>3</sup> Em linhas gerais, neste contexto é importante frisar que Saffioti ao fazer seu recorte de gênero não trabalha afincado na questão de raça (cor), seu foco está em torno do debate da violência de gênero, discutindo e relacionando a classe social onde se ligam estes fenômenos. Recomenda-se a leitura de sua obra para uma ampla compreensão.

---

sua história de vida, de modo que existe uma experiência sexual singular de cada pessoa que não pode ser ignorada, onde o gênero masculino ou feminino assumirá caminhos diferentes de acordo com a prática ou a experiência individual. Cada um de nós possui o direito de manifestar e elaborar de formas diferentes o modo como compreendemos a sexualidade, dado como a desenvolvemos durante o nosso percurso de vida. E as experiências, bem como a compreensão singular da sexualidade pode nos levar a manifestá-la de várias maneiras enquanto expressão ou prática. De algum modo, essa possibilidade produzirá medo, repulsa ou estranheza em algumas pessoas que possuem experiências e/ou crenças diferentes (Soares, 2019; Moraes, Carvalhaes & Peres, 2006; Oliveira, Santos & Alves, 2013).

Pela mesma razão, Michel Foucault (2015) não nos deixa sem uma análise fundamentada e relevante a qual cotidianamente ouvimos (ou proferimos) a respeito da nossa ou da sexualidade de alguém, assim ele nomeia essa prática de “discursos” ou “discursos de verdade” e, ainda, como já articulamos em outro momento, o “saber”, que como um dispositivo, visa igualmente regular a nossa sexualidade. Contudo, para Ribeiro (1999), Foucault não se preocupou com certa sociologia histórica que evidenciava a proibição da manifestação da sexualidade, mas sim da história política que produz a “verdade” ou as “verdades” sobre a sexualidade.

Assim, Foucault (2015), expõe que a sexualidade é “produto” nomeado; uma criação social, e, portanto, a sociedade é produtora de discursos de verdades que dão forma a nossa sexualidade, tudo isso sob as diversas formas do exercício político, seja por exemplo das administrações jurídicas ou doutrinas religiosas com o caráter de repressão ao sexo, o sexual, a sexualidade.

Neste sentido, verificamos que para Foucault (2015), os inúmeros discursos sobre a sexualidade humana, têm seu surgimento em um momento sócio histórico em instantes distintos com o objetivo de “normalizar” a sexualidade, colocando-a de acordo com a norma padrão da época; a heterossexualidade (tendo em vista a cultura ocidental), pois o controle à sexualidade só se daria então ao se controlar o corpo, o social e a política (Salles & Ceccarelli, 2010). Desse modo, para Salles e Ceccarelli (2010) “a sexualidade é uma construção, uma invenção, inseparável do discurso e do jogo de poder dentro dos quais ela é constituída e, ao mesmo tempo, se constitui” (Salles & Ceccarelli, 2010, p. 16).

Em conformidade com Foucault (2006; 2015), outra perspectiva aponta para o saber sobre a sexualidade ao qual “esse “saber”, verdadeiro dispositivo de controle do corpo, da vida social e política, foi sendo construído e apresentado como uma revelação e/ou como uma verdade” (Ceccarelli & Andrade, 2018, p. 234). Uma verdade que se remodela cotidianamente pela ordem religiosa, jurídica, médica e por vezes é de interesse do Estado (Ceccarelli & Andrade, 2018). Com esses apontamentos é importante que se faça a conexão entre gênero e sexualidade, pois efetivamente são “categorias” indissociáveis, comumente apresentadas com articulações confusas, isto é, discussões sociais e acadêmicas, ainda sem uma análise ou uma fundamentação abrangente (Louro, 1997).

Certamente, é observado que as propostas acerca do termo sexualidade são amplas, e a sexualidade algo dinâmico, que pode ao longo do tempo ser mutável. A sexualidade reúne, portanto, uma série de características, tais como: afeto, carinho, carências, impulso sexual, agressividade, modo de se vestir, preferência sexual, etc., todo esse conjunto de características é dado pelas nossas experiências, características essas que nos tornam únicos, particulares, subjetivos, e que igualmente constroem a nossa identidade sexual e de gênero, são, portanto, processos infundáveis ao longo de toda a vida (Louro, 2008).

Entretanto, a sexualidade tem na contemporaneidade a análise por uma perspectiva sócio histórica, em que fica mais evidente perceber que a sexualidade, tal como se mostra no passado e no presente tem sido alvo de dispositivos; de poder e saber que normatizam, regulam e construíram verdades. Além disso, a sexualidade é um fenômeno que se mostra como uma invenção social, histórica e discursiva.

Partiu-se em particular do contexto da civilização ocidental, não se esquecendo, que há uma construção social em outros contextos sociais e históricos como, por exemplo, no oriente. Isso nos mostra que cada civilização ao longo do tempo criou a sua forma sobre como o sexual e a sexualidade devem se manifestar, soma-se a isso, a nossa realidade social inteiramente construída (Salles & Ceccarelli, 2010; Berger & Luckmann, 2014). Portanto, para Foucault (2015), falar sobre a história da sexualidade ao longo do desenvolvimento da sociedade, é necessário considerar, sobretudo, o enfoque conceitual de uma história dos discursos.

### **Psicologia e dispositivos: reflexões em Michel Foucault**

Por último, e como proposta da nossa revisão de literatura veremos agora de que modo a psicologia se insere nesta discussão. Obviamente não deixamos mais claro no início este último passo, mas pretendemos aqui, colocar a psicologia como uma analítica do “*Status quo*” dos temas em questão, isto é, uma analítica do estado atual de como se apresenta o gênero e a sexualidade, tendo a psicologia como dispositivo analítico. Ou seja, a psicologia como uma ciência capaz de tornar claro ao sujeito conteúdos e realidades de aprisionamento, de possibilitar-lhes certa liberdade de um ou mais dispositivos de controle. Como o dispositivo engloba proposições científicas (lembrando que é heterogêneo para Foucault), eventualmente, a psicologia se insere para contribuir igualmente para as questões de gênero e sexualidade, ao passo que como uma ciência, corresponde por excelência à nossa subjetividade, pois na lógica proposta pelo dispositivo se fala de um saber, de uma verdade única desvelada sobre o sujeito (Cassal, Garcia & Bicalho, 2011).

Neste sentido, Foucault permite que possamos refletir o dispositivo por um limiar relativamente positivo, de modo que para ele “é o dispositivo que permite separar não o verdadeiro do falso, mas o inqualificável cientificamente do qualificável” (Foucault, 2006, p. 247). Nessa lógica, o que permite que algo seja apresentado como uma hipótese “verdadeira” relevantemente aprovado, considerável e confiável, é a ciência, que em todo o seu percurso sistemático e investigativo fará o distanciamento daquilo que é inqualificável; que não apresenta confiabilidade e nem é relevante, ou que não teve aprovação científica.

É a partir desse momento no qual Foucault (2006) reflete sobre mais uma característica dos dispositivos, o seu lado positivo, pelo qual é possível apresentar a psicologia como o dispositivo que permite fazer cientificamente o distanciamento do inqualificável que persiste socialmente nos discursos e nas práticas, já destacados em outro momento deste texto.

Assim, a psicologia como ciência e profissão, se apresenta como dispositivo produtor de saber que não deve determinar, enquadrar, nem sentenciar ou julgar, mas sim libertar dos vários dispositivos que exercem o inqualificável, o controle, o poder ou a verdade do sexo, das identidades sexuais e das identidades de gênero (Cassal, Garcia & Bicalho, 2011). Torna-se fun-

---

damental aos profissionais da psicologia, uma atenção a “que forças estamos potencializando, que políticas de subjetivação estamos movimentando, seja nos consultórios, nos movimentos sociais, ou nos artigos, dissertações e teses que escrevemos” (Cassal Garcia & Bicalho, 2011, p. 467). Para estes autores não há neutralidade nas práticas em psicologia, elas “produzem efeitos, que podem ser tanto de reprodução de modelos, que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização, quanto o de trabalhar no sentido de fortalecer tais produções” (Cassal, Garcia & Bicalho, 2011, p. 469).

A categoria de psicólogos e psicólogas (no Brasil) são constantemente convocados a responder as questões relativas à sexualidade ou mesmo ao gênero. Existem muitas formas de responder. Para Foucault (2015), a psicanálise trouxe sua marca quanto aos discursos sobre a sexualidade, ocorrendo não apenas no campo científico, mas nas falas informais do cotidiano e na variedade da produção midiática. Desse modo, os efeitos desses discursos fazem com que:

Alguns deles vão reafirmar as normas do dispositivo da sexualidade – que a relação sadia é marcada pela heterossexualidade, pela monogamia e pela finalidade reprodutiva, e a psicologia por vezes encontra respostas e justificativas naturalizantes para o dispositivo. E para aqueles que se encontram fora da norma heterossexual (heteronormatividade), especificamente, temos um complexo sistema punitivo (Cassal, Garcia & Bicalho, 211, p. 470).

Mas como tem respondido a psicologia diante de um complexo sistema de punição às identidades de gênero e sexuais? Qual tem sido sua posição diante dos dispositivos punitivos diante das particularidades das pessoas e dos modos de ser e existir no mundo? Para responder a essas indagações as resoluções Nº 1, de 29 de janeiro de 2018, e a Nº 001 de março de 1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) estabelecem normas para a atuação de psicólogas e psicólogos brasileiros, sendo que a primeira levanta uma posição clara em relação às identidades de gênero e a segunda sobre as identidades sexuais. As resoluções determinam que:

Art. 1º - As psicólogas e os psicólogos, em sua prática profissional, atuarão segundo os princípios éticos da profissão, contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão voltada à eliminação da transfobia e do preconceito [...];

Art. 3º - As psicólogas e os psicólogos, no exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante a discriminação [...];

Art. 4º - As psicólogas e os psicólogos, em sua prática profissional, não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminações [...];

Art. 6º - As psicólogas e os psicólogos, no âmbito de sua atuação profissional, não participarão de pronunciamentos,

inclusive nos meios de comunicação e internet, que legitimem ou reforcem o preconceito [...];

Art. 7º - As psicólogas e os psicólogos, no exercício profissional, não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização das pessoas transexuais e travestis.

Parágrafo único: As psicólogas e os psicólogos, na sua prática profissional, reconhecerão e legitimarão a autodeterminação das pessoas transexuais e travestis em relação às suas identidades de gênero (Resolução CFP, nº 1/18).

Já a resolução 01/99, determina que:

Art. 2º - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentaram comportamentos ou práticas homoeróticas.

Art. 3º - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

Art. 4º - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica (Resolução CFP, nº 01/99).

A partir dessas considerações, os estudos foucaultianos apontam para a necessidade de um desacomodar da ciência psicológica. Significa dizer que, por vezes como o dispositivo tem a estratégia dominante; a psicologia pode produzir discursos dominantes, e, portanto, essa ciência, deve sempre estar atenta aos seus discursos científicos e a sua ética em direção ao sujeito-objeto do seu estudo, para não produzir ou reproduzir práticas que alienam, normalizam, institucionalizam, determinam e ordenam os processos de subjetivação e o sujeito subjetivo (Hüning & Guareschi, 2014; Cavalcante, Silva, Gomes & Hüning, 2016).

Eis aí então, a Psicologia como o dispositivo que carrega a responsabilidade de não pactuar com o aprisionamento dos seres humanos, mas de desvencilhá-los, desprendê-los de elementos constitutivos que produzem o sofrimento. Enfim, trata-se de viabilizar e construir uma psicologia cada vez mais comprometida com a liberdade do sujeito e com a produção de qualidade de vida.

---

## Resultados e discussões

Utilizamos duas leituras de base, especificamente de Michel Foucault, destacadas na introdução. As duas obras são aportes que, circunscrevem a fundamentação teórico-metodológico desta revisão, para a análise das categorias em questão e das produções teóricas analisadas.

Foram utilizados 15 (quinze) artigos que coadunam com a perspectiva do conceito de dispositivo encontrados na base de dados: Google Acadêmico, sendo que deste número, 5 (cinco) também podem ser encontrados na base de dados SciELO – *Scientific Electronic Library Online*, com foco em periódicos nacionais, abordando especificamente a temática do conceito de dispositivo de Michel Foucault, o gênero, a sexualidade e a psicologia. Os 15 artigos foram selecionados para a leitura utilizando as palavras-chaves: gênero, sexualidade, foucault, psicologia. (Ex: na barra de pesquisa: “a sexualidade para foucault”; “foucault e a psicologia”; “dispositivo e sexualidade”). A adoção dos quinze estudos permitiu enriquecer nossa revisão integrativa de literatura, sendo possível associar a perspectiva teórica dos encontrados as literaturas de base, possibilitando atualizações ao “debate” proposto.

Dentre os 15 estudos, 5 (cinco) artigos abordam a temática de gênero relacionado ao conceito de dispositivo, outros 9 (nove) abordam a temática da sexualidade em consonância com o conceito de dispositivo, dentre estes: dois fazem contribuições teóricas relacionando a psicologia em análise do dispositivo.

Contou-se com duas resoluções do Conselho Federal de Psicologia – CFP, a 01/2018 que abordam a temática de gênero, e a 01/1999 sobre sexualidade. Outros estudos, fortaleceram os achados dispostos na tabela e abordam de modo geral: psicologia, gênero, sexualidade, dispositivo, construção social e subjetividade. Apenas três artigos nas áreas de: Enfermagem, Direito e Dança, discutiam o conceito em questão de forma empírica/prática, analisando e articulando as teorias da sexualidade. São os autores: Ribeiro, (1999), Soares (2019), Oliveira, Santos e Alves (2013), Paixão (2013). Estes autores debatiam pela mesma lógica, como a sexualidade ao longo dos anos esteve atrelada ao sistema da realidade construída numa perspectiva sócio histórica. Outro aspecto encontrado, diz respeito ao modo como essa construção se estende às práticas nas respectivas áreas, e a posição do gênero alocado a papéis socialmente construídos para o homem ou a mulher. Tal como a dança, que ao longo do tempo, estabeleceu-se como um lugar apenas do feminino.

Por fim, foram encontradas duas literaturas com reflexões que aproximavam à psicologia no âmbito de gênero e sexualidade em cunho Nacional. São elas dos autores: Cavalcante et al (2016) e Cassal, Garcia e Bicalho (2011). Eles abordaram de forma teórica e científica, como a psicologia enquanto ciência que se ocupa da subjetividade humana deve continuamente estar atenta aos seus documentos éticos e científicos, ao passo que pelo conceito de dispositivo, deve estar instrumentalizada como um campo de possibilidades, voltada para desnaturalizar práticas e discursos presentes em sistemas inteligíveis direcionadas às especificidades da sexualidade e do gênero.

Scott (1995), Bento (2014), Moraes, Carvalhaes e Peres (2006), Giffin (1994) e Torrão Filho (2005), discutem gênero pela perspectiva sócio histórica e colaboram para uma reflexão em Foucault (2015), ao desenvolverem apontamentos que revelam que os papéis de gênero são socialmente construídos em que os símbolos culturais da nossa realidade material, igualmente produziram discursos em direção aos sujeitos masculino e feminino; lhes atribuindo papéis distintos, que não devem se manifestar de maneira diferente do que lhes foi determinado.

Em consonância com os apontamentos teóricos, os autores Ceccarelli e Andrade (2018), Ferreirinha e Raitz (2010), Salles e Ceccarelli (2010), Soares (2019), e Santos Filho (2013), explanam que a sexualidade também se dá pela real materialidade das construções sociais, expondo que a contemporaneidade em larga escala, reproduz condutas paradigmáticas, mesmo no âmbito das diversas práticas profissionais, conforme destacado por Soares (2019), ainda se reproduz por vezes tais comportamentos e falas naturalistas, binárias e excludentes. E finalmente, bem como retrata Foucault (2015), onde para ele os discursos naturalistas (portado como um dispositivo) visam normatizar o sexo e a sexualidade, performances de gênero, e possivelmente toda a conduta humana.

## Considerações finais

Entende-se que tanto o gênero como a sexualidade, enquanto dispositivos, se pronunciaram ao longo da história através de discursos deterministas sobre o sujeito, corpo, práticas e manifestações de sexualidade. Com a finalização das leituras, foi possível perceber que os temas: gênero e sexualidade aparecem com significados distintos ao longo da história, segundo as diferentes vertentes de pensamento. Reiteramos o importante papel da Psicologia, enquanto um dos dispositivos da ciência, que tem se encarregado de exercer uma função reconhecida no que tange, ao enfrentamento das opressões e violências produzidas pelos atravessamentos em torno das questões de gênero e sexualidade no Brasil.

Neste sentido, salientamos que o conceito de dispositivo é um importante instrumento teórico-metodológico para fundamentar as discussões em torno das categorias de gênero, sexualidade, e a análise das proposições da psicologia no tocante aos elementos discutidos. O objetivo deste trabalho foi de apresentar, relacionar, e discutir o conceito de dispositivo de Michel Foucault (1926-1984), articulando às categorias: gênero, sexualidade, e a psicologia, como elementos norteadores que não perdem de vista ou/e não estão distantes das proposições do conceito em questão.

Tal proposta, ao trazer discussões em torno do conceito de dispositivo, pode contribuir para pensarmos criticamente a realidade cotidiana, muito imbricada por diferenciações que produzem desvantagens no modo como as pessoas são alocadas no tecido social. É importante frisar e nos atentarmos ao fato de que algumas produções acadêmicas, por não discutirem os conceitos a partir de um único prisma de significado, podem contribuir para o não atendimento das questões oriundas desta organização social das diferenças.

Salientamos que a universidade tem um papel importante no processo de comunicação com a comunidade, ultrapassando os limites de seus muros e acervos. Ela deve de maneira efetiva, possibilitar a desconstrução de preconceitos e quebrar paradigmas limitantes através da oferta de espaços que debatam o gênero e a sexualidade nos campos de ensino, pesquisa e extensão. Esta pesquisa pode servir como substrato, ainda que tímido, para propiciar consciência da realidade social, cultural e econômica na qual as desigualdades são produzidas. Portanto, seria importante que as pesquisadoras e pesquisadores, sujeitos de certo saber/poder, conseguissem pensar num processo de aproximação mais amistoso entre o saber científico e o popular, pois ainda estamos muito distantes de uma realidade em que os debates que giram em torno das violações do gênero e da sexualidade não sejam mais necessários. Por fim, ressaltamos que todos os achados acerca do conceito de dispositivo aqui mencionados, são de suma importância para reforçar a importância do

legado de “descontentamento” deixado pelo filósofo francês Michel Foucault, que tanto contribuiu e se faz tão atual no que tange aos questionamentos sobre a necessidade de pensar e agir sobre os processos de desnaturalização/

desconstrução de costumes, crenças e papéis que tanto oprimem e potencializam a permanência de desconfortos na vida contemporânea.

**Tabela 1. Artigos utilizados para fundamentação teórica do presente artigo.**

<b>Estudo</b>	<b>Foco do estudo</b>	<b>Concepção de dispositivo</b>	<b>Conclusão</b>
BENTO, B. (2014)	Gênero	Enfoque ao dispositivo de gênero.	Entrevista sobre a concepção de gênero como uma construção social
CAVALCANTE, L. et al (2016)	Psicologia	Enfoque à psicologia enquanto dispositivo	Michel Foucault e a história da psicologia e seu desenvolvimento no Brasil
CASSAL, L.C.B; GARCIA, A.M; BICALHO, P.P.P.G. (2011)	Psicologia, Dispositivo, Sexualidade	Utiliza para analisar a identidade sexual	Identidade sexual na Biopolítica e processos de criminalização na ótica do conceito de dispositivo
CECCARELLI, P; ANDRADE, E. (2018)	Sexual, Sexualidade, Contemporâneo	Utiliza para analisar a sexualidade	O sexual e a sexualidade em vista do conceito de dispositivo
FERREIRINHA, I; RAITZ, T. (2010)	Poder	Utiliza para analisar a concepção de poder enquanto dispositivo	Reflexão teórica sobre as relações de poder em Michel Foucault
GIFFIN, K. (1994)	Violência, Gênero, Sexualidade, Saúde	Enfoque em saúde enquanto dispositivo	Diferenças na violência de gênero na perspectiva da sexualidade, sobretudo no campo da saúde
MORAES, P; CARVALHAES, R.S; PERES, W.S. (2006)	Sexualidade, Gênero, Dispositivo	Utiliza para analisar gênero e sexualidade	Estudo sobre as categorias: gênero e sexualidade na perspectiva do conceito de dispositivo
OLIVEIRA, A; SANTOS, C.O; ALVES, M.P. (2013)	Dança, Corpo, Sexualidade	Enfoque em danças enquanto dispositivos	A dança, o corpo e a sexualidade como advindos de um processo de naturalização entre o que é do masculino e do feminino
PAIXÃO, H. (2013)	Moda, Saber, Poder	Utiliza para analisar a estética, o saber e o poder	Dissertação de mestrado: analisar pelo conceito de dispositivo quais poderes e saberes ditam os padrões da moda
RIBEIRO, M. (1999)	Sexualidade, Enfermagem	Utiliza para analisar a sexualidade no âmbito da saúde	A sexualidade em Michel Foucault como contribuição para a área da enfermagem no Brasil
SCOTT, J. (1995)	Gênero	Enfoque em gênero enquanto processo histórico entre dispositivos	Gênero visto de um ponto de vista histórico, constituído e mutável
SALLES, A; CECCARELLI, P. (2010)	Sexualidade	Utiliza para analisar a sexualidade	Discutir e relacionar a sexualidade na perspectiva de Michel Foucault
SOARES, D. (2019)	Homossexualidade, Direitos Humanos	Sem enfoque	Análise de estudos da homossexualidade e os direitos humanos para essa orientação no Brasil
SANTOS FILHO, I. (2013)	Sexualidade	Sem enfoque	A sexualidade como construção e mutável/volúvel
TORRÃO FILHO, A. (2005)	Gênero	Utiliza para analisar a concepção de gênero	Gênero na perspectiva do conceito de dispositivo e como construção social

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

---

## Referências

- Agamben, G. (2009). *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos.
- Berger, P.L & Luckmann, T. (2014). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento* (36. ed.), Petrópolis: Vozes.
- Butler, J. (2016). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (11. ed.), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Brasil. (2019). *Resolução CFP nº 1/2018*. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Brasil. (2019). *Resolução CFP nº 001/1999*. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Bento, B. (2014). *Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento*. Diego Madi Dias. Cadernos Pagu, Campinas, (43), 475-497.
- Cavalcante, L.M, Silva, A.K, Gomes, C.A.R & Huning, S. (2016). Foucault e a Psicologia no Brasil: interlocuções e novas perspectivas. *Revista Polis e Psique*, 6(2), 146-165.
- Cassal, L.C.B., Garcia, A.M & Bicalho, P.P.P.G. (2011). Psicologia e o dispositivo da sexualidade: biopolítica, identidades e processos de criminalização. *Psico*, 42(4), 465-473.
- Ceccarelli, P.R & Andrade, E.L. (2018). O sexual, a sexualidade e suas apresentações na atualidade. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 21(2), 229-250.
- Ferreirinha, I.M.N & Raitz, T. R. (2010). As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. *Revista de Administração Pública – RAP, Rio de Janeiro*, 44(2), 367-383.
- Foucault, M. (2015). *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Foucault, M. (2006). *Microfísica do poder*. 22. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Giffi, K. (1994). Violência de gênero, sexualidade e saúde. *Caderno de Saúde Pública*, 10(1), 146-155.
- Hüning, S.M & Guareschi, N.M.F. (2014). Efeito Foucault: desacomodar a psicologia. In: S.M. Hüning & N.M.F. Guareschi, (Orgs). et al. *Foucault e a Psicologia* (pp. 159-182). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Louro, G.L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- Louro, G.L. (2000). Pedagogias da sexualidade. In: G.L. Louro(Org), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (pp. 07-26) Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, G.L. (2008). Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Revista Pro-Posições, Campinas-SP*, 19(2), 17-23.
- Mendes, K.D.S, Silveira, R.C.C.P & Galvão, C.P. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Revista Texto Contexto Enfermagem*, 17(4), 758-764.
- Moraes, P.P., Carvalhaes, R.S & Peres, W.S. (2006). Do dispositivo das sexualidades ao dispositivo de gênero: um percurso de estudo. Recuperado de [http://www2.assis.unesp.br/encontrosdepsicologia/ANAIS\\_DO\\_XIX\\_ENCONTRO/114\\_PALOMA\\_PRISCILA\\_DE\\_MORAES.pdf](http://www2.assis.unesp.br/encontrosdepsicologia/ANAIS_DO_XIX_ENCONTRO/114_PALOMA_PRISCILA_DE_MORAES.pdf). em: 03 de jun. 2019.
- Oliveira, A.M., Santos, C.O & Alves, M.P. (2013). Corpo e sexualidade: os processos de normalização na dança. *Revista Cadernos UniFOA, Volta Redonda-RJ*, 8(1), 23-37.
- Paixão, H.P. (2013). *Saber, poder e sujeito no dispositivo da moda*. Dissertação (Mestrado em Linguística), Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Goiás.
- Ribeiro, M.O. (1999). A sexualidade segundo Michel Foucault: uma contribuição para a enfermagem. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 33(4), 358-363.
- Souza, M.T, Silva, M.D & Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, 8(1), 102-106.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação & Realidade, Porto Alegre*, 20(2), 71-99.
- Salles, A.C.T.C & Ceccarelli, P.R. (2010). A invenção da sexualidade. *Reverso, Belo Horizonte*, 32(60), 15-24.
- Soares, D.V. (2019). O estudo da orientação homossexual pensado nos direitos humanos e na sociedade brasileira. *Revista Bagoas, Rio Grande do Norte*, 13(20), 121-163.
- Santos Filho, I.I. (2013). Em tempos de sexualidade plástica, o item lexical “heteroafinidade”. *Revista Bagoas, Rio Grande do Norte*, 6(8), 126-146.
- Saffoti, H. (2015). *Gênero patriarcal e violência*. (2. ed). São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo.
- Santos, I.C., Lemos, F.C.S., Cardoso, W.R.S & Brito Neto, J.A. (2018). História, psicologia e política em Michel Foucault. In: O.L. Mattioli & M.F. Araújo, (Orgs). *Violência e relações de gênero: dez anos de publicações e pesquisas*. (pp. 49-62) Curitiba: CRV.
- Torrão Filho, A. (2005). Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos Pagu, Campinas-SP*, (24), 127-152.
- Weinmann, A.O. (2006). Dispositivo: um solo para a subjetivação. *Psicologia & Sociedade, São Paulo*, 18(3), 16-22.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.
-

## Comunicação de más notícias: um olhar da Psicologia

### *Delivering bad news: a look of Psychology*

**Malena Batecini Gobbi**<sup>1</sup>

**Resumo:** Considerando que a comunicação é uma ferramenta essencial nos Cuidados Paliativos, este estudo teórico teve por objetivo descrever a comunicação de más notícias no cenário dos Cuidados Paliativos, contextualizar os modelos de comunicação de más notícias e as dimensões da comunicação, levantar dificuldades percebidas pelos profissionais, bem como identificar intervenções psicológicas e treinamentos para comunicação de más notícias através de uma revisão de literatura. O Protocolo SPIKES e o Protocolo PACIENTE são instrumentos úteis e apropriados para a comunicação de más notícias. No entanto, algumas dificuldades se fazem presentes durante o processo da comunicação de más notícias, podendo trazer prejuízos para a relação terapêutica. Nesse sentido, a qualificação do profissional de saúde através da realização de treinamentos é fundamental. No que se refere aos sentimentos do paciente e de sua família, considera-se importante a atuação do psicólogo no processo da comunicação de más notícias.

Palavras-chave: Psicologia; Comunicação de más notícias; Cuidados paliativos.

### Introdução

A comunicação de uma má notícia é aquela que pode causar dano ou sofrimento para o paciente. É aquela que altera drástica e negativamente a percepção da pessoa sobre o seu futuro, geralmente causada por uma ruptura entre o desejo do paciente acerca da sua condição de saúde e seu prognóstico (Buckman, 1992). A comunicação de más notícias pode dizer respeito ao início de um tratamento de curto prazo, comunicação de uma doença crônica, porém

**Abstract:** Regarding that communication is an essential tool in Palliative Care, this theoretical study aimed to describe the Bad News Communication in the Palliative Care, contextualize models of Bad News Communication and aspects of communication, recognize difficulties perceived by health professionals, as well as identify psychological interventions and Bad News Communication training through a literature review. The SPIKES Protocol and the PATIENT Protocol are useful and appropriate tools for Bad News Communication. However, there are some difficulties during the process of Bad News Communication, that can bring damages for the therapeutic relationship. In this regard, the qualification of health professionals through training it is fundamental. In relation to the feelings of the patient and family, the psychologist's practice it is considered important in the process of Bad News Communication.

Keywords: Psychology; Bad news communication; Palliative care.

curativa, ou aquela que está associada à impossibilidade de cura, terminalidade e morte (Krieger, 2017). Quando não existe tratamento modificador da doença, diz-se que o paciente ingressa em Cuidados Paliativos. A comunicação da saída de um tratamento curativo para um tratamento paliativo, pode então ser compreendida como a comunicação de uma má notícia.

Cuidado Paliativo é uma abordagem que promove a qualidade de vida de pacientes e seus familiares que enfrentam doenças que ameacem a continuidade da vida, através da prevenção e alívio do sofrimento, de acordo

<sup>1</sup> Estudante de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) malenagobbi@gmail.com .

---

com a *World Health Organization* (WHO, 2002). Requer a identificação precoce, avaliação e tratamento da dor e outros problemas de natureza física, psicossocial e espiritual. Esta abordagem pode ser iniciada desde o diagnóstico de uma doença potencialmente mortal e não deve ser empregada exclusivamente como cuidados no fim de vida, segundo a Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP, 2012).

Existem protocolos no contexto da saúde para comunicar más notícias, que têm como objetivo instrumentalizar o profissional de saúde em um momento tão delicado, a comunicação de uma má notícia. O Protocolo SPIKES e o Protocolo PACIENTE são algumas das possibilidades que a literatura aponta como ferramentas de comunicação apropriadas e úteis neste contexto (Cruz & Rierall 2016; Pereira, Calôgeno, Lemonica, & Barros, 2017). “Ao comunicar notícias difíceis, é importante que o profissional mostre atenção, empatia e carinho com seu comportamento e sinais não verbais” (ANCP, 2012, p. 81). No entanto, conforme explica o Ministério da Saúde (MS) (Brasil, 2010), esta é uma tarefa para qual o profissional de saúde está pouco preparado, podendo apresentar dificuldades como, problemas na relação terapêutica e sofrimento de diferentes ordens para o paciente e para o profissional.

O presente artigo busca identificar como ocorre a comunicação de más notícias para pacientes que ingressam em Cuidados Paliativos oncológicos e quais intervenções psicológicas são possíveis neste contexto. Sendo esta uma prática que gera ansiedade e estresse no profissional de saúde, bem como impacta drasticamente e negativamente na vida do paciente, julga-se importante abordar questões relacionadas a modelos de comunicação de más notícias, bem como intervenções psicológicas neste contexto.

Identificar maneiras de comunicar más notícias em Cuidados Paliativos e treinamentos que têm sido realizados são válidos no sentido de contribuir para o desenvolvimento de melhores práticas de cuidado em saúde e estabelecimento de confiança entre profissional de saúde e paciente. A construção de modelos científicos para comunicar uma má notícia é fundamental para que esta comunicação ocorra de maneira adequada, alicerçada pela ética do cuidado e respeito pelo ser humano. No que se refere ao impacto emocional causado pela comunicação de más notícias ao paciente oncológico que ingressa em Cuidados Paliativos, considera-se essencial o trabalho da Psicologia.

Este artigo tem como objetivo descrever a comunicação de más notícias no cenário dos Cuidados Paliativos através de uma revisão de literatura. Para tanto buscou-se contextualizar modelos de comunicação de más notícias, caracterizar a dimensão verbal, não verbal e paraverbal da comunicação, identificar intervenções psicológicas, levantar dificuldades percebidas por profissionais da saúde, bem como identificar treinamentos para comunicação de más notícias para profissionais da saúde.

## Método

Esta pesquisa se configura como uma revisão bibliográfica sobre o tema comunicação de más notícias. Foram pesquisados artigos publicados em periódicos indexados nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), no período de 2014 a outubro de 2019, teses de mestrado no período de 2016 a outubro de 2019 e manuais de saúde de 2010 a outubro de 2019. Os descritores utilizados foram: comunicação de más notícias; comunicação de notícias difíceis; cuidados paliativos; terminalidade; câncer; *bad news*; *breaking bad news*; *palliative care*; *protocol*; e, *health communication*.

## Resultados

O Protocolo SPIKES é um instrumento de comunicação de más notícias composto por seis passos. O primeiro passo chama-se Preparando-se para o Encontro, e as questões relacionadas ao ambiente são importantes neste momento. Procura-se um ambiente calmo, livre de interrupções, sigiloso e sem mobília entre o profissional e o paciente, com intuito de não criar barreiras e distanciamento entre estes (Cruz & Rierall 2016). Revisitar às informações do histórico clínico e condição de saúde atual do paciente, bem como embasamento científico para estes dados são estratégias eficazes para o preparo do profissional (Brasil, 2010).

Percebendo o Paciente é o segundo passo, neste passo o profissional assume uma postura investigativa e curiosa quanto o entendimento do paciente sobre o que está acontecendo com ele. O terceiro passo é chamado de Convidar o Paciente para o Diálogo, ainda mantendo a postura investigativa anterior é preciso que o profissional identifique quanto o paciente quer saber sobre seu quadro de saúde atual. Se for do desejo do paciente não saber, é preciso que algum familiar receba as informações importantes (Brasil, 2010; Cruz & Rierall 2016).

Depois que todas essas questões foram exaustivamente investigadas tem-se início a Transmissão de Informações. Pode-se começar informando para o paciente que o que veio para comunicar não são boas notícias. É fundamental ajustar o vocabulário técnico a uma linguagem de fácil compreensão para o paciente e familiares. Quando se trata de uma doença que ameace a continuidade da vida é imprescindível que se evite frases como: “não tem mais nada que possamos fazer” (Brasil, 2010; Cruz & Rierall 2016).

O passo Expressando Emoções, convida o profissional a assumir uma postura empática, inicialmente oferecendo um espaço para o paciente expressar suas emoções. Respostas emocionais que podem acompanhar esse momento são: choro, choque e silêncio. O último passo é chamado de: Resumindo e Organizando Estratégias, sendo importante trazer segurança para o paciente, informando sobre as possibilidades de cuidados, sejam estas de tratamentos curativos ou de abordagens paliativas (Brasil, 2010; Cruz & Rierall 2016).

Outro instrumento que pode ser utilizado na comunicação de más notícias é o Protocolo PACIENTE. Este protocolo é uma adaptação do Protocolo SPIKES para a realidade brasileira. No Protocolo PACIENTE encontra-se o acréscimo de um passo em relação ao Protocolo SPIKES, intitulado de: Não Abandone o Paciente. Neste passo adicional é proposto que o profissional de saúde se responsabilize com o cuidado do paciente, seja qual for o desfecho final de saúde (Pereira et al., 2017). Este último passo é fundamental quando se pensa na abordagem de Cuidados Paliativos, onde tem-se um olhar para o sujeito em vez da doença e se pensa em estratégias de alívio de sintomas (ANCP, 2012). De forma que o ingresso em Cuidados Paliativos não deva ser entendido a partir da concepção de que não vai ser feito mais nada para o paciente, e sim como uma possibilidade do paciente ressignificar suas experiências de vida, em conformidade com a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG, 2015).

A comunicação no contexto dos Cuidados Paliativos é uma esfera importante do cuidado em saúde (Almeida & Garcia 2015). E por ser uma prática que gera repercussões emocionais importantes na vida do paciente (Calsavara, Comin, Scorsolini-Corsi, & Corsi 2019, p. 93), é percebida pelos profissionais de saúde como uma tarefa difícil de ser realizada (Carneiro, 2017). Embora os protocolos abordados neste artigo abordem as características do

---

*setting*, do vocabulário, do preparado do profissional quanto o conteúdo da comunicação como estratégias relevantes, a comunicação com pacientes em Cuidados Paliativos também perpassa habilidades relacionais de escuta, disponibilidade e empatia do profissional de saúde (ANCP, 2012).

A comunicação do ingresso em Cuidados Paliativos para um paciente ocorre gradualmente, ou seja, deve ser realizada progressivamente conforme a percepção e compreensão do paciente. É um processo onde o profissional deve estar disponível para repetir quanta vezes for necessário a informação, de forma pausada e clara. A utilização de perguntas abertas possibilitando a verbalização dos sentimentos é uma estratégia adequada para este momento (ANCP, 2012). Manter proximidade física, utilizando-se de toques nas mãos, ombros e braços, são alguns dos comportamentos não-verbais que estão envolvidos na comunicação de uma má notícia (Almeida & Garcia 2015). Dessa forma, a comunicação em Cuidados Paliativos tem o potencial produzir um cuidado integral, humanizado, acolhedor e capaz de reconhecer todas as esferas de sofrimento do ser humano (físico, psicológico, social e espiritual) (Alves et al., 2019).

Outro aspecto importante é o contato visual e a postura corporal do profissional, devendo este encontrar-se inclinado na direção do paciente e com braços descruzados indicando que está interessado em ouvir o que o paciente tem a comunicar (ANCP, 2012). E, em alguns momentos, manter o silêncio para garantir que o paciente tenha tempo para processar as informações (Alves et al., 2019). Sabe-se que para além do que foi comunicado, a forma que a comunicação se deu apresenta impacto emocional importante no processo de saúde dos pacientes e familiares (Bastos, Fonseca, Pereira, & Silva, 2016). Partindo deste entendimento, ao se comunicar uma má notícia é preciso que o profissional de saúde esteja atento não somente às informações que são fornecidas (dimensão verbal), mas como essas informações são fornecidas para o paciente (dimensão não verbal e para verbal).

A atuação da psicologia na comunicação de más notícias no contexto hospitalar pode acontecer em três momentos diferentes: a priori, a posteriori ou ainda durante o processo da comunicação da má notícia realizada pelo médico. Se o atendimento psicológico for realizado antes da comunicação de más notícias pode-se investigar quais são os sentimentos do paciente em relação ao seu quadro de saúde, bem como realizar discussão de caso com equipe de saúde visando compartilhar as impressões do paciente em relação ao seu adoecimento. A comunicação em Cuidados Paliativos é realizada por uma equipe multiprofissional (Almeida & Garcia 2015), de forma que o médico e psicólogo podem atuar lado a lado nesta comunicação. Quando o atendimento psicológico ocorre após a comunicação da má notícia a psicologia pode realizar intervenções que promovam o acolhimento e a validação dos sentimentos do paciente e da família. Dessa forma, por a comunicação em oncologia ter uma magnitude importante na vida do paciente é fundamental que o psicólogo participe do processo de comunicação (Aguiar, Gomes, Ulrich, & Mantuani, 2019).

Uma vez que a comunicação de uma doença é entendida como um momento de crise na dinâmica familiar do paciente (Fernandes & Horta, 2018), o trabalho do psicólogo (a) pode ser estendido para a rede de apoio do paciente (Calsavara et al., 2019), aspecto importante da abordagem de Cuidados Paliativos (ANCP, 2012). Considerando o risco que a doença oncológica oferece na continuidade da vida do paciente, compreende-se que após a comunicação tanto o paciente quanto os familiares podem iniciar um processo de luto antecipatório (Feldmann, 2016). Dessa forma, a escuta do

ser biográfico como intervenção psicológica apresenta indícios de ser uma técnica psicológica relevante neste contexto, uma vez que esta promove a ressignificação da vida diante do adoecimento (ANCP, 2012).

Um estudo realizado com médicos e enfermeiros sobre o processo da comunicação de más notícias indicou que discutir o fim de tratamentos curativos, falar sobre a recidiva da doença e convidar a rede de apoio do paciente para a comunicação são algumas das dificuldades percebidas na comunicação de más notícias (Pereira et al., 2017). Prognósticos não favoráveis e que indicam um desfecho negativo em saúde também são apontados na literatura como um aspecto difícil a ser comunicado (Calsavara et al., 2019).

Outro estudo realizado com estudantes de medicina mostrou que estes utilizam-se de estratégias defensivas frente a vivências de dor, morte e sofrimento de pacientes (Lerman, Fiore, & Blay, 2016). O que somado a uma carência na construção de habilidades interpessoais durante o processo de formação (ANCP, 2012), pode levar os profissionais de saúde a experimentar a comunicação de más notícias com um importante grau de sofrimento (Brasil, 2010). Assim, é fundamental que os profissionais de saúde estejam bem treinados e apresentem disponibilidade para garantir qualidade de vida para o paciente e sua família (Aguiar et al., 2019).

Uma vez que a forma como a comunicação da má notícia é realizada interfere na maneira que o paciente vai lidar com o seu adoecimento e nos recursos que este vai utilizar para o enfrentamento da doença (Krieger, 2017), a realização de treinamentos para a preparação dos profissionais de saúde para a comunicação de más notícias é fundamental (Garcia & Rabelo, 2015). A simulação realística é um tipo de treinamento que utiliza tecnologias (dispositivos robóticos e manequins) para a recriação de casos reais vivenciados nos contextos de saúde (Brasil, 2010). Esta tem como objetivo promover o desenvolvimento de habilidades técnicas, sociais e cognitivas no profissional de saúde (Lopes & Kaneko, 2019). *Role-Play* é uma das estratégias educativas baseada em simulação apontadas na literatura, esta requer um planejamento para a interpretação da cena, bem como a realização de exercício avaliativo durante o processo de desenvolvimento (Garcia & Rabelo, 2015). Para realização do *role-play*, os participantes atuam em papéis designados para interpretar a situação real, e após a atuação da cena é realizado o *debriefing*, reflexão crítica sobre a experiência que foi realizada (Sebold, Boell, Fermo, Gironi, & Santos, 2018).

## Considerações finais

A comunicação em Cuidados Paliativos não compreende um único momento de comunicação, isto é, implica em um processo, que deve ser realizado aos poucos, conforme a preparação e a compreensão do paciente sobre seu adoecimento (Gomes & Othero, 2016). Pelo impacto que a comunicação da transição de uma abordagem de cuidado curativa para o ingresso em uma abordagem paliativa provoca na vida de pacientes e seus familiares a atuação da Psicologia se faz fundamental (Aguiar et al., 2019).

Uma vez que as habilidades de comunicação são passíveis de treinamento, estas podem ser desenvolvidas pelo profissional de saúde a qualquer momento. Dessa forma, a realização de treinamentos, como *role-plays* tem demonstrado potencial importante na preparação e qualificação dos profissionais para a comunicação de más notícias (Garcia & Rabelo, 2015). Os protocolos SPIKES e PACIENTE são instrumentos que contribuem para a sistematização da comunicação de más notícias (Calsavara et al., 2019), no

entanto pela complexidade do processo de comunicação, outras variáveis que não são abordadas nestes protocolos devem ser consideradas.

A limitação do presente estudo refere-se a baixa produção científica na área que articula a psicologia e a comunicação de más notícias, bem como a psico-oncologia. Apesar do Protocolo SPIKES e o Protocolo PACIENTE apresentarem-se como instrumentos úteis e apropriados para a comunicação de más notícias (Cruz & Rierall 2016; Pereira et al., 2017), estes não são protocolos específicos para a comunicação em Cuidados Paliativos, dessa forma se faz necessário a construção de protocolos que abarquem as especificidades da comunicação no contexto dos Cuidados Paliativos oncológicos.

## Referências

- Aguiar, M. A. F., Gomes, P. A., Ulrich, R. A., & Mantuani, S. B. (2019). *Psico-oncologia: caminhos de cuidado*. São Paulo: Summus Editorial.
- Almeida, K. L. S., & Garcia, D. M. (2015). O uso de estratégias de comunicação em cuidados paliativos no Brasil: revisão integrativa. *Cogitare Enfermagem*, 20(4), 725-732. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v20i4.39509>
- Alves, A. M. P. M., Costa, S. F. G., Fernandes, M. A., Batista, P. S. S., Lopes, M. E. L., & Zaccara, A. A. L. (2019). Communication in palliative care: a bibliometric study. *Revista Online de Pesquisa Cuidado é Fundamental*, 11, 524-532. doi: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2019.v11i2.524-532>
- ANCP- Academia Nacional de Cuidados Paliativos. (2012). *Manual de cuidados paliativos* [Manual]. Recuperado em 12 de novembro, 2019, de <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/Manual-de-cuidados-paliativos-ANCP.pdf>.
- Bastos, B. R., Fonseca, A. C. G., Pereira, A. K. S., & Silva, L. C. S. (2016). Formação dos profissionais de saúde na comunicação de más notícias em cuidados paliativos oncológicos. *Revista Brasileira de Cancerologia*, 62(3), 263-266. Recuperado em 05 de novembro, 2019, de [http://www1.inca.gov.br/tbc/n\\_62/v03/pdf/10-artigo-opinio-formacao-dos-profissionais-de-saude-na-comunicacao-de-mas-noticias-em-cuidados-paliativos-oncologicos.pdf](http://www1.inca.gov.br/tbc/n_62/v03/pdf/10-artigo-opinio-formacao-dos-profissionais-de-saude-na-comunicacao-de-mas-noticias-em-cuidados-paliativos-oncologicos.pdf).
- Brasil. (2010). Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer - Ministério da Saúde. *Comunicação de notícias difíceis: compartilhando desafios na atenção à saúde*. Rio de Janeiro, RJ. Recuperado em 20 de outubro, 2019, de [http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/comunicacao\\_noticias\\_dificais.pdf](http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/comunicacao_noticias_dificais.pdf).
- Buckman, R. (1992). *How to break bad news: a guide for health care professionals*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Calsavara, V. J., Comin, F.S., Scorsolini-Corsi, F., & Corsi, C. A. C. (2019). A comunicação de más notícias em saúde: aproximações com a abordagem centrada na pessoa. *Phenomenological Studies, Revista da Abordagem Gestáltica*, XXV(1), 92-102. doi: 10.18065/RAG.2019v25.9
- Carneiro, A. C. M. S. (2017). *Comunicação de más notícias no serviço de urgência*. Dissertação de mestrado. Instituto politécnico de Viana do Castelo, IPVC, Portugal.
- Cruz, C.O., & Rierall, R. (2016). Comunicando más notícias: o protocolo SPIKES. *Diagn Tratamento*, 21(3), 106-108. doi: [http://docs.bvsalud.org/biblioref/2016/08/1365/rdt\\_v21n3\\_106-108.pdf](http://docs.bvsalud.org/biblioref/2016/08/1365/rdt_v21n3_106-108.pdf)
- Feldmann, M. P. (2016). *Comunicação de más notícias a pacientes em cuidados paliativos: um estudo exploratório das percepções de pacientes e familiares*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Medicina, UFRGS, Porto Alegre.
- Fernandes, H., & Horta, A. L. M. (2018). Família e crise: contribuições do pensamento sistêmico para o cuidado familiar. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71(2), 249-250. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2018710201>
- Garcia, V. R., & Rabelo, L. (2015). Role-play para o desenvolvimento de habilidades de comunicação e relacionais. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 39(4), 586-596. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-52712015v39n4e01052014>.
- Gomes, A. L. Z., & Othero, M. B. (2016). Cuidados paliativos. *Estudos Avançados*, 30(88), 155-166. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142016.30880011>
- Krieger, M. V. (2017). *Comunicação de más notícias em saúde: contribuições à discussão bioética através de uma nova ética das virtudes*. Dissertação de mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, ENSP, Rio de Janeiro.
- Lerman, T. G., Fiore, M. L. M., & Blay, S. L. (2016). O Significado de Saúde e Doença para o Aluno de Medicina ao longo da Graduação: Estudo Exploratório entre Alunos da Unifesp-EPM. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 40(4), 669-677. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-52712015v40n4e01472015>
- Lopes, M. H. B. M., & Kaneko, R. M. U. (2019). Cenário em simulação realística em saúde: o que é relevante para a sua elaboração? *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 53, 1-8. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1980-220X2018015703453>
- Pereira, C. R., Calôgeno, M. A. M., Lemonic, L., & Barros, G. A. M. (2017). The P-A-C-I-E-N-T-E protocol: an instrument for breaking bad news adapted to the Brazilian medical reality. *Revista da Associação Médica Brasileira*, 63(1), 43-49. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9282.63.01.43>
- SBG. Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. (2015). *Vamos falar de Cuidados Paliativos*. Brasil. Recuperado em 20 de outubro, 2019, de <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/05/vamos-falar-de-cuidados-paliativos-vers-o-online.pdf>
- Sebold, L. F., Boell, J. E. W., Fermo, V. C., Girondi, J. B. R., & Santos, J. L. G. (2018). Role-playing: estratégia de ensino que propicia reflexões sobre o cuidado de enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71(6), 2867-2873. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0733>
- WHO. World Health Organization (2002). *National cancer control programmes: policies and managerial guidelines*. Geneva. Recuperado em 08 de setembro, 2019, de <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42494/9241545577.pdf;jsessionid=0AE050A282817FDBEE921D6AAB6B0147?sequence=1>.

## Relações que protegem: efeitos do programa de qualidade de interação escolar

*Protective relationships: effects of the school interaction quality program*

**Thais Cristina Gutstein Nazar<sup>1</sup>, Graciane Barboza da Silva<sup>2</sup>, Beatriz Fatima Rigo<sup>3</sup>,  
Jaqueline Giraldi<sup>4</sup> e Heloisa Santolin da Silva<sup>5</sup>**

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo apresentar os efeitos de um programa de intervenção para qualidade da interação escolar (Gutstein Nazar & Weber, 2018). Participaram do estudo sete professores e trinta e quatro alunos do ensino fundamental anos iniciais (3º, 4º e 5º anos). O estudo foi composto por cinco etapas: divulgação do programa e período de inscrições, seleção e convite aos participantes, realização da coleta de dados inicial (pré-teste), aplicação do Programa de Qualidade de Interação Escolar (PQIE) e realização da coleta de dados após a intervenção (pós-teste). O instrumento de coleta de dados foi o Inventário de Estilo de Liderança Para Professores – IELP (Batista e Weber, 2015). Os dados de comparação identificaram redução da frequência do estilo negligente e aumento da frequência do estilo autoritativo e autoritário, havendo também redução da utilização de controle coercitivo. Os dados obtidos replicam estudos anteriores e levantam discussão da importância de programas de capacitação de professores como PQIE como fatores protetivos ao desenvolvimento acadêmico, pessoal e social dos escolares.

Palavras-chave: Qualidade de interação; Estilos de liderança; Desenvolvimento.

**Abstract:** This paper aims to present the effects of an intervention program for the quality of school interaction (Gutstein Nazar & Weber, 2018). Seven teachers and thirty-four elementary school students (3<sup>o</sup>, 4<sup>o</sup> and 5<sup>o</sup> years) took part in the study that consisted of five steps: advertising the program and the enrollment period, the selection and invitation of the participants, application of the School Interaction Quality Program (SIQP), intervention with the teachers and data collection after the intervention (post-test). The Inventory of Leadership Style for Teachers – IELP (Batista e Weber, 2015), answered by the students, was the data collection tool. Pre- and post-test comparison data identified a greater reduction in the frequency of neglectful style and an increase in the frequency of authoritative and authoritarian style, as well as a greater reduction in the use of coercive control. The gathered data reproduce previous studies and raise awareness on the importance of teacher training programs such as SIQP in protecting students' academic, personal and social development.

Keywords: Interaction quality; Leadership styles; Development.

<sup>1</sup> Psicóloga. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente e orientadora de Programa de Iniciação Científica (PIC/PIBIC) na Universidade Paranaense (UNIPAR). email: thaiscg@prof.unipar.br

<sup>2</sup> Psicóloga. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Centro Oeste (UNIOESTE). Docente na Universidade Paranaense (UNIPAR). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de Ciências Empresariais y Sociales (UCES).

<sup>3</sup> Discente participante do PIC/Curso de Psicologia da Universidade Paranaense (UNIPAR)

<sup>4</sup> Discente participante do PIC/Curso de Psicologia da Universidade Paranaense (UNIPAR)

<sup>5</sup> Discente participante do PIC/Curso de Psicologia da Universidade Paranaense (UNIPAR)

---

## Introdução

A relação professor-aluno como variável presente no contexto escolar desperta questionamentos quanto a sua influência sobre o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos alunos. Skinner (1972) traz a noção do papel de destaque que o professor/a tem para o desenvolvimento não apenas do repertório acadêmico dos alunos, mas também de habilidades, valores e práticas culturais que serão vantajosas para o indivíduo e para a sociedade no futuro. Da mesma forma, Maturano et.al (2014) apresentam o professor/a como fonte de fatores de proteção ao desenvolvimento dos alunos, tendo como principal via para o alcance dessa possibilidade a relação professor-aluno.

Gutstein-Nazar e Weber (2018) salientam que a partir dos meios de atuação os professores em sala de aula podem gerar situações que são fatores protetivos ou fatores de risco para a criança. As autoras apontam que tais fatores podem influenciar tanto de aprendizagem quanto do desenvolvimento social, levando em consideração que a escola é a segunda instituição de socialização que o ser humano tem contato, logo após a família, corroborando com Skinner (1972) sobre a noção de papel do professor e da educação para além da transmissão dos conhecimentos historicamente acumulados, passando a transmitir valores e comportamentos que preconizam uma saudável convivência em sociedade.

Estudos já se ocuparam da investigação da relação professor-aluno, suas características/ processo envolvidos (Batista, 2013; Batista & Weber, 2015; Ignachewski & Batista, 2016), possíveis desdobramentos (Dias, 2016; Lemos & Batista, 2017) e até mesmo possibilidades de intervenção (Gutstein, 2018; Gutstein-Nazar & Weber, 2018; Gutstein-Nazar & Weber, 2019). Batista (2013) em sua tese de doutorado que posteriormente tornou-se livro (Batista & Weber, 2015) apresenta o modelo teórico do estilo de liderança para professores, uma forma de operacionalizar os comportamentos do professor que interferem na qualidade da interação com o aluno.

O modelo teórico dos Estilos de Liderança para Professores prevê três dimensões, a saber, exigência, responsividade e controle coercitivo, que em sua intersecção produzem os estilos de liderança. A dimensão de exigência corresponde aos comportamentos do professor que denotam estabelecimento de limites, regras, monitoria e expectativas de desempenho; A Responsividade por sua vez corresponde aos comportamentos do professor que envolve afetividade, cordialidade, apoio e cuidado; Por fim o Controle coercitivo corresponde aos comportamentos do professor que envolve produzir situações aversivas/negativas em sala de aula, tais como punições inadequadas e constantes ameaças (Batista, 2013; Batista & Weber, 2015).

A partir do modelo teórico de Batista e Weber (2015) quatro estilos de liderança são identificados a partir da interação das dimensões acima apresentadas, são eles o estilo autoritativo, autoritário, permissivo e negligente. O estilo autoritativo é aquele em que os professores equilibram a exigência e a responsividade, predominando as contingências positivas em sala, exigem obediência, têm regras, mas são abertos a trocas com os alunos, é considerado o melhor estilo. No estilo autoritário há predominância de exigência e baixa responsividade, são autoritários, buscam a obediência dos alunos, e as contingências reforçadoras são negativas, não dando abertura aos alunos.

O estilo permissivo ocorre quando os professores têm baixa exigência e alta responsividade, não estabelecem regras, realizam os desejos dos alunos, fazendo com que as contingências reforçadoras positivas influenciem no comportamento inadequado; Por fim o estilo negligente é quando os professores

não são exigentes e responsivos, não estabelecem regras e não controlam o comportamento dos alunos não tendo também afetividade com os mesmos (Batista & Weber, 2015).

Dias (2016) desenvolveu um estudo que objetivou identificar como o estilo de liderança dos professores influencia o comportamento acadêmico dos alunos, um levantamento feito com 119 alunos e 8 professores do 4º ano de 3 escolas. Os resultados de Dias (2016) apontam a predominância do estilo autoritativo (37% da amostra) seguido pelo estilo negligente (31% da amostra) com menor frequência dos estilos autoritário (17% da amostra) e permissivo (15% da amostra). A autora identificou ainda que comportamentos dos alunos correspondentes à solicitação de interação com o professor são mais frequentes com os professores que apresentam o estilo autoritativo (Dias, 2016).

Em um estudo que objetivou investigar crenças de crianças e professoras sobre "o que é ser uma boa professora" Ignachewski e Batista (2016) coletaram dados com 83 alunos e professores do 5º ano de uma escola pública. As autoras identificaram que aspectos que denotavam responsividade tais como afeto, apoio, participação e qualidade na comunicação foram citados por professores e alunos como características pertencentes a "uma boa professora", sendo citado também aspectos relacionado à exigência como o estabelecimento de regras e limites, as autoras discutem a importância de se pensar as variáveis envolvidas na qualidade da interação professor-aluno argumentando que o esta pode constituir-se como fator de proteção para vulnerabilidades presentes no cotidiano dos alunos.

Lemos e Batista (2017) apresentam um estudo que investigou os variáveis estilos de liderança de professores e o autoconceito de crianças, em um estudo que contou com 124 alunos do 4º e 5º ano do ensino fundamental. As autoras identificaram também a predominância dos estilos autoritativo (48,3%) e negligente (27,4%), seguido por permissivo (20,2%) e autoritário (4,0%). No estudo também foram identificadas correlações entre responsividade e autoconceito familiar que influenciam na instalação e manutenção de comportamentos socialmente adequados; Correlação negativa entre controle coercitivo e autoconceito pessoal, em que quanto menor o controle coercitivo maior o autoconceito pessoal, identificando que a exposição a situações coercitivas influencia a forma com que a criança se percebe; Por fim a correlação negativa entre controle coercitivo e autoconceito pessoal, em que quanto maior o controle coercitivo menor o autoconceito pessoal, de modo que há interferências na forma com que a criança se vê diante de diferentes contextos de interação social (Lemos & Batista, 2017).

O estudo de Gutstein (2018), que se desdobrou em outros dois trabalhos (Gutstein-Nazar & Weber, 2018; Gutstein-Nazar & Weber, 2019) destaca-se por ser uma proposta de intervenção voltada para a qualidade da interação professor-aluno. Tais estudos apresentam os efeitos do Programa de Qualidade da Interação Escolar (PQIE), intervenção instrucional vivencial, baseada nos pressupostos filosóficos, teóricos e metodológicos da Análise do Comportamento, sendo uma adaptação ao contexto escolar do Programa de Qualidade da Interação Familiar de Weber, Salvador e Brandenburg (2005).

O PQIE desenvolve-se em dez encontros com temáticas específicas, sendo elas: 1. Sensibilização sobre o papel do professor enquanto influência sobre o comportamento do(a) aluno(a); 2. Noções sobre princípios do comportamento e da aprendizagem; 3. Análise do Comportamento e aprendizagem de regras - possíveis estressores; 4. Responsividade: relacionamento afetivo e envolvimento; 5. Exigência: consequências para comportamentos adequados

e inadequados; 6. Controle aversivo: consequências para o comportamento inadequado; 7. Análise funcional e modificação de comportamentos; 8. Habilidades sociais educativas; 9. Estilos de liderança do professor; 10. Síntese e encerramento (Gutstein, 2018; Gutstein-Nazar & Weber, 2019).

O estudo que deu origem ao PQIE contou com a participação de 223 alunos e 14 professores e identificou a predominância do estilo negligente (47,52%), seguido pelo estilo autoritativo (26,24%), estilo autoritário (15,25) e permissivo (10,99%). Após a participação no PQIE foi identificado o aumento da percepção do estilo autoritativo e redução do estilo negligente (Gutstein, 2018; Gutstein-Nazar & Weber, 2018).

A partir dos estudos que investigaram a relação professor-aluno, da identificação da influência dessas interações ao desenvolvimento acadêmico, pessoal e social das crianças, bem como do potencial de transformação ao intervir sobre essa variável o presente estudo justifica-se. Entende-se que a investigação, sobretudo aplicada, encontra reverberação na possibilidade de multiplicação do cuidado e fatores protetivos que permeiam o contexto escolar. Com isso o objetivo do presente estudo é descrever os efeitos do Programa de Qualidade de Interação Escolar sobre os estilos de liderança dos professores em sala de aula, a partir do protocolo de intervenção do Programa de Qualidade da Interação Escolar- PQIE (Gutstein, 2018; Gutstein-Nazar & Weber, 2019).

## Método

Trata-se de um estudo quantitativo que busca medir os impactos de uma intervenção com professores por meio do Programa de Qualidade da Interação Escolar- PQIE. O PQIE foi desenvolvido, avaliado e validado por Gutstein- Nazar (2018) sendo considerado um programa de intervenção baseado em evidências (Gutstein-Nazar & Weber, 2019; Gutstein-Nazar & Weber, 2020). Abaixo estão descritos os aspectos metodológicos do estudo.

Os encontros ocorreram semanalmente em um Serviço/Clínica- Escola, na sala de atendimento de grupo de uma universidade particular do Paraná. A pesquisa realizada contou com a participação de sete professores e seus respectivos alunos (n= 32 alunos), selecionados por conveniência de um total de 30 inscrições realizadas após divulgação da proposta de intervenção em redes sociais.

O critério de inclusão dos participantes foi serem professores regentes do 3º, 4º e 5º ano do ensino fundamental, da rede pública ou particular de ensino, já os alunos foram incluídos tendo como critério a assinatura dos responsáveis legais no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE. A amostra de professores foi composta por 85,7% (n=6) dos participantes do gênero feminino e 14,3% (n=1) dos participantes do gênero masculino, com idade entre 21 a 51 anos, e a amostra de alunos foi composta por 32 estudantes do 3º, 4º e 5º ano do ensino fundamental da rede pública de ensino de uma cidade do Paraná, com idade entre 8 e 10 anos.

A coleta de dados do pré e pós-teste deu-se pelo Inventário de estilos de liderança para professores - IELP, instrumento desenvolvido por Batista e Weber (2015), cujo os parâmetros psicométricos demonstram validade e precisão, sendo a amostra normativa composta de estudantes do 3º ao 5º ano do ensino fundamental de instituições públicas e particulares. O IELP é composto de 56 afirmativas respondidas em uma escala de três pontos (nunca ou quase nunca, às vezes, sempre ou quase sempre), em que os alunos respondem sobre os comportamentos do professor/a em sala de aula por meio

de escalas de responsividade, exigência e controle coercitivo.

O estudo desdobrou-se em cinco etapas, a saber, divulgação do programa e período de inscrições, seleção e convite aos participantes, realização da coleta de dados iniciais doravante pré-teste, aplicação do programa de intervenção (Gutstein, 2018) e realização da coleta de dados após a intervenção doravante do pós-teste, que ocorreram no intervalo de dois meses e meio.

Os encontros aconteceram semanalmente, em um serviço-escola de psicologia de uma universidade, com duração média de 2 horas. Foram realizados 11 encontros sendo que o primeiro uma breve explicação dos encontros e coleta de dados iniciais. Os demais encontros foram realizados com base no PQIE de Gutstein-Nazar (2018) e tiveram como temas: 1.Sensibilização sobre o papel do professor enquanto influência sobre o comportamento do(a) aluno(a); 2.Noções sobre princípios do comportamento e da aprendizagem; 3.Análise do Comportamento e aprendizagem de regras - possíveis estressores; 4.Responsividade: relacionamento afetivo e envolvimento; 5.Exigência: consequências para comportamentos adequados e inadequados; 6.Controle aversivo: consequências para o comportamento inadequado; 7.Análise funcional e modificação de comportamentos; 8.Habilidades sociais educativas; 9.Estilos de liderança do professor; 10.Síntese e encerramento do grupo de Qualidade na interação professor e aluno. Os encontros foram divididos em apresentação dos conteúdos e atividades vivenciais que proporcionam reflexão sobre o que estava sendo trabalhado

Seguiram-se os padrões éticos estabelecidos pela 466/2012, sendo a pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIPAR conforme o parecer: 3.146.331 e nº CAAE: 93703418.4.0000.0109. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livres e Esclarecido (TCLE), no caso dos participantes menores de idade o termo foi assinado por seus responsáveis legais.

A análise dos dados deu-se por meio da criação de um banco de dados no Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) e a partir disso, comparação das estatísticas descritivas antes e depois da intervenção.

## Resultados

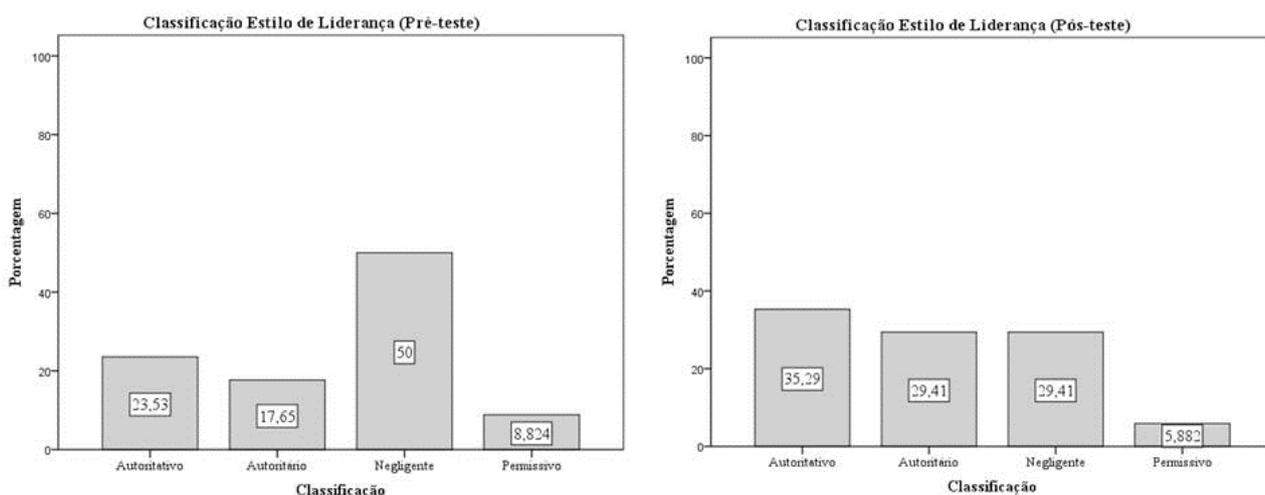
Trata-se de um estudo de ordem predominantemente quantitativa, e por assim ser os resultados serão avaliados em termos de comparação de frequências antes e após a intervenção. A figura 1 apresenta os resultados da classificação dos estilos de liderança dos estilos no pré-teste observa-se a predominância do estilo negligente percebido por 50% dos alunos, seguido pelo estilo autoritativo percebido por 23,53% dos alunos, estilo autoritário percebido por 17,65% dos alunos e por fim estilo permissivo percebido por 8,82% dos alunos.

Veja a Figura 1. Gráficos dos estilos de liderança (pré-teste e pós-teste).

Podem-se observar na figura 1 as alterações que ocorreram nos estilos de liderança após a intervenção, havendo com isso o aumento da percepção do estilo autoritativo para 35,29% da amostra, aumento também do estilo autoritário passando a 28,41% da amostra, redução do estilo negligente para 29,41% da amostra e redução também do estilo permissivo passando para 5,88% da amostra.

Identifica-se com esses dados as alterações no estilo autoritativo com um aumento da frequência em 11,76 pontos percentuais, estilo autoritário

Figura 1. Gráficos dos Estilos de Liderança (pré-teste e pós-teste).



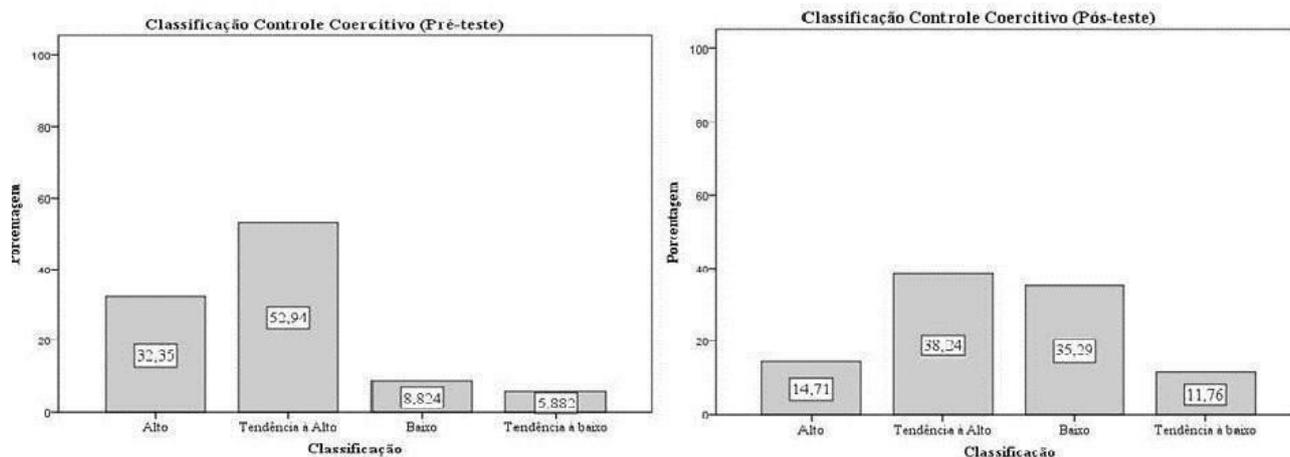
com um aumento frequência também de 11,76 pontos percentuais. Sobre as alterações de diminuição de frequência, observa-se a redução de 20,41 pontos percentuais no estilo negligente e de 3 pontos percentuais no estilo permissivo. Quando submetidos ao teste de Wilcoxon a comparação de tais resultados demonstram-se estatisticamente significativos ( $Z = -1,77$ ,  $p > 0,05$ ) ( $0,77$ ), em termos de declínios na frequência, ou seja, na redução do estilo negligente.

O aumento da frequência dos estilos autoritário e autoritativo, bem como a redução do estilo negligente, na percepção dos alunos, indica o aumento da presença de comportamentos do professor que denotam a dimensão de exigência. A dimensão de exigência envolve comportamentos como estabelecer e monitorar o cumprimento de regras, estabelecer expectativas de desempenho, acompanhar a realização das atividades.

O aumento da percepção do estilo autoritativo nos professores pelos alunos é indicativo do aumento também dos comportamentos dos professores relacionados à dimensão de responsividade. Dimensão de responsividade envolve comportamentos de apoio, envolvimento, cuidado e afetividade manifesto pelo interesse genuíno no aluno para além dos aspectos acadêmicos.

Quando analisados os dados do controle coercitivo do pré-teste identifica-se, conforme exposto na figura 2, a predominância da frequência *tendência à alto* percebida pelos alunos em 52,94% da amostra, seguida pela frequência *alta* percebida pelos alunos em 32,25% da amostra. As frequências *tendência a baixo* (5,88%) e *baixo* (8,82%) foram percebidas pelos alunos com menor frequência na amostra pesquisada.

Figura 2. Gráficos do Controle coercitivo (pré-teste e pós-teste)



Os dados do controle coercitivo no pós-teste expostos na figura 2 apresentam a redução da frequência alto passando a 14,71% da amostra, redução também da frequência *tendência à alto* passando a 38,24% da amostra. Percebeu-se também o aumento da frequência do controle coercitivo baixo passando a 35,29% da amostra, aumentando também o controle coercitivo

com "tendência a baixo" passando a 11,76% da amostra.

Observa-se nos dados a diminuição da frequência do controle coercitivo manifesto pela diferença da classificação "alto" em 17,64 pontos percentuais entre o pré e pós-teste, diminuição da classificação "tendência a alto" em 14,7

---

pontos percentuais. Houve o aumento da baixa frequência da utilização do controle coercitivo manifesto pela diferença de 26,41 pontos percentuais na classificação “baixo” e de 5,88 pontos percentuais na classificação tendência à baixo. Quando submetidos ao teste de Wilcoxon a comparação de tais resultados demonstram-se estatisticamente significativos ( $Z = -2,97$  e  $p < 0,05$ ) ( $0,03$ ), em termos de declínios na frequência, ou seja, na redução do controle coercitivo classificado como “alto” e “tendência à alto”.

Os dados do controle coercitivo indicam a alta predominância do uso de estratégias como castigos e punições intensas, xingamentos, gritos chegando até em humilhações e depreciações aos alunos, em adotadas pelos professores para lidar com as atitudes inadequadas dos alunos. A redução da percepção dos alunos do uso do controle coercitivo com frequência alto e tendência a alto e aumento da percepção do controle coercitivo como baixo indicam uma possível redução do uso das estratégias acima citadas.

## Discussão

A partir do estudo aqui proposto pode-se observar proximidade com achados de estudos anteriores, bem como pontos relevantes de discussão a respeito da relação professor-aluno, principalmente quanto ao papel do professor como fator de proteção ao desenvolvimento de seus alunos. Os dados serão aqui discutidos em comparação e relação com o que a literatura sobre a área que trabalharam com a mesma variável, instrumentos e/ ou público alvo semelhante aos participantes do presente estudo.

Sobre os dados dos estilos de liderança observaram-se mudanças percentualmente elevadas na diminuição da frequência do estilo negligente e no aumento da frequência dos estilos autoritário e autoritativo. Os dados referentes à diminuição do estilo negligente e aumento do estilo autoritativo replicam os resultados obtidos por Gutstein (2018) no estudo que adaptou e avaliou o PQIE, a autora identificou que de 47,52% da amostra que percebiam os professores como negligentes passou a 35,16%, que 26,24% a amostra que percebiam os professores como autoritativos passou a 39,06%.

Gutstein-Nazar e Weber (2018) apontam como preocupante a presença em percentuais elevados do estilo negligente, uma vez que esse estilo configura-se como um fator de risco ao desenvolvimento do aluno. Uma vez entendido que a dimensão de responsividade em resumo aponta para os comportamentos do professor que manifestam sua atenção e o atendimento das necessidades do aluno, e a dimensão de exigência corresponde aos comportamentos do professor que denotam preparar o aluno para a convivência em sociedade, no estilo negligente há baixos índices de ambas as dimensões responsividade.

Batista e Weber (2015) ao descrever o estilo negligente envolve a ausência de afetividade bem como de regras e limites, bem como a falta de consequências aos comportamentos dos alunos sejam esses comportamentos considerados adequados ou inadequados. Ao falar sobre o estilo negligente as autoras apontam que a relação professor aluno pode também ser fonte de fatores de risco em seus aspectos acadêmicos, pessoais e sociais, o que posteriormente é corroborado com os estudos de Dias (2016) e Batista e Lemos (2017).

Dias (2016) justifica os índices de estilo negligente encontrados em seu estudo refletindo sobre as condições de sala de aula que em geral são

muito cheias e dificultam que o professor consiga atender as demandas dos indivíduos. Além disso a autora salienta que tal contexto também dificulta a manutenção da consistência no estabelecimento de regras e monitoria.

Batista e Lemos (2017) refletem sobre as implicações da baixa exigência presente no estilo negligente, pontuando que tal defasagem no estabelecimento de regras e limites pode ser prejudicial na inserção dos indivíduos nos diversos contextos da sociedade. Tal dinâmica, baixos índices ou ausência de exigência, poderá trazer como consequências o entendimento ao aluno de que seguir regras não é importante.

Reduzir a frequência do estilo negligente traz consigo elementos de impacto ao desenvolvimento dos indivíduos. Tais impactos se manifestem seja por meio da responsividade que auxilia no desenvolvimento relacional do indivíduo, seja por meio da exigência que reverbera em longo prazo no desenvolvimento de uma convivência social saudável para o indivíduo e para o grupo.

Possibilitar que os professores tomem consciência desses impactos e abrir espaço para a mudança desse cenário são objetivos trabalhados pelo PQIE. Nos encontros: 1 que trabalha a sensibilização sobre o papel do professor enquanto influência sobre o comportamento do(a) aluno(a), 4 que aborda a responsividade- relacionamento afetivo e envolvimento, 5 que trata da exigência- consequências para comportamentos adequados e inadequados e 9 que aborda os Estilos de liderança do professor (Gutstein, 2018; Gutstein-Nazar & Weber, 2019).

Observou-se o aumento da frequência do estilo autoritário ao comparar os dados pré e pós-intervenção, a hipótese é que parte dos alunos que identificavam seus professores negligentes migraram para a percepção autoritária. Batista e Weber (2015) apresentam o estilo autoritário como aquele que preconiza a exigência, deixando pouco espaço para a afetividade, participação e atenção às necessidades dos alunos. As autoras discutem ainda que tal estilo é produtor de comportamentos de fuga e esquiva de modo que os alunos comportam-se para evitar punições, suprimindo comportamentos inadequados apenas na presença do professor.

Sobre o estilo autoritativo que apresentou aumento de frequência após a intervenção, Batista e Weber (2015) apresentam esse estilo como aquele em que o professor apresenta responsividade e exigência de maneira equilibrada, sendo com isso fator de proteção ao desenvolvimento dos indivíduos. Gutstein Nazar e Weber (2018) corroboram essa noção, apontando o estilo autoritativo como o ideal uma vez que preconiza atender as necessidades do indivíduo ao mesmo tempo em que o prepara para conviver de maneira responsável e respeitosa em sociedade.

Dias (2016) em seu estudo identificou que o estilo autoritativo é favorecedor de comportamentos relacionados à interação. Para identificar esse dado a autora realizou observação e análise funcional dos comportamentos de interação professor-aluno e sala de aula, um dos exemplos de situações presenciadas e analisadas é a solicitação de auxílio do aluno ao professor, a realização de perguntas do aluno ao professor bem como solicitação de esclarecimentos sobre atividades.

Ainda sobre o estilo autoritativo o estudo de Ignachewski e Batista (2016) destacam em seus resultados que tal estilo é refletido nas crenças de professores e alunos sobre o que é ser uma boa professora. As autoras dão destaque aos aspectos da responsividade em que o envolvimento do professor

---

e sua postura de parceria é percebido pelos alunos como positivo, e que o equilíbrio de responsividade e exigência permeia também comportamentos valorizados pelo professores pesquisados.

Ignachewski e Batista (2016) apontam ainda os impactos do professor que em sua relação com os alunos equilibra afetividade, regras e limites. Tal postura além de ser percebida tanto pelos próprios professores como pelos alunos como reflexo de uma boa qualidade da relação entre ambos, se contrapõe a possíveis vulnerabilidades que os alunos possam vivenciar, ou seja, é um fator proteção concorrendo com os fatores de riscos a que os alunos estão expostos.

Refletir sobre os achados de Dias (2016) e Ignachewski e Batista (2016) permite estabelecer inferências sobre os possíveis impactos do PQIE, pensando que este é um programa de intervenção que tem mostrado potencial de transformação na qualidade da interação professor-aluno, auxiliando os professores a tornarem-se mais responsivos e exigentes. A partir dos dados e da discussão pode-se afirmar que o PQIE possibilita a redução de fatores de risco na escola, uma vez que produz a redução do uso do controle coercitivo bem como do estilo negligente, além de promover fatores de proteção ao aumentar a frequência do estilo autoritativo.

Os dados do controle coercitivo indicam alteração na frequência do uso de comportamentos denotados como controle coercitivo, passando após a intervenção haver o aumento das classificações baixo e tendência à baixo, esses resultados permitem inferir a possibilidade do PQIE de melhorar o clima de convivência escolar. Batista e Weber (2015) resgatam o termo controle coercitivo trabalhado por Sidman (2009), trazendo a noção do controle coercitivo como os comportamentos dos professores que buscam controlar as consequências dos comportamentos dos alunos por meio de punições e do reforçamento negativo, ou seja, envolvendo estímulos aversivos que são aqueles que provocam mal estar e desconforto.

Sidman (2009) argumenta sobre as desvantagens da utilização do controle coercitivo, dado destaque a punição e seus efeitos colaterais, apontando dois principais motivos para a não utilização exagerada e/ou frequente da punição, sendo elas a falsa suposição de que punir comportamentos inadequados pode ensinar comportamentos adequados e as raízes emocionais produto da utilização desse método. Em resumo o autor argumenta que punir o comportamento inadequado não ensina a comportar-se adequadamente, e que ser alvo de punições severas e intensas produz efeitos colaterais, tais como ansiedade, contracontrole e fuga.

Ao exemplificar o processo de fuga, que é a evitação de estímulos aversivos ou de contextos potencialmente aversivos, Sidman (2009) traz a desistência como uma possível consequência da fuga. Ao falar sobre o contexto escolar o autor aponta que o controle coercitivo ainda é uma das principais ferramentas utilizada por professores para conter comportamentos inadequados dos alunos, Sidman (2009) segue argumentando que a desistência como processo de fuga desencadeia comportamentos de pouca valorização do estudar, pouca motivação para o envolvimento nas atividades escolares e tendo como consequência mais extrema o abandono dos estudos em longo prazo.

A partir da diminuição da frequência do uso do controle coercitivo por meio da intervenção algumas reflexões são possíveis, a exemplo pode-se entender que a escola como fonte do uso indiscriminado e frequente de métodos aversivos pode tornar-se por si só um ambiente visto como aversivo e desconfortável processo que desencadeia as possíveis desistências. Da

mesma forma quando reduzido o uso indiscriminado e frequente da *aversividade* pode-se contribuir para o desenvolvimento de um ambiente escolar mais agradável, podendo-se até hipotetizar a prevenção à evasão escolar associada a uma forma menos coercitiva dos professores lidarem com os comportamentos dos alunos.

Outro ponto relevante sobre os dados de controle coercitivo é que a diminuição dessa prática sinaliza a prevenção de atos de violência em sala de aula. Skinner (1972) ao falar sobre sala de aula e as relações ali estabelecidas chama atenção de que o uso exclusivo de punições como forma do professor em lidar com o comportamento pode produzir uma escalada da violência, em que os alunos podem responder com aversividade ao professor e este tornar a punir de forma mais severa, ciclo que muitas vezes pode chegar a agressões cada vez mais intensas.

Ações ligeiramente aversivas do professor provocam reações que demandam medidas mais severas, às quais, por sua vez, os estudantes reagem ainda mais violentamente. A “escalada” pode continuar até que um dos lados se retire (os estudantes deixam a escola ou o professor demite-se) ou domine completamente (os estudantes estabelecem a anarquia ou o professor impõe uma disciplina despótica). (Skinner, 1972, p. 94)

Os achados de Lemos e Batista (2017) também permitem refletir sobre os impactos do controle coercitivo sobre o desenvolvimento pessoal e social das crianças/alunos a eles submetidos. A correlação negativa entre controle coercitivo e autoconceito pessoal identificado pelas autoras levou-as a hipotetizar a produção do clima negativo estabelecido pelo controle coercitivo agindo de modo a influenciar o como a criança se vê de maneira pessoal, explicando que, se a criança tem seu comportamento punido de forma inadequada, um ambiente com ameaças e um clima aversivo o modo de perceber-se no mundo é alterado (Lemos & Batista, 2017).

Ainda sobre o estudo de Lemos e Batista (2016) foram identificadas também correlações negativas entre controle coercitivo e autoconceito social, sendo discutido o impacto do controle coercitivo no ambiente de socialização que a escola constitui. Além de argumentarem que na relação professor-aluno os efeitos aversivos manifestam-se no cotidiano produzindo impactos da visão do indivíduo sobre si mesmo em interação nos diferentes contextos, levanta-se a hipótese de que capacitar os professores a diminuir a utilização do controle coercitivo em sala de aula poderia produzir uma percepção de maior eficiência pessoal e social nos alunos.

Gutstein Nazar e Weber (2018) observaram resultados semelhantes no que diz respeito ao controle coercitivo após a intervenção com o PQIE, havendo redução significativa da frequência do uso de estratégias aversivas após a intervenção. As autoras chamam atenção ao fato de que a Filosofia da Educação posiciona-se contra a utilização do controle coercitivo, no entanto a formação em termos práticos não cria condições para que se aprendam novas formas de lidar com o comportamento dos alunos, evidenciando com isso a importância de intervenções voltadas à capacitar os professores a adotar formas mais saudáveis e menos desgastantes à eles e aos alunos.

Os dados obtidos replicam estudos anteriores e levantam discussão da importância de programas de capacitação de professores como PQIE na

---

promoção de fatores protetivos ao desenvolvimento acadêmico, pessoal e social dos escolares. Pode-se refletir sobre a diminuição do uso indiscriminado do controle coercitivo e sua contribuição para o desenvolvimento de um ambiente escolar mais agradável, podendo-se até hipotetizar a prevenção à evasão escolar associada a uma forma menos coercitiva dos professores lidarem com os comportamentos dos alunos, hipótese que poderia ser mais bem investigada em pesquisas futuras com alunos que evadiram da escola.

Além disso, é possível também afirmar que a diminuição do uso de controle coercitivo pode prevenir atos de violência em sala de aula. Pode-se apontar como hipótese de possíveis impactos, como o que capacitar os professores a diminuírem a utilização do controle coercitivo em sala de aula pode produzir uma percepção de maior eficiência pessoal e social nos alunos.

Outro dado relevante é o aumento da frequência do estilo autoritativo após a intervenção, estilo considerado o ideal uma vez que preconiza atender e ficar sensível às necessidades do indivíduo ao mesmo tempo em que o prepara para conviver de maneira responsável e respeitosa em sociedade. Além disso, professores autoritativos produzem uma boa qualidade da relação com seus alunos, que por sua vez se contrapõe a possíveis vulnerabilidades que os alunos possam vivenciar, ou seja, é um fator proteção concorrendo com os fatores de riscos a que os alunos estão expostos.

Foi possível verificar também redução da frequência do estilo negligente que traz consigo elementos de impacto ao desenvolvimento dos indivíduos, seja por meio da responsividade que auxilia no desenvolvimento relacional do indivíduo, seja por meio da exigência que reverbera em longo prazo no desenvolvimento de uma convivência social saudável para o indivíduo e para o grupo. Possibilitar que os professores tomem consciência desses impactos e abrir espaço para a mudança desse cenário são objetivos trabalhados pelo PQIE, levantando a necessidade de intervenções tais como a proposta por esse programa, voltando-se a capacitar os professores de maneira a reduzir fatores de risco e aumentar fatores de proteção.

Estudos futuros podem ocupar-se da relação professor-aluno em diferentes faixas etárias, com amostras maiores, visto que uma das limitações do presente estudo é o número relativamente baixo de participantes. Consideram-se necessárias mais investigações envolvendo o protocolo PQIE para que seja possível considerar que tais resultados podem ser generalizados amplamente, sejam estudos de ampliação ou adaptação.

A ampliação do programa poderia abranger aspectos relacionados à manutenção dos resultados e mudanças positivas ainda mais significativas, ou até a intervenção sobre aspectos pessoais dos professores como o autoconhecimento e autocontrole variáveis que permeiam a relação destes com seus alunos. A adaptação poderia abranger outros períodos escolares, que por sua vez abarcam outros marcos do desenvolvimento dos alunos, podendo com isso produzir fatores de proteção por meio da atuação nos níveis promoção e prevenção para um desenvolvimento saudável aos estudantes. Cabe salientar que pesquisas de intervenção formam um cenário profícuo ao desenvolvimento científico e social, que quando pensado no contexto escolar encontram reverberação devido ao potencial de alcance dos indivíduos característico do sistema educacional.

## Referências

- Batista, Ana Priscila., & Weber, Lidia Natalia Drobrianskyj. (2015). *Professores e estilos de liderança: manual para identificá-los e modelo teórico para compreendê-los*. Curitiba: Juruá.
- Dias, Mariangela de Freitas. (2016). Estilos de liderança de professores e comportamento acadêmico dos alunos. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.
- Gutstein Nazar, Thais Cristina. (2018). *Programa de intervenção para qualidade na interação escolar para professores do ensino fundamental - anos iniciais*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.
- Gutstein Nazar, Thais Cristina., & Weber, Lidia Natalia Drobrianskyj. (2019). Programa de qualidade na interação professor-aluno (PQIPA): descrever para intervir. *International Journal of Developmental and Educational Psychology, INFAD Revista de Psicologia*, 1(1), 355-374. doi: <https://doi.org/10.17060/ijodaep.2019.n1.v2.1463>
- Gutstein Nazar, Thais Cristina., & Weber, Lidia Natalia Drobrianskyj. (2020) *Programa de qualidade da interação escolar para professores: anos iniciais*. Curitiba: Juruá.
- Ignachewski, Cynthia Laís., & Batista, Ana Priscila. (2016). Crenças de crianças e professoras sobre a "Boa professora". *Revista de Iniciação Científica - CESUMAR*, 18(2) 117-125. doi: <https://doi.org/10.17765/1518-1243.2016v-18n2p117-125>
- Lemos, Jéssica Michelis., & Batista, Ana Priscila. (2017). Relação entre autoconceito de crianças e estilos de liderança de professores. *Psicologia Escolar Educacional, Maringá*, 21(1), 53-63. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/2175-3539201702111069>
- Nazar, Thais Cristina Gutstein. & Weber, Lidia Natalia Drobrianskyj. (2018) Qualidade Na Interação Escolar: É Possível Melhorar O Clima Na Sala De Aula?, *International Journal of Developmental and Educational Psychology INFAD Revista de Psicologia*, 2(1), 177-186. doi: <https://doi.org/10.17060/ijodaep.2018.n1.v2.1207>
- Marturano, Edna Maria., Rizo, Luciana., Carla, Luciana, Fava, Débora Cristina. (2016) A fronteira da educação entre a família e a escola. In Fava, Débora Cristina (Org). *Prática da Psicologia na Escola: introduzindo a abordagem cognitivo-comportamental* (pp.85-99). Belo Horizonte: Artesã.
- Sidman, Murray. (2009). *Coerção e suas Implicações*. Livro Pleno.
- Skinner, Burrhus Frederick.(1972). *Tecnologia do ensino*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.

## A razão/desrazão no alienista: um ensaio em literatura e psicanálise

*Reason/unreason in alienist: an essay in literature and psychoanalysis*

**Camila Backes dos Santos<sup>1</sup> e Lisiane Machado de Oliveira Menegotto<sup>2</sup>**

**Resumo:** O artigo propõe-se a discutir a ficção como um importante dispositivo/analizador que lança perguntas fundamentais ao campo da psicanálise. Através da análise do conto “O alienista”, de Machado de Assis, problematiza as classificações dos ditos transtornos mentais – o DSM – e a consequente fábrica de fármacos, como uma forma de redução e submissão do sujeito aos saberes ditos científicos. Simão Bacamarte surge como a figura que carrega uma visão binária e superficial sobre os caminhos da razão e da desrazão, o que se define aqui pela opção linguageira de *dualismo chapado*. O personagem é tomado de uma lógica paranóica ao deparar-se com as incertezas acerca da loucura, sua e do outro. O trabalho tem como objetivo, dessa forma, estabelecer uma relação entre tal característica do personagem e o conceito de fita moebiana para a psicanálise, que nos permitiu também estabelecer o que seria uma “vertigem de completude”. O conto é uma obra que atravessa os tempos e produz inquietações sobre o que se acredita como certeza no campo da cientificidade. Nessa perspectiva, cabe parafrasear o autor: “Se as linhas de definição entre a razão e a desrazão estão perfeitamente delimitadas, para que transpor a cerca?”

Palavras-chave: Alienista; Psicanálise; Machado de Assis.

**Abstract:** The following article proposes to discuss fiction as an important device/analyzer that raises fundamental questions within the field of psychoanalysis. Through the analysis of the short story “The alienist”, written by Machado de Assis, problematizes the classifications of said mental disorders – the DSM – and the consequent pharmaceutical industry, as a way of reducing and submitting the subject to the so-called scientific knowledge. Simão Bacamarte emerges as a figure that carries a binary and superficial insight of the paths of reason and unreason, which is defined here by the language option of flat dualism. The character is taken by a paranoid logic when faced with the uncertainties regarding madness, both his own and other’s. This study aims, therefore, to establish a relationship between this characteristic of the character and the concept of Moebian tape for psychoanalysis, which also allowed us to establish what would be a “vertigo of completeness”. The short story is a work that crosses the times and produces concerns about what is believed to be a certainty in the scientific field. In this perspective, it is appropriate to paraphrase the author: “If the lines of definition between reason and unreason are perfectly delimited, why go over the fence?”

Keywords: Alienist; Psychoanalysis; Machado de Assis.

<sup>1</sup> Pós-doutoranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Feevale. Doutora em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. E-mail: camibackes@gmail.com .

<sup>2</sup> Mestre e Doutora em Psicologia do Desenvolvimento (UFRGS), professora do PPG em Diversidade Cultural e Inclusão Social e do Mestrado em Psicologia e do Curso de Psicologia da Universidade Feevale. E-mail: lisianeoliveira@feevale.br .

---

## Introdução

O conto “O alienista”, de Machado de Assis, foi publicado pela primeira vez na revista *Papéis avulsos*, no ano de 1882. No início da história, o leitor é informado que as páginas a seguir contarão a história de Dr. Bacamarte, médico que vivera em Itaguaí em tempos remotos, filho da nobreza e o maior médico do Brasil, de Portugal e das Espanhas. O rei de Portugal, não conseguindo que o médico ficasse em Coimbra, regendo a universidade, faz com que ele acabe regressando ao Brasil. Diz Bacamarte à sua Majestade: “a ciência é meu emprego único, Itaguaí, o meu universo” (Assis, 1882–2008, p. 3). O alienista faz de Itaguaí sua residência, na qual passa a desenvolver seu método científico de estudos e aplicações de teorias para desenvolver e defender a sua tese. Entrega-se aos “estudos da alma” de forma visceral e religiosa. O casamento com Dona Evarista, “a viúva sem beleza que distraísse o médico de seus propósitos, mas com boas condições fisiológicas para trazer-lhe filhos” (Assis, 1882–2008, p. 3), não lhe trouxe nenhum, proporcionando ainda mais tempo e dedicação a seu intuito científico. “A ciência tem o inefável dom de curar todas as mágoas”, (Assis, 1882–2008, p. 9) diz o narrador, e, dessa forma, Simão entrega-se cada vez mais cegamente a seu projeto de delimitar a razão da desrazão.

Simão Bacamarte afirma que “a saúde da alma é a ocupação mais digna do médico” (Assis, 1882–2008, p. 4). Mas o que seria a saúde da alma? Machado, neste momento, estava em plena consonância com as dúvidas da época que cerceavam o individualismo nascente na modernidade. Neste momento, as perguntas giravam em torno do que podia a ciência e qual seria o seu lugar na teoria do conhecimento. Gledson (1998) afirma que “O alienista” é o lugar onde podemos procurar uma resposta às grandes questões de sua época, as quais retornarão na forma de novas perguntas. A ambição de Simão Bacamarte, diz o autor, leva-o muito além daquilo que convencionalmente chamamos de loucura: seu objetivo é uma análise da mente humana. Por isso, atenta-se ao fato de esta obra machadiana ser vista como um expoente fundamental para o estudo da relação entre razão e desrazão, uma vez que se os limites estão claramente demarcados, então por que transpor, cruzar esta cerca?

Os estudiosos das psicopatologias na atualidade apontam que existe uma ala da psiquiatria que sinaliza os “limites demarcados” e procura uma forma “clara” de classificação. “Uma racionalidade diagnóstica que se contenta com o que é redutível a modalidades regulares de sintomas tenderia a expandir esse conceito de tal modo que o reencontraria em toda forma de vida” (Dunker, 2005, p. 25). Opera-se, nesse sentido, num *furor sanandi*, apoiado pela indústria farmacêutica, que promete a eliminação e o fim do mal-estar como se fosse esse o caminho na direção da cura ou o segredo da felicidade. Para a psicanalista Maria Rita Kehl (2011), a classificação em forma de transtornos oferecida pelo DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) no campo da psiquiatria e em vigência nos sistemas de saúde “obstaculiza qualquer tentativa de abordagem metapsicológica desta forma epidêmica de sofrimento psíquico” (DSM, 2013 p. 107). No que concerne à escuta psicanalítica, “o que diferencia um sujeito do outro não é o maior ou menor conhecimento do objeto do desejo, mas o compromisso — ou não — com a condição desejante, através das escolhas de vida que representam o que mais importa para cada um” (Kehl, 2011, p. 108). A experiência do sofrimento psíquico e das paixões da alma, “colocadas numa lógica discursiva, foram substituídas de forma reducionista a uma coleção de comportamentos observáveis, à catalogação de agrupamentos de sintomas clínicos que falam por si” (Sibemberg, 2011, p. 94). O sujeito da psicanálise é justamente esse que

é irredutível, que circula em uma experiência única e por isso sua transmissão — a transmissão da experiência — é um desafio.

Na cidade de Itaguaí, “cada louco furioso era trancado em uma alcova, na própria casa e, não curado, mas descurado até que a morte vinha o desfraldar do benefício da vida, os mansos andavam à solta pela rua” (Assis, 1882–2008, p. 19). O filósofo francês Michael Foucault, no livro “História da loucura”, publicado originalmente em 1961, faz uma longa genealogia da loucura desde a época medieval. O autor faz uma contestação do internamento como única opção encontrada para lidar com a loucura e também questiona o domínio do poder médico-psiquiátrico na terapêutica da loucura. Em sua discussão sobre loucura e internamento, Foucault aponta que no final da idade média, por volta do século XV, o problema da lepra desaparece e, com isso, um vazio aparece no espaço do confinamento. Se toda a preocupação do poder real em torno do controle dos leprosos desapareceu, as reações de divisão e exclusão permaneceram. Na paisagem imaginária da Renascença, a nau dos loucos ocupava um espaço fundamental. Ela transportava tipos sociais que embarcavam em uma grande viagem simbólica em busca de fortuna e da revelação dos seus destinos e das suas verdades. Esses barcos faziam parte do cotidiano dos loucos, que eram expulsos das cidades e transportados para territórios distantes. Foucault vê, nessa circulação dos loucos, mais do que uma simples utilidade social, visando à segurança dos cidadãos e evitando que os loucos ficassem vagando dentro da cidade. Todo esse desejo de embarcar os loucos em navios simbolizava uma inquietude em relação à loucura no final da Idade Média. A partir do século XV, ela passa a assombrar a imaginação do homem ocidental e a exercer atração e fascínio sobre ele. O fascínio do homem pela loucura faz com que surja a necessidade de aprendê-la e assim formular um conhecimento que a torne compreensível. No conto “O alienista”, a paixão pela ciência de Simão Bacamarte foi a expressão do período iluminista, que acreditava nos poderes da razão para conquistar a liberdade e a felicidade. Sua formação médica ocorreu entre o fim do século XVIII e inícios do XIX quando teve início também a Revolução Francesa e o poder exercido pelo Imperador Napoleão Bonaparte. Para Slavutsky (2010, p. 3), existe uma analogia entre os nomes Bonaparte e Bacamarte, ambos fascinados pelo poder. Seguindo a história do nome alienista, o nome Simão tem a ver com símio, macaco e também com sim e não fazendo sinão, simnã, Simão. O jogo dos contrastes entre a ciência e a ignorância, a razão e a loucura, o médico e o monstro autoritário, o que ajudou os doentes que estavam relegados na vila e o que os prendeu para curá-los.

Pelo domínio da razão o homem pode evoluir e progredir indo aos poucos se aperfeiçoando. Mais atualmente, o que aprendemos com Canguilhem (1966) é que não há diagnóstico sem uma concepção determinada do que vem a ser patológico e normal, sendo que o primeiro não é a simples inversão do segundo. Diante disso, o artigo objetiva estabelecer uma relação entre a visão binária e superficial, característica do personagem principal Simão Bacamarte, através da opção linguageira de “dualismo chapado”, lançando mão, para isso, do conceito de fita moebiana para a psicanálise assim como o que nos permitiu refletir sobre “vertigem de completude” e o inclassificável.

### **O dualismo chapado de Simão e a torção da fita de Moebius**

Simão Bacamarte, ao encontrar-se com os loucos de Itaguaí, produz, através da tese que tenta desenvolver, uma defesa paranoica e passa a querer dividir a cidade entre os loucos e os não loucos. Para isso constrói um asilo que

chama de Casa Verde, por causa da cor das janelas, e passa a criar categorias e subcategorias de classificação dos ditos transtornos mentais para delimitar quem ficaria preso e quem ficaria solto. Não menos importante é destacar que, para Lanceti e Amarante (2006), "O alienista" é a primeira obra do saber médico-psiquiátrico, em que pese o fato de ser uma obra literária e não científica.

[...] os alienados foram alojados por classes. Fez-se uma galeria de modestos, isto é, dos loucos em quem predominavam esta perfeição moral; outra de tolerantes, outra de verídicos, outra de simplices, outra de leais, outra de magnânicos, outra de sagazes, outra de sinceros, etc. (Assis, 1882-2008, p. 43)

O dualismo chapado se refere justamente a este olhar que tudo divide, que só enxerga dois caminhos: a razão ou a desrazão. Cada louco deve ser enquadrado em um sistema classificatório e então levado à Casa Verde. O dual não admite arestas, dobras ou falhas. No chapado tudo vira categoria, tudo deve se encaixar em um lugar de nomeação, não existe espaço para o duvidoso, ou para uma verdade do sujeito, tudo é uma redução das modalidades de sofrimento. O dual e chapado apenas permite uma distribuição binária, não opera com as profundidades da/na superfície. O encontro de Simão com este outro da loucura nos remete ao sentimento de *Unheimlich* freudiano<sup>3</sup>, onde o que aparece mais estranho a cada um pode ser a expressão do mais íntimo, porém afastado da consciência, sob o efeito do recalque. No conto de Machado de Assis, o personagem acaba, ao final da história, por reconhecer em si a única loucura e interna-se sozinho, vindo a falecer louco e solitário na Casa Verde.

Fechada a porta da Casa Verde, entregou-se ao estudo e à cura de si mesmo. Dizem os cronistas que ele morreu dali a dezessete meses, no mesmo estado em que entrou, sem ter podido alcançar nada. Alguns chegam ao ponto de conjecturar que nunca houve outro louco, além dele, em Itaguaí, mas esta opinião, fundada em um boato que correu desde que o alienista expirou, não tem outra prova senão o boato; e boato duvidoso, pois é atribuído ao Padre Lopes, que com tanto fogo realçara as qualidades do grande homem. Seja como for, efetuou-se o enterro com muita pompa e rara solenidade. (Assis, 1882-2008, p. 43)

O estranho/familiar opera em Simão Bacamarte na forma de uma visão dual e chapada, ou seja, ele não é capaz de transitar entre o dentro e o fora operando em uma torção entre os processos internos e externos. Para pensar o que vai além de uma visão dual e chapada, como a característica principal de Simão Bacamarte, podemos fazer um contraponto com o que Lacan utiliza em sua obra como a banda de Moebius, já que adentramos nesse momento no terreno das superfícies. Tal banda ou fita sugere a estrutura do inconsciente, sua superfície apresenta uma gama de fenômenos paradoxais<sup>4</sup>. Através

dessa análise de superfície podemos pensar no terreno da psicanálise e do inconsciente. Para o psicanalista Marc Darmon (1994, p. 11), o inconsciente coloca em evidência o problema da topologia, questão que permaneceu não resolvida em Freud. O termo que se refere à *psicologia das profundezas* não é satisfatório, pois sugere a imagem de uma superfície com partes inferiores e compromete a técnica psicanalítica diretamente com a vida da arqueologia. Freud, ao longo da formulação da primeira tópica, dedicou-se a pensar na técnica psicanalítica, na perspectiva de conscientizar o inconscientizado, de modo a trazer à tona ou à superfície o que estaria oculto nas profundezas. Mas, o estudo sobre as resistências mais adiante, quando começa a rascunhar a segunda tópica, o faz seguir por outro caminho. A formulação do conceito de compulsão à repetição foi o que provocou uma verdadeira torção na composição metapsicológica. O conceito foi, inicialmente, apresentado no texto "Repetir, recordar e elaborar", em 1914 (Freud, 1914-1996b). Mais tarde, em "Além do princípio do prazer", Freud (1920-1996a) consagra a tese de que a compulsão à repetição era um princípio que antecedia o princípio do prazer, sendo condição para que este passasse a vigorar. É partir dessa guinada na metapsicologia freudiana que a repetição passa a revelar o caráter inexorável da pulsão, como algo que se impõe e insiste. Dessa maneira, o inconsciente, que outrora era situado nas camadas profundas da geografia psíquica, passa a habitar a superfície do aparelho psíquico, na medida em que pulsa e escapa aos domínios da consciência, por meio de sonhos, lapsos, atos falhos, hesitações, sintomas, chistes e da própria transferência.

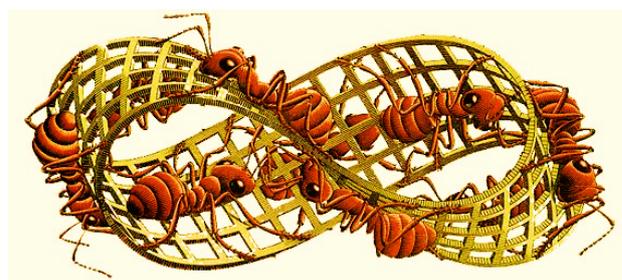


Figura 1. Fita de Moebius  
Fonte: <http://images.google.com.br>

A banda ou fita de Moebius é uma figura que pode ser também um objeto físico, o resultado de sua torção não é nada simples, pois contraria de muitas formas a expressão que temos de nossos objetos no cotidiano. O lado externo e interno, assim como o direito e avesso passam a operar em continuidade. O uso das duas faces, do "cara e coroa", fica invertido. Como mostra a figura acima, inspirada pelo desenho de Escher. Se uma formiga percorrer a fita, ao longo de uma volta estará no avesso do ponto de partida, e, na segunda volta estará novamente no ponto de partida, acabando por percorrer toda sua extensão. Pereira (2008, p. 19) salienta que é só o tempo que permite diferenciar o avesso do direito, pois eles estão separados apenas pelo tempo que leva para percorrer a fita.

A dimensão do tempo precisa fazer a entrada na dicotomia da fita, como por exemplo, na imagem acima, é necessário que a formiga complete o trajeto

<sup>3</sup> No conceito freudiano de "estranho", este remete a um encontro com o desconhecido, o *Unheimlich*, que é o sujeito para ele mesmo, nas diversas formas de aparição do estranho como seu duplo. O estranho não seria algo alheio ou novo, mas algo de há muito familiar. O texto freudiano *Das Unheimlich* (1919), fala de uma inquietante estranheza que diz de uma relação ao simbólico enfraquecida, uma irrupção do real em sua relação com o mal-estar.

<sup>4</sup> Para construir a fita basta tomar uma tira de papel e girá-la, através de uma operação de torção de 180 graus sobre si mesma.

---

para que noção da subversão da superfície surja. O tempo é que constitui a diferença entre as faces, isso porque a banda tem apenas uma face e uma borda. Para a autora, “a existência de uma margem única é essencial, pois que uma das definições topológicas da banda se apoia justamente sobre esse paradoxo” (Pereira, 2008, p. 19). Diferente da fita euclidiana (ou de dupla face) que tem “apenas” duas faces, duas bordas, dentro e fora, interno e externo, a banda de Moebius tem uma única margem ou borda, única face, não possui interno e externo, nem dentro e fora. A formiga da imagem está simultaneamente dentro e fora, ou ainda, nem dentro e nem fora. Do mesmo modo, o inconsciente não se encontra nem no interno do corpo, em algum espaço que poderia ser mapeado neurologicamente, e nem no externo – na língua, na sociedade, na realidade sensível.

A banda de Moebius faz parte de uma área maior de estudos que se chama topologia, que integra o campo de estudo da matemática. A topologia é a ciência que estuda o espaço e as suas propriedades, de modo que seu objeto de estudo é a noção de espaço e as relações que o estabelecem. Em 1861, Augusto Moebius descobriu esta figura e por isso ela se inscreveu na história sob seu nome: banda de Moebius. A banda faz uma subversão da análise das partes por trechos da fita e faz aparecer uma outra dimensão que não comporta o todo. O espaço moebiano acaba por produzir um efeito paradoxal que permite uma consideração muito direta à noção de estrutura formulada por Lacan. O psicanalista francês utilizou a topologia como uma prática (cortar, atar, dobrar), que pode fundamentar a própria prática com o inconsciente estruturado como uma linguagem. Na psicanálise existe uma clivagem entre saber e verdade. Sendo assim, um significante não é o mesmo quando faz parte da cadeia do discurso consciente ou da cadeia inconsciente. Isso ocorre de forma análoga à dupla inscrição topológica da banda. Podemos conceber a cadeia inconsciente no avesso da cadeia consciente (Pereira, 2008). A unilateralidade da superfície explica que as formações do inconsciente se produzem no discurso consciente sem transpor nenhuma borda, de modo que os lapsos e os esquecimentos se produzem no interior do discurso (Darmon citado por Pereira, 2008).

As formações do inconsciente surgem no discurso consciente sem atravessar nenhum limiar, como o trajeto da formiga inspirado no desenho de Escher. Tais trajetos possibilitam situarmos alguns espaços em particular como o funcionamento do sujeito na linguagem, por exemplo. Segundo Pereira (2008), podemos considerar o fato de que algo do movimento moebiano, do sujeito na linguagem comparece não só na fala, mas também na escrita. Dessa forma, pergunta a autora, porque não poderíamos recolher alguns de seus índices também na literatura? Em sua tese de doutorado, “O conto machadiano: uma experiência de vertigem – ficção e psicanálise”, propõe que a torção da fita moebiana serviria para pensar na estrutura do conto, onde faz uma passagem no geral da literatura para o particular do conto. Pergunta-se: não seria a passagem de uma concepção do binário para a estrutura subversiva de Moebius uma via fecunda para formularmos uma contribuição a mais no pensar sobre a estrutura do conto? Se pensarmos analogicamente, o protagonista do conto não faz essa torção na superfície do sim e não, do louco e não louco, ele fica apenas na fita euclidiana, apenas em um lado ou no outro, e não em um lado e no outro. A concepção binária em Simão Bacamarte é a condição que permite questionar as linhas de tensão do campo das classificações e do mal-estar acerca da razão/desrazão.

No segundo momento do conto, opera-se uma torção, o que a autora considera como uma característica típica da obra machadiana e que pode ser

relacionada à fita moebiana. A partir da leitura sobre as teses do argentino Ricardo Piglia (2004) sobre as formas do conto, defende a ideia de que a torção nos contos machadianos produzem um efeito de vertigem no leitor. A primeira tese de Piglia sugere que um conto conta sempre duas histórias. Nessa perspectiva, ele parte do exemplo de uma anedota tirada de um conto de Tchekov: “Um homem em Montecarlo vai ao cassino ganha um milhão, volta para casa, suicida-se.” Há uma descontinuidade abrupta na espera pela ordenação “jogar-perder-suicidar-se”. Sabemos que para a psicanálise, o sujeito se encontra sempre às voltas com o real, sendo o mal-estar um de seus indícios. Para Piglia (2004, p. 89) a forma do conto está condensada nesta contramão da previsibilidade, na descontinuidade. Essa cisão paradoxal seria “a chave para definir o caráter duplo da forma do conto, que trabalha a tensão entre as duas histórias sem nunca resolvê-las” (Piglia, 2004). A sua segunda tese propõe que o conto é um relato que encerra uma história secreta. Não se trata de um sentido oculto, mas de uma história contada de modo secreto através de um efeito de surpresa, relâmpago. É neste ponto que Pereira insere um “a mais” na forma da narrativa do conto. Este um além é a banda de Moebius, figura topológica utilizada por Lacan. A partir desta assunção entre o dual e chapado de Simão e a subversão da fita, ambos concernidos com a estrutura. Esta figura se mostra interessante para esta reflexão, pois salienta justamente o enigma, o funcionamento de algo que irrompe na estrutura, o que subverte a tranquilidade linear e polarizada. A banda de Moebius é o *et cetera* da classificação, é a ironia do conto, a forma de trabalhar através dos enigmas.

No conto, temos vários momentos de viradas, mas em nenhum momento uma rendição do personagem à sua alienação dual. As entradas e saídas da Casa Verde não operam em um sentido de uma cura, mas apenas em um vai e vem que só aumenta com os mandos e desmandos de Simão, o que são, as saídas frustradas encontradas pela cidade de Itaguaí, para lidar com o enigma da morte e da loucura. Simão morre convicto de suas verdades, louco e só, assim como a cidade de Itaguaí. E nem mesmo a passagem do tempo ao longo da narrativa, desde sua chegada em Itaguaí, recém formado, até o momento em que se vê só na Casa Verde operam a torção da visão dual e chapada do personagem. O tempo, o fator decisivo para a irrupção da torção da fita moebiana e também o elemento necessário para produção do chiste, não produz nada em Simão. A ironia no conto é o que representaria a possibilidade de um sujeito resultante da dúvida, da divisão. A dúvida, ao mesmo tempo que mantém ligados e fixados, suspende os limites entre interno e externo, sujeito e objeto, interpretação e ato. A ironia opera, dessa forma, ao lado do sujeito dividido. A operação de torção na narrativa do conto pode ser representada pelo recurso irônico característico da escrita de Machado de Assis, de modo a amalgamar o trágico e o cômico.

### **A vertigem da completude e o inclassificável na razão/desrazão**

Tal qual o conto nos surpreende com a torção e seu consequente efeito de vertigem no leitor como apontou Pereira (2008), podemos pensar que também o conto traz à luz uma “vertigem de completude”. O sim e o não de Simão evidenciam toda a dificuldade de transitar por aquilo que não cabe em uma ordenação. “O alienista” é um conto que, através da ironia, discute a questão do inclassificável. Machado de Assis mostra as dificuldades de apreensão de um saber, as tentativas frustradas do alienista de determinar as linhas que imagina delirantemente estarem tão bem demarcadas. O autor não

---

foi o único escritor a refletir sobre as ordenações e classificações, mas talvez o único a levá-las para o campo da saúde mental na história do internamento da loucura no Brasil e se apropriar tão sabiamente de um mal-estar sobre este momento histórico.

A psiquiatria moderna surge no final do século XIX, momento que o homem passa a se questionar sobre os destinos da desrazão. Durante a Primeira Guerra Mundial, surgem importantes avanços na área da psicométrica e da testagem psicológica como forma principalmente de selecionar os melhores soldados para a guerra e depois os melhores empregados para as indústrias. É assim que logo após a Segunda Guerra são classificados os primeiros transtornos mentais, divididos em retardos mentais e déficits de inteligência. Surge, então, o primeiro DSM em 1952, com 182 classificações de transtornos que compreendiam em boa parte casos clínicos representados por condições psicológicas como as neuroses (fóbica, obsessivo-compulsiva, depressiva, neurastênica, hipocondríaca ou de despersonalização) e as desordens de personalidade (paranoide, ciclotimia, esquizóide, explosiva, obsessiva-compulsiva, histérica, astênica, antissocial, passivo-agressiva, inadequada). Na quarta edição revisada do mesmo manual, editado em 1994, o número de transtornos subiu para 297. Ou seja, em 32 anos foram listados 115 novos transtornos, um aumento massivo de 63% de novas categorias diagnósticas. Na edição de 2013, o DSM-V, já contava com mais de 600 tipos de classificações dos transtornos mentais!

Machado de Assis, mesmo sem saber, faz uma ode ao *et cetera* da classificação. E o que isto quer dizer? Georges Perec, escritor e poeta francês que fez parte do Oulipo, um grupo que fazia experimentações com a forma da linguagem, desenvolve uma instigante teorização sobre os sistemas de classificação. Em “*penser/claser*” Evidencia “o quão tentador é o afã de distribuir o mundo inteiro segundo determinados códigos capazes de reger o conjunto dos fenômenos, embora saibamos que lamentavelmente não funciona, nunca funcionou, nunca funcionará” (Perec, 2003, p. 90). Perec reconhece o furor das classificações e trabalha literária e artisticamente na composição de sua crítica. Admitir tal instabilidade, no entanto, segundo Perec, “não nos impedirá que sigamos durante muito tempo classificando os animais pelo seu número ímpar de dedos ou por seus chifres ocos” (p. 90). A necessidade de classificar, agrupar, catalogar, agrupar etc. sempre acompanharam o nosso olhar para o mundo e são imperativos para nossa necessidade de fixar as ordens que nos permitem sobreviver ao caos da multiplicidade e da diversidade (Maciel, 2009, p. 17).

Perec (2003), em seu livro, faz um inventário de possíveis critérios taxonômicos (alguns bastante absurdos) para a organização de sua biblioteca. O autor lista e categoriza diferentes modos de disposição dos livros nas estantes, chegando à conclusão de que toda a biblioteca se organiza a partir de uma combinação de todos esses modos. O que, em sua conclusão, não garante uma classificação satisfatória de todos os volumes, visto que, segundo ele, “em torno de três-terços dos livros nunca foram realmente classificados” (Perec, 2003, p. 40).

Mas porque estes três-terços de livros nunca foram classificados? Podemos pensar que seja porque seriam difíceis de ordenar ou porque seriam impossíveis de classificar (Maciel, 2009, p. 17). Assim, o autor cria uma nova categoria para estes livros, a do *et cetera*. Tal categoria também foi usada por Jorge Luís Borges em seu famoso ensaio “O idioma analítico de John Wilkins”, no qual o escritor argentino propõe uma enciclopédia chinesa que classifica os animais do mundo em doze categorias insólitas e irônicas, ordenadas no esquema do abecedário, em que o *et cetera* se insere precisamente na categoria

L, vindo ainda não ao final da categorização, mas antes das últimas duas categorias, garantindo ainda mais estranhamento ao leitor (Borges, 1999). Assim, cabe aqui a seguinte pergunta: seria o *et cetera* o furo na classificação que rodeia todo o conto machadiano através do recurso irônico? Captar o conceito de ironia causaria mal-estar aqueles que tentassem lhe impor um núcleo unificador, pois muito mais que um recurso, a ironia é percebida como uma atitude. A ironia poderia até mesmo ser considerada mais radicalmente como a própria essência do ato literário. A ironia neste conto de Machado opera através da identificação que é produzida pelo leitor no momento que interpreta o texto que lê. Interpretar um texto é fundamentalmente poder identificar-se com ele em algum ponto, assim como na fita moebiana autor e leitor imiscuem-se. O valor da literatura está justamente na relação dialógica que ela proporciona por envolver o sujeito e as experiências que o constituem.

A ironia sugere, assim, como uma outra interpretação a partir da escolha pelo ponto de identificação do leitor. A identificação não se situa nem no autor nem no interlocutor, mas no terceiro ausente, é na produção da ausência que o chiste tem seu efeito. Freud, no texto sobre o chiste e sua relação com o inconsciente aponta este como resultante tanto do sentido sexual quando do agressivo. O chiste pressupõe três elementos: o autor do chiste, o interlocutor e um terceiro suposto (ausente) de quem o chiste trata. Assim, a ironia na produção machadiana aqui estudada atuou na produção de uma desestabilização das dualidades.

A vertigem da completude é, portanto, a tentativa (sempre fracassada) de ordenar o *et cetera* da classificação. O *et cetera* é a categoria que falta, que não faz a ordem com as demais, e seria por excelência a categoria que falta a todos os sistemas taxonômicos em geral? No conto machadiano encontramos um campo fértil para uma análise do mal-estar referente a uma busca inapreensível de um lugar de nomeação. O lugar que Simão busca desesperadamente ordenar é o inconsciente. E este lugar surge da subversão da fita, o personagem é dual e chapado e por isso não subverte o espaço, não há espaço para uma assunção do inconsciente na teoria da mente humana do alienista. O conto surge como um retrato caricatural dos limites da apreensão de um saber, uma trama na qual a representação da ciência acaba perdendo-se nas suas próprias certezas. Apreender aquilo que é inapreensível é o caminho mais curto para um lugar sem saída. Acompanhemos essa tese nas palavras de Machado de Assis, pela fala do Vigário Lopes: “Com a definição atual, que é a de todos os tempos, acrescentou, a loucura e a razão estão perfeitamente delimitadas. Sabe-se onde uma acaba e outra começa. Para que transpor a cerca?” (Assis, 1882-2008, p. 14). Ainda, segue o personagem Simão no conto:

O principal nesta minha obra da Casa Verde é estudar profundamente a loucura, os seus diversos graus, classificar-lhes os casos, descobrir enfim a causa do fenômeno e o remédio universal. Este é o mistério do meu coração. Creio que com isto presto um bom serviço à humanidade. (Assis, 1882-2008, p. 14)

Neste ponto, perguntamo-nos: o que aí nos interroga? E qual o estranhamento que tal trecho nos produz? É dessa forma, que, numa lógica que beira o absurdo, o personagem vai segmentando a razão da desrazão. Apontamos que Freud, ao incluir o conceito de inconsciente à sua abordagem, subverteu radicalmente a oposição normal e patológico. Talvez, pela dificuldade de enxergar aquilo que lhe é estranho e ao mesmo tempo familiar, o personagem, imbuído da lógica paranóica, torna-se um retrato daquilo que não aceita a

divisão, e, frente à condição do mal-estar, engendra um caminho sem lugar para dúvidas, situando-se num lugar de alienista/alienação.

Pergunta-se sobre este saber, sobre onde acaba e onde começa a razão humana. Seria possível traçar tal linha? Sem querer propor um diagnóstico ao nosso personagem Simão, pensamos na relação deste como análoga ao mal-estar referente ao ser no mundo. Sabemos que o campo da psicopatologia, na contemporaneidade ocidental, vem cada vez mais em direção à lógica de classificação dos ditos “transtornos mentais”, nos quais cada qual pode encontrar-se e ajustar-se a um quadro síndromico, descrito, mais recentemente, pela última versão do DSM, de 2013. Numa perspectiva positivista e biomédica, o DSM opera, não raras vezes, como um hegemônico e inexorável dispositivo de classificação e controle, reduzindo o sofrimento humano a uma concepção calcada na medicalização.

Assim, perguntamo-nos se seria essa busca por formas delimitadas de classificar a mente humana uma tentativa de traçar a linha para não ter que se haver com este imenso litoral que é a existência e a falta de verdades? Não à toa que recorremos à expressão litoral, uma vez que ela exprime um encontro sempre impreciso entre o mar e a areia.

### Considerações finais

Para Freud, a literatura faz parte obrigatória da formação do psicanalista porque está antecipa muitas vezes os achados clínicos, possuindo profundo conhecimento sobre o humano. Na releitura freudiana Lacan irá dizer que são os discursos os discursos que não ensinam a sofrer a amar e aborda muitas vezes a literatura clássica na sua obra. Acolhe-se aqui a ideia da ficção, dessa forma, como aquela que traduz o mal-estar das subjetividades e a forma que o humano engendra para lidar com a situação de desamparo, que lhe é inerente. Segundo Freud (1930), no texto “O mal-estar na cultura”, a posição de fragilidade estrutural do sujeito estaria relacionada a três causas: na relação do homem com a sua corporeidade, que tende à decadência pela passagem inevitável do tempo, nas ameaças imprevisíveis e impiedosas da natureza e, por fim, a causa da maior fragilidade do homem: os horrores gerados nas relações ambivalentes com os outros.

O sujeito é, assim, desamparado por vocação. Freud, nesse sentido, lança o sujeito num mundo sem Deus, neste, com efeito, nem mesmo a crença no ideal da felicidade — possibilitado pela ciência no discurso do Iluminismo — é reconhecida. Freud enuncia que a felicidade jamais poderia ser alcançada por uma fórmula universal — como teria preconizado o discurso da ciência, que prometeu bem-estar para todos — mas apenas de maneira singular, que seria possibilitada pela economia pulsional. Seria justamente por isso, aliás, que existiria o mal-estar na cultura. Para Freud, cultura é tudo aquilo que difere o homem da vida animal, é o controle do homem sobre a natureza, ou seja, é tudo aquilo que corresponde, na verdade, ao processo de modernização do social que se realizou no Ocidente desde então, de maneira que a ideia de um mal-estar na cultura deve ser interpretada como uma crítica à modernidade.

Diante do desamparo primordial que tange o sujeito, podemos pensar nos diferentes destinos que cada um engendra em sua experiência particular. Conseguir permanecer e suportar a dor provocada pela posição de desamparo é o grande desafio colocado para o sujeito em uma análise, por exemplo. Enunciar a posição radical do sujeito, no limite do desamparo seria outra maneira de formular o efeito da experiência de castração. Porém, colocado nessa posição limite, entre a vida e a morte, o sujeito pode construir efetivas

possibilidades de sublimação e de criação, pela construção de uma forma singular de existência e de um estilo próprio para habitar seu ser. Machado de Assis dinamita, com sua ironia perspicaz, um modo de refugiar-se nos saberes classificatórios criados pela fatalidade determinista.

Em “O alienista”, temos uma forma de desmoralizar saberes e instituições, de maneira irreverente e gozadora, o que se salienta também através das reticências e no magnetismo das sugestões que se refere ao leitor. Percebemos no conto um “suicídio lógico da razão”. Simão Bacamarte recolhido por sua própria vontade à Casa Verde representa o próprio suicídio do determinismo cientificista, que, na sua caça das verdades, acabou, por fim, reconhecendo em si mesmo a fatalidade do erro.

Nas palavras de Augusto Meyer (2005, p. 37): “Cai — portanto a lógica do absurdo — e nunca o riso de Machado de Assis foi mais feroz, mais consciente e mais voluptuoso”. A Casa Verde foi o hospício criado pelo eminente doutor Simão Bacamarte, para onde se dirigiam em algum momento, todos os personagens, e que, ao lado de seu fundador, representava os mecanismos classificatórios do cientificismo da época e que se renovam e se perpetuam, tornando a obra atemporal. Ao tratar ironicamente de tal universo, o conto traz uma filosofia com um profundo senso do relativo: nada é absoluto, nada merece amor ou ódio. No vai e vem das internações na Casa Verde, circulavam as posições de saberes, sendo que em nenhum momento se encontra, ao longo da trama, um lugar de verdade. Nessa perspectiva, não habitar o lugar da verdade era o que parecia ser insuportável para o personagem Simão.

Por isso, podemos pensar que a subversão da superfície chapada ficaria por conta da ironia do conto (o efeito de obliquidade tão caro a Machado de Assis), que opera transpondo os limites entre o interno e externo. Entendemos a ficção, assim, como uma forma de lidar com e apontar as impossibilidades que a necessidade da referência ao inconsciente coloca para os humanos. A ficção não presta conta às verdades daquilo que diz, mas fala dos enigmas das verdades. O mal-estar de um contexto foi o enigma apontado por Machado de Assis, que conseguiu, talvez mesmo sem que ele próprio soubesse, assim como ocorre em qualquer processo de escrita, lançar luz sobre as sombras do nosso contemporâneo. Uma atualidade na qual, como afirma Dunker (2008), a redução das modalidades de sofrimento a uma mesma gramática normativa e a uniformização dos sintomas neutralizam justamente o potencial crítico que estes possuem de produzir novas modalidades de laços sociais.

### Referências

- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition (DSM-V)*. Arlington, VA: American Psychiatric Association.
- Assis, M. de. (1882-2008). *O alienista*. Porto Alegre: L&PM.
- Borges, J. L. (1999). *Obras completas*. Rio de Janeiro: Globo. 4v.
- Canguilhem, G. (1966-1990). *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Darmon, Marc. (1994). *Ensaio sobre a topologia lacaniana*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Dunker, C. (2005). *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo.
- Foucault, M. (1997). *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva.
- Freud, S. (1996a). Além do princípio de prazer. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 18, pp. 13-75). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1920)

- 
- Freud, S. (1930-1996b). O mal-estar na civilização. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 21, pp. 73-148). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1914-1996c). Recordar, repetir e elaborar. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 12, pp. 161-171). Rio de Janeiro: Imago.
- Gledson, J. *Contos: uma antologia – Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- Kehl, M. R. (2011). A atualidade das depressões (como pensar as depressões sem o DSM IV). In A. Jerusalinsky, & S. Fendrik, S. (Orgs.), *O livro negro da psicopatologia contemporânea* (pp. 103-130). São Paulo: Via Lettera.
- Lancetti, A., & Amarante, P. (2006). Saúde Mental e Saúde Coletiva. In G. W. S. Campos et al., *Tratado de Saúde Coletiva* (pp. 615-634). São Paulo: Fiocruz.
- Maciel, M. E. (2009). *As ironias da ordem: coleções, inventários e enciclopédias ficcionais*. Belo horizonte: Editora UFMG.
- Meyer, A. (2005). *Machado de Assis*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: Corag.
- Perec, G. (2003). *Penser/Classer*. Paris: Seuil.
- Pereira, L. (2008). *O conto machadiano: uma experiência de vertigem – ficção e psicanálise*. Rio de Janeiro: Nazar.
- Pereira, M. E. C. (2008). *Pânico e desamparo: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Escuta.
- Piglia, R. (2004). *Formas breves*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sibemberg, N. (2011). Autismo e psicose infantil: o diagnóstico em debate. In A. Jerusalinsky, & S. Fendrik (Orgs.), *O livro negro da psicopatologia contemporânea* (pp. 93-102). São Paulo: Via Lettera.
- Slavutsky, A. (comunicação pessoal, 2006). *Sobre “O alienista”: o herói da casa verde*. Ciclo de Debates Machado de Assis na Cultura: Psicanálise e Literatura. Porto Alegre.

## Sobre o conceito de loucura: das psicoses à experiência social

*On the concept of madness: from psychoses to social experience*

Sílvio Camargo<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo aborda o conceito de loucura em um diálogo da psicanálise com outros campos do saber, em especial a antipsiquiatria britânica e o pós-estruturalismo de Michel Foucault. A forma de apresentação é o ensaio, na tradição da dialética adorniana. O problema central proposto é a diferenciação subjacente entre as noções de psicose e loucura tomando como referência as obras de Freud e Lacan, em um procedimento de comparação com outros modelos teóricos e epistemológicos. Apresenta-se um privilégio ao conceito de esquizofrenia e sua centralidade em debates sobre psicoses no pensamento contemporâneo. O estudo é exclusivamente teórico, comparando conceitos e autores e o objetivo é propiciar um olhar crítico, nos moldes da tradição frankfurtiana, quanto à relação entre psicoses e sociedade, sugerindo-se a relevância do conceito de experiência social. Trata-se de um ensaio panorâmico, que pretende contribuir para a compreensão da loucura na sociedade contemporânea e suas correlatas formas de dominação social.

Palavras chave: Esquizofrenia; Psicanálise; Antipsiquiatria.

**Abstract:** The article addresses the concept of madness in a dialogue between psychoanalysis and other fields of knowledge, in particular British antipsychiatry and Michel Foucault's post-structuralism. The form of presentation is the essay, in the tradition of the Adornian dialectic. The central problem proposed is the underlying differentiation between the notions of psychosis and madness taking as reference the works of Freud and Lacan, in a comparison procedure with other theoretical and epistemological models. A privilege is presented to the concept of schizophrenia and its centrality in debates about psychoses in contemporary thought. The study is exclusively theoretical, comparing concepts and authors and the objective is to provide a critical look, along the lines of the Frankfurt tradition, regarding the relationship between psychoses and society, suggesting the relevance of the concept of social experience. It is a panoramic essay, which aims to contribute to the understanding of madness in contemporary society and its related forms of social domination.

Keywords: Schizophrenia; Psychoanalysis; Antipsychiatry.

### Introdução

Para a tradição psicanalítica, em boa parte dela, o antigo conceito de loucura foi subsumido pelo de psicose, embora não possamos dizer se tratar da mesma coisa (Birman, 1989). Quanto às psicoses entendo que há pelo menos duas dimensões distintas sobre o como abordá-las: a clínica, teórica

e prática, que se debruça em conceituar e compreender a psicose, e a psicossocial, na falta de expressão melhor, que aborda os aspectos institucionais, sociais, políticos e até mesmo ideológicos, sobre o como tais fenômenos subjetivos se processam e são apreendidas pela sociedade. Em muitas análises teóricas as duas dimensões não se separam, caminho que tentarei delinear neste artigo. Trata-se de interpelar o conceito de loucura num diálogo entre

<sup>1</sup> Bacharel em Filosofia (UFRGS) e Doutor em Sociologia (Unicamp). Email: scccamargo@gmail.com .

---

psicanálise e teoria social. O procedimento metodológico utilizado se refere a uma revisão bibliográfica de natureza crítica estabelecendo comparações entre diferentes autores.

O problema que proponho, enquanto reflexão teórica, é o como podemos enxergar a singularidade e a diferença, na clínica ou fora dela, quando ações ou narrativas de sujeitos não evidenciam, em certos casos, a existência de uma *forclusão* que nos permitiria nomear o indivíduo como psicótico. O caso emblemático do escritor James Joyce, extensamente tratado por Jacques Lacan (2007), é um ponto de referência para pensarmos sobre aquilo que não se apreende no Simbólico, mas que ao mesmo tempo em seu retorno ao Real não nos possibilita com segurança dizer do indivíduo um psicótico. Pode-se dizer que lidamos com um louco que não é psicótico, neurótico ou perverso, embora possa trazer elementos destes, o que seria, todavia, apreensível por traços que permeiam também o Simbólico e o Imaginário. A pergunta é, assim, o que seria este louco que não se nomeia como psicótico.

O objetivo do artigo é correlacionar as psicoses, em especial a esquizofrenia, como estrutura clínica, com uma acepção ampliada de laço social, para além das fronteiras da psicanálise, em um diálogo especialmente com a filosofia, a antipsiquiatria e a teoria social, onde seja possível pensarmos, por exemplo, no conceito de *experiência social* (Camargo, 2019). Embora eu não parta da perspectiva, talvez culturalista, de que a loucura se define como o discurso que destoa da norma social, também não nos parece suficiente refletir teoricamente sobre as psicoses exclusivamente como estrutura clínica. Irei privilegiar o conceito de esquizofrenia como expressão clássica da loucura tentando contextualizar sua apreensão pela psicanálise; depois abordar algumas dificuldades quanto ao conceito de loucura adotando como principal referência as contribuições de Jacques Lacan; e por fim, fazer algumas conexões entre teoria psicanalítica das psicoses e teoria social.

### **Loucura, psicanálise e outros saberes**

Tratar as psicoses como uma questão médica ou de saúde mental é uma abordagem peculiar ao campo da psiquiatria. Neste âmbito, as psicoses são usualmente associadas aos fatores biológicos e neuroquímicos que embasariam sua definição, não obstante certos discursos, mais contemporâneos, de aceitação de características multifatoriais de sua causação, como se tal aceitação representasse um olhar científico mais progressista, em especial quanto à esquizofrenia. Um dos principais procedimentos de autolegitimação da psiquiatria, desde seu surgimento até o presente, é a classificação. A maneira pela qual tal mecanismo é também uma forma de poder já foi apontado por Michel Foucault em diferentes obras (1999; 2014; 2017), e as formas de classificação da psiquiatria se tornaram igualmente distintas daquelas da psicanálise. Cabe perguntamos, por outro lado, como já o fizeram Deleuze e Guattari (2010), em que medida a psicanálise consegue se furtar ao furor positivista e efetivamente falar de psicose como algo que diz respeito ao sujeito e sua singularidade, e não à uma história natural.

A relação da psicanálise com o conceito amplo de loucura não pode ser vista exclusivamente como problema da práxis clínica, mas também como algo da própria ética da psicanálise em sua relação com a Polis. Isto se refere ao fato de que o louco, ou psicótico, possui um sofrimento e existência que está diretamente relacionado com o conjunto das relações familiares, institucionais e históricas em que vive. Se existe uma linguagem da loucura, para parafrasear David Cooper (1978), entende-se, como ele, que esta não

se refere tão somente a uma cadeia de significação restrita aos critérios da lógica formal, abstraindo-se das condições materiais e históricas com as quais se relaciona a subjetividade do psicótico.

Associarmos loucura com esquizofrenia é algo que se deve muito mais à história da psiquiatria ao longo do século XX do que a história da psicanálise. Se a psicanálise, especialmente depois de Lacan, passou a enfrentar com maior assiduidade às especificidades do dizer psicótico, mesmo assim não foi a esquizofrenia a estrutura clínica mais frequente a ser pensada pelos psicanalistas. A esquizofrenia sempre foi um desafio para a psicanálise, desde os primeiros escritos de Freud. É curioso que na década de 1950, quando a psiquiatria teve um de seus momentos de mutação com a produção de fármacos para o tratamento da esquizofrenia e no Reino Unido a antipsiquiatria esboçava seus primeiros passos (Bosser, 1976), o ensino de Lacan, que já havia iniciado nos anos 1930 com sua tese de doutorado e o hoje paradigmático caso Aimée, continue a se reportar às psicoses tomando como principais referências os casos de paranoia, com especial atenção para o não menos importante caso Schreber, tema dos seminários de 1955-56 (Lacan, 1988) e do importante ensaio *De una cuestión preliminar a todo tratamiento posible de las psicosis* (Lacan, 2006b) originalmente escrito em 1955.

A psiquiatria contemporânea, por mais avanços que possa ter tido nas últimas décadas, continua a ter como referência de prática científica o seu manual clássico, o DSM, que muito distante se encontra da tradição psicanalítica. Junto a ele, e com as mudanças da contemporaneidade, os chamados transtornos de personalidade, como a bipolaridade e o *borderline*, eclipsaram em parte a efervescência do conceito de esquizofrenia, que demarcava fortemente o debate sobre loucura entre os anos 1950 e 1970. As chamadas doenças mentais encontraram, por parte da psiquiatria, novas formas de rotulação e nomenclatura, sempre amparadas pela cisão entre o normal e o patológico, e pelo poder-saber médico habilitado a emitir cada vez mais rápidos diagnósticos a partir dos sintomas verbalizados pelos indivíduos.

O advento da psicanálise é concomitante a alguns momentos marcantes na história da psiquiatria moderna, como é o caso da criação do conceito de esquizofrenia nos meados do século XX com Bleuler, então associada à noção de demência precoce. Desde o seu “As neuropsicoses de defesa” Freud (1894/1986) se afasta das explicações biologizantes e causais da psiquiatria, sugerindo que as afecções mentais chamadas de psicoses também estão relacionadas ao desenvolvimento da libido, muito embora, ao contrário das neuroses, haja nelas uma dificuldade compreensível quanto à própria possibilidade de desvelamento do inconsciente do psicótico. Isto porque a forma de negação (*Verneinung*) da psicose se processa de um modo diferente daquele que ocorre com a histeria ou a neurose obsessiva. Há ainda que acrescentarmos que dentre as classificações nosológicas iniciais para as psicoses (esquizofrenia, paranoia e transtorno maníaco-depressivo) a esquizofrenia sempre apareceu, para Freud, muito mais como um contraponto para o objeto da psicanálise, o inconsciente, especialmente o do neurótico, do que como uma modalidade de sofrimento psíquico passível de ser desvelado pela teoria e prática psicanalítica. Cabe lembrarmos que o estudo ou caso clínico sobre psicoses que entrou para a história da psicanálise foi sobre um paranoico, Daniel Paul Schreber (Freud, 1911-2006a), cuja loucura foi celebrizada a partir da sua autobiografia, e não através de uma análise empreendida pessoalmente por Freud.

São nos textos da chamada *metapsicologia* que a questão das psicoses e da esquizofrenia também aparecem, mesmo que timidamente, no pensamento freudiano. Como uma espécie de negativo da própria estruturação do

---

inconsciente a psicose se mostra, inicialmente, como uma espécie de limite da psicanálise, limite este que encontrou tentativas de ruptura pelos seguidores de Freud, seja ainda durante sua vida, ou um pouco depois, como são os casos de Jung, Frieda Fromm-Reichmann e Melanie Klein, ou mais tarde, especialmente por Lacan. Mas na letra freudiana alguns detalhes não podem passar despercebidos. Muito diferente da antipsiquiatria dos anos 1950 que buscou desmistificar a loucura como uma “doença”, este termo é recorrente no vocabulário freudiano, aliás para se referir não apenas às psicoses, mas também às neuroses e perversões. Mesmo que desmistificando a psicose como algo de origem biológica e natural, ela permanece sendo passível de ser nomeada como uma doença mental. E por estranho que pareça, esta separação entre normal e patológico reapareceu ao longo do tempo mesmo entre parte da literatura psicanalítica.

Ao contrário da psiquiatria de sua época Freud aponta que não apenas as neuroses, mas também as psicoses, são afecções psíquicas que podem ser entendidas a partir de uma teoria da libido. Ao mesmo tempo, o inconsciente, epicentro da psicanálise, só consegue ser acessado e interpretado a partir da análise dos neuróticos, senão, igualmente, pelos sinais que se expressam em sonhos, esquecimentos, chistes e atos falhos, nos tropeços de um modo geral associados ao campo da linguagem. A psicose, por outro lado, diz respeito às possibilidades de um acesso bastante indireto a este inconsciente, como sendo, ao mesmo tempo, expressão de uma impossibilidade de acesso a ele, na medida em os afetos que demarcam experiências traumáticas não encontram uma clara representação quanto ao seu processo de denegação. A libido é investida no próprio eu e não nos objetos, se tratando por isso de doenças que se relacionam ao campo do narcisismo. Colocamo-nos, de qualquer modo, frente a um impasse:

Um motivo premente para nos ocuparmos com a ideia de um narcisismo primário e normal apareceu quando se fez a tentativa de incluir o que sabemos da ‘dementia praecox’ (Kraepelin) ou esquizofrenia (Bleuler) sob a hipótese da teoria da libido. Esses doentes, que eu sugeri designar como parafrênicos, mostram duas características fundamentais: a megalomania e o abandono do interesse pelo mundo externo (pessoas e coisas). Devido a esta última mudança, eles se furtam à influência da psicanálise, não podendo ser curados por nossos esforços (Freud, 1914-2015a, p. 15)

Enquanto que no indivíduo neurótico o recalçamento cria um representante para aquilo que foi recalçado, sendo passível por isso de transformação através da análise, no caso da psicose, e mais especificamente da esquizofrenia, a rejeição do afeto não encontra uma representação, mas reaparece no próprio eu enquanto separação da realidade, havendo assim, para usarmos uma expressão bastante usual, uma manifestação “a céu aberto” do inconsciente. Desaparece o investimento libidinal nos objetos, e no caso da esquizofrenia as próprias palavras são tomadas como coisas. Na visão de Freud, o esquizofrênico não consegue estabelecer com o analista uma relação de transferência, se constituindo em portador de um sofrimento que manifesta, naquele momento, um limite da própria clínica psicanalítica:

A incapacidade desses pacientes para a transferência — até onde alcança o processo patológico —, a consequente inacessibilidade à terapia, a característica rejeição do mundo externo, o surgimento de sinais de um sobre investimento do próprio Eu, o desfecho na completa apatia, todos esses traços clínicos parecem condizer perfeitamente com a hipótese de um abandono dos investimentos objetivos (Freud, 1915-2015 b, p. 140).

A dificuldade inicial da psicanálise com uma clínica das psicoses não impossibilitou Freud de falar longamente sobre outra doença narcísica, mais tarde retomada por Lacan, que é a paranóia, através do caso clínico exemplar de Schreber, mas com diferentes nuances. Nesse caso, a fixação narcísica dizia respeito não a uma relação entre o Eu e realidade objetual, mas entre o Eu e o outro, considerado como igualmente representante do mundo exterior. Na análise do caso Schreber aparece a afirmação de Freud que virá mais tarde a ser crucial para Lacan, a afirmação de que na paranóia “uma percepção interna é suprimida e, em substituição, seu conteúdo vem à consciência, após sofrer certa deformação, como percepção de fora” (Freud, 1911-2016 a, p. 88), ao mesmo tempo, Freud inova ao dizer que a formação delirante é um trânsito para o restabelecimento, e não um sintoma da doença. Lembremos que para a psiquiatria de então, e não apenas ela quando se trata de classificar a esquizofrenia, delírios e alucinações se apresentam como a própria manifestação da chamada doença mental.

O entendimento das psicoses como investimento narcísico de libido, tal como se percebe no caso Schreber, indica ao mesmo tempo que as doenças narcísicas possuem distinções entre si, no caso entre a paranóia e a esquizofrenia, não obstante a dificuldade existente de se estabelecer uma clara distinção entre os conjuntos de sintomas, visto que, conforme o próprio Freud, um indivíduo que tem inicialmente traços paranoicos pode logo em seguida evidenciar um quadro de esquizofrenia e assim por diante (Freud, 1911-2016a). De qualquer modo, cabe insistir que a nosologia da psicanálise em seus momentos iniciais já expressava uma nítida diferenciação com a psiquiatria.

Tentar desconstruir a ideia de loucura como doença mental está presente na contraposição entre psiquiatria e psicanálise desde o surgimento desta última, muito embora a noção de doença sempre tenha estado presente no vocabulário freudiano. As tentativas de desmistificar a ideia de doença como forma de nomear a loucura foram bem mais visíveis nos chamados movimentos da antipsiquiatria, e no pós-estruturalismo francês, do que na literatura psicanalítica. Poderíamos concordar que parte ou alguns momentos do movimento antipsiquiátrico ressoa certo romantismo, ao situar a loucura em sua relação com a norma social, tornando o problema, no extremo oposto da psiquiatria, em algo de natureza eminentemente social e ideológica, como evidenciam, em muitos momentos, as obras de Thomas Szasz (1978) ou David Cooper (1978).

As dificuldades iniciais de Freud e da psicanálise em lidar com as psicoses, e mais especificamente com a esquizofrenia dizia respeito, como um problema central, em como estabelecer relações de transferência entre paciente psicótico e analista. Dificuldade esta que foi enfrentada pelos discípulos de Freud, mas que, conforme entendo, acabou por trazer à tona outro aspecto desta história, o fato de que o analisando psicótico em geral é encontrado e escutado em algum tipo de ambientação que envolve instituições médicas. A maior parte dos relatos que inicialmente apontavam para uma possível clínica das psicoses

---

apontam para indivíduos já hospitalizados, ou que passaram por hospitalizações e que, portanto, já teriam passado por algum momento de crise psicótica. Não há como negligenciarmos, nesse sentido, o olhar de Foucault, para quem a loucura em acepção moderna, já transformada em doença, só advém como tal a partir de um saber-poder que se relaciona a algum tipo de instituição disciplinar (Foucault, 2017), como era o caso das instituições hospitalares.

## Freud e Lacan

Oriundo da psiquiatria, o ingresso de Lacan na psicanálise ocorre no âmbito de uma clínica das psicoses, muito embora sua teoria psicanalítica seja em grande medida um diálogo também com a Filosofia. Na biografia de Lacan (Roudinesco, 1994) enxergamos o ano de 1932 como ponto marcante de sua trajetória intelectual, quando ele apresenta uma tese de doutorado “De la psychose paranoïaque dans ses rapports avec la personnalité” que traz o caso Aimée, mencionado em grande parte dos comentários sobre o problema das psicoses em Lacan. Aimée era o nome dado por Lacan para Marguerite Anzieu, uma jovem levada a um hospital psiquiátrico de Paris em 1931 após agredir com uma faca a atriz Huguette Dulfos. Transformado em um caso clínico, antes mesmo de Lacan ter se tornado psicanalista, o caso Aimée entrou para a literatura como um caso de paranóia, após Lacan ter acompanhado e escutado durante um tempo razoável a então paciente psiquiátrica.

O outro grande caso clínico de psicose examinado por Lacan é o mesmo de Freud, o de Schreber, igualmente um caso de paranóia, extensamente estudada com base em uma releitura da autobiografia daquele, cotejada com a análise pioneira de Freud, mas aqui já falamos da década de 1950. Para falar um pouco esquematicamente, um terceiro momento na obra de Lacan quanto a um olhar para as psicoses, na década de 1970, são as reflexões sobre o escritor James Joyce, que não é um caso de paranóia, e nem sequer recebe alguma outra clara classificação psicótica, mas que coloca o problema sobre a loucura em um sentido mais amplo, na medida em que mesmo a identificação de uma psicose em Joyce é colocada em dúvida, ou como um problema teórico, pois se trata de em parte rever algumas das considerações do período 1955–56 sobre o real, o simbólico e o imaginário, ou mais explicitamente, sobre as questões que envolvem o Nome-do-Pai e a metáfora paterna.

Também quanto a Lacan ressurgem, em nosso entendimento, o problema da relação entre clínica e história. A leitura estrutural que faz Lacan das psicoses é certamente um grande avanço com relação às hesitações freudianas diante do problema, nos permitindo ter uma visão mais lúcida sobre a relação entre psicanálise e psicose, e a própria possibilidade de uma clínica das psicoses. De outro lado, cabe problematizar a quase que completa ausência de crítica às instituições hospitalares psiquiátricas também em Lacan, como se os problemas do poder e da dominação se encontrassem em um terreno externo ao escopo da psicanálise. Apesar disso, aparece em Lacan uma recusa da ideia de loucura como doença mental (Lacan, 2006a), deslocando-se completamente, nesse sentido, do organicismo presente na psiquiatria e que ainda repercute na obra de Freud. Assim como todo seu pensamento, o enunciado de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem serve como ponto de partida não só para o entendimento das neuroses, mas também para o âmbito das psicoses. Do que se trata aqui é também da posição do significante, mas quanto às psicoses a relação entre real, simbólico e imaginário adquire um caráter de “amarração” com algumas importantes peculiaridades.

Tais podem também ser pensadas quanto ao que separa aquilo que foi postulado desde o período do caso Aimée do período do seminário sobre o *Sinthoma*. As diferenças dizem respeito não somente ao tema da loucura, mas há outros aspectos do pensamento de Lacan como, é o caso do conceito de reconhecimento (Safatle, 2006), que virão a ter incidência sobre seus últimos escritos. Não sendo possível aqui nos determos ao tema, não custa lembrar que a noção de reconhecimento no primeiro Lacan estava associado ao conceito de intersubjetividade e a uma determinada recepção de Hegel, que se mostrará de um outro modo a partir do anos 1960, notadamente quanto ao fato de que o desejo do Outro, nesta segunda fase, desloca o sentido da ideia de intersubjetividade como esta era então pensada na tradição fenomenológica. Além disso, um reconhecimento que não mais se ancora em um tipo de herança da intersubjetividade oriunda do jovem Hegel, o que nos permitiria traçar um paralelo com a abordagem das psicoses em Ronald Laing (1969b), visto que para este último é justamente da intersubjetividade que se trata quando falamos de psicoses e especialmente de esquizofrenia (Camargo, 2019).

No caso de Lacan, na maior parte de sua obra, não é da intersubjetividade que fala a psicanálise, nem mesmo o ato analítico. A questão central das psicoses para Lacan se refere ao conceito de *forclusão* [Verwerfung] que se situa em um entendimento de que é a linguagem que demarca a existência do inconsciente e de uma subjetividade compreendida pelos registros do real, do simbólico e do imaginário. Assim como no caso de Freud o ponto de partida é o interno e o externo implicado no processo de denegação, só que no caso de Lacan o externo se referindo aquilo que retorna no real, fora do registro simbólico. Trata-se do que se processa na ordem significante e ao modo pelo qual se mostra a presença ou ausência do desejo do Outro, aqui concebendo-se a relação entre o desejo da mãe (DM) e o Nome-do-Pai. Conforme Lacan a psicose se instala quando ao interrogarmos a cadeia significante há algo que não foi representado no registro simbólico:

É em um acidente deste registro e do que nele se cumpre, a saber a forclusão do Nome-do-Pai no lugar do Outro, e no fracasso da metáfora paterna, onde designamos o efeito que dá a psicose sua condição essencial, com a estrutura que a separa da neurose (Lacan, 2006b, p. 556).

Mas tal conceito de *forclusão* torna-se visível quando novamente Lacan retorna a Freud e à noção de castração. É a partir de uma centralidade desta noção em toda sua teoria psicanalítica que decorre a importância daquilo que ele chamará de o Nome-do-Pai, em torno do qual, no plano da significação, se compreende a diferenciação entre neurose e psicose. Ao contrário do pessimismo de Freud, para Lacan é possível uma clínica das psicoses, desde que o método psicanalítico se reorganize com este outro tipo de analisando que requerem um repensar a transferência. No retorno que Lacan propõe da obra freudiana nos anos 1950, retoma-se também a noção de Freud de que o aparelho psíquico, em conformidade ao princípio do prazer, possibilita que se estabeleçam dois momentos, o da afirmação (*Bejahung*) e a denegação (*Verneinung*). Ao retornar ao texto freudiano sobre a *Verneinung* Lacan (1988, p. 178) abre espaço para reconhecer a *Bejahung* como o ponto de partida da ordem simbólica. Neste seminário Lacan (1955–56) sugere que há na psicose algo anterior da efetivação da cadeia simbólica, algo que não chega a se efetivar, uma rejeição/*forclusão* (*Verwerfung*):

---

Previamente a qualquer simbolização — esta anterioridade não é cronológica, mas lógica — há uma etapa, as psicoses o demonstram, em que é possível que uma parte da simbolização não se faça. Essa etapa primeira precede toda a dialética neurótica que está ligada ao fato de que a neurose é uma palavra que se articula, na medida em que o recalcado e o retorno do recalcado são uma só e mesma coisa. Assim pode acontecer que alguma coisa de primordial quanto ao ser do sujeito não entre na simbolização, e seja não recalcado, mas rejeitado (Lacan, 1988, p. 100).

A forclusão se refere assim a um significante primeiro, que se chamará Nome-do-Pai. Na ausência de inscrição deste significante haverá algo diferente do que se passa na *Bejahung*. Significa igualmente que o psicótico não está inserido na ordem fálica. É deste modo que aquilo que está dentro não encontra uma representação fora, como na neurose, sendo por consequência que aquilo que vem a ser abolido internamente retorna desde fora, isto é, no real, enquanto alucinação. Lembremos que toda a exposição de Lacan no seminário de 1955-56 se dá no contexto de comentário ao texto autobiográfico de Schreber, sendo o exame da paranóia de Schreber, assim como o fora para Freud, o modelo de exposição quanto ao mecanismo da psicose, não se evidenciando, nesse contexto de explicitação do que é uma psicose, uma clara delimitação de diferenciação, por exemplo, entre paranoia e esquizofrenia, que nos permitisse entrever qual o mecanismo específico desta última quanto à forclusão.

Consagrou-se o entendimento entre comentadores do campo laciano (Quinet, 2010; Soler, 2002) de que no seminário sobre o *Sinthoma* (1975-76) Lacan muda alguns aspectos de sua perspectiva sobre as psicoses. Sugiro dizer que na verdade sobre a loucura. A complexa exposição sobre os nós *borromeanos* traz de volta a problemática dos anos 1950 sobre a metáfora paterna, se tratando neste segundo momento de um repensar o papel do Nome-do-Pai, ou, o papel de sua ausência, quanto a um registro não mais apreensível na ordem simbólica do Real, Simbólico e Imaginário. A questão está em pensar em que o Real é um não lugar, e sendo a psicose, anteriormente concebida, como aquilo que retorna no Real, ressurge agora, a partir da figura de Joyce, sobre o como pensar uma psicose que não se apresenta enquanto tal.

Entendo que no Seminário sobre o *Sinthoma* quando Lacan pergunta se Joyce era um louco, é diferente de perguntar se Joyce era um psicótico. A concepção de estrutura psicótica me parece trazer um problema que se traduzimos em uma linguagem coloquial equivaleria a dizer “louco ele é, só que não surtiu ainda”, na medida em que o *sujeito* encontrou uma solução original para aquilo que fugiu do simbólico (uma *lalingua*) conforme o próprio vocabulário laciano. Assim sendo, seja pela escrita, como no caso de Joyce, ou de alguma outra produção artística que venha a se apresentar como um quarto nó borromeu, como um enodamento que ultrapassa o Real, Simbólico e Imaginário, o sujeito psicótico encontra uma solução para a sua singularidade, mas que, afinal de contas, para muitos continua ser a evidência de sua anormalidade, visto que a “estrutura psicótica” está lá, cabendo à interpretação do psicanalista enxergar que solução foi encontrada para a suplência do Nome-do-Pai.

## Loucura e experiência

A história da loucura e da esquizofrenia expressa uma tensão entre laço e experiência social. Se o laço social, em acepção laciana, também se refere a Lei e ao Nome-do-Pai, há que concebermos que as psicoses, e mais especificamente a esquizofrenia, aponta para uma experiência, dado o tipo de solução encontrada para aquilo que foi denegado e buscou um escape para além das possibilidades do simbólico. Podemos falar de situações psicóticas que encontram estabilização, e outras, ou momentos, que permeiam situações conflitivas e causadoras de sofrimento. No ambiente social do louco encontramos a família, como espectro microssocial, onde se inscrevem as primeiras experiências formadoras da subjetividade, mas não termina nela, na medida em que em um mundo de *necessidade* (Adorno, 2007, pp. 229-235) a psique se situa dentro da história, e esta, enquanto sociedade, envolve diferentes dimensões como as do trabalho, das instituições e da moralidade, e enquanto totalidade, o capitalismo.

Na década de 1950 Michel Foucault, Jacques Lacan e Ronald Laing, representaram três diferentes vertentes epistemológicas e de circunscrição de campos do saber, sobre o pensar as psicoses. Foucault preocupou-se não com os conceitos e classificações de neurose, psicose e perversão, como na psicanálise, mas com a experiência da loucura, em sentido mais amplo, pois esta não se trata para ele de algum tipo de nosografia, mas pelo contrário, de uma crítica da própria possibilidade de classificação. Crítica esta que se dirigia à medicina e à psiquiatria, mas também à psicanálise, com a qual Foucault nunca conseguiu manter uma relação plenamente amistosa, não apenas em termos teóricos, mas quanto às suas próprias experiências biográficas. Mesmo que Foucault e Lacan tenham tido algumas referências em comum em suas origens, quanto ao estruturalismo francês (Dosse, 1997), estiveram em suas obras em posições epistemológicas um pouco distintas.

Poderíamos falar de uma diferença entre o olhar da psicanálise e o olhar da sociologia, ou teoria social, para o fenômeno da loucura (Jaccard, 1981, p. 53), mas talvez fosse mais prudente falarmos da diferença entre uma certa forma de enxergar a psicanálise e uma teoria social crítica. O fato de Foucault usar na maior parte de seus textos a palavra loucura, ao invés de psicose, está longe de ser um apego a um conceito não mais usual, pelo contrário, se trata de uma escolha epistemológica, de recusar a própria conceitualização de psicose para se referir às anormalidades. Em um primeiro olhar pode parecer que Foucault e a psicanálise estão falando de coisas diferentes quando o tema são as psicoses, mas o que está em questão, para uns e outros, é o estatuto da anormalidade. Há um substrato evidente que é o que podemos genericamente chamar de sofrimento psíquico, que se refere na psicanálise às formações do inconsciente, e para Foucault às relações de biopoder.

Já a antipsiquiatria britânica tentou abordar o fenômeno das psicoses por um outro caminho, enraizado em outro viés quanto a abordagem da relação entre sujeito e objeto, o eu e o outro, e quanto à constituição da loucura na sociedade contemporânea. Absorvendo parte da tradição psicanalítica, em especial Winnicott, e sem se contrapor aos desdobramentos da *História da Loucura* de Foucault, a raiz epistêmica de Laing e Cooper, se concebermos o contexto filosófico francês dos anos 1950, não é o estruturalismo, mas o seu oposto nos debates de então, o existencialismo sartreano e a tradição fenomenológica. A loucura, e em especial a esquizofrenia, para os antipsiquiatras londrinos, dizia respeito à uma experiência existencial, que nada tem a ver com doença mental, e que vê a psiquiatria como uma das principais formas de violência da contemporaneidade (Laing, 1969a).

Enquanto para Freud e Lacan a loucura, quase sempre nomeada como psicose, buscou compreensão principalmente através de alguns casos clínicos de paranoia, como os famosos Schreber e Aimée, para os pensadores e militantes da antipsiquiatria a pesquisa sobre a esquizofrenia sempre foi seu interesse principal. Uma, senão a principal razão para isso, está no fato de que ao longo de quase todo o século XX houve uma forte associação, no campo da psiquiatria, entre loucura e esquizofrenia (Szasz, 1978), inclusive quanto à experiência empírica e histórica das instituições hospitalares manicomiais, nas quais a maior parte dos pacientes era diagnosticado como esquizofrênicos.

A esquizofrenia nunca deixou de ser um problema para a psicanálise, não obstante todos os avanços dados por esta última em tentar constituir uma clínica das psicoses (Calligaris, 1989). A maneira diferente com que Lacan e Laing nos anos 1950 e 1960 veem o fenômeno das psicoses reflete suas diferenças filosóficas. Para Lacan as psicoses, tal como as neuroses, buscam explicação em uma estrutura simbólica, que estruturada enquanto linguagem, produz o próprio sujeito e seu Outro, ou este aquele, onde a experiência infantil envereda para a formação de um inconsciente a céu aberto, que não encontra expressão no registro simbólico. Já para Laing, ao contrário de Lacan, a psicose tem uma dimensão claramente intersubjetiva em sua constituição (Camargo, 2019). O Eu, mesmo o psicótico, não se compreende em sua relação ao Outro, mas ao outro das relações pessoais, ao laço social intersubjetivo que se estabelece, para além das relações edípicas e da castração, como algo que se dá entre o indivíduo e seu contexto microssoial, especialmente familiar. Tanto quanto como para a psicanálise lacaniana, para a antipsiquiatria de Laing pesa a centralidade da linguagem, mas para estes últimos enquanto forma de comunicação interpessoal, quanto aos modos pelos quais especialmente no âmbito de uma experiência familiar (Laing & Esterson, 1977) se constituem códigos e padrões de relacionamento que tornam possível o advento do indivíduo psicótico, ou esquizofrênico.

Isto também nos permite retomar as considerações feitas acima sobre o Joyce de Lacan e como pensar a relação entre loucura, psicose e diferença. A pergunta de Lacan se Joyce era louco não foi plenamente respondida, senão pela sugestão de que o escritor dublinense encontrou na escrita, em uma escrita bastante singular, um outro tipo de suplência para o buraco deixado pelo Nome-do-Pai, enxergando em *l'alingua* um escape da estrutura psicótica que, de qualquer modo, para alguns parece estar lá. Sugere-se assim que, tal como nas soluções de sublimação (Lacan, 2008), que envolvem as atividades criativas e artísticas, há algo denegado, e não representado na ordem das neuroses, que encontraria em alguma forma de arte, religião ou fazer científico, a saída que tangencia o enlouquecimento psicótico, ou que estabiliza sua loucura sem que a ele atribua o nome de uma psicose. É assim que muitos do nosso universo circundante são loucos do alto de sua aparente normalidade, notadamente em uma sociedade em que a lógica identificante (Adorno, 2009) se tornou a norma de unidimensionalidade.

## Considerações finais

Quando caminhamos pelas ruas de alguma grande cidade e nos deparamos com um indivíduo, geralmente de aparência pauperizada e fisicamente degradada, falando “sozinho”, somos por um lado apanhados pela crueza daquilo que chamamos delírios e alucinações, levando-nos a supor, portanto, que aí está um psicótico. Por outro lado, quando impera o senso comum, se estabelece uma representação social de que ali está alguém que causa risos ou medo, pois

o *acting out* pode redundar em violência, como Aimée que em seu delírio de perseguição desferia uma facada em Huguette Dulfos. Aqui talvez se evidencie possíveis diferenças entre o campo psicanalítico e a tradição da antipsiquiatria, que se refere a um entendimento do que podemos chamar de *social*. Para Ronald Laing, por exemplo, haveria na origem das psicoses algo como uma experiência social, historicamente ancorada em uma realidade conflituosa, que em outros termos também é comparável à noção de poder de Michel Foucault.

A antiga antipsiquiatria britânica pode ser acusada de certo romantismo, superficialidade teórica e impulso político em sua forma de apreensão das psicoses. Mas em seu ímpeto militante provavelmente tem algo a nos dizer sobre o como as desigualdades sociais permeiam o universo da loucura, para além da clínica. O que, aliás, pode nos fazer pensar sobre a relação entre psicanálise e sociedade quanto ao posicionamento da teoria das pulsões em um olhar dialético (Adorno, 2007). O que nos motiva a pensar sobre o que seria uma teoria social crítica das psicoses.

Ao mesmo tempo, a psicanálise, com suas instituições, há muito tem dado demonstrações de uma vontade coletiva de intervenção na Polis, tanto mais quando se interpõe a própria possibilidade de uma sociedade democrática, condição necessária para a própria existência da psicanálise como campo do saber. Seria o caso, podemos sugerir, de pensar permanentemente sobre como direcionar esta intervenção para a dimensão social da loucura e das instituições a ela adjacentes, buscando compreender, sem a abdicação da teoria psicanalítica, o lugar em que situa a multiplicidade de singularidades que indicam em inúmeras circunstâncias sofrimento, em outras, e por vezes ao mesmo tempo, uma experiência social atravessada pela não identidade.

## Referências

- Adorno, T.W. (1986). *O ensaio como forma* (pp.167-187). São Paulo: Ática: 1986.
- Adorno, T.W. (2007). *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Unesp.
- Adorno, T. W. (2009). *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Birman, J. (1989). Freud e a crítica da razão delirante. In: BIRMAN, Joel (Org.). *Freud – 50 anos Depois* (pp. 133-148). Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Bosser, C. (1976). *Introdução à antipsiquiatria*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Calligaris, C. (1989). *Introdução a uma clínica diferencial das psicoses*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Camargo, S. (2019). Esquizofrenia e experiência social: loucura, crítica e reconhecimento. *Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 9(2) 295-307.
- Cooper, D. (1967). *Psiquiatria e antipsiquiatria*. São Paulo: Perspectiva.
- Cooper, D. (1978). *A Linguagem da loucura*. Lisboa: editorial Presença.
- Deleuze, G. e Guattari, F. (2010). *O Anti-Édipo*. São Paulo: Editora 34.
- Dosse, F. (1997). *History of Structuralism*. Vol. 1.: London: University of Minnesota Press.
- Foucault, M. (1999). *Les anormaux*. Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (2014). *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva.
- Foucault, M. (2017). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freud, S. (1996). As neuropsicoses de defesa. In: S. Freud. *Obras completas*, V.3 (pp. 53-65). Rio de Janeiro: Imago. Obra originalmente publicada em 1894.
- Freud, S. (2015a). Introdução ao narcisismo. In: S. Freud: *Obras completas*, V. 12 (pp. 13-50). São Paulo: Companhia das Letras. Obra originalmente publicada em 1914.
- Freud, S. (2015b). O Inconsciente. In: S. Freud: *Obras completas*, V. 12 (pp. 99-150). São Paulo: Companhia das Letras. Obra originalmente publicada em 1915.

- 
- Freud, S (2016a). Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia — “O Caso Schreber”. In: S. Freud: *Obras completas*, V. 10 (pp. 13-107). São Paulo Companhia das Letras. Obra originalmente publicada em 1911.
- Freud, S. (2016b). Neurose e psicose. In: S. Freud: *Obras completas*, V. 16 (pp. 176-183). São Paulo: Companhia das Letras. Obra originalmente publicada em 1924.
- Freud, S. (2016c). A perda da realidade na neurose e na psicose. In: S. Freud: *Obras completas*, V. 16 (pp. 214-221). São Paulo: Companhia das Letras. Obra originalmente publicada em 1924.
- Freud, S. (2016d). A negação. In: S. Freud: *Obras completas*, V. 16. São Paulo: Companhia das Letras. pp. 275-282. 2016e. Obra originalmente publicada em 1925.
- Jaccard, R. (1981). *A Loucura*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1988). *As psicoses*. O Seminário, livro 3. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (2006a). Acerca de la causalidade psíquica. *Obras escogidas I*. (pp. 142-183). Barcelona: RBA Coleccionables.
- Lacan, J. (2006b). De una cuestión preliminar a todo tratamiento posible de las psicosis. *Obras escogidas I* (pp. 513-564). Barcelona: RBA Coleccionables.
- Lacan, J. (2007). *O Sinthoma*. O Seminário, livro 23. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (2008). *A Ética da psicanálise*. O Seminário. Livro 7. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (2009). *Os escritos técnicos de Freud*. O Seminário, livro 1. Rio de Janeiro: Zahar.
- Laing, R. (1969a). *The Divided self*. London: Penguin.
- Laing, R. (1969b). *Self and others*. London: Penquin.
- Laing, R. and Esterson, A. (1977). *Sanity, madness and the family*. London: Penguin
- Leader, D. (2011). *O Que é loucura? Delírio e sanidade na vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Quinet, A. (2010). *Psicose e laço social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Roudinesco, E. (1994). *Jacques Lacan*. Esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento. São Paulo: Companhia das Letras.
- Safatle, V. (2006). *A Paixão do negativo. Lacan e a dialética*. São Paulo: Unesp.
- Soler, C. (2002). *O Inconsciente a céu aberto da psicose*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Soler, C. (2018). *Lacan, leitor de Joyce*. São Paulo: Aller editora.
- Szasz, T. (1978). *Esquizofrenia. O símbolo sagrado da psiquiatria*. Rio de Janeiro: Zahar.

## Política Editorial

A Diaphora é uma revista científica eletrônica e impressa semestral, editada pela Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul e se propõe a publicar artigos inéditos, originais produzidos na área de psicologia e áreas afins e que não estejam sendo avaliados para publicação em outra revista. É um periódico que está permanentemente aberto a submissões.

Publica artigos sobre investigações empíricas e revisões sistemáticas e integrativas da literatura. São aceitos artigos que se enquadram nas seguintes categorias: relato de pesquisa, artigo teórico, relato de experiência profissional e ensaio. Não cobra taxa de editoração (article processing charges - APC) ou taxa de submissão de artigos. Possui DOI.

Os manuscritos devem ser enviados eletronicamente, sem nenhum tipo de identificação do(s) autor(es) para o site da revista. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores – Submissão, após os autores terem realizado cadastro. Os textos podem ser redigidos em português, espanhol, inglês (com tradução), nas normas da American Psychological Association - APA 6ª edição (2010) <http://www.apa.org>. O endereço para envio dos artigos é: <http://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/issue/view/18>.

A publicação dos artigos está sujeita à aprovação prévia da equipe editorial da revista, após serão submetidos à avaliação do tipo "double blind peer review" (avaliação realizada por dois revisores anônimos afiliados a instituições diferentes da dos autores).

## Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

## Submissão

Passos para submissão.

A submissão eletrônica de artigos segue dois passos: e-mail de encaminhamento e apresentação formal dos autores e a submissão do artigo no site.

Os autores serão comunicados imediatamente sobre o recebimento do artigo e poderão acompanhar o processo editorial utilizando seu nome de usuário e senha.

O processo editorial somente terá início com o cadastramento de todos os autores (se houver) no sítio da revista, com seus respectivos e-mails.

## Normas Editoriais

1- O artigo recebido passará pela apreciação do Editor e da Equipe Editorial que avalia sua pertinência de acordo com a política editorial.

2- Há três possibilidades em seu parecer: a) aceitação integral do texto; b) aceitação com reformulações; c) recusa integral do texto. Em qualquer destas situações o autor será devidamente comunicado.

3- O(s) autor(es) do artigo receberá(ão) os pareceres dos consultores em qualquer das possibilidades referidas. Destaca-se que não há prazo para retorno dos pareceres, tendo em vista que essa atividade é realizada por consultores externos. A Diaphora trabalha com uma expectativa de prazo não superior a 90 dias. No entanto, este pode ser ultrapassado, de acordo com a complexidade do tema, disponibilidade e aceitação de realização do parecer por parte dos consultores convidados.

4- A versão modificada do manuscrito deve ser reencaminhada no prazo máximo de 15 dias após o recebimento da notificação. Os autores deverão preencher o formulário de alterações, esclarecendo as alterações feitas e aquelas que não julgaram pertinentes devidamente justificadas. No texto, as modificações realizadas deverão estar destacadas com a ferramenta Word "pincel amarelo" ou letra na cor vermelha. O encaminhamento com as modificações pode ser realizado para o e-mail do editor que administra o artigo Com Cópia para o e-mail da revista: [revistasprgs@sprgs.org.br](mailto:revistasprgs@sprgs.org.br). O(s) autor(es) deverão se manifestar quanto ao recebimento do material e confirmar a intenção de realizar as modificações apontadas no parecer. A ausência de retorno no prazo citado será entendida como desistência de seguimento do processo de submissão.

5- Após as modificações, o artigo será, se necessário, enviado novamente aos revisores, que emitirão um novo parecer, definindo a aceitação, a necessidade de novas correções ou a recusa do artigo.

6- O Editor e a Equipe Editorial reservam-se o direito de fazer pequenas alterações no texto dos artigos.

7- A decisão final sobre a publicação de artigo sempre será do Editor, Editores Associados e Equipe Editorial.

8- Finalizado o processo, o(s) autor(es) receberão carta de aceite de publicação com indicação de previsão do ano e número da edição.

9- Os artigos serão aceitos em língua portuguesa, inglesa e espanhola (traduzido).

10- As opiniões emitidas nos artigos são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não constituindo sua aceitação motivo para se entender que a Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul e a Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul compartilham das opiniões ou juízos emitidos pelos autores.

11- A matéria editada pela Diaphora eletronicamente poderá ser impressa. Os direitos autorais obtidos pela publicação do artigo não serão repassados para o(s) autor(es) do artigo. A avaliação dos manuscritos levará em conta se a linguagem utilizada no texto é clara e apropriada ao modelo

---

científico e se a ortografia, a gramática e a pontuação estão corretamente empregadas. Além disso, avaliará a fundamentação teórica que embasa as ideias desenvolvidas, a adequação da metodologia utilizada para a exploração do conteúdo proposto e se a revisão bibliográfica utilizada no texto é condizente com o tema escolhido. A atualidade dos artigos usados também será considerada, bem como as articulações entre diferentes autores. Será avaliado se os dados foram interpretados adequadamente e se as conclusões apresentadas no texto respondem aos objetivos do mesmo. Deve haver uma articulação entre os aspectos teóricos e metodológicos abordados. O quesito relevância é um ponto significativo da avaliação; considera a importância teórica, metodológica, social ou prática do tema desenvolvido no texto para a área do conhecimento.

## Encaminhamento de artigos

Os artigos originais deverão ser enviados à SPRGS, por meio do link: <http://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/author/submit/1>, por meio do item : submissão, devendo o autor principal receber notificação de recebimento no prazo de sete dias úteis.

Os artigos originais deverão ser encaminhados com digitação em espaço 1,5, fonte Times New Roman (tamanho 12). A folha deverá ser A4, com formatação de margens superior e inferior (no mínimo 2,5 cm), esquerda e direita (no mínimo 3 cm). A revista adota as normas do Manual de Publicação da American Psychological Association -APA (6ª edição, 2010).

Relato de pesquisa (mínimo de 15 e máximo 20 laudas); Artigos de revisão (mínimo de 12 e máximo de 15 laudas); Relato de experiência profissional (mínimo de 12 e máximo de 15 laudas) e Resenhas (mínimo de 1 e máximo de 3 laudas).

\*No caso de estudos envolvendo seres humanos, será exigido, nos termos das Resoluções 196/96 e 251/97 do Conselho Nacional de Saúde, documento comprobatório da aprovação por parte de Comissão ou Comitê de Ética da instituição na qual foi realizada a pesquisa ou número do protocolo de aprovação.

\*Conflitos de interesse (profissionais, financeiros e benefícios diretos e indiretos) devem ser mencionados sob pena de cancelamento da publicação no caso de serem identificados ditos conflitos por parte do Editor, Editores Associados e Conselho Editorial.

## Apresentação do artigo

a) Título do artigo em língua portuguesa com até 10 palavras; Nome dos autores; formação; maior titulação; afiliação institucional; endereço, telefone e e-mail de todos os autores; Resumo em português contendo de 150 a 200 palavras; três palavras-chave; Título do artigo em inglês, Abstract, keywords.

b) Os artigos referentes a Relatos de Pesquisa devem apresentar a seguinte seqüência: Título; Resumo; Abstract; Introdução; Método (população/ amostra/participantes, instrumentos, procedimentos (coleta e análise de dados), incluindo nessa seção afirmação de aprovação do estudo em Comitê de Ética de acordo com Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde – Ministério da Saúde); Resultados; Discussão, Referências (em letra minúscula e em seções separadas). Em artigos teóricos deve constar: Título; Resumo; Abstract; Introdução – na qual figure a argumentação teórica de conceitos relevantes para o desenvolvimento teórico da Psicologia, de maneira coerente e inovadora; Considerações finais; Referências.

c) As referências são limitadas a 30, exceto nos artigos de revisão que podem utilizar até 40. No total poderá ser utilizada até 10% de citações referentes aos próprios autores. No mínimo, 50% do total devem referir-se aos últimos cinco anos. Exceções deverão ser justificadas e serão analisadas pela Equipe Editorial.

d) Usar as denominações tabelas e figuras (não usar a expressão quadros e gráficos). Colocar tabelas e figuras incorporadas ao texto. Tabelas: incluindo título e notas de acordo com normas da APA. Formato Word – ‘Simples 1’. A tabela não poderá exceder 11,5 cm de largura x 17,5 cm de comprimento. O comprimento da tabela não deve exceder 40 linhas, incluindo título e rodapé(s).

e) Anexos: somente serão aceitos quando contiverem informação original importante, ou destaque indispensável para a compreensão de alguma seção do trabalho. Recomenda-se evitar anexos.

\* Para a redação de texto, a Diaphora -Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul sugere:

Sabadini, A. A. Z. P., Sampaio, M. I. C., & Koller, S. H. (Orgs.). (2009). *Publicar em psicologia: um enfoque para a revista científica*. São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia; Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Recuperado em 13 de outubro de 2014, <http://www.ip.usp.br/portal/images/stories/biblioteca/Publicar-em-Psicologia.pdf>